

As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2024

As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2024

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Prof^ª Dr^ª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof^ª Dr^ª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Prof^ª Dr^ª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande

- Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
- Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
- Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
- Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
- Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
- Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste
- Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
- Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos
- Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
- Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá
- Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
- Universidade de Coimbra
- Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco

Diagramação: Ellen Addressa Kubisty
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C569	<p>As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2579-3 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.793241405</p> <p>1. Ciências sociais. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Em **AS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: QUESTÕES SOCIAIS EM FOCO**, coletânea de vinte capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área das Ciências Sociais Aplicadas a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, reflexões que explicitam essas interações. Nelas estão debates que circundam lei de responsabilidade fiscal, controle social, etiquetamento social, questão racial, racionalidade, estudos de gênero, violência de gênero, direito, pensamento jurídico, educação não violenta, escola, *fake news*, esporte, política, educação física, futebol americano, *koixomuneti*, xamanismo, plantas ornamentais, entidades umbandistas, geografia, erosão fluvial, espaço territorial, tríplice fronteira paraense, feminino, bem-estar, sociedade, arquitetura, ensino escolar, COVID-19, política nacional de imunizações, vacina, enfermagem, trauma ortopédico, CREAS, além de síndrome de Salla.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

CAPÍTULO 1	1
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL	
Emiliano Peggion de Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7932414051	
CAPÍTULO 2	20
A TEORIA DO ETIQUETAMENTO SOCIAL FRENTE A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL	
Vitória Gontijo Britto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7932414052	
CAPÍTULO 3	28
A RACIONALIDADE DA CONDIÇÃO HUMANA E A QUESTÃO DE GÊNERO DO SOCIAL HUMANO	
Mauro Cesar Rocha da Silva	
Kauana Brito Niz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7932414053	
CAPÍTULO 4	65
REVISITANDO OS ESTUDOS DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM EMERGÊNCIA NO CAMPO DE ESTUDO SOCIOLÓGICO	
Érica Patrícia de Oliveira Santos	
Thátilla Larissa da Cruz Andrade	
Helanna Gonçalves da Silva	
Betânia Pereira de Sousa	
Andreane Matias da Silva	
Simone Carla de Sousa Barroso	
Marceane Gomes da Silva	
Nilzania Silva Oliveira	
Maria Rivoneide Lopes de Sousa	
Karla Cristina Pereira Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7932414054	
CAPÍTULO 5	73
DIREITO E A TEORIA DA PÓS – MODERNIDADE: CORRELAÇÕES, PARADIGMAS E PENSAMENTO JURÍDICO	
André Luiz Santos de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7932414055	
CAPÍTULO 6	93
O DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO NÃO VIOLENTA	
Manuela Luz de Araujo	
Maria Cristina Baluta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7932414056	

- CAPÍTULO 7 100**
O PAPEL DA ESCOLA EM TEMPO DE *FAKE NEWS*: POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO MIDIÁTICA CRÍTICA
Raphaella Abreu Carvalho Cortez Moreira
 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7932414057>
- CAPÍTULO 8 112**
O JOGO DA POLÍTICA: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE ESPORTE E POLÍTICA
Emiliano Peggion de Carvalho
 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7932414058>
- CAPÍTULO 9 132**
EDUCAÇÃO FÍSICA E O ENSINO MÉDIO: O FUTEBOL AMERICANO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICO-SUPERADORA
Orley Olavo Filemon
 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7932414059>
- CAPÍTULO 10..... 142**
KOIXOMUNETI: XAMANISMO E RESISTÊNCIA TERENA
Michelle Carlesso Mariano
 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79324140510>
- CAPÍTULO 11 154**
PLANTAS ORNAMENTAIS: PROTEÇÃO DAS ENTIDADES UMBANDISTAS SOB UM OLHAR SÓCIO-FILOSÓFICO
Francisco Diego Sousa de Sousa
Jairo Luiz Santos Rego
Carlos Valmison da Silva Araújo
 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79324140511>
- CAPÍTULO 12..... 163**
GEOGRAFIA FÍSICA E A EROSÃO FLUVIAL NA ORLA DA CIDADE DE PARINTINS-AM
Alem Sílvia Marinho dos Santos
Enner dos Santos Ribeiro
 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79324140512>
- CAPÍTULO 13..... 173**
ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO TERRITORIAL DA TRÍPLICE FRONTEIRA PARANAENSE
Amanda Paula Nunes Ortiz
Isadora Meneghel Begnini
 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79324140513>

CAPÍTULO 14..... 179

PERSPETIVA FEMININA SOB A RELAÇÃO DE BEM-ESTAR E RESILIÊNCIA NAS HABITAÇÕES DE CORANE (ARQUITETURA, INSERÇÃO URBANA E FATORES SOCIOECONÓMICOS)

Aldevina Manuela d'Alva Brito dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79324140514>

CAPÍTULO 15..... 193

RESIDÊNCIAS DE USO MISTO NO CHUÍ/RS: SOCIEDADE E ARQUITETURA

Lisiê Kremer Cabral

José H. C. Cordeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79324140515>

CAPÍTULO 16.....203

QUALIDADE DO ENSINO ESCOLAR APÓS PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19

Mirella Leandro Oliveira

Juliana Maria Bello Jastrow

Ana Carolina Lopes Elbani

Italla Maria Pinheiro Bezerra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79324140516>

CAPÍTULO 17.....209

POLÍTICA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES E A VACINAÇÃO SEGURA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS DE SAÚDE

Danielle Grillo Pacheco Lyra

Fernando Rocha Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79324140517>

CAPÍTULO 18.....227

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À PESSOA COM TRAUMA ORTOPÉDICO A LUZ DE CALLISTA ROY

Alana Victória Coêlho Nogueira São José

Emerson Rios de Afonseca

Maria Fernanda Crespo Vieira dos Anjos

Thalita de Lima Cabral da Conceição

Tháís dos Santos Santana Almeida

Fernanda Araújo Valle Matheus

Mariana Fonseca dos Santos

Ivana Silva Rodrigues

Tássia Palmeira Coelho

Simone Barbosa Santos

Carliana de Melo Oliveira

Larissa Pereira de Azevedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79324140518>

CAPÍTULO 19.....242

EQUIPES DE ACOLHIDA NO CREAS I: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Janaina Guimarães da Silva

Mainara Vicentini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79324140519>**CAPÍTULO 20250**

ESTUDO CLÍNICO, FISIOPATOLÓGICO E A FISIOTERAPIA NA SÍNDROME DE SALLA: REVISÃO DE LITERATURA

Edson Trimoulet

Jaqueline Fazzion

Raquel Auxiliadora Borges

Dayse Rodrigues de Souza Andrade

Laila Cristina Moreira Damázio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79324140520>**SOBRE O ORGANIZADOR265****ÍNDICE REMISSIVO266**

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL

Data de aceite: 02/05/2024

Emiliano Peggion de Carvalho

Doutorando, bolsista CAPES e Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pela UNESP/ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Faculdade de Filosofia e Ciências/Campus de Marília. Bacharel em Direito pela Universidade de Rio Verde e advogado

RESUMO: Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal houve uma série de novos desafios a serem cumpridos, em especial com relação ao orçamento e aos gestores públicos no Brasil. Tendo em vista essa nova perspectiva, para o devido cumprimento da nova legislação os gestores devem se debruçar a todo o momento sobre a questão contábil e financeira para a efetiva tomada de decisões de todas as áreas da administração pública, sempre lembrando de estabelecer o enquadramento do orçamento público em consonância de tal legislação vigente. O presente trabalho visa compreender de que forma a Lei de Responsabilidade Fiscal afeta as tomadas de decisões dos gestores públicos, bem como

de que forma tudo isso impacta na questão do orçamento no interior da administração pública. Para tal estudo, elaboraremos uma revisão bibliográfica do tema, apresentando os principais autores da área, usando de apoio a metodologia qualitativa por base nas pesquisas realizadas, buscando livros e artigos científicos para a construção de um entendimento e conhecimento científico estruturado. Pretendemos observar ao fim que a Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe para a administração pública uma forma de controle, planejamento e transparência, claro que nem sempre alcançada, porém sempre procurado no interior da burocracia da administração pública de uma forma mais ampla.

PALAVRAS-CHAVE: Administração pública; Gestão financeira; Responsabilidade fiscal.

ABSTRACT: With the advent of the Fiscal Responsibility Law, there were a number of new challenges to be met, especially with regard to the budget and public managers in Brazil. In view of this new perspective, in order to comply with the new legislation, managers must always look at the accounting and financial issue for effective decision-making in all areas of public administration, always remembering to establish the framework for

public budget in accordance with such existing legislation. This paper aims to understand how the Fiscal Responsibility Law affects the decision making of public managers, as well as how it all impacts on the budget issue within the public administration. For such a study, we will elaborate a bibliographic review of the theme, presenting the main authors of the area, using the qualitative methodology based on the research, supporting books and scientific articles for the construction of a structured scientific understanding and knowledge. We intend to observe at the end that the Fiscal Responsibility Law brought to the public administration a form of control, planning and transparency, of course not always achieved, but always sought within the public administration bureaucracy in a broader way.

KEYWORDS: Public Administration; Financial management; Tax liability.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretendemos realizar uma análise, tendo como perspectiva uma pesquisa bibliográfica acerca do tema, elaborando o levantamento de livros, artigos e documentos científicos relacionados aos impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na gestão e administração pública, bem como relacioná-la com sua afetação na tomada de decisão dos gestores relacionados ao tema de uma forma geral. Pretendemos compreender de que forma essa nova estruturação legal afeta a transparência, o planejamento, o controle e a responsabilidade atribuída aos gestores da administração pública nesse novo contexto legal que surge.

De uma forma mais específica, o planejamento está no centro do que se entende como importante para uma administração pública de qualidade. Nesse interim é necessário que haja um maior conhecimento acerca do conhecimento das despesas, observando uma projeção das receitas, bem como pensando os controles internos e a previsão dos riscos atribuídos.

Devemos lembrar que estamos lidando com a administração pública nesse contexto, sendo assim deve-se levar em conta que é fundamental o controle acerca das atividades financeiras do Estado de uma forma geral, independentemente de ser este da administração pública direta ou indireta. Tudo isso faz parte da fiscalização e transparência do Estado como ente público que presta um serviço de administração ao coletivo, havendo a necessidade de uma contabilidade pública de qualidade, gerando um maior controle operacional, orçamentário, patrimonial e financeiro, conforme consta no artigo 70 da Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo ser fiscalizado diretamente pelos Tribunais de Contas, sendo o controle do ente do Poder Legislativo chamado de controle externo, bem como também o Ministério Público, do controle interno de cada órgão, também sendo parte de tudo isso a sociedade civil de uma forma mais geral e ampla como responsável por cobrar, analisar e fiscalizar os poderes diante da transparência que é ofertada.

Tendo em vista isso, devemos colocar como um pilar estruturante da administração pública e em especial sua relação com a sociedade de uma forma geral o princípio da transparência como responsabilidade da gestão pública no tocante as contas públicas e

seu devido planejamento orçamentário. É nesse contexto que se vislumbra a necessidade de conhecimento de toda a sociedade, como um dever, de todas as informações ligadas ao serviço e à administração pública, fazendo um controle externo do efetivo exercício do poder dos governantes, exigindo a implementação daquilo que acreditam ser importante para o bem coletivo, a partir de políticas públicas e responsabilizando tais detentores do poder no caso de intransigências. Nesse caso devemos levar em conta que a transparência não está relacionada somente a disponibilização dos dados posteriormente de efetivado os gastos ou sua atribuição, mas sim o planejado e de forma atualizada e em tempo real conforme dispõe a legislação, utilizando-se da internet como meio.

A construção e o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e difusão das informações permite uma outra perspectiva da administração pública e a participação popular. Os dados podem e devem ser disponibilizados de forma online, todos aqueles dados que sejam de interesse público e não haja restrição jurídica, fazendo com que o controle social esteja muito mais perto da coletividade fazendo com que esses possam interagir muito mais rápido e decisivo no momento da tomada de decisões dos gestores públicos. Tudo isso torna muito mais democrático a gestão pública, realizando uma participação no interior da administração pública e da gestão de recurso mais ampla e com um controle muito mais eficiente e eficaz no que determina uma melhora social e na perspectiva de vida dos cidadãos.

Não há mais em que se falar de falta de participação e em um Estado que seja omissivo e engessado burocraticamente. A presença de uma perspectiva de transparência e de gestão mais coletiva traz consigo à administração pública uma governança mais humana e atenciosa as necessidades daqueles que elegem os verdadeiros gestores, criando um melhor clima para as tomadas de decisões em especial quando falamos de políticas sociais.

Outrossim vale ressaltar que apesar do avanço na transparência e os diversos instrumentos que possibilitam um maior acesso aos conteúdos da administração pública ainda existe muito a ser alcançado, até mesmo diante do acesso as novas tecnologias pelo mais pobres, uma classe ainda deixada a margem da sociedade. Diante de tudo isso vale aqui ressaltar a importância de se debater o tema, de modo a construir um conhecimento científico que nos leve para dentro e fora da academia em conclusões que transformem a realidade social.

A concepção dessa nova legislação ligada a responsabilidade fiscal se deu diante de muitos anos em que o Brasil teve em seu Estado um desequilíbrio fiscal gritante com fechamento de muitos anos com despesas muito superiores a suas receitas trazendo como consequência uma realidade social e econômica descompassada, afetando os mais pobres que sempre pagam pelos mais ricos diante de crises estruturais do sistema econômico capitalista.

A Lei de Responsabilidade Fiscal surge como uma forma de apoiar os administradores públicos em suas tomadas de decisões, em especial com relação aos recursos destinados

a coletividade possibilitando uma melhora considerável nas condições de vida, social e econômica de grande parte da população. Vale ressaltar que não encontraremos a solução de todos os problemas, apresentando resoluções definitivas aos problemas, mas pretendemos encontrar um debate acerca do tema que possibilite melhorar o que já está posto, objetivando uma construção que contribua para as novas concepções que venham a surgir no interior da administração pública e da sociedade para a implementação de ideias que façam com que a democracia se consolide no interior do Estado de uma forma mais efetiva e contundente.

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi instituída pela Lei Complementar nº 101 de 2000, promulgada de forma efetiva em 04 de maio de 2000 pelo presidente a época Fernando Henrique Cardoso, tendo como objetivo principal creditar a responsabilidade ao gestor em relação a suas decisões ligadas às finanças públicas, tendo aqui uma nova gênese nos modelos de gestão gerencial ligados a administração pública, visando uma maior eficiência e eficácia no interior do Estado. Para Nascimento (2012) a Lei de Responsabilidade Fiscal tem como objetivo fundante basear um regime de gestão fiscal de forma responsável, colocando a disposição diversos mecanismos e ferramentas, inclusive legais que devem ser utilizadas como norteadoras do futuro da administração pública de uma forma mais ampla. Também para o autor, tal diploma legal coloca limites, controles e baliza os gastos públicos em todos os âmbitos, também estabelecendo a fluidez dos recursos financeiros necessários para tal implementação.

O que Nascimento expõe, pode ser facilmente encontrado no artigo 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal que dispõe acerca das normas financeiras públicas, determinando que tais questões devem prezar pela transparência e o planejamento, com o intuito de se prevenir desvios no interior da administração, os quais podem afetar diretamente todas as contas públicas, o que se torna mais difícil quando tratamos de limites impostos aos gastos públicos, bem como sua aplicação.

Denota-se com que esses argumentos que existe aqui um objetivo principal no interior da Lei de Responsabilidade Fiscal, que seja a garantia de uma gestão fiscal e orçamentária de forma responsável, promovendo assim o planejamento das ações de forma transparente. Tudo isso faz com que haja uma prevenção e mitigação dos riscos ligados a administração pública, bem como a possibilidade de correção das intempéries que venham a ocorrer ao longo do percurso, isso para a efetiva busca de não ocorrer mais os déficits que antes ocorriam de forma descontrolada, assim entendido por Harada (2002).

No interior da Lei de Responsabilidade Fiscal ficou estabelecido diversas metas e objetivos a serem atingidos, os quais estão discriminados no artigo 4º, de forma positiva, podendo ser apresentado entre os principais:

- a. prevenir déficits imoderados e reiterados;
- b. limitar a dívida pública a níveis prudentes;
- c. preservar o patrimônio público líquido;
- d. limitar o gasto público continuado (despesas de pessoal, principalmente previdenciária, e decorrente de manutenção de investimentos);
- e. administração prudente dos riscos fiscais (inclusive reconhecimento de obrigações imprevistas);
- f. amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas.

Podemos observar diante desses objetivos e metas uma relação direta com a prevenção de déficits orçamentários, ou seja, temos como essencial o planejamento, o controle dos gastos públicos e a certeza da transparência, e não sendo essas questões principais impostas e observadas, caberá ao gestor público se responsabilizar e ser responsabilizado.

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal iniciou-se no Brasil um novo paradigma no que tange o trato com a coisa pública – gastos, despesas, financiamentos entre outros, desde o período de promulgação da lei ampliou-se a exigência no que tange ao cumprimento dos aspectos éticos, legais e de utilização do orçamento.

A Lei de Responsabilidade Fiscal adentra as mais diferentes esferas da Administração Pública, pois auxilia os gestores a conduzirem os gastos público com responsabilidade e coerência.

A existência da lei insere no cotidiano das Administrações Públicas transparência e equilíbrio, para tanto deve ter como guia o anseio pela prevenção dos erros, por meio de uma ação preventiva e corretiva de falhas, desvios e má administração orçamentária.

A utilização errônea do orçamento público tende a ocasionar desequilíbrio nas contas o que inviabiliza uma administração pública centrada nos sujeitos e em suas demandas. Assim, a utilização da LRF é de suma importância para a efetivação transparente e equilibradas.

A transparência das informações passou então ser condicionante para a efetivação real da LRF, sendo crucial para o equilíbrio e bom uso do dinheiro público. Pensando a questão da transparência torna-se essencial resgatar as contribuições de Fernandes (2014) em que assegura que por intermédio da Lei de Responsabilidade Fiscal, é possível acompanhar os gastos públicos, haja vista que esta lei exige o discriminar dos gastos, uso coerente e consciente do orçamento disponível e alicerça-se na transparência de informações, o que demanda uma prestação de contas constante e detalhada.

A partir dos anos 2000 a Administração Pública, fundamentada na Lei Complementar nº 101 de 2000 inseriu a Administração Pública brasileira na era da Gestão Fiscal Responsável (GFR).

Conforme asseverado por Araújo (2013) em muito a Lei de Responsabilidade Fiscal contribuiu para a organização social das finanças orçamentárias, permitindo aos gestores um maior cuidado frente a máquina administrativa, mas a que mais se destaca foi a inserção e disseminação da Gestão Fiscal Responsável, pois permite que as contas administrativas sejam planejadas, acompanhadas e bem executadas a fim de atender as demandas e interesses reais dos cidadãos.

No que tange a legislação, podemos nos valer das contribuições de Gadelha (2012) em que pontua que LRF perspectivou a consolidação da estabilidade econômica, financeira e fiscal almejada historicamente no país.

Assim, podemos depreender que fomentou pela via legal a mudança na estrutura das Administrações Públicas que careciam de transformação e que a própria sociedade civil clamava por tal transformação na atuação da Gestão Pública.

AS ORIGENS DO FINANCIAMENTO PÚBLICO

Quando se perspectiva pensar acerca da responsabilidade, transparência, equilíbrio e coerência dos gastos realizados pela Administração Pública, torna-se necessário pensar as fontes originárias dos recursos que serão gastos e posteriormente apresentados.

Os recursos que são utilizados pela Administração Pública têm sua origem principal da arrecadação paga pelos cidadãos, pelos tributos por estes pagos. Para tanto devemos ter como ponto de partida que os cidadãos são sujeitos e atores sociais centrais no debate da Lei de Responsabilidade Fiscal, haja vista que são a fonte principal dos recursos arrecadados, os que serão beneficiados e ou prejudicados pela forma como os gastos são conduzidos e os sujeitos que devem averiguar, analisar e fiscalizar os gastos. Desta forma são demasiadamente afetados e os principais beneficiários da LRF.

Para que o Estado se mantenha e se sustente é essencial a tributação, haja vista que são através destas arrecadações que se torna possível o financiamento das despesas públicas, sendo que estas são originárias essencialmente da população.

Atribuição que mantém o Estado, está prevista e garantida pela Constituição Federal (CF) de 1988, no título Constituição Tributária em seus artigos 145 a 157, sendo que nos referidos artigos e seus respectivos textos estão contidos todas as diretrizes tributárias que deveriam orientar a conduta no território brasileiro, dentre eles destacamos o evidenciar das necessidades de pagamento tributário, arrecadação tributária e as limitações quanto aos possíveis excessos que uma Administração Pública poderia vir a promover frente os cidadãos.

A fim de compreender o processo de arrecadação das receitas tributárias, recorreremos as contribuições de Fernandes (2014) em que afirma que os tributos de um Estado, os quais financiam as despesas públicas, são intitulados de receitas derivadas, haja vista que advêm de patrimônio particular dos cidadãos e o pagamento destes transcendem as

vontades e anseios do cidadão e se dão de forma compulsória, no entanto a cobrança tributária não pode ser excessiva e ou exorbitante, a fim de não onerar os indivíduos, logo deve se efetivar pela via do equilíbrio a fim de garantir a sobrevivência do Estado e a proteção dos cidadãos.

Assim sendo, podemos depreender que a principal fonte do Estado e das Administração Pública são os próprios cidadãos que por ventura poderão vir a ser beneficiados pelas referidas arrecadações. No entanto é central que haja a legislação limitadora dos gastos a fim de que de fato as arrecadações tributárias retornem para o contexto social a fim de favorecer e beneficiar o cidadão contribuinte.

Apesar de haver desde a CF as diretrizes quanto ao encaminhamento tributário, no que tange receitas e tributos para a administração, o debate acerca de uma lei reguladora dos gastos da Administração Pública não findaram-se com a Constituição, foi necessário um longo caminho de construção frente o imaginário social, político e econômico acerca da necessidade de equilíbrio, transparência e coerência dos gastos.

Outro ponto fundamental a se pensar com relação a Lei de Responsabilidade Fiscal é com relação ao Planejamento para tal, já que com relação às finanças pública é necessário que se compreenda a base para tal enquanto um esquema, que segundo Dino Jarach (2003), exerce “la actividad económica del sector público”, tendo como elementos envolvidos o Estado, as necessidades públicas, os serviços públicos e por fim os recursos públicos, sendo por óbvio o primeiro essencial para o devido desenvolvimento de todos os outros.

As necessidades públicas, os serviços e os recursos tem como origem em essência a tributação oriunda do Estado. Para Klaus Tipke (2002), não havendo a cobrança de imposto e nem mesmo contribuintes que arquem com tal despesas e receitas não há como se constituir um Estado de forma efetiva, e por óbvio também não haveria possibilidade de constituição de um Estado de Direito, muito menos um Estado Social ou baseado na Social Democracia, ou seja, não haveria como se constituir ou instituir um órgão, organismo ou instituição que regulasse a vida e o convívio social de um modo mais geral, elaborando regras, direitos e deveres, buscando uma sociedade mais justa, humana e igualitária, ao menos esses deveriam ser a obrigação de qualquer Estado que presta serviços a coletividade e não o inverso. Claro que podemos encontrar outras fontes de recursos no interior dos Estados, como por exemplo suas atividades econômicas ligadas a diversos ramos da sociedade, seu patrimônio e os empréstimos realizados, porém a base está fundada nas relações dos Estados com seus contribuintes ou cidadãos que fornecem fomento para sua constituição e manutenção de forma geral, devendo ser uma via de mão dupla, e não o benefício a apenas um dos lados de forma unilateral.

Muito embora os tributos se apresentem com uma relevância enorme, esse não é o foco desse trabalho, estando baseado em uma outra perspectiva, relacionada a atividade de forma mais efetiva financeira por parte do Estado, bem como em toda a sua

organização estatal, não devendo ser tratado com uma lupa um lado ou o outro, mas sim tanto as relações de despesas, quanto de receitas, tornando assim o conhecimento mais abrangente. Pensando de forma mais clara, iremos perspectivar compreender o orçamento estatal, ou seja, temos aqui uma análise acerca do planejamento do Estado de uma forma mais ampla, observando de onde veem o que se ganha e para onde vai.

Mais especificamente o Brasil, possui uma legislação para a constituição do orçamento, bem como especificando sua forma de planejamento. Para ser mais exato, o país possui três Leis que interagem de forma complementar para a devida elaboração de um planejamento orçamentário. A Lei do Plano Plurianual (PPA), tendo como objetivo primordial “estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes e metas da administração federal para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”. Logo em seguidas temos a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que possui em sua gênese:

[...] metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientar a elaboração da lei orçamentária anual e dispor sobre as alterações na legislação tributária, bem como estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (CONTI, 1998, p. 35)

Por último, podemos observar, não menos importante, a Lei Orçamentária Anual (LOA) que possui um papel fundamental em demonstrar de forma mais efetiva qual será a política financeira, econômica, bem como como se darão os trabalhos do governo de uma forma mais geral, podendo-se analisar aqui de forma efetiva quais medidas serão adotadas ou não, inclusive com perspectivas de cunho a políticas sociais e suas medidas para a redução da desigualdade social que ainda é muito crescente no Brasil, incluindo-se aqui também as questões relativas a seguridade social do país.

Apesar desse planejamento nós dar um indicativo muito forte com relação as políticas econômicas, financeiras e sociais adotadas como forma de parâmetro por cada governo que assume o executivo, essas atitudes não podem de forma alguma se desviar das legislações vigentes, sempre tendo como norte todos os princípios constitucionais em especial, já que esta é a lei suprema do país, ou seja, não pode ser violada por ninguém, por mais poder político ou econômico que este possua.

Desse modo, podemos observar que a liberdade de organização política, econômica e orçamentária por óbvio não é irrestrita, ficando a cargo dos tomadores de decisões nos âmbitos institucionais políticos a observância das legislações, em especial a Constituição Federal de 1988, nossa lei maior que rege todos os âmbitos sociais, de forma a buscar maior justiça social, política e econômica.

Dessa forma podemos concluir que não há uma liberdade total, nem para legislativo, nem para judiciário, tendo em vista que também existem diversos princípios que são imutáveis, mesmo que por força de lei, ainda assim podem ser considerados

inconstitucionais, e determinadas atitudes que violem preceitos, se comprovados podem ser considerados crimes contra a ordem institucional por parte do ente ou do gestor público que seja diretamente responsável por tal. As leis orçamentárias devem ser rígidas, porém sempre observando diversos parâmetros que não podem ser embatidos, também não havendo liberdade irrestrita para o Administrador ou gestor públicos, que deve observar muito bem as relações jurídicas e sociais para a devida aplicação de fundos, investimentos, serviços e recursos públicos, observando suas necessidade reais, entretanto existe uma discricionariedade com relação ao gestor ou administrador público, ficando a seu cargo a escolha de investimentos e políticas sociais, desde que todas essas decisões estejam de total acordo com o diploma constitucional, não podendo ser entendido como uma forma irrestrita de atuação.

Devemos ressaltar aqui mais uma vez que essa discricionariedade não é uma carta branca para as atitudes dos gestores e/ou administradores públicos, mas por detrás disso, segundo Ribeiro (2008) “a lei se reporta a uma esfera de realidade cujos limites não aparecem bem precisados em seu enunciado”, devendo por obrigação existir uma definição no momento exato de sua aplicação, ou seja, não há em se falar de subjetividade de nenhuma das partes, mas sim discricionariedade em relação ao que se é imposto pela legislação vigente e por todos os princípios constitucionais e da administração pública que norteiam, ou deveriam nortear todas as decisões que são tomadas no conjunto da máquina pública de uma forma geral.

Podemos concluir que tudo isso geral uma possibilidade de tomadas de decisões, o que de certo modo, baseado na legislação gera alguns caminhos a serem ou que possam ser seguidos, ficando a cargo do administrador ou gestor público escolher qual desses caminhos irá tomar com o intuito de se alcançar um fim específico a depender da organização orçamentária pretendida e estabelecida no início por meio de seu planejamento.

Existem alguns princípios que geram essa dita discricionariedade mencionada anteriormente, que seja, em especial o da não-afetação. Para Torres (2007) a “vedação constitucional, dirigida ao legislador, de vincular a receita pública e certas despesas”, ou seja, o legislador de forma mais geral não pode engessar ou determinar de forma precisa de que forma a receita advinda de qualquer imposto será empregada, ficando a critério do gestor aplicar tal receita, porém com responsabilidade, inclusive legal, podendo ser observado que a justificativa desta está entrelaçada a questão também da discricionariedade da própria receita, ficando a cargo também da execução o gestor público, determinando assim os gastos com os investimentos e as políticas sociais de um modo e de outro.

Por outro lado com relação a esse tema Ricardo Lobo Torres (2007) deixa claro que de certa forma esse princípio têm perdido força e relevância já que nos últimos anos se criou uma quantidade absurdas de emendas constitucionais e questões legais, abrindo precedentes inversos e exceções, que segundo o autor acabam por engessar o orçamento sendo tido segundo ele como instrumentos antidemocráticos, transformando em pontos

específicos as decisões que antes ficariam a cargo da escolha dos gestores e políticos ligados ao campo da administração pública, o que ainda em sua opinião geram uma interferência exagerada e demasiadamente exagerada cercada pelo controle jurisdicional diante do orçamento público.

Uma outra visão acerca do tema parte de Fernando Facury Scaff (2005), o qual defende de forma mais clara a vinculação dos impostos, colocando até mesmo como inconstitucionais as emendas constitucionais efetivadas acerca da desvinculação de recursos já que a receita pública passa a poder ser destinada a outros fins que não os previstos na constituição.

Existe um problema aqui com relação a vinculação dos gastos públicos, que ao especificar certa medida de destinação a saúde e a educação, como exemplos, cria uma espécie de jusfundamentalidade, ou fundamento baseado na questão jurídica a esses direitos, não tendo em consideração a relação entre os direitos sociais de uma forma mais ampla, observando os direitos máximos e mínimos a serem resguardados. Nesse ínterim, podemos notar uma certa confusão nas relações, em especial quando falamos em direitos de urgência e aqueles que possuem prioridade, que seja, os direitos sociais mínimos, bem como aquilo que deve ser observado como forma de investimento para que haja uma certa aceleração ou otimização no que já foi de forma mais efetiva realizado no contexto de uma sociedade, que seja, o direito máximo.

Por óbvio que tais debates estão longe de se findarem, porém devemos observar que o planejamento de uma forma mais geral tem por objetivo o conhecimento relativo as despesas, colocando em vista as receitas, bem como com isso podendo-se prever ou observar determinados riscos que sem esse planejamento não haveria como o fazer.

Outro ponto importante é a questão da transparência, sendo um dos mais essenciais para a Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo como objetivo fundamental uma maior fiscalização diante da administração pública e seus atos de uma forma mais próxima e menos burocrática, relacionando-se de forma mais intuitiva e próxima da sociedade civil, para que essa possa atuar na regulação e fiscalização das instituições sobre todos os atos que são praticados ao longo da gestão pública.

Podemos, ainda que de forma mais superficial analisar que tal questão está intimamente relacionada ao artigo 37 da Constituição Federal, o qual tem como princípio base a publicidade de todos os atos. Mesmo sendo paralelos, não devemos e não podemos deixar que se confundam. A transparência possui um viés de maior amplitude, já que pode haver publicidade em qualquer ato, porém nem sempre este será compreensível, relevante ou confiável, entretanto na questão relacionada a transparência tudo isso deve ser observado, devendo se atentar a todos esses quesitos de forma rígida.

BREVE HISTÓRICO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

O Brasil sempre vivenciou entraves quanto ao uso correto do orçamento público, sendo que o debate acerca das tentativas de melhoria da utilização orçamentária ronda o imaginário social e os debates públicos, sendo que apesar dos anseios da sociedade para apenas

A historicidade da Lei de Responsabilidade Fiscal tem suas raízes no período ditatorial, com a promulgação da Lei 5. 172 de 25 de outubro de 1966, a referida instituiu o Sistema Tributário Nacional e determina em seu Art. 1º

Esta Lei regula, com fundamento na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, o sistema tributário nacional e estabelece, com fundamento no artigo 5º, inciso XV, alínea *b*, da Constituição Federal, as normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sem prejuízo da respectiva legislação complementar, supletiva ou regulamentar. (BRASIL, 1966)

Com a promulgação da referida lei o país passa a possuir pela primeira vez uma legislação que perspectiva regulamentar os gastos tributários da Administração Pública, ao menos no plano jurídico e legal inicia-se a sistematização dos conjuntos de leis que auxiliam e auxiliaram a melhor organização do orçamento público.

Caminhando pela historicidade da regulamentação legal adentramos o ano de 1967, momento este da Promulgação da nova Constituição Federal, após a promulgação da CF o país presenciou o emergir do Ato Complementar nº 36 de 13 o qual transformava a Lei 5. 172 de 25 de outubro de 1966 em Código Tributário.

Santos et. Al. (2013) afirmam que estes dois anos foram decisórios para a consolidação da legislação, haja vista que inseriram no imaginário social e legal os encaminhamentos para a formulação do que hoje compreendemos e denominamos de LRF.

No entanto apesar dos avanços suscitados pelas leis da década de 1960, não podemos deixar de evidenciar que este momento da história nacional foi marcando por obscurantismo e mascarar da realidade a fim promover a manutenção do Regime Militar. A história contada para a população, no período mencionado, não refletia transparência, haja vista que o governo militar inviabilizava qualquer tipo de investigação acerca de gastos orçamentários, arrecadação e investimentos.

Ao longo dos anos da Ditadura Militar o país presenciou momentos de ápice e declínio da economia, houveram momentos de apogeu da economia, denominados de Milagre Econômico e momentos de forte crise econômica para a população civil mais pobre. (CARVALHO, 2010).

O período dos governos militares, apesar de anunciar o chamado Milagre Econômico, foi marcado por instabilidade econômica, desigualdade social e desinformação da população, o que coloca em questionamento a viabilidade de implantação e efetividade das legislações.

A economia nacional ao término da Ditadura estava devastada e necessitava de um profundo ajuste fiscal, reorganização do orçamento público e alternativas para a retomada do equilíbrio econômico e retorno do crescimento nacional.

Findado o Regime Militar o país adentra e inicia o período da Redemocratização, no que tange a economia, responsabilidade fiscal e equilíbrio das contas públicas, trata-se de um período demasiadamente importante, haja visto que era o momento da história nacional de ruptura com o atraso, desinformação e possibilidades de superação, ainda que parcialmente, das desigualdades históricas.

Para tanto, fazia-se necessário a criação de planos de estabilização e retomada econômica. Durante os anos de 1986 a 1993 o país presenciou a formulação e implementação de diferentes programas de estabilização da economia, no entanto todos se mostraram ineficientes e não conseguiram equilibrar as contas. Os programas de estabilização que aqui mencionamos incluem essencialmente o Plano Cruzado elaborado em 1986 e o Plano Collor de 1990.

No entanto em fevereiro de 1994 o país, enfim, consegue promover a criação de um plano de estabilização de fato eficiente e capaz de alcançar os objetivos de retomada do crescimento, reformas e estabilização econômica, sendo este o Plano Real elaborado ao longo do Governo do então Presidente Itamar Franco e personificado pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Conforme exposto por Nunes e Nunes (2003) dentre as conquistas trazidas pelo plano Real destaca-se o controle da inflação, a criação de uma nova moeda e por consequência a valorização da moeda nacional.

O grande plano de ajuste fiscal foi fundamental para a eleição a Presidência de Fernando Henrique Cardoso, no entanto o plano de ajuste fiscal apesar de ter promovido um exponencial crescimento econômico e valorização da moeda nacional, tinha como principal entrave a instabilidade política que ainda assolava o país. Marcada por períodos de rupturas políticas e descontinuidades governamentais dentro dos estados e municípios inviabilizavam uma política de ajuste fiscal plena.

Nunes e Nunes (2003) apresentam que outro entrave vivenciado pelo governo federal era a descentralização e autonomia dos municípios e governos estaduais, condição esta que inviabilizava um controle mais rígido, firme e coerente pelo Governo Federal. Situação esta que limitava a efetivação do avanço econômico no que tange os gastos públicos realizados pelas respectivas Administrações.

O endividamento dos estados e municípios era latente e preocupante, sendo que estes recorriam ao Governo Federal e Bancos públicos para o sanar de seus débitos e gastos. Havia um cenário pouco propício para o êxito do ajuste fiscal almejado pelo Governo Federal em virtude do descontrole e descomprometimento dos estados e municípios frente aos planos de austeridade pensados pelo Governo Federal.

Conforme exposto por Nunes e Nunes (2003) as despesas dos estados e municípios apresentava-se em uma trajetória crescente, sendo que o sanar destas dívidas eram

pagas com os financiamentos obtidos nos bancos públicos estaduais, estes bancos eram autônomos, logo poderiam deliberar acerca de seus financiamentos, situação esta que levava a um descontrole por parte dos estados e municípios, haja vista que sabiam que poderiam recorrer ao financiamento público como alternativa do supri de seus exorbitantes gastos públicos, em virtude dos constantes financiamentos as instituições financeiras públicas constantemente tinham que recorrer ao Banco Central a fim de evitar situações de insolvência, dissolução e permitir a efetivação da rolagem das dívidas estaduais.

Diante desta grande crise e instabilidade econômica que assolava o país, os estados e municípios em virtude dos exorbitantes gastos públicos das respectivas Administrações locais o Governo Federal no principiar dos anos 2000 consolidou e difundiu por todo o território nacional a Lei de Responsabilidade Fiscal a fim de efetivamente propiciar a consolidação de um modelo de austeridade e controlar os gastos das administrações públicas do país.

A referida lei prevê que os estados, municípios e o próprio governo federal deverão atuar pautados nos pressupostos da Responsabilidade, para tanto deverão planejar com rigor os gastos públicos e condicioná-los ao orçamento prévio. A fim de evitar gastos desnecessários e incompatíveis com as realidades locais.

Neste sentido Araújo; Moraes (2012) expõe que a legislação passou a regular e regulamentar a ação dos gestores públicos, devendo estes previamente demonstrarem em quais locais seus gastos, investimentos, arrecadações e despesas repercutirão, também passou a estar previsto medidas de compensação a fim de solucionar os problemas tributários que por ventura vierem a acontecer na administração, os impactos orçamentários e seus desdobramentos passam a estar na Agenda.

Não era mais possível, conforme exposto na lei, uma atuação irresponsável, alicerçada unicamente no favorecimento de pouco, benefício próprio por parte dos representantes da Administração Pública e desrespeitosa para com o cidadão e para o Estado.

Com o advento da LRF nos anos 2000 o país adentra a era de ruptura com Administrações Públicas levianas e negligentes, inicia-se com a lei, a fase de cobrança e responsabilização dos dirigentes políticos e administrativos da gestão pública.

A LRF apresentou então avanços consideráveis, mas ainda necessita romper com a historicidade do clientelismo e utilitarismo político ainda presente no histórico da sociedade brasileira.

Romper com esta estrutura de falta de transparência e equilíbrio dos gastos públicos é uma demanda social, neste sentido Araújo (2013) afirma que as irregularidades, fraudes e corrupção ainda são uma realidade na sociedade brasileira, fato este que demonstra que demonstra os limites da lei. A LRF constantemente é atacada por políticos e parlamentares que perspectivam fazer o uso errado da política e do orçamento público, fato este que inviabiliza uma real consolidação da transparência no que tange os gastos.

Mas apesar destas situações mais pontuais de ataques a efetividade da LRF, esta está presente e limita as atuações inescrupulosa de alguns administradores e agentes públicos, no entanto é fundamental o fortalecimento constante da legislação a fim de melhor atender as demandas e transformações sociais.

A EFETIVIDADE DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Em grande medida, o planejamento se tornou um ponto central para a realização e efetivação das funções sociais do gestor público, o que ainda é determinante para compreendermos a distância que permanece entre orçamento e equilíbrio no ambiente social, político e econômico, tornando tais pontos extremamente relevância para um debate de toda a comunidade, incluindo aqui o debate acadêmico de tal assunto.

Conforme pudemos observar acima, a Lei de Responsabilidade Fiscal possui diversas exigências, cabendo ao Estado e seus administradores observá-la e cumpri-la na sua forma correta, havendo previsão legal para a proteção da sociedade como um todo. Se houvesse uma efetivação a rigor da lei, bem como a participação coletiva da sociedade no interior dos processos de decisões, sem dúvida alguma a administração de uma forma geral seria diferente da existente na atualidade.

Podemos notar na contemporaneidade que se é aplicada a lei no momento da elaboração orçamentária de uma forma geral, porém com relação a sua aplicabilidade no decorrer no tempo isso não se efetiva na concreticidade das relações sociais e jurídicas, acarretando uma não execução conforme prevê a lei específica.

Analisando o caso concreto brasileiro, podemos observar tal afirmação citada acima, ou seja, de uma forma geral os gestores brasileiros procuram sempre observar o que prescreve a lei, em especial objetivando um maior controle financeiro conforme é determinado pela lei em vigor, entretanto, também se é fácil de observar que sempre existem distorções ao longo do caminho de sua aplicação diante da existência de uma longa linha burocrática e diversas esferas públicas a serem seguidas e observadas, o que torna tudo muito mais complexo.

Existe aqui uma necessária observância do controle do poder Legislativo, com amparo também do poder Judiciário por meio dos tribunais de contas, o que por diversas vezes se efetiva em uma fiscalização eficiente, deixando as contas públicas muito mais claras e transparentes. Apesar disso, ainda existem muitos gestores que agem de forma consciente na tentativa de dificultar o devido acesso, encobrando e ocultando seus atos ou por algumas vezes distorcendo, ou seja, aplicando uma espécie de “maquiagem” com o intuito de aparentar adequação acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal, permanecendo falhas que devem ser observadas e corrigidas, e quando da atitude dolosa em relação a lei, pagando por seus atos pessoalmente o gestor que as cometerem.

Outro ponto necessário a ser destacado e que deve ser atribuído grande importância é o da transparência ou de sua falta. Conforme já apresentamos anteriormente, a transparência é uma base de sustentação para a efetivação da Lei de Responsabilidade Fiscal e por óbvio da Lei da Transparência em uma medida geral, aproximando de forma íntima o gestor público de toda a sociedade, tendo como objetivo a fiscalização por parte de toda a sociedade diante dos atos praticados pela administração pública, tendo como consequência o conhecimento do indivíduo dos atos de seus representantes em uma medida muito mais abrangente que anteriormente na história. Isso torna mais fácil o acesso dos cidadãos aos acertos e erros cometidos diante da utilização das verbas públicas que são pagas pelo próprio cidadão, ou seja, podemos notar a administração dos recursos com maior transparência por aqueles que pagam de seu próprio bolso estes.

Devemos acreditar aqui que a transparência que gira em torno de tais atos da administração seria uma forma para evitar conflitos sociais, bem como para evitar e combater a corrupção no interior do Estado, transformando aqueles que atuam com o dinheiro alheio mais responsáveis antes de qualquer ato, mesmo que houvesse a intenção de atuar de forma criminosa, pensando bem antes de praticar tais ações.

Apesar de diversos progressos, e a concentração de pesquisas acerca do tema, como é o caso de Sales (2013), elaborando uma exaustiva análise dos portais da transparência de praticamente todos os Estados brasileiros e do Distrito Federal, para o autor se confirmou que apenas oito desses Estados cumprem todas as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a Lei nº 12.527 de 2011 em uma medida que seja ao menos satisfatória, enquanto que para o autor, os demais Estados, mesmo colocando ao público informações básicas de suas administrações, não efetivam atualizações, nem mesmo disponibilizam as informações de forma clara e compreensível ao cidadão médio leigo, não havendo em sua maioria espaços para a interação entre o cidadão e o gestor.

Um outro ponto a ser debatido aqui está relacionado ao pensamento advindo da própria administração e seus servidores, no qual, para Paes (2014), em uma análise da pesquisa elaborada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em parceria com a Controladoria-Geral da União do Brasil, para 40,7% dos servidores públicos do Poder Executivo brasileiro não deveria haver transparência das informações relacionadas aos seus serviços, devendo tais informações serem mantidas em sigilo, batendo de frente com a ideia de transparência preconizada em lei e em grande parte dos trabalhos acadêmicos acerca do tema de forma global e não somente no Brasil.

Outrossim vale ressaltar que há uma dificuldade enorme na implantação da transparência como prática na gestão pública, sejam por dificuldade em aceitação dos próprios servidores, ou falta de tecnologia na disponibilização, ou ainda na dificuldade em traduzir as informações de uma forma que o público leigo compreenda de forma clara já que a contabilidade e o direito praticamente se utilizam de outra linguagem que não a tradicional aplicada ao cotidiano da população. Diante de todo o debate apresentado até o momento,

percebe-se que muito ainda há a ser feito em consonância com os fundamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal, como o planejamento, controle, transparência e responsabilização, havendo diversas falhas no mundo real, fora dos papéis, impedindo ainda uma profunda reforma administrativa e fiscal no interior da gestão pública como um todo.

Vivemos em um país supostamente democrático, elegendo nossos governantes que por sua vez atribuem responsabilidades para o devido funcionamento da máquina pública, porém ainda falta muito a ser feito para que haja uma aproximação entre os cidadãos e seus representantes, ou seja, para que a sociedade de uma forma geral se aproxime do sistema político de forma a participar efetivamente de sua própria realidade. Isso tudo se faz necessária para que os responsáveis por administração recursos públicas possam saber de forma mais prática e objetiva onde alocar tais valores para a elaboração de políticas públicas, porém para que isso ocorra deve existir uma revolução no pensamento dos indivíduos, ao invés de participar, apenas de forma obrigatória nas urnas, participando em todos os momentos regidos pela burocracia Estatal diante das tomadas de decisões.

É nesse sentido que para Aguiar (2014) a mudança de forma efetiva não se encontra na elaboração de novas Leis ou o aperfeiçoamento da Lei de responsabilidade Fiscal, mas sim em uma alteração profunda na cultura do próprio brasileiro, bem como em uma maior disponibilidade de ferramentas que façam garantir e fortalecer o Estado Democrático de direito. Para a autora, não adianta nenhuma alteração de ordenamento jurídico se não houver de forma mais clara e efetiva vontade social, sendo que para a autora:

Não se pode afirmar que a disponibilização das informações ou a possibilidade de requerê-las, por si, tenham a faculdade de torná-los [os cidadãos] aptos à realização de seu mister referente ao controle social. Isso porque, inicialmente, é necessária a existência do interesse para fazê-lo, e, posteriormente, impõe-se que haja também uma capacitação apta a dar-lhes os conhecimentos necessários para compreender o conteúdo divulgado. Aqui não se está no intento de reduzir a importância da lei para a democratização do exercício do poder, mas, indubitavelmente, sem esses dois elementos mínimos, não se pode afirmar que a norma atingirá seus objetivos. (AGUIAR, 2014, p. 150)

Podemos notar e concluir que mesmo que a estrutura do Estado crie uma forma estruturante para a disponibilidade da transparência pública, é essencial que haja uma mudança de paradigma no interior da própria sociedade, fazendo com que essa crie forças com o intuito de alterações na cultura política e as devidas alterações e reformas sejam aplicadas e não sejam os cidadãos removidos das tomas de decisões dos governantes.

Com essas devidas aproximações entre o Estado e o cidadão poderemos então perceber uma redução necessária dos problemas do sistema político e decisório. Para isso a internet e as redes sociais têm se tornado uma importante ferramenta para a efetivação do necessário, porém ainda há muito a ser realizado. Há uma intensa manifestação de alguns setores da sociedade, bem como forte cobrança por parte das mídias na análise dos dados disponibilizados.

Um grande exemplo disso foi o ano de 2013, no qual diversos movimentos sociais e populares foram às ruas, tudo articulado mediante o uso da internet, concentrando grande mobilização dos cidadãos brasileiros em uma perspectiva talvez nunca antes vista. Um dos motivos para a efetivação dessa mobilização foi a Proposta de Emenda a Constituição de número 37 que retirava do Ministério Público o poder de investigar crimes e conferindo apenas e tão somente a polícia. Falta no interior da sociedade uma maior educação política para que maior vezes esse tipo de articulação e cobrança se efetive, inclusive com relação a legislação fiscal e administrativa e sua aplicabilidade e observância, ou seja, deve-se existir uma maior interação e participação da sociedade de forma mais ampla, geral e irrestrita, porém isso depende em muito da própria sociedade e de seus cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir aqui, que a Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe consigo uma infinidade de desafios para os gestores públicos, tornando necessário a observação de uma gama grande de regras que são prescritas em lei, colaborando para que os tomadores de decisões pudessem fazer e elaborar o seu papel de forma mais correta e responsável diante da utilização dos recursos públicos, bem como atribuindo maior transparência para que seus atos sejam menos questionáveis diante do uso dos recursos que advém do interior da sociedade, necessitando que os atos fossem divulgados e publicados de forma mais efetiva.

Devemos observar que todos os gestores, de forma irrestrita, bem como aqueles que estão envolvidos nos momentos de tomada de decisões no âmbito da utilização dos recursos públicos devem ter como base em sua gestão a transparência, fazendo assim que se garanta um maior controle social, mais eficiente e eficaz. Para isso se concretizar, devemos observar que sempre deve haver a disponibilização e publicação das informações das receitas e despesas de uma forma específica. Conforme já observamos anteriormente, essa questão da publicação se faz necessário para que todo e qualquer cidadão possa receber para seu conhecimento onde as verbas estão sendo alocadas, podendo assim fiscalizar de que forma seus representantes estão atuando de forma mais específica, podendo, se for o caso, intervir de alguma forma para que se altere as tomadas de decisões, exigindo mudanças na prestação dos serviços que são direcionados a toda a população.

Apesar de no senso comum existir um entendimento de que a Lei de Responsabilidade Fiscal traga consigo uma necessária atuação do gestor público e dos indivíduos que possuem poder de decisões, aplicando-se o rigor da Lei, a atuação não caberia apenas e tão somente ao funcionário público relacionado aos fatos, mas a toda a sociedade de uma forma muito mais geral do que se imagina. Os serviços públicos são direcionados a todo cidadão, de forma irrestrita, porém cabe a eles, os cidadãos observarem a forma da prestação dos serviços públicos e seu devido andamento, bem como sua qualidade. Por

esse motivo deve-se haver uma participação efetiva da população no interior do cotidiano da administração pública. Diante disso e do desenvolvimento tecnológico atual, podemos observar na internet uma ferramenta poderosa para elaborar o acesso do cidadão médio aos passos do Estado, seguindo para uma possível participação muito mais intensa nas tomadas de decisões, mesmo antes de se efetivarem e não somente após as coisas saírem do controle.

De uma forma geral, com esse desenvolvimento tecnológico mencionado acima, podemos observar que o cidadão, de forma geral aquele que possui instrução para compreender os documentos, bem como acesso a rede mundial de computadores, pode e deve ter acesso a todas as contas, contratos, dados, e informações geral dos sistemas do Estado.

Antes, não haveria uma possibilidade fácil para fornecer o acesso a essas informações, se alterando atualmente com todos os desenvolvimentos, inclusive os legais para que os indivíduos acessem e opinem com relação as contas e políticas públicas do Estado de uma forma ampla, fazendo com que o gestor pense melhor nas formas de alocação do dinheiro público. Para Zugman (2006), existe na tecnologia uma relevância muito grande da tecnologia da informação em especial, fazendo com que a administração pública tenha por obrigação a facilitação do controle do cidadão sobre o acesso dos atos dos representantes governamentais, inclusive aqueles que não foram eleitos pelo indivíduo.

Podemos concluir que a Lei de Responsabilidade Fiscal já existe e se efetiva no cotidiano da administração, havendo alguns instrumentos e formas de participação do cidadão diante de tomadas de decisões, porém ainda há o que melhorar. Apesar disso e de sempre aparentar responsabilidade dos gestores, devemos observar que para uma real modificação, os próprios cidadãos necessitam tomar como consciência que eles próprios são os agentes das transformações sociais. Os indivíduos devem opinar, fiscalizando as decisões e ações, tomando para si, em certo percentual os rumos do país, não somente de dois em dois anos nas eleições, tornando as questões relacionadas a administração pública de forma efetiva e permanente, entretanto isso tudo depende muito do indivíduo em si, claro que também havendo necessidade de atribuição aos gestores públicos.

Todos esses meios relacionados ao desenvolvimento da tecnologia da informação, bem como da legislação vigente que envolva os serviços públicos e seus gestores faz com que o cidadão de uma forma geral tenha atribuído a si maior voz e efetividade no desenvolvimento das políticas públicas e nos serviços públicos de forma mais clara, com uma maior eficiência e eficácia com a atuação da coletividade que deve participar de forma intensa para que haja uma melhor substancial na qualidade de vida de todos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Ana Cecília Bezerra de. **A Construção da Cidadania Solidária por Meio da Educação Fiscal: Uma Análise dos Observatórios Sociais**. 2014. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2014, p. 150.
- ARAÚJO, A. L. de. **A lei de responsabilidade fiscal e seus reflexos na contabilidade pública**. RBDGP (Pombal – Paraíba, Brasil), v. 1, n. 1, p. 56-61, jan.-mar. 2013.
- ARAÚJO, Wilson José de; MORAES, Tiago Cacique de. **A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): balanço preliminar e impactos sobre governos municipais**. In: Encontro Anual da ANPAD, 2012,
- BRASIL. **Lei Complementar n.º 101**, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 2000.
- DANTAS, Fernando. **A LRF e o Futuro**. Publicação na Internet. Estadão. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/blogs/rçament-dantas/a-lrf-e-o-futuro>. Acesso em: 30/04/2017.
- GADELHA, Sérgio R. de B. Análise dos Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a despesa de Pessoal e a Receita Tributária nos Municípios Brasileiros: um Estudo com Modelo Probit Aplicado a Dados em Painel. **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, v. 11, n. 1, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010
- FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Princípios do contraditório e da ampla defesa: especificidades na ação do controle externo. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 46, n. 1, p. 57-69, jan./mar. 2014.
- NASCIMENTO, Carlos Valder do. MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários À Lei de Responsabilidade Fiscal**. 6 ed. São Paulo, Saraiva, 2012,
- NUNES, Selene Peres. NUNES, Ricardo da Costa. **O Processo Orçamentário na Lei de Responsabilidade Fiscal: instrumento de planejamento**. Disponível em:< http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/rçamento/boletins/O_Processo_orcamentario_na_LRF_instrumento_de_planejamento.pdf>. Acesso em: 16/12/2019
- PAES apud AGUIAR, Ana Cecília Bezerra de. **A Construção da Cidadania Solidária por Meio da Educação Fiscal: Uma Análise dos Observatórios Sociais**. 2014. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós- Graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2014, p. 150.
- HARADA, Kiyoshi. **Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.
- SALES, Tainah. **Acesso à informação, controle social das finanças públicas e democracia: análise dos portais da transparência antes e após o advento da Lei n.12527/11**. Direito Público, v. 9, n. 48, p. 28–48, nov./dez., 2013
- SANTOS, Paulo S. A.; DANI, Andréia C.; RAUSCH, Rita B. Finanças públicas e lei de responsabilidade fiscal; reflexos na produção científica nos principais congressos brasileiros de administração e contabilidade no período de 2000 a 2010. **RIC – Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 6, n. 3, 2013.
- ZUGMAN, Fábio. **Governo Eletrônico: Saiba tudo sobre essa revolução**. São Paulo: Livro Pronto, 2006.

A TEORIA DO ETIQUETAMENTO SOCIAL FRENTE A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

Data de aceite: 02/05/2024

Vitória Gontijo Britto
FCH/UFMG

RESUMO: O presente ensaio aborda sobre a teoria do Etiquetamento Social (*Labeling Approach*) e sua relação com as questões raciais, no qual a sociedade se valendo do senso comum estigmatiza os indivíduos negros impondo rótulos. Por meio de pesquisas bibliográficas, consistentes na utilização de obras renomadas sobre o tema, fez-se um sistemático estudo, visando contribuir para a difusão da linha de entendimento debatida. Dessa forma, proporcionando uma visão mais ampla do tema, inicialmente, expõe sobre a teoria do etiquetamento e sua relação com as questões sociais, bem como sua construção social por meio da sociedade. Posteriormente, traz uma análise sobre o senso comum atribuído ao negro que faz parte do cotidiano da sociedade, como também, a definição e exemplos do etiquetamento, abrangendo as mulheres negras, como qual, o feminismo negro. Discorre sobre casos reais em que o negro foi denominado como “delinquente/ criminoso” ou pejorativamente como “do

lar”, devido a esses indivíduos possuírem rótulos incutidos na sociedade. Por fim, fez-se uma objetiva demonstração da influência da sociedade e os fatores estigmatizantes na Teoria do *Labeling Approach* na busca pelo distanciamento do senso comum, de rótulos e etiquetas conferidas a alguém por conta da cor da sua pele.

PALAVRAS-CHAVE: Labeling Approach; Senso Comum; Etiquetamento; Questão racial.

THE THEORY OF SOCIAL LABELING IN FRONT OF RACIAL ISSUES IN BRAZIL

ABSTRACT: This essay discusses the theory of Social Labeling (*Labeling Approach*) and its relationship with racial issues, in which society, using common sense, stigmatizes black individuals by imposing labels. Through bibliographical research, consisting of the use of renowned works on the subject, a systematic study was carried out, aiming to contribute to the dissemination of the debated line of understanding. Thus, providing a broader view of the topic, initially, it explains the theory of labeling and its relationship with social issues, as well as its social

construction through society. Subsequently, it presents an analysis of the common sense attributed to black people who are part of everyday life in society, as well as the definition and examples of labeling, covering black women, such as black feminism. It discusses real cases in which black people were called “delinquent/criminals” or pejoratively as “homemakers”, due to these individuals having labels instilled in society. Finally, an objective demonstration was made of the influence of society and the stigmatizing factors in the Labeling Approach Theory in the search for distancing itself from common sense, labels and labels given to someone because of the color of their skin.

KEYWORDS: Labeling Approach; Common sense; Labeling; Racial issue.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar a teoria do *Labeling Approach*, a luz da sociologia do direito, ou melhor, da sociologia jurídica. Busca ainda demonstrar as consequências dos rótulos que são aplicados a certas pessoas, como os negros, a grupo central do texto, em razão do senso comum. Frise-se que tal Teoria é considerada crítica já que traz novo entendimento sobre a aplicação penal sobre atos criminosos, que não dependem exclusivamente da conduta criminosa em si, mas também depende fortemente do controle social em que o indivíduo criminoso está inserido.

Outrossim alude sobre a punição, como as penas de detenção que se fazem presentes pautadas nos rótulos aplicados pela sociedade a alguém, o que institui para que o senso comum se alastre e assim o indivíduo começa a acreditar e se adequar aquele rótulo - “pobre correndo é ladrão” – no qual, uma sociedade em que se encontra submissa ao pensamento de uma minoria dominante contribui para a vigência de rótulos e o etiquetamento social.

A Teoria do etiquetamento frente as questões raciais aplicam-se especialmente aos fatores externos a pessoa, alheios a subjetividade, pois há pessoas que incriminam outras somente ao olhar para suas características pessoais, como os negros, e a partir do momento que o rotulam como “criminoso” a própria sociedade gera um indivíduo desviante.

Por fim, é importante desconstruir a ideia do senso comum para trazer formas de combater a desigualdade social que marginalizam muitos negros, simplesmente pelo fato da cor da sua pele. O etiquetamento está embutido nas universidades, nos bares, nas esquinas de casa, nas penitenciárias, em toda a sociedade, que o rotulam como “desviante” o que torna capaz de causar grandes mudanças na vida daquele indivíduo, perdendo a confiança social e sendo marginalizado, muitas vezes acreditando que ele é realmente o que a sociedade o rotula.

LABELING APPORACH E SUA RELAÇÃO COM AS QUESTÕES SOCIAIS

O *Labeling Approach* ou também conhecida como A teoria do etiquetamento social surgiu na década de 1960 nos Estados Unidos, no qual esta teoria revela que para uma determinada conduta ser considerada criminosa, depende de processos sociais específicos, nos quais selecionam pessoas, e diante disso “etiquetarão” as suas condutas específicas, classificando-as “desviantes” ou “desviadas”.

“Quando os outros decidem que determinada pessoa é non grata, perigosa, não confiável, moralmente repugnante, eles tomarão contra tal pessoa atitudes normalmente desagradáveis, que não seriam adotadas com qualquer um. São atitudes a demonstrar a rejeição e humilhação nos contatos interpessoais e que trazem a pessoa estigmatizada para um controle que restringirá sua liberdade. É ainda estigmatizador, porque acaba por desencadear a chamada desviação secundária e as carreiras criminais” (SHECARIA, 2008, p. 291).

De acordo com Durkheim, a sociedade possui uma consciência coletiva, sendo expressada em um conjunto de crenças ou sentimentos partilhados pelo senso comum, no qual, o senso comum passa de geração em geração, algo presente no cotidiano de todos.

O SENSO COMUM NAS RELAÇÕES RACIAIS

Para Pedro Borges, jornalista do Alma Preta, em seu artigo escrito em Usina de Valores com o seguinte tema: “O senso comum não nasceu no boteco ou no almoço de domingo” (2018) aborda a ideia de que a democracia racial presente no Brasil é um dos maiores mitos presentes no senso comum brasileiro.

Uma expressão clara que está enraizada no senso comum, em outros termos, etiquetada no pensamento das pessoas, é a expressão “branco correndo é atleta, preto correndo é ladrão”, lamentavelmente faz parte do cotidiano brasileiro. Uma afirmação de cunho racista, que por muitas vezes pessoas não percebem que fazem o uso de tal afirmação em seu dia a dia. É o senso comum se valendo do sofrimento negro.

Césare Lombroso, psiquiatra e antropólogo italiano traçou o perfil físico do criminoso na Europa, e em sua teoria demonstrou a ideia de que o negro é um sujeito propenso ao crime, onde analisou muitos crânios e corpos de pessoas para chegar a um suspeito padrão.

A ideia que se tem do “negro enquanto suspeito” infelizmente adentra como um senso comum, onde a teoria do etiquetamento se mostra presente.

Esta ideia além de ser uma ideia cotidiana, os números de mapas da violência, ocorrências policiais mostram que existe uma parte da seletividade no olhar do Estado com esse sujeito, tal seletividade se mostra com a seguinte “etiqueta”: de que o negro é um sujeito mais propenso a criminalidade, enfim, ao crime.

E de onde surge essa ideia, ou seja, esse designado senso comum? É uma questão a ser discutida no decorrer deste texto.

DEFININDO O ETIQUETAMENTO AO NEGRO

Por que os negros são a maioria nas penitenciárias brasileiras?

Seguindo a linha de pensamento de acordo com uma pesquisa realizada pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em junho de 2022, 820.689 pessoas estão inseridas do sistema carcerário brasileiro, e destes, 67,4% são negros, isso mostra um aumento considerável de 3,4% em relação ao ano de 2020, percebe que uma pessoa não passa a ser criminoso pelo fato de descumprimento da lei, mas simplesmente pelo fato de que a etiqueta social e ela imposta é um grande contribuinte, por muitas vezes o principal, para rotular, os negros, como criminosos, meramente pelo seu tom de pele.

Paulo Henrique Moura expôs tal assunto com maestria em seu artigo publicado sobre *Labeling Approach: Teoria do Etiquetamento Social* relacionado às consequências da marginalização do cidadão (2019, p. 08) ao falar que não importa qual seja o desvio cometido ou sua motivação para praticar algum crime, caso seja rotulado como perigoso em razão do seu ato, ou indo além, em razão da sua cor da pele, do seu modo de vida, da sua condição precária, será conseqüentemente colocado às bordas da sociedade.

Por isso, passo a exemplificar: duas pessoas que brigaram entre si, de onde parte o pressuposto que uma delas poderá ser excluída da sociedade, bastando apenas sua característica pessoal, não unicamente o ato em si, para dessa forma, a sociedade, ou em termos mais executórios, o Estado passe a etiquetá-la como criminoso?

Essa pessoa etiquetada, ou, em outros termos, rotulada como “culpado”, “vilão”, perde a confiança social, sendo marginalizado, enquanto o outro, que agiu da mesma forma, tendo praticado o mesmo ato, no qual levando em conta as características intrínsecas ao seu ser, como riqueza, cor de pele e emprego, para a conclusão de sua condição na cena de tal ato, será acolhido e afastado do suposto agressor e dessa forma, a sociedade e o estado não o fazem nenhum tipo de etiquetamento, ou, se é que podemos chamar assim, se fazem, o usam como uma etiquetamento do bem, pelo simples fato de sua cor da pele, ou sua condição de renda ser “distante” de alguém que pratica algum desvio de conduta.

Elijah Anderson, um sociólogo americano dedicou sua carreira às questões de raça e racismo nas áreas pobres dos centros urbanos dos Estados Unidos, grande parte do seu trabalho se concentra na forma como os negros são tratados na sociedade branca de classe média. Na obra *Se liga na Sociologia* (2019, p.26-27) Elijah ressalta que os negros bem-sucedidos ainda passam por situações extremas de racismo, conhecidas como “momentos gueto”, em que eles são levados a sentir que não pertencem à sociedade branca de classe média.

“O homem negro é tratado como um estranho perigoso até provar que é digno de

confiança”. (Se liga na Sociologia, 2019, p. 27)

A QUESTÃO RACIAL NO ETIQUETAMENTO DE MULHERES NEGRAS

Os movimentos negros no Brasil, como o feminismo negro, são considerados de extrema importância para desmistificar, ou cair por terra os etiquetamentos atribuídos a populações consideradas “descartáveis”, como são os negros.

Heloisa Buarque de Hollanda, em sua obra intitulada *Pensamento Feminista* conceitos fundamentais (2019, p. 326) aborda a questão da rotulação que fazem diante de uma mulher negra na busca do seu lugar no mercado de trabalho, em que desafortunadamente não são consideradas rainhas e musas de nada, dado que o modelo estético de mulher é a mulher branca, o que muitas vezes, passam a rotular a mulher negra como “empregada do lar” e a mulher branca como “rainha do lar”. Eis aqui um etiquetamento escancarado a vista da questão racial nas mulheres.

“Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência”.” (HOLLANDA, Heloisa Buarque de, 2019, p. 326)

Em suma, Patricia Hills Collins (2019, p. 331) argumenta que as mulheres negras possuem entre elas um conjunto de experiências e ideias compartilhadas, que assim, caracteriza o ponto de vista feminista negro, nos quais se destacam: o legado de uma história de luta, a natureza interconectada de raça, gênero e classe e o combate aos estereótipos ou “imagens de autoridades” etiquetadas a população não negra.

“EU NÃO TENHO CARA DE SENADORA”

Um caso emblemático é de Danilo Gentili que fez um comentário a Senadora Regina Sousa uma mulher idosa, negra, nordestina, com fala simples e sotaque piauiense ao postar em sua rede social “Senadora? Achei que fosse a tia do café”. O que ecoa um discurso social e historicamente constituído de que as pessoas estão sendo rotuladas, ou etiquetadas por elementos como idade, gênero, cor, origem.

A expressão utilizada pelo humorista vem desde o século XVI, que atribuem uma memória discursiva aos negros a condição de que são intitulados “selvagens, estúpidos, analfabetos” (FANON, 2008, p. 109). É diante da perspectiva da genealogia foucaultiana, que mesmo transformado pelas revoluções históricas, a ideia de biopoder permanece latente.

Esse episódio da “tia do café” retrata que a fala de Gentili, no qual não se declara nem se reconhece racista, reproduz uma espécie de “senso comum” advindo de práticas segregacionistas, de que os indivíduos têm lugares preestabelecidos, ou melhor, rotulados na sociedade, de acordo com a cor da pele, a origem regional e também a idade.

Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse

domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder (FOUCAULT, 2005, p. 304-305).

A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE E OS FATORES ESTIGMATIZANTES NA TEORIA DO LABELING APPROACH

Paulo Henrique Moura em seu artigo publicado sobre *Labeling Approach: Teoria do Etiquetamento Social* relacionado às consequências da marginalização do cidadão (2019, p. 09) aborda que não são fatores internos aquilo determina que alguém cometerá um ato desviante, mas sim fatores externos, alheios a subjetividade do agente. É altamente comum pessoas que incriminam outras somente por suas características pessoais ou pelo contexto em que vive, dessa forma, podemos dizer que a própria sociedade gera um indivíduo desviante, ou seja, o etiquetamento se torna presente a partir do ponto que a sociedade já o rotula como “criminoso”.

Neste tipo de desvio a sociedade cria marcas psicológicas profundas nas pessoas as quais etiquetam como criminosas, deixando-as isoladas e até mesmo excluídas do convívio social, por ser tida como uma pessoa perigosa e que não transmite confiança.

Como exemplo, alguém que seja pobre e negro, filho de traficantes que foram mortos em tiroteio com a polícia, não consegue encontrar emprego, criar vínculos de amizade e também não é aceito nos meios acadêmicos, apesar de nunca ter tido nenhuma participação com o crime ou cometido qualquer ato desviante. Neste caso, fica claro que as características pessoais (pobre e negro) e as características sociais e psicológicas (morador de bairro simples, filho de “criminosos”, rejeição social), são os fatores estigmatizantes e não o ato desviante em si, que no caso nem aconteceu.

Consequentemente, para a teoria do *Labeling Approach*, quando a sociedade rejeita o indivíduo que se esforça para demonstrar que está de acordo com as normas sociais, não as violando, é o principal fator para um possível ingresso na vida criminosa, e não, suas condições sociais.

Por essa razão, de acordo com Alessandro Baratta em seu livro *Criminologia crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal* (2002, p. 86)

o etiquetamento ao negro é uma ampla retratação da estigmatização conferida pela sociedade, onde o senso comum se faz presente, em que simplesmente pelo fato de a cor da pele ser rotulado como delinquente, e isso pode ser constatado ao analisarmos as atividades da polícia, dos órgãos de acusação pública e dos juízes.

“(...) o status social de delinquente pressupõe, necessariamente, o efeito da atividade das instancias oficiais de controle social da delinquência, enquanto não adquire esse status aquele que, apesar de ter realizado o mesmo comportamento punível, não é alcançado, todavia, pela ação daquelas instâncias. Portanto, este não é considerado e tratado pela sociedade como “delinquente”. Neste sentido, o *labeling approach* tem se ocupado principalmente com as reações das instâncias oficiais de controle social, consideradas na sua função constitutiva em face da criminalidade.” (BARATTA, 2002, p.86)

Cabe ressaltar, portanto, o que Alessandro Baratta traz em sua obra (2002, p. 90) acerca da intervenção do sistema penal, especialmente as penas detentivas, no qual antes de possuírem um efeito reeducativo sobre o delinquente - o que a sociedade espera, ou fingem acreditar que seja assim – determinam, na maioria dos casos, uma consolidação da identidade desviante do condenado e o seu ingresso em uma verdadeira e própria carreira criminosa.

CONCLUSÃO

O professor Juarez Xavier, da Universidade Estadual Paulista – UNESP discorre sobre o fato de a universidade ter construído esse senso comum, isto é, esse pensamento, que massacra e que carboniza o corpo negro, se torna, portanto, obrigação da universidade produzir uma episteme, uma forma de pensar no qual possibilite um cotidiano que realmente exista uma democracia racial e que possibilite uma superação do racismo e uma superação das desigualdades no país.

Um exemplo notório é a questão das cotas raciais nas universidades, a entrada de jovens negros periféricos nesses espaços é a chave para a conceber uma nova forma de pensar, fundamentada em novos princípios. Dado que coube à universidade parte do papel de etiquetar o estereótipo do negro como criminoso, cabe a ela também a função de construir novos paradigmas.

O uso do etiquetamento social se tornou uma forma de manutenção e controle do poder, por isso, a criminalidade é um problema de toda sociedade, não somente dos órgãos responsáveis por criações e aplicação de leis.

Posto isto, o uso do etiquetamento para o controle social e na seletividade da aplicação do sistema penal gera danos aos indivíduos, que, por não se adequarem aos conceitos de certo e errado no meio em que vivem tomam como verdade aquele rótulo imputado a eles.

Esses indivíduos sofrem rejeição e são excluídos do meio social, o que acarreta em um prejuízo psicológico imenso e por consequência buscam refúgio e acolhimento em outro meio, sendo o rótulo de “desviante” aplicado a eles pela sociedade, é algo legítimo.

Por fim, compreendemos que lutar contra o etiquetamento social é algo tortuoso, é uma tarefa um tanto quanto complicada, principalmente para os indivíduos etiquetados, sobretudo os negros, que sofrem com alguns rótulos por causa da cor da sua pele. O senso comum ainda existe, mas deve ser superado pela maioria e construir novos paradigmas, como diz o professor Juarez Xavier.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**; tradução Juarez Cirino dos Santos – 3 ed. – Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BORGES, Pedro. **O senso comum não nasceu no boteco ou no almoço de domingo**. Usina de Valores – SP: 12 de julho de 2018. Disponível em: <<https://usinadevalores.org.br/o-senso-comum-nao-nasceu-no-boteco-ou-no-almoco-de-domingo/>> Acesso em: 17 de junho de 2023

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologias de si, 1982**. Verve, nº 6: 321-360, 2004.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019

MOURA, Paulo. **Labeling Approach: A teoria do etiquetamento social relacionada às consequências da marginalização do cidadão**. UNIT – MG: 2019 Disponível em: <<https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/bitstream/handle/set/4271/LABELING%20APPROACH%20A%20TEORIA%20DO%20ETIQUETAMENTO%20SOCIAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 18 de junho de 2023

SILVA, Marluce; ROSADO, Cid Augusto. **Reflexões foucaultianas sobre o racismo**. Universidade Tuiuti do Paraná: 13 de junho de 2019 Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5044/504459802008/html/>> Acesso em: 24 de junho de 2023

VIEIRA, Luana Ramos. **Teoria do etiquetamento**. Dicionário Criminológico. Porto Alegre: Editora Canal de Ciências Criminais, 2020. Disponível em: <<https://www.crimlab.com/dicionario-criminologico/teoria-do-etiquetamento/61>>. ISBN 978-85-92712-50-1> Acesso em: 01 de julho de 2023

YUILL, Chris; THORPE, Christopher. **Se liga na Sociologia**; Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

A RACIONALIDADE DA CONDIÇÃO HUMANA E A QUESTÃO DE GÊNERO DO SOCIAL HUMANO

Data de aceite: 02/05/2024

Mauro Cesar Rocha da Silva

Pós-doutor em sociologia política
CFCH-UFAC

Kauana Brito Niz

Estudante do Curso de filosofia da
Ufac – Bolsista do Projeto de Pesquisa
Cosmologia Humana

RESUMO: Nesta pesquisa investigamos a herança do espírito científico do pensamento racional que foi empreendida pelas ciências sociais como base de seus preceitos teórico-práticos – constituída de leis invariáveis – a partir do século XIX. Tivemos o objetivo de analisar a partir da lógica da racionalidade da pessoa e das relações de gêneros – (BRUSCHINI, Cristina (1996); BRUSCHINI, Cristina & PINTO, Celi Regina, s/d; MATTA, Roberto da (1997); MAYER, Dagmar Estermann (2004); PACHECO, Maria Emília Lisboa (1996); SOIHET, Raquel (1998); PISCITELLI, Adriana (1998); SCHIMINK, Marianne (1999) – como estes preceitos teóricos e práticos foram definidos. Utilizando uma metodologia epistemológica da ciência social e coletando material da filosofia social e sociológica buscamos verificar como opera a ciência

social na formulação de seus preceitos explicativos dos fatos e fenômenos sociais. Os resultados mostraram que a racionalidade da pessoa e as relações de gênero tiveram diagnósticos erráticos – considerando diferença como desigualdade na relação de sexualidade, no trabalho, na vida social – devido à ausência de uma compreensão epistemológica racional dos fenômenos sociais da ciência social que guardam uma relação de coexistência entre conhecimento-consciência-afeto-racionalidade-objetividade.

PALAVRAS-CHAVE: racionalidade, social, gênero.

INTRODUÇÃO

A racionalidade da condição humana: consciência, percepção, objetividade, compreensão, moral racional, sensibilidade, afetividade, modalidades de práticas

Este artigo é parte do Relatório Final do Projeto de Pesquisa PIBIC do Edital 2018-2019 do Grupo de Pesquisa Cosmologia Humana cujo título era *A Cosmologia Humana: O Espírito do*

Pensamento Científico da Ciência Social da Condição Humana a partir dos Fatores da Pessoa, dos Sistemas Políticos e do processo evolutivo da condição humana. Nele tivemos dois objetivos principais de investigação: i) investigar como funciona a racionalidade objetiva da condição humana para diagnosticar de onde derivam as antinomias e incompreensões da pessoa e ii) compreender a genealogia das relações de gênero que resultaram em desigualdades sociais para a mulher em razão da sua condição feminina.

Os procedimentos metodológicos que orientaram todo o processo de investigação do Grupo de Pesquisa Cosmologia Humana consistiram em realizar uma epistemologia da ciência social baseado principalmente na coleta de material bibliográfico sobretudo a partir de uma base filosófica com o objetivo de compreender os desentendimentos que a ciência social tem produzido nestes mais de duzentos anos de surgimento da sociologia como área disciplinar da ciência.

Nos textos dos relatórios anteriores também tivemos a oportunidade de comentar sobre a correspondência essencial que existe entre consciência, racionalidade, afetividade e objetividade da razão baseado nos escritos de Sócrates, Platão, Aristóteles, Descartes, Bergson, Aldoux Huxley, agora corroborado com Hume e Kant. Este conjunto de escritos descrevem da maneira mais precisa possível a função do entendimento humano e a maneira como a consciência funciona em termos de objetividade compreensiva. Temos o objetivo nesta parte deste artigo de especificar de maneira mais precisa os procedimentos mais particulares que fazem da consciência um recurso racional tornando a condição humana propriamente humana enquanto um ser consciente constituído de razão. Charles Darwin (1909) em *A origem do humano* indica que o processo de condição humana de alguma maneira aconteceu principalmente devido ao aperfeiçoamento corporal e andar ereto dos antropoides hominídeos que liberando as mãos passaram a exercer mais atividades tornando mais complexas as formas de pensamento e ação devido a mudanças orgânicas também acompanhadas com a alimentação carnívora. A domesticação do fogo e a alimentação animal teriam indicado essa mudança (DARWIN, 1909, ENGELS, 1979). Mas em Charles Darwin não existe nenhuma referência de que o intelecto tenha advindo de uma esfera divina embora ele sugira que esteve relacionada a um processo evolutivo baseado na experiência afetiva familiar de afetividade pelos filhos de onde teriam advindo os melhores cuidados e maneiras de selecionar os alimentos, por exemplo, de se distanciar dos perigos e busca de proteção em lugares mais distantes dos ambientes animais assim como da experiência da vida em grupos familiares da vida coletiva. Nos textos anteriores havíamos comentado sobre a correspondência que a filosofia clássica havia indicado com a conexão entre afeto-racionalidade-objetividade de onde sugeriam as formas através das quais os procedimentos de modalidades de práticas racionais poderiam ser acessados e desprendidos mediante maneiras de promover as melhoras de realização das coisas e obras materiais para o abastecimentos social do grupo e das pessoas individualizadas através da disciplina do trabalho material e formas comportamentais de procedimentos

socializados que seriam responsáveis pela existência material, sobrevivência e bem-estar social do grupo e de sua consciência coletiva. Não consta em Charles Darwin por exemplo como surge a consciência no sentido de sua disponibilidade de aspectos cognitivos e intelectivos que garantam a racionalidade da condição humana. Tal autor menciona que este processo aconteceu devido a mudança orgânica, como dissemos, com o andar bípede por exemplo que liberando as mãos passou a realizar mais funções neurológicas de conexões celebrais. Mas a pergunta que nós fizemos nesta investigação científica foi a seguinte: o que teria estimulado ou atizado as funções neurológicas e racionais daqueles homínídeos que despertaram a consciência deles de si mesmos? Como se deram conta de que eram diferentes dos demais seres do reino animal e que tinham consciência de sua existência? Textos antigos relatam que na primeira geração de homínídeos humanos o choque que os progenitores tiveram ao verem suas crias mais aperfeiçoadas e com melhores contornos e estruturas orgânicas produziram um estímulo afetivo que desprende o átomo psíquico do conhecimento devido a alegria e regozijo de verem aquelas criaturas tão belas. Estes escritos sugerem de forma bem precisa que a racionalidade está ligada ao afeto e a empatia que seus progenitores tiveram ao depararem-se com seus filhos. É como se tivesse havido um salto evolutivo que a partir de um fenômeno da realidade produziu a condição humana, portanto, a consciência humana. A partir daquele momento esses homínídeos se deram conta de si e de sua consciência e se reconheceram como uma espécie particular de organismos biológicos que se diferenciavam daqueles demais animais, eles haviam iniciado a condição humana.

É importante mencionar como a partir daquele momento estes homínídeos passaram a pensar depois daquele episódio de modo a verificar como funciona a racionalidade da pessoa em sua condição de objetividade. Em termos de objetividade compreensiva a racionalidade opera a partir da realidade social e natural e considerando as necessidades da pessoa diante do ambiente que lhe rodeia e considerando sua existência vivencial. Ela dirige-se para a realização primeiramente das necessidades básicas de abastecimento e sobrevivência e secundariamente de comodidades sociais de bem-estar material e consciência. A pessoa como consciência humana é constituída de 6 fatorações sociais – o político, o econômico, o religioso, o cultural, a consciência, o social – que contém os requisitos essenciais de propriedades disciplinares através do quais se pode realizar de maneira precisa a produção de obras e objetos uteis para a existência diária. É como se existisse uma forma precisa de modalidades de prática que torna possível identificar nas propriedades fatorias filamentos constitutivos de propriedades disciplinares que disponibilizam e desprendem através de um diagnóstico de contexto em que a pessoa se encontra o direcionamento da maneira em que se deve agir e proceder para realizar da melhor forma possível as atividades necessárias para a existência útil da pessoa e dos sistemas políticos. As fatorações da pessoa desprendem no ambiente de contexto as propriedades disciplinares compatíveis com os desafios abertos que os problemas a serem

solucionados sugerem para a resolução das dificuldades em prol do melhoramento da vida da comunidade e da pessoa. Se tomarmos um exemplo das sociedades modernas teremos uma manifestação de como as propriedades fatorais atuam no ambiente de contexto quando se considera que a modernidade que orienta os sistemas políticos contemporâneos é marcada essencialmente por recursos tecnológicos e conhecimento científico experimental exigindo que as pessoas destes sistemas políticos tenham propriedades compatíveis com as exigências de contexto que o capitalismo tecnológico sugere – como maneira de conseguir uma vida minimamente digna - como por exemplo a dedicação educacional e a disciplina trabalhista. Florestan Fernandes (1991) em *Motivações e atitudes ao desenvolvimento social* considerou que o pragmatismo, o utilitarismo, passaram a ser uma das principais propriedades dos sistemas sociais de classes do capitalismo e da consciência das pessoas a partir do século XIX. Ele considerou também que a educação e o profissionalismo, o trabalho, seriam igualmente propriedades adaptativas as quais quem quisesse se sair bem social e materialmente nestes sistemas políticos tecnológicos teriam necessariamente que valorizar estes procedimentos disciplinares como educação profissional, escolaridade, ação pragmática e utilitárias como orientação das motivações sociais das pessoas. Se tomarmos os hominídeos podemos considerar que os seus procedimentos consequentes que tomaram para a preservação e manutenção da vida de suas crias estiveram bastante equacionados com um diagnóstico objetivo de contexto em que perceberam que deveriam se afastar do ambiente animal e buscar terras férteis e tranquilas onde pudessem estabelecer morada. O nomadismo podemos dizer foi um traço disciplinar do período do homem das cavernas em que consideraram estar sempre itinerante até encontrar ambiente tranquilo para morada mais estável assim como a sociabilidade também significou a condição que garantia preservação da vida do grupo com a proteção de todos entre si. O processo de seleção de alimentos e do cuidado dos filhos para que estes pudessem acompanhá-los durante o maior tempo possível da existência de seus progenitores em companhia deles significou o aspecto da afetividade que a vida social despertou entre os hominídeos.

A condição cognitiva da pessoa que compõe o intelecto através de sua capacidade de entendimento, compreensão, julgamento, constitui a consciência da pessoa que lhe permite através de suas fatorações sociais os componentes discerníveis da realidade do meio natural e social diante do qual sua ação social racional se desenvolverá de acordo com os contextos históricos das fases evolutivas. As características que constituem a racionalidade da consciência da pessoa são definidas fortemente pela objetividade, pela condição afetiva, que lhe orienta nos empreendimentos materiais e confecções de objetos e das definições dos procedimentos sociais que condizem com a existência da pessoa. Existe uma correspondência necessária entre racionalidade da consciência e afeto e vida, isto é, os diagnósticos e procedimentos que orientam a ação social da pessoa quando guiados por intencionalidade social da condição humana atizam os níveis de objetividade que a situação concreta material exige de modo a dispensar os meios através dos quais se

possa encontrar as formas mais apropriadas para a execução de determinados afazeres. Em outras palavras, a consciência em termos cosmológicos mantém sua correspondência a partir destes componentes essenciais como a afetividade e valor humano à vida devido o sistema cosmológico ser um sistema de vida que funciona estruturalmente em tendência de equilíbrio, isso significa que essa correspondência diz respeito ao fato da consciência de alguma forma ser correspondência das características que compõem as propriedades universais criacionistas de sua constituição psíquica. Se tomarmos a metáfora do mito da caverna de Platão talvez essa explicação seja mais compreensiva na medida em que este filósofo associa a consciência as propriedades de uma inteligência que criou todas as coisas de tal ordem que o átomo psíquico da pessoa que comporta o córtex intelectual da estrutura da racionalidade de alguma maneira contém as informações da natureza objetiva da realidade material dos objetos da natureza e possui capacidade para desvendar os processos sociais evolutivamente devido estes avançarem sucessivamente em termos de progresso tecnológico e de consciência social sendo necessário apenas que esta consciência seja certamente instruída pelas faculdades educacionais de aprendizado que somado com a experiência da vida cotidiana e seus processos sociais interativos de transferências culturais através dos diferentes meios de comunicação que produzem a capacidade da consciência. Essa correspondência é que permite a afirmação de que a consciência é capaz de compreender toda a natureza natural e social em que se desenvolve a vida da pessoa da condição humana através das suas mais diferenciadas formas de especialidades de saberes profissionais e instruções educacionais.

Teremos a oportunidade de esclarecer estes aspectos da racionalidade da pessoa através do filósofo Emanuel Kant no seu livro *Crítica da Razão Pura* (1999). Em suas considerações iniciais ele apresenta uma correspondência entre conhecimento e moral no sentido de que de alguma maneira o conhecimento verdadeiro se assemelha a procedimentos que consideram a justiça social dos modos de conhecer e proceder através da ciência e do pensamento científico da pessoa que desvinculam as possibilidades de práticas que possam induzir ao erro. Mais tal autor inicialmente procura caracterizar as fontes do conhecimento em si e da maneira como ele funciona assim considerando que o processo do conhecimento opera a partir de duas formas principais: *o conhecimento a priori ou puro baseado no entendimento do intelecto* em termos de racionalidade hipotético-dedutiva e *conhecimento baseado na experiência dos objetos a partir dos sentidos* e da investigação indutiva dos sentidos. No conhecimento em si a natureza lógica do intelecto é quem garante a maneira de pensar da pessoa e dos seus modos de conhecer as coisas. Emanuel Kant (1999) faz as seguintes considerações sobre a funcionalidade da lógica intelectual que permite a compreensão,

(...) A lógica geral (...) contém as regras absolutamente necessárias do pensamento sem as quais não ocorre nenhum entendimento. A lógica do uso particular do entendimento contém as regras para pensar corretamente uma certa espécie de objetos. Aquela pode denominar-se lógica elementar, esta porém *organon* de tal ou qual ciência.

A lógica geral é por sua vez pura ou aplicada. Na primeira, abstraímos de todas as condições empíricas sob as quais se exerce o nosso entendimento, por exemplo da influência dos sentidos (...), das leis da memória, do poder do hábito, da inclinação, etc., por conseguinte das fontes dos preconceitos e, de um modo geral, de todas as causas das quais nos surgem certos conhecimentos ou as quais estes possam ser imputados, visto que elas concernem apenas ao entendimento de certas circunstâncias de sua aplicação geral e que, para conhecer estas, se requer experiências. Uma lógica geral, mas pura, tem portanto de lidar só com princípios a priori e é um cânone do entendimento e da razão, mas apenas com vistas ao formal de seu uso, seja qual for o seu conteúdo (empírico ou transcendental).

O que denomino lógica aplicada é (...) uma representação do entendimento e das regras do seu necessário uso in concreto, a saber, sob as condições acidentais do sujeito que possam impedir ou favorecer este uso e que são dadas todas só empiricamente. Ela trata da atenção, dos seus empecilhos e conseqüências, da origem do erro, do estado da dívida, do escrúpulo, de convicções, etc. A lógica geral e pura se relaciona com ela assim como a moral, que contém simplesmente as leis morais necessárias de uma vontade livre em geral, se relaciona com a doutrina da virtude propriamente dita, que pondera estas leis sob os obstáculos dos sentimentos, inclinações e paixões aos quais os homens estão mais ou menos submetidos, jamais podendo fornecer uma ciência verdadeira e demonstrada por necessitar, tanto quanto a lógica aplicada, princípios empíricos e psicológicos (KANT, 1999, p. 92-93).

Os procedimentos da funcionalidade da lógica pura a priori e mesmo da lógica em geral em Kant é capaz de compreender a natureza dos objetos em si mas segundo a percepção da pessoa em sua subjetividade perceptiva implicando em certa impossibilidade de em alguns casos não se encontrar a verdade devido em última instância ao estado da pessoa. Essa consideração de Kant obviamente está relacionada ao contexto dos sistemas políticos contemporâneos que desde a modernidade tem sido marcado por antagonismos do conhecimento não se sabendo definir de maneira precisa as fontes do erro e do desentendimento mesmo em se tratando da possibilidade da subjetividade do sujeito do conhecimento variar em termos de observação. Em R. Joliver (2000) esta capacidade da possibilidade da verdade é mais precisa devido tanto os objetos conterem suas propriedades objetivas quanto o sujeito ser constituído de capacidade intuitiva e cognoscível. Mas se em geral como em autores mais moderno como Karl Popper (LAKATOS, Eva Maria) temos esta mesma impossibilidade do conhecimento absoluto das coisas materiais e sociais e esta situação está relacionado a um único problema: *o problema do egoísmo*. Em outros termos queremos dizer que o antagonismo do conhecimento em termos de oposição e ambigüidade da natureza natural e social está para além da subjetividade da pessoa em termos das possibilidades de variação das formas de percepção das coisas. Isto significa

portanto que o conhecimento da verdade é tão possível quanto a existência da ciência – porque a existência da ciência é a própria expressão da verdade – uma vez que a ciência significa conhecimento objetivo e objetividade é sinônimo de veracidade e da verdade sobre as coisas. Mas como explicar estes antagonismos então. O antagonismo do conhecimento e da impossibilidade absoluta do conhecimento da verdade se encontra no egoísmo como dissemos e não na impossibilidade do intelecto em termos de capacidade compreensiva dos objetos. Se tomarmos os termos de Emanuel Kant esta impossibilidade da verdade encontra-se nos estados e inclinações do sujeito e de suas percepções tendenciosas e incompreensíveis devido ao egoísmo que o orienta. O egoísmo é o causador do erro porque suas intencionalidades operam através de manipulação e falsificação para a produção de poder e dominação que exigem procedimentos inescrupulosos relacionados a práticas e imposturas políticas e sociais, as influências negativas da política, da economia nos tempos atuais é que definem a impostura e impossibilidade da ciência, e não o intelecto. Esta é a principal fonte da impossibilidade da verdade sobre as coisas em termos absolutos. A natureza diferenciada que situa a subjetividade da pessoa em processo de construção e produção do conhecimento não está relacionada a impossibilidade da verdade mas aos limites da pessoa que por falta de mais propriedades compreensivas impedem esse intento seja por insuficiência de informações seja por restrições de inteligência disponível na sua capacidade aplicada de conhecimento, pois como já esclarecemos em relatórios anteriores as percepções variam pela busca da verdade devido a idade, devido a formação diferenciada, devido ao nível da graduação, devido a especialidade da formação, devido ao contexto do ambiente natural e social. E finalmente as impossibilidades do conhecimento da verdade em sentido absoluto se referem a situação evolutiva do contexto que delimita de alguma forma o campo disponível de progresso material e social de correspondência com o momento histórico e com a situação resolutive dos problemas objetivos de determinada época em evidência, isso devido ao conhecimento dos objetos e fenômenos de acordo com a graduação disponível dos ensinamentos e conhecimentos presentes entre o conjunto da humanidade. Essa situação pode ser exemplificada acerca por exemplo dos conhecimentos de determinados fenômenos físicos quando ainda não se tem tecnologias suficientes para avaliar e fazer os diagnósticos necessários sobre certos assuntos. Na astronomia, essa situação é exemplar. Textos físicos têm mostrado que a distância das estrelas em relação a terra mantém milhas de distâncias em que muitos cientistas constatarem que as estrelas que vemos no firmamento durante uma noite estrelada muitas delas na verdade não existem devido a relação tempo-espaço em relação a terra concluindo que elas estariam ali em referência ao período de tempo passado, ou seja, que estariam mortas. Esta constatação errônea da física se aplica a muitas outras experiências astronômicas em razão dos poucos recursos tecnológicos e dos baixos conhecimentos científicos acerca da cosmologia, porque textos antigos tem mostrado que as estrelas que vemos numa noite estrelada são as estrelas que vemos naquele instante em que olhamos e que elas estão ali na sua forma

presente porque a relação tempo-espaço para a situação da luminosidade dos astros não faz tanta diferença devido sua luminosidade irradiante manter uma velocidade em níveis de instantaneidade de modo que a estrela que vejo num céu estrelado é a mesma estrela que vejo naquele exato instante devido a velocidade de sua luminosidade manter níveis de instantaneidade, isto quer dizer, que quando as estrelas brilham no firmamento celestial elas brilham ao mesmo tempo reluzindo sua luminosidade instantaneamente. Essa desatenção da velocidade da luz é que tem produzido entre os astrônomos muitos desconhecimentos a respeito do conhecimento sobre o sistema planetário e cosmológico. Assim que podemos constatar provisoriamente que a consciência contém a capacidade de conhecimento dos objetos – que é a sua própria razão de ser - de maneira absoluta mais relativa ao contexto histórico da época em evidência devido aos instrumentos de conhecimentos disponíveis à capacidade de diagnóstico sobre os fatos e fenômenos seja natural seja da ciência social dos sistemas políticos contemporâneos. Essa constatação é lógica e racional em razão de ser absolutamente incoerente pensar em uma condição humana que não é capaz de conhecer a natureza material e social que é parte do processo evolutivo da pessoa e em virtude de que esta mesma natureza natural e social está disponível para o aproveitamento da humanidade para suprir todas as suas necessidades substanciais.

Mas a lógica da consciência opera com a sua racionalidade absoluta apenas em situação de afetividade e não de egoísmo. Nesse sentido ela funciona levando em conta a faturação da pessoa, as necessidades substanciais prementes, considera o contexto natural e social, e visualiza o bem da vida em termos materiais de comodidade existencial. Assim que temos a seguinte formulação matemática:

1. Fórmula Matemática Social 1:

Consciência = afetividade+necessidades+contexto natural e social+bem estar material para a produção da vida = racionalidade objetiva da pessoa.

Se tomarmos o exemplo dos hominídeos novamente para pensar o processo lógico por exemplo do domínio do fogo poderemos ter uma ilustração precisa de como funciona a consciência racional e sua objetividade para resolução de abastecimento da vida. O surgimento do fogo aconteceu de forma fortuita decorrente de lampejos durante uma tempestade por exemplo atingido parte de madeira de arvores e produzindo o fogo em arvoredos ressecados. Estes hominídeos ao observarem tal fenômeno passaram a considerar que o fogo poderia servir para atender suas necessidades de alguma maneira pois haviam observado inicialmente que os animais vivos se afugentavam dele onde ele se fazia arder. Então procuraram encontrar uma maneira de mantê-lo acesso assim poderiam se livrar dos animais mais valentes. Eles observaram que se utilizassem pedaços de madeira envelhecida poderiam mantê-lo acesso pelo tempo em que tivesse lenha disponível, mas

precisavam que aquela luminosidade pudesse estar disponível em suas cavernas de modo que empilharam madeiras em direção a uma delas para que o fogo se mantivesse próximo delas. Com o tempo observaram que era muito trabalhoso estarem o tempo todo buscando lenha para manter o fogo aceso e considerando que eram nômades deveriam encontrar um meio de levá-lo junto com eles, de maneira que forjaram um artefato para acompanhá-los em um formato possível de transladar. Tempos depois ainda verificaram que por alguma razão e desatenção poderiam perder estas chamas acessas, como por exemplo cair o artefato em uma água, ou pela chuva, e terem que esperar novas tempestades que pudessem produzir faísca em alguma árvore, então buscaram uma forma de aprender a produzir aquela tecnologia. Eles observaram que o material lenhoso era o mais favorável para a produção do fogo por isso resolveram friccionar aquele material rodeado de resíduos vegetais de fácil combustão tendo, portanto, êxito nesse empreendimento. Assim desse modo passaram a dominar o conhecimento sobre o fogo baseado em várias observações e considerações uns dos outros acerca da maneira como poderiam fazer o domínio daquele conhecimento. Com o tempo o fogo além de ser usado para clarear a noite das cavernas e afugentar os animais também passou a servir para chamuscar os alimentos diversificando a dieta alimentar com as carnes sendo assadas melhorando a mastigação. Emanuel Kant (1999) considera que existe duas maneiras possíveis de compreensão dos objetos materiais:

(...) primeiro, a intuição, pela qual é dado um objeto, mas só como fenômeno; segundo, o conceito, pelo qual é pensado um objeto correspondente a essa intuição. (...) Todos os fenômenos concordam, portanto, necessariamente com esta condição forma da sensibilidade, pois somente mediante essa aparecem, isto é, podem ser intuídos e dados empiricamente. Ora, além da intuição dos sentidos pela qual algo é dado toda a experiência ainda contém um conceito que é dado na intuição ou aparece; logo conceitos de objetos em geral subjazem a todo conhecimento da experiência como condição a priori. Por isso a validade objetiva das categoriais enquanto conceitos a priori repousa sobre o fato de que a experiência (segundo a forma de pensamento) é possível unicamente por seu intermédio. Com efeito, as categorias se referem a priori a objetos da experiência, porque só mediante elas podem chegar a ser pensado um objeto qualquer da experiência (KANT, 1999, p. 118).

O fenômeno do fogo enquanto percepção, a experiência do fogo como brasa combustível que se consome em árvore ressequida, a consideração da tempestade e do faiscamento dos relâmpagos, o afugentamento dos animais, a luminosidade do fogo, etc, todos estes aspectos operados anteriormente na percepção intuitiva a priori e baseado na experiência material do fenômeno produziu a capacidade objetiva através de fases sucessivas de domínio do conhecimento da tecnologia do fogo. Neste processo lógico a percepção funciona em termos de instantaneidade em relação ao fenômeno observado de modo a permitir um procedimento didático de observação, consideração, realização e execução. A objetividade racional de domínio do fenômeno se apresenta através dos

artefatos produzidos e dos usos utilitários e pragmáticos comprovados para a atenção e resolução dos problemas a que se propôs solucionar. Estas faculdades intelectuais foram sendo progressivamente desenvolvidas entre os humanos em suas fases mais antigas inicialmente pelos processos de adaptação sobretudo climáticas que forçavam determinadas situações de vestimentas, alimentação e abrigo. Em zonas extremamente frias por exemplo, a tendência é de que os níveis de consciência busquem maneiras de adaptação para abrigarem os corpos das intempéries climáticas. O contexto natural, portanto, influencia no processo de desenvolvimento intelectual. O caráter hereditário segundo Charles Darwin (1909) também garante a transferência cultural do conhecimento das gerações mais antigas as mais recentes fazendo com que tal conhecimento siga acumulativo devido as novas gerações buscarem imitar os procedimentos mais melhorados e mais desenvolvidos aperfeiçoando continuamente os processos de aprendizado. Tais aspectos, o ambiente natural, a imitação, e a hereditariedade seriam aspectos componentes do desenvolvimento do conhecimento acumulativos das raças em estágios mais simples às mais desenvolvidas – e nas suas várias fases de desenvolvimento e diversidade de desenvolvimento – em virtude basicamente dos aspectos morais que alicerçam estas mesmas práticas em procedimentos costumeiros, de modo que a conservação destes conhecimentos acumulativos conservaram-se progressivamente mediante a manutenção de práticas que vão sendo selecionadas como as mais vantajosas para a sobrevivência e desenvolvimento do grupo. A concorrência entre os grupos rivais ou situações de perigos constantes fizeram que os humanos mais primitivos fossem desenvolvendo maneiras habilidosas de defender-se dos riscos a que estavam presentemente situados. No livro *El Origen del Hombre* Charles Darwin (1909), comenta sobre o processo de racionalização a partir de fatores morais e de como estes dois aspectos produziram a condição humana tornando os seres mais primitivos e mais desenvolvidos no processo evolutivo da condição humana.

No atual momento destes argumentos temos considerado os modos de como operam a racionalidade da consciência da condição humana nos seus termos cognitivos e intelectivos. Os argumentos de Emanuel Kant e Charles Darwin em conjunto nos apresentam que a estrutura craniana do humano contém uma capacidade operacional de funcionalidade que de maneira didática poderíamos discerni-la em duas partes principais. Em sua primeira condição temos os níveis intelectuais constituídos de neurônios capazes de operações de entendimento, compreensão e julgamento suficiente para o processo racional e lógico de observação dos fatos fenomênicos em um nível cognitivo e conceitual em que os objetos considerados filtram-se antecipadamente por uma intuição a priori que independente da consideração da experiência neste primeiro momento discerne e deduz de maneira lógica postulados hipotéticos que desenvolvem no nível do intelecto sem necessariamente fazer referência direta a experiência empírica dos objetos referidos, tendo secundamente suas conclusões necessidades de considerarem os objetos concretos a que eles dizem respeito

embora este processo do conhecimento não possa acontecer um independente do outro eles podem ser apresentados didaticamente de maneira compartimentada à maneira de exemplo técnico. Tal processo mostra-se coexistente devido a sensibilidade da percepção baseada na experiência histórica e observacional informarem ambos os momentos da investigação científica. O aspecto da experiência histórico e observacional comparece como um dos aspectos mais importantes do processo do conhecimento racional e lógico pois David Hume (1999) considera que a comprovação científica do processo dedutivo não se define sem a comprovação da experiência que é o momento de admissão de determinado efeito causal de um movimento fenomênico que tem sua referência de maneira importante na experiência, embora possa ser compreendido de forma simultânea em nível conceitual cognitivo. Ele afirma que

(...) todo efeito é um evento distinto de sua causa, portanto, não poderia ser descoberto na causa e deve ser inteiramente arbitrário concebê-lo ou imaginá-lo a priori. E mesmo depois que o efeito tenha sido sugerido, a conjunção do efeito com a sua causa deve parecer igualmente arbitrário, visto que há sempre outros efeitos que para a razão devem parecer igualmente coerentes e naturais. Em vão, portanto, pretenderíamos determinar qualquer evento particular ou inferir alguma causa ou efeito sem a ajuda da observação ou da experiência (HUME, 1999, p. 51-52).

Nesse sentido o autor complementa dizendo que o

(...) esforço máximo da razão humana consiste em deduzir a sua maior simplicidade os princípios que produzem os fenômenos naturais; e restringir os múltiplos efeitos particulares a um pequeno número de causas gerais, mediante raciocínios baseados na analogia, na experiência e na observação (...) Assim, por exemplo, uma lei de movimento descoberta pela experiência é a que diz que o momento ou a força de um corpo em movimento está em razão ou proporção de sua massa e de sua velocidade, e, por conseguinte, que a pequena força pode remover os maiores obstáculos ou levantar os maiores pesos se, mediante uma invenção ou mecanismo, pudermos aumentar a velocidade da força até fazê-la superar a força antagônica. A geometria auxilia-nos a aplicar esta lei, dando-nos as dimensões exatas de todas as partes e de todas as figuras que fazem parte de qualquer tipo de máquinas, mas, ainda assim, a descoberta da própria lei é devida unicamente a experiência; e todos os raciocínios abstratos do mundo não poderão jamais nos levar a dar um passo para chegar a conhece-la. Quando raciocinamos a priori e consideramos um objeto ou uma causa, tal como aparece no espírito, ou seja, independente de toda a observação, jamais poderíamos sugerir-nos a ideia de um objeto distinto, como por exemplo seu efeito, e menos ainda mostrar-nos a inseparável e inviolável conexão entre eles. É preciso que um homem seja muito sagaz para poder descobrir através do raciocínio que o cristal é o efeito do calor e o gelo o efeito do frio, sem estar previamente familiarizado com o funcionamento destas estados dos corpos (Ibid, p. 52-53).

David Hume finaliza afirmando a preeminência da experiência no processo do conhecimento quando questiona a si mesmo perguntando *qual é a natureza de todos os nossos raciocínios sobre os fatos?* E responde: a relação causa e efeito. E continuando se interrogando pergunta *qual é o fundamento de todos os raciocínios e conclusões sobre essa relação?* E responde em uma palavra: a experiência.

Nestes três autores deixa-se bastante explícito a função da experiência da existência real observacional e experimental no processo de constatação dos raciocínios lógicos sendo que estas experiências se afirmam ainda na força do hábito e do costume nos seus efeitos bem definidos referentes a determinadas causas. Na conjunção dos argumentos dedutivos ou hipotéticos-dedutivos que se direcionam a observar determinados fenômenos ou eventos constam ainda outros aspectos que são considerados para a sua compreensão mais aplicada: *a semelhança, a contiguidade e a causalidade*, que são “os únicos laços que unem entre si nossos pensamentos e que engendram a serie regular de reflexão ou do discurso que em maior ou menor grau se realiza entre todos os homens (Ibid, p. 67). A relação de causalidade e efeito é, portanto, a única garantia da objetividade do pensamento racional devido a conexão necessário dessa relação sendo a experiência como se disse antes a constatação empírica desse processo.

No presente momento temos as seguintes informações que podem ser formuladas na seguinte forma:

2. Fórmula Matemática Social 1.1. Conhecimento puro ou a priori – independente da experiência – baseado em raciocínios intuitivos no âmbito do intelecto em termos abstratos a partir das considerações subjetivas da pessoa que formula embora referenciado de alguma maneira na existência real – limitadas pela subjetividade cognitiva da pessoa – definição de conceitos.

3. Fórmula Matemática Social 2. Conhecimento com base na experiência – percepção sensitiva e sensibilidade do objeto – experiência existencial do objeto – características e propriedades observacionais – contexto – causalidade e efeito – compreensão empírica do fenômeno.

Estes dois modelos compreensivos do processo do conhecimento correspondem aos dois momentos de consideração sobre os fenômenos objetivos da realidade e sua compreensão científica. Eles apesar de didaticamente poderem ser apresentados de maneira compartimentadas em razão do procedimento que se exige para consideração dos objetos e eventos naturais são partes de um mesmo movimento científico. O importante nesta explicação didática é a constatação de que o intelecto e a cognição responsável pela inteligência e compreensão racional objetiva do mundo natural e social contém uma esfera inteligível que opera antecipadamente acerca da consideração das coisas em nível abstrato de maneira dedutiva e lógica em que maneiras de percepção dos

sujeitos antecipam ferramentas de diagnósticos lógicos sobre fatos a serem observados empiricamente posteriormente. Certamente mesmo a forma lógica abstrata que antecede a observação experimental dos eventos não dispensam e mesmo depende de alguma maneira de referências da experiência existencial das coisas sem as quais ela não poderia operar e considerar posto que o cérebro somente faz juízo daquilo que de algum modo manifestou-se em termos de realidade vivencial.

É importante chamar atenção aqui nesse processo para o diferencial da subjetividade de disposições cognitivas ativas que define o nível e o alcance da compreensão dos fenômenos observados, o que causa a variação da compreensão sobre o mesmo fenômeno. A sensibilidade dos objetos que é dada pela percepção observacional do sujeito e é considerada por este em termos intelectuais e racionais depende da graduação de informações e conhecimento que este mobiliza de forma ativa. Esta situação pode ser comprovada pelos níveis de graduação educacional que restringem a compreensão mais complexa de maiores combinações de causalidades e efeitos. Essa variabilidade subjetiva ligada a aspectos cognitivos do sujeito é verossímil devido a cognição depender da experiência e do quantitativo informacional disponível e da capacidade intelectual de desenvolvimento pois o intelecto desenvolve-se a partir do trabalho intelectual que compreende leituras, observação dirigida, procedimentos didáticos metodológicos, investigação, capacidade de combinações e julgamento de aspectos múltiplos, diversidade de informações consideradas, perfil da temática e formação da pessoa em termos educacionais, domínio de conhecimentos. Os limites da compreensão dos objetos dependem portanto do sujeito porque dependendo da capacidade cognitiva do sujeito os objetos podem mais ou menos serem compreendidos em suas particularidades e realidades de propriedades que lhes caracterizam a existência fenomênica.

Estes aspectos podem ser bastante entendidos se considerarmos que o processo cognitivo e inteligência neurológica requerem uma capacidade de processamento de informações recebidas baseadas na experiência passada e presente em que se considera o ambiente social e natural de contexto, aspectos biológicos da pessoa, da hereditariedade cultural, tendências e talentos para determinados perfis profissionais.

Ellen Ximendes (2010) em seu estudo de dissertação *As Bases Neurocientíficas da Criatividade* apresenta os seguintes diagnósticos epistemológicos referente ao processo criativo que a cognição realiza para o desenvolvimento da criatividade.

Em suma, a criatividade estabelece-se no cruzamento de factores genéticos, comportamentais e de características biológicas. O ambiente, as experiências familiares, educacionais e sociais parecem determinar a realização das potencialidades criativas. A experiência interage com a biologia e possibilita a existência de diferentes domínios e provavelmente cada um com bases neurológicas diferentes. Estes domínios de expressão criativa estão associados com diferentes estruturas cerebrais (p. 13).

Na infância são formadas e consolidadas sinapses envolvidas com a experiência. O desenvolvimento do cérebro atinge o seu auge na pré-adolescência, uma 14 fase caracterizada pelo aumento na força das conexões sinápticas, no crescimento dendrítico e a mielinização de um grande número de fibras nervosas resultando em um aumento da capacidade cerebral e funcional (p. 13-14).

Um aspecto importante da criatividade é a capacidade de utilizar analogias entre os itens mentais para gerar novos significados, no qual o córtex associativo e córtex pré-frontal estão envolvidos neste processo. As informações são processadas pela emoção e pela cognição que apesar de sobrepostas são regidas por áreas diferentes do cérebro, sendo a primeira tratada por estruturas do sistema límbico como a amígdala e outras como o córtex cingulado e o córtex ventromedial. Já o sistema cognitivo conta com os córtices temporal, occipital e parietal além do hipocampo. Ambas dependem do córtex pré-frontal dorsolateral para a sua integração. A cognição depende também da memorização e representação que pode ser implícita e envolvem os gânglios da base ou explícita que envolvem funções cognitivas superiores do lobo frontal e pré-frontal e estruturas do lobo temporal medial em que o striatum, uma das principais estruturas dos gânglios de base, irá activar paralelamente estes dois sistemas, pois possui conexão com o lobo frontal. O núcleo acumbente (*accumbens*) exerce um papel central nos comportamentos de reforço positivo ou negativo. O striatum ventral antecipa os resultados gratificantes de escolha, assim como os mecanismos sub-corticais de reforço, juntamente com a sua interacção com o córtex frontal e o sistema límbico actuam nas funções cognitivas de processos de decisão. O hipocampo, o córtex temporal e estruturas frontais são envolvidos na aprendizagem de novas experiências, principalmente baseada na memória explícita, enquanto o sistema estrital se encarrega da mesma informação quando fica mais conhecida e repetida (p. 14).

O termo cognição refere-se a todo 'acto ou processo de conhecimento' (Flavell 1993 apud Fonseca, 2001), ou algo que é conhecido através dele por meio de processos pelos quais a entrada sensorial é transformada, reduzida, elaborada, armazenada e recuperada e utilizada ((Neisser, apud Albright, Kandel, e Posner, 2000) A partir do século XIX em que houve a intensificação do estudo do cérebro, a atribuição das funções cognitivas como decorrentes de um processo evolutivo potencializaram a afirmação que o cérebro é o órgão responsável na formação da cognição, «no qual factores genéticos e ambientais favoreceram o desenvolvimento de certas estruturas e funções». 49 Segundo Fonseca⁵⁰ a cognição pode emergir no cérebro porque nele ocorrem determinadas condições «biopsicossociais ou bioantropológicas» dinâmicas e evolutivas (p. 34).

A interacção do indivíduo com o meio permite-lhe alterar as conexões de uma rede neuronal já estabelecida. Este processo é denominado pela neurociência de plasticidade. Para o indivíduo interagir com o ambiente é preciso a existência de dois sistemas: O sistema perceptivo (informações sobre o ambiente) e o sistema de acção (interfere causalmente neste mesmo ambiente). Em 1932 Jacob Von Uexkull⁵¹ propôs que a influência entre estes dois sistemas originaria um ciclo funcional, no qual através de uma interacção recíproca, uma percepção influencia uma acção, que influencia uma percepção seguinte, e assim por diante. Intermediariamente aos dois sistemas, o sistema executivo irá planear as acções e decidir o comportamento adequado realizado pelo

sistema de acção em decorrência das informações que receberá do sistema perceptivo. Ilustração 6 – Fluxograma ilustrando como as diversas partes do sistema nervoso que integram, com base no conhecimento das principais vias de processamento de informação. O sistema nervoso é representado pelos sistemas sensorial (S), intrínseco (I), cognitivo (C) e motor (M), cuja finalidade é a geração do comportamento (B). O comportamento pode ser reflexo (r) ou voluntário (v). A informação intrínseca actua como sinal de controlo (c) para regular o estado comportamental. A saída do sistema motor (1) produz o comportamento, cujas consequências são monitorizadas pela retroacção sensorial (Swanson, 2003, apud, Silveira, 2008, p. 134). É presumível que o sistema executivo seja coordenado pelo córtex pré-frontal, e 'formado «pelas áreas associativas do córtex (parietal, temporal e frontal) e pelo sistema hipocampal' (Pereira Jr. 1998) porém o seu funcionamento depende da integridade com as estruturas corticais e subcorticais que estão conectadas a ele. No período da adolescência que ocorre uma diminuição gradual da densidade sináptica e uma moldagem de sinapses desta região frontal do cérebro, sintonizando os processos cognitivos dos lobos frontais (p. 35).

Neste sentido, Vítor da Fonseca aponta para o desenvolvimento de uma educação cognitiva que se baseia nos princípios neuropsicológicos do processamento de informação e das abordagens contextuais de desenvolvimento cognitivo. Segundo ele, a inteligência possui características bioantropológicas na sua origem, mas psicossocial no seu desenvolvimento, respeitando a heterogeneidade e a diferença cultural. Com objectivos de desenvolver a cognição e a emoção a educação cognitiva enfoca no desenvolvimento das competências de resolução de problemas, com treinos sistémicos e estruturados das funções, habilidade, aptidões de captação, integração, planificação e comunicação de informação. O ambiente cultural pode ser visto como um facilitador das funções cognitivas que disponibiliza aos seres humanos uma série de ideias e imagens, sentimentos e impressões. Ele introduz uma colectividade cognitiva na mente humana e ao mesmo tempo, diferencia seres humanos e animais (p. 51).

Esta abordagem pode ser integrada para usá-la comparativamente com a proposta por Fonseca (2001), onde a preocupação central do processo de observação deve enfatizar as componentes do acto mental no seu todo, isto é, das funções de atenção e captação (input = receber e interpretar dados e produzir procedimentos para lidar com o problema), de integração e elaboração (processamento = criar operações e processos relacionados com as tarefas inerentes ao problema) e de planificação e expressão (output = aquisição de competências para solucionar o problema) de informação, concebidas como aptidões para a construção do conhecimento (p. 52).

A abordagem proposta no capítulo dois sugere um indivíduo dotado de um repertório genético e que recebe constantes estímulos ambientais, nos quais favorecem a aquisição e o armazenamento de conhecimentos cognitivos/emocionais e externos/internos, a construção da uma personalidade e que pode regularmente solucionar problemas, criar produtos ou interpretar novas questões sobre o meio em que actua (p. 69).

Os aspectos ligados a consciência cognitiva são basicamente os seguintes: informação, memória, linguagem, influências genéticas e hereditárias, meio ambiente natural e social, capacidade de combinação de aspectos múltiplos, plasticidade adaptativa, enfrentamento de problemas reais e objetivos, desenvolvimento de tendências, habilidades, aptidões, capacidade de processamento múltiplos destes fatores. Estes aspectos definem o nível e a graduação dos processos cognitivos do conhecimento e inteligência dos objetos e fenômenos naturais e sociais que dependem também das maneiras despertadas e desenvolvidas de dedicação, disciplina, metodologia, pragmatismo.

Nos procedimentos epistemológicos investigados em que constatamos a relação ente a dimensão do social da condição humana com a consciência e que esta por sua vez se relaciona com afetividade que está ligado aos meios cognitivos mais eficazes para que seja possível estabelecer o melhor processo de prosperidade material e social da vida com a existência vivencial com dignidade e justiça social conclui-se que estes aspectos são necessários para a promoção do desenvolvimento da condição humana e que eles foram constatados de maneira bastante precisa por Aristóteles de Samos no seu livro *Ética a Nicômaco* (1996) em que se encontram seus principais preceitos e conclusões.

A lógica da condição humana de uma cosmologia humana da dimensão social da pessoa e dos sistemas políticos

O Grupo de Pesquisa de Cosmologia Humana: os ordenamentos políticos, os fatores da pessoa e o desenvolvimento evolutivo da condição humana que tem empreendido desde a sua constituição em 2012 pesquisas de iniciação científica pelas modalidades PIBIC/UFAC/CNPq para investigação da condição científica da condição humana através de uma metodologia epistemológica baseada na consulta de textos filosóficos, sociológicos e de distintas áreas das ciências naturais como física, química, biologia, dentre outras áreas disciplinares tem alcançado nestes período de estudo 2016-2018 importantes resultados conclusivos para o avanço do pensamento científico contemporâneo. Nesta parte deste texto importa-nos fazer um conciso resumo dos principais postulados que orientam estas pesquisas que constataram os principais resultados que chegamos mediante estas investigações, em particular, para as questões de desigualdade de gênero da condição humana.

Uma primeira observação consiste em definir que a ciência cabe conhecer e desvendar a compreensão do mundo natural e social em termos de correspondência com sua lógica dinâmica que regula a cosmologia humana pelos seus reinos constituintes – o mineral, o vegetal, o animal – e o mundo humano. Independentemente do estado de coisas em que se encontram os sistemas políticos contemporâneos com suas mais inconsistentes formas organizacionais e técnico-científicas que extravasam os limites do conhecimento racional esta situação presente da contemporaneidade não pode ser considerada suficiente nem que ela tenha chegado na situação primordial do possível pela condição atual. Em

termos de ciência e correspondência cosmológica as inconsistências e incongruências não podem ser consideradas o limite do possível pois a consciência do pensamento científico tem como principal função identificar a natureza do mundo natural e social nas suas mais variadas formas de funcionalidade que em termos técnicos encontram equalização racional para a existência vivencial e existencial na condição de satisfação da preservação da vida com o usufruto da melhor situação material e social e intervir cientificamente na vida social do mundo humano e ciência em termos científicos é uma epistemologia da ciência cuja função é de revelar a lógica da condição humana em termos cosmológicos e humanos para que se possa ter a compreensão da vida social, e se muitos diagnósticos não conseguiram encontrar a compreensão pertinente do mundo natural e social fazendo com que se vivencie situações de imprudência existencial isso aconteceu somente pela imperícia e desatenção do mundo da sua incapacidade ao longo do processo evolutivo de compreender a estrutura totalizante da cosmologia humana em termos funcionais pela qual ela funciona e se governa na sua lógica mais dinâmica e funcionalizante através da qual o cosmo organiza-se. E isso tudo se deve ao antagonismo dos sistemas capitalistas.

Neste sentido conforme já afirmamos nos relatórios passados 2016/2017/2018 PIBIC/UFAC/CNPq a condição do social da condição humana contém uma equivalência com a tendência de equilíbrio do cosmo cuja principal função estrutural é de proteção da vida humana, isto é, toda a estrutura totalizante do cosmo, como o sistema dos satélites, o sistema sideral, o sistema dos planetas foram criados e constituídos para permitir a existência vital dos reinos mineral, vegetal, animal e mundo humano. O cosmo portanto independente do que se diga é um sistema de vida: *essa é sua função primordial*. Na condição humana, a pessoa constituída de consciência coube a função de dirigir e governar a vida existencial em seus contextos históricos de suas fases evolutivas tendo estes três reinos a seu dispor como recursos materiais para que a vida social encontrasse sua forma dinâmica organizacional em que os graus cognitivos de racionalidades lhe permitiriam chegar aos procedimentos coerentes para uma vida de satisfação existencial. A racionalidade da consciência da pessoa humana, já dissemos, corresponde graduações intelectivas advindas de uma correspondência de uma esfera divina – isto é, não humana – cuja principal propriedade de neutro característica é a inteligência constatando que a existência da pessoa humana em termos cosmológicos contém partículas de átomos de inteligência que definem a consciência como uma espécie de propriedade de molécula de átomos de conhecimento capaz de diagnosticar a dinâmica natural e social porque dela participa enquanto potência, quer se dizer, que a consciência é formada por matéria com propriedade para conhecer a natureza natural e social na sua função mais precisa e calculada porque a pessoa seria nos dizer de René Descartes (1996) como uma célula unidade do universo cosmológico do humano e tendo ele consciência de si mesmo enquanto pessoa saberia obviamente entender que o principal bem humano é a existência da vida tal qual a estrutura total do cosmo.

Então temos uma fórmula sintética que associa **cosmologia-vida-pessoa-inteligência-racionalidade e objetividade para entender o processo vital que é a vida.**

A esta fórmula se acresce o caráter de afetividade ou afeto como atributo da vida (ARISTOTELES, 1984). A característica afetiva da condição humana é uma propriedade essencial da vida uma vez que a condição social da pessoa humana é de ser um ser social por natureza. O ser social por natureza da condição humana é um aspecto empírico e objetivo pois é a partir da relação sexual afetiva entre um ser masculino e feminino que garante a vida individual da pessoa como ser fruto de um fenômeno social. A natureza social da pessoa como disse Aristóteles afirmando que o humano é um ser social político por natureza deriva desse processo social e o afeto que regula e enlaça a interatividade como um guardião da sociabilidade vem da matéria empírica do apreço e estima do que os pais e mães sentem e dispensam para seus filhos. Assim temos que o afeto ou afetividade é a garantia da inter-relação social das pessoas individuais em suas formas concretas vivenciais e da relação da afetividade depende a racionalidade e objetividade das formas de procedimentos científicos visto que o cuidado e o bem-querer dos filhos e filhas exigem perícia e atenção para se proceder a maneiras condizentes com o seu crescimento saudável e progressivo desde a seleção de alimentos para o seu sustento para que este não venha a definhando e falecer até os procedimentos necessários a sua existência humana preparando-os para uma vida em contexto de desafios exigidos a existência satisfatória de bem-estar. A única diferença é que o sistema egoístico é racional em termos técnicos e da ciência da natureza e mesmo nesta área a sua a sua irracionalidade se manifesta pela utilização de matérias primas e produtivos de baixa qualidade ou com níveis de preços ao alcance da corrupção.

Nossa fórmula sintética se completa através da inserção do afeto, assim temos, **cosmologia-vida-pessoa-inteligência-racionalidade e objetividade – afetividade – para entender o processo vital que é a vida.**

Se a situação contemporânea é uma situação adversa a esta que identificamos por uma epistemologia da ciência é um fato bruto que somente serve para constatar a existência do erro científico cuja gravidade maior consiste em naturalizar e banalizar muitas das condições presentes irracionais de necessárias e naturais: o que é outro erro. Isso porque também identificamos de onde vem o erro nos trabalhos de pesquisas precedentes que em uma palavra podemos garantir e assegurar que o erro vem do *egoísmo*. O *sistema egoístico* cujas propriedades disciplinares desreguladas vieram regredindo a condição humana nos seus processos regressivos surgiram da incompreensão em que a situação concreta dos contextos históricos das fases da condição humana com seus desafios de compreensão adaptativo obedeceram a impulsos instintivos de sobrevivência egoística. Estes impulsos egoísticos que identificamos relacionam-se com a esfera religiosa cuja fatoração exerceu influência nos tempos remotos, dos contextos das cidades estados com o aparecimento da moeda que estimulou ganância e corrupção e dos fenômenos

guerrilheiros por poder e por dinheiro no contexto da Revolução Industrial e Revolução Francesa do século XIX no mesmo momento em que aconteceu a formação da sociologia.

Tendo considerado os achados das pesquisas anteriores e explicitado como funciona a lógica da cosmologia humana interessa-nos nesta parte relatorial explicar como deveriam ser em termos de ciência para esclarecer o que nos está ausente ou o que desconhecemos por não termos empreendido primordial ação científica. Além disso explicitar como deveria ser revelada os meios e os procedimentos através dos quais poderemos avançar nas formas organizacionais dos sistemas políticos uma vez que saberemos a função da vida social e a lógica dinâmica que lhe regula sem a qual uma intervenção racional não poderia ser possível tendo a certeza técnica de que a tendência evolutiva da condição humana pode ser resguardada e poderemos acessar fases mais evolutivas de consciência humana com níveis tecnológicos e materiais mais modernizados capazes de fazer evoluir a vida social como por exemplo conhecer o espaço sideral – o que ainda não existe apenas existe na linguagem ideológica – e mesmo desenvolver uma indústria aeroespacial tendo ciência de que ela não pode se desenvolver com um sistema político com corrupção, miséria e exclusão social, sem regulação climática, sem noção de pleno emprego, sem processos técnicos científicos metodológicos baseados em uma cosmologia humana, sem preceitos e princípios éticos e morais de uma política econômica de valorização e preservação da vida. O estado de coisas atual revela nossa capacidade técnica mas ele revela muito mais nossa incapacidade técnica e é as razões desta incapacidade técnica que necessitamos conhecer para poder avançar o pensamento científico atualizando-o ao tempo presente para resolver seus problemas de contextos históricos.

A LÓGICA DA CONDIÇÃO HUMANA E DOS SISTEMAS POLÍTICOS

As sociedades humanas são sociedades evolutivas e a tendência de equilíbrio da relação quantidade-qualidade é a tendência dinâmica que regula o universo cosmológico da condição humana por mais que esta premissa epistemológica da ciência social tenha sido negada ou tenha ficado desconhecida pelos textos técnicos-científicos das ciências sociais até os dias contemporâneos por mais que este desequilíbrio tenha sido resultado dos desequilíbrios dos desafios existenciais do humano, mas sobretudo pelo estabelecimento dos sistemas egoísticos que instauraram os sistemas capitalistas. A tendência de equilíbrio é portanto a lógica dinâmica que deveria governar e dirigir a orientação da condição humana em seus mais diversos tipos de sistemas políticos organizacionais porque a tendência de equilíbrio é a garantia da objetividade científica em termos de produção de artefatos, mercadorias e procedimentos das modalidades de práticas plausíveis. A vida social da condição humana é evolutiva em termos de desenvolvimento da condição material e social da pessoa mas a tendência progressiva da condição humana em termos de identificação das modalidades de formas comportamentais e diagnósticos acerca dos fatos fenomênicos

objetivos para a garantia de seu utilitarismo pragmático voltado para a satisfação das necessidades substanciais dos sistemas políticos constituem-se em desafios evolutivos devido o presente sempre deparar-se com fenômenos indeterminados sendo a exigência de objetividade o pressuposto da consciência para proceder a uma ação racional progressiva que assegure a vida cotidiana existencial. A hipótese comprovada da cosmologia humana como sendo governada por uma lógica dinâmica de tendência de equilíbrio define-se pela epistemologia da ciência através da afirmativa de que o sistema cósmico é um sistema que foi criado estruturalmente para a preservação e proteção da vida da condição humana em que se forneceu todas as condições materiais dos recursos naturais dos distintos reinos – mineral, vegetal, animal – para o abastecimento da pessoa tendo esta sido composta por um caráter psicofisiológico-social – a consciência inteligente – através do qual poderia desencadear as práticas por meio das quais sua prosperidade material e satisfação existencial garantiria sua vida vivencial de contexto histórico diante dos desafios postos pelas fases evolutivas. Então constituído por uma inteligência e consciência racional objetiva através da qual o conhecimento do mundo natural e social poderia se realizar isso por si só garantia o potencial criativo para que os fenômenos e suas propriedades fossem diagnosticados com precisão matemática desde que o conhecimento científico da condição humana fosse compreendido pela consciência social que a experiência empírica da vida diária haveria de despertar e fornecer diante da vida humana. Se os textos antigos filosóficos e os modernos até Rene Descartes, por exemplo, tenham assegurado a condição humana como resultado de uma ação de um ser imaterial e incorpóreo que plasmou a pessoa com uma consciência racional para que este pudesse agir no mundo de maneira inteligente isso por si só não excluiria os desafios de identificação dos pontos ótimos dos procedimentos práticos que a vida social adviria de convencionar com a razoabilidade certa da ciência. Mas a certeza de que os procedimentos científicos encontrem sua objetividade empírica na produção de artefatos e mercadorias úteis estariam resguardados pelo caráter pragmático e utilitário das mesmas e dos benefícios humanos uma vez que um artefato errático ou um comportamento débil traria automaticamente efeitos colaterais que sinalizariam para a situação incongruente pela forma como foram realizados ou feitos. É como se o universo cosmológico da condição humana garantisse o perfeccionamento das coisas e das práticas com resultados nos processos sucessivos de correspondência benéfica posto que os processos daqueles resultados de maneiras imperfeitas deixariam rastros ou sinais de instabilidades, desregulamentação por algum dos seus efeitos deletérios em relação a vida. A pessoa consistiria ou corresponderia a unidade objetiva de análise de verificabilidade dos processos objetivos na medida em que os artefatos e procedimentos sociais reproduzissem sua melhoria progressiva e garantissem sua prosperidade material e social em relação ao sistema político na qual ela pertence sendo a certeza da objetividade tanto por parte do artefato ou produto confeccionado quanto pela prática social desenvolvida em termos socializantes. A incidência errática de efeitos assimétricos que a violentasse seja por meio

de violência, seja por meio de um produto que lhe fez mal por uma incongruência técnica, pelas injustiças sofridas que lhe deixaram em desigualdades e fome ou mesmo em situação de despossuído domiciliar, isso por si só indicaria a passionalidade e a inconsistência objetiva do procedimento realizado. Os descasos diante da vida é um descaso científico que expressa o anti-cientificismo daqueles que dirigem os sistemas políticos contemporâneos mediante formas explícitas de injustiças, de arbitrariedades, de descabimentos explícitos.

Isso afirmo porque a tendência de equilíbrio é a dinâmica lógica da condição humana e os procedimentos erráticos que certamente produzem o desequilíbrio e a instabilidade social é a constatação dessa explicação. O universo cosmológico da condição humana contém variáveis objetivas de verificabilidade para a identificação dos pontos certos contrário aos quais os desequilíbrios se fariam presentes mediante efeitos assimétricos e contraditórios, antagonicos e ambíguos pelos quais se poderiam verificar que os procedimentos realizados para o alcance de determinadas situações estariam necessitando de melhoramentos ou que àqueles que foram realizados não comportavam as propriedades condizentes para se chegar aos resultados esperados. A condição evolutiva progressiva de tendência de equilíbrio seria resguardada pela capacidade que o procedimento científico teria para verificar as situações implausíveis e inconsistentes cujos efeitos deletérios ou precários prejudicariam o impulso da prosperidade material e social devido os resultados desregulados que trariam formas comportamentais ou artefatos mal construídos ou elaborados para a satisfação da qualidade de vida do conjunto da população envolvida do sistema político em evidência, esse efeito precário do procedimento que traria violência, artefatos imprestáveis, desigualdade, exclusão da participação dos recursos, injustiças, seriam suficientes para identificar que o processo evolutivo do sistema estaria trilhando por caminhos erráticos e egoísticos anti-científicos.

Segundo dissemos a epistemologia da ciência social tem a função de revelar a lógica da condição humana em termos cosmológicos e humanos para que se possa ter a compreensão da vida social. Não seria de se supor que esta ação racional da pessoa se realizasse de forma automática e programática sem o procedimento do protagonismo do humano na definição de suas ações porque a ação racional da pessoa corresponde ao seu próprio protagonismo sendo que este acaso agisse irracionalmente certamente adviria sobre si mesmo os efeitos colaterais que sua ação passional teria acabado de proceder. Isso não significa ou não significaria que o processo evolutivo da tendência de equilíbrio da condição humana não apresente ou não se manifeste em termos de desafios para a condição social da pessoa através das formas de contato com o ambiente natural e social da vida. Seria ingênuo supor que o processo organizacional dos sistemas políticos manifestasse explicitamente o caminho através do qual as suas formas organizacionais se estabeleceriam, mas em se sabendo tecnicamente que o horizonte organizacional do humano é a proteção e preservação da vida material e social da pessoa isso seria suficiente para indicar o caminho dos processos sociais. O conhecimento do mundo natural e social

por si sós já manifestariam os desafios da vida coletivizada e socializada da pessoa devido não estarem dito ou explícitos a priori os procedimentos concertativos para o alcance desta meta fundamental. A garantia *stritu sensu* para a tendência de equilíbrio seria dada por meio dos procedimentos racionais e técnicos científicos guiados pela afetividade humanitária territorial da nacionalidade em evidência e em termos mundiais para superar os obstáculos e garantir o entendimento dos desafios para a satisfação das necessidades materiais e sociais justas e distributivas em tendência de equilíbrio isso devido ao fato de que as faturações sociais da pessoa – o político, o econômico, o religioso, o cultural, a consciência, o social – produziriam as propriedades disciplinares a partir dos contextos históricos conferindo àquelas condizentes com os desafios do momento a depender de que estes desafios tenham sido identificados em suas linhas gerais exigindo um aperfeiçoamento das mesmas para que estas fossem difundidas e valorizadas como necessárias para o alcance da resolução dos problemas evidentes, como as propriedades que foram fomentadas no século dezenove no contexto do surgimento do sistema capitalista – embora um sistema baseado na exploração e desigualdades sociais – em que o utilitarismo, pragmatismo, disciplina, eficiência técnica, escolaridade, passaram a ser fomentada naquele momento em que emergia uma sociedade altamente industrializada e tecnificada socialmente em que as faturações sociais da pessoa agiam de maneira de conjunto para assegurar estes empreendimentos de prosperidade material e social como professou a ética protestante e o espírito do capitalismo de Max Weber e os preceitos do calvinismo, puritanismo e pietismo que Robert Merton investiga em que tal influência religiosa do protestantismo estimulou uma ação no mundo de maneira objetiva que correspondia ao melhoramento material e social enquanto uma maneira de expressar uma gratidão de completude que sinalizava para aquele praticante uma benção divinizada da pessoa que agisse com austeridade social, honestidade de disciplina, dedicação ao trabalho, a família, e exclusão dos vícios materiais (WEBER, 2001 e MERTON, 1969).

No entanto embora a consciência da pessoa seja constituída por inteligência e racionalidade a experiência da vida humana vivida no cotidiano diário manifestaria seus próprios desafios na medida em que a evolução humana conta no seu processo progressivo com fenômenos novos que exigem constantes adaptações de aperfeiçoamento sistemáticos que ajustem as aptidões práticas com os avanços que o futuro do presente apresenta para o sucessivo processo progressivo. Isso faz com que a vida cotidiana não se desdobre de maneira automática e plausível em termos de desiderato ou destino posto que ela exige um constante estado do ser para que este permaneça objetivamente orientado por suas experiências de prosperidades passadas que lhe qualificam potencialmente para as respostas provável de correspondência com a precisão que os fenômenos solicitam para a resolução pragmática dos acontecimentos que oferecem-se para o aprimoramento desafiante da vida existencial da pessoa. O constante desafio do futuro presente faz com que os processos evolutivos incidam em crescimentos dos níveis cognitivos de maiores graduações para extrair compreensão objetiva dos fatos e fenômenos sociais a que ela se

defronta. É isso que garante o crescimento dos quocientes de inteligência que se expandem em razão das experiências inovadoras que acumulam-se mantendo uma regularidade a partir dos procedimentos anteriores. E mesmo agindo dessa maneira por descuido de alguns envolvidos nas análises definidoras das diretrizes políticas organizacionais dos sistemas sociais não conferindo a devida atenção e desprestígio o tempo necessário para a análise dos procedimentos alguns distúrbios poderiam processar-se devido a imperícia e imprecisões de procedimentos fazendo com que se tomasse certas situações e efeitos como naturais de um fenômeno que foi mal compreendido e difundido como inevitável gerando preconceitos ou pré-noções que poderiam alcançar quase a condição de valores ou naturalizações sociais como muitos exemplos podemos citar acerca destas questões: como a banalização da corrupção, a banalização de que a pessoa é corruptível por natureza, os assassinatos naturalizados, a exploração, a fome, a miséria, a concentração de renda, a desigualdade de gênero e muitos outros exemplos. A garantia que temos cientificamente verossímil e sistematicamente conclusiva consiste na condição fatural de que um procedimento errático produz automaticamente e sem nenhuma controvérsia um efeito colateral que assegura em termos de uma percepção objetiva uma impropriedade científica e que esta manifestação incongruente exige uma correção atenta. Ela simplesmente indica um erro e erro é imperícia, é desatenção, é desconhecimento. A funcionalidade da prática social ou do artefato produzido indica a objetividade do conhecimento pelo seu caráter pragmático e utilitário no sentido funcional da utilidade para o benefício da condição da pessoa humana. A funcionalidade da técnica de um conhecimento natural e da técnica de uma prática social tem o mesmo grau de objetividade científica devido a ciência social ser um produto humano seja da área natural seja da área social. A técnica científica por mais objetiva que seja do conhecimento da área natural pode ser passível de ser desobjetivada caso a formação social da pessoa seja precária em termos de ciência social. Isso indica uma condição necessária e comprova que a objetividade científica e o avanço do pensamento científico da condição humana é sociologicamente evidente posto que o avanço social não pode ser compensado pelo avanço somente da área da natureza e o avanço da área somente da natureza não conduz ao avanço social da sociedade. O conhecimento social da área natural e social exige uma correspondência em termos de ciência porque são parte da mesma natureza da ciência: a condição humana. Um bom mecânico como diria o senhor Pedro da Oficina Progresso não garante uma boa mecânica por mais que seja capacitado profissionalmente em termos de mecânica porque pode acontecer que ele não tenha simpatia por um sujeito ou guarde rancor em relação a uma pessoa que lhe sugere um serviço em seu veículo e então ele é capaz de utilizar um peça desgastada ou fazer um serviço malfeito por uma impropriedade social fazendo com que ocorra um acidente proposital e deliberado por sua atitude egoística e irracional. O egoísmo e irracionalidade estão relacionados a todos os tipos de procedimentos que vão contra a dimensão do social da condição humana – correspondem ao preconceitos, exclusão social, corrupção, injustiças sociais, etc.

A questão de gênero da condição social do humano: considerações sobre a desigualdade de gênero

Como parte destas observações teórico-prática-metodológica-aplicada e instrumental teremos a oportunidade de verificabilidade a partir da temática de gênero cujo assunto buscaremos explicar a partir do material empírico e documental de textos técnicos científicos.

O tema da situação de gênero que trataremos nesta parte deste texto é elucidativo dos desentendimentos e incompreensões científicas e sociológicas da relação entre feminino e o masculino que até os dias contemporâneos sustentam explícita ou indiretamente o argumento técnico científico ou sociológico da inferioridade da mulher. Como já afirmamos em muitos outros relatórios precedentes toda a vida social é estruturada pelas relações de gênero. A nossa pergunta é muito simples a que orienta estas observações de uma sociologia compreensiva contemporânea: por que a condição de ser mulher, de ser feminina, por si só, autoriza ou garante a superioridade masculina? Em outras palavras, o simples fato de uma pessoa ter nascido mulher já define uma condição de subordinação e inferioridade em relação ao masculino? Em termos de uma cosmologia da ciência humana a resposta é não. A sociologia compreensiva contemporânea diz que não e sua constatação conclusiva baseia-se na análise funcional da condição do social da condição humana e compreensão da situação do ser homem e ser mulher na vida social que assegura que a consciência da pessoa humana – mulher ou homem são iguais – em termos de racionalidade e que a diferença natural de ser mulher e de ser homem é uma diferença orgânica e biológica natural e não uma inferioridade – a mulher é diferente do homem e o homem é diferente da mulher: é uma diferença e não uma desigualdade com tonalidade pejorativa de superioridade ou inferioridade. O papel da ciência como dissemos é de explicitar a função de como a coisa é em si o que já define como deveria ser. O fato da situação não ser em termos de ciência na vida real do presente não significa também que o ser em si real seja a situação do ser em termos de sua função científica. Todo o ser, fato, ou fenômeno, um objeto, um evento, um acontecimento tem uma razão de ser, tem uma razão de ser em si tal qual a coisa é enquanto coisa de propriedade de matéria específica da coisa em si, com sua função potencial consequentemente, e esta coisa real em si da realidade presente embora seja realmente empírica não necessariamente designe a sua substância de coisa em termos de sua origem cosmológica, pois suas propriedades podem ter sido poluídas e destituído sua realidade primeira de coisa em si.

A situação de gênero pode ser útil para exemplificar experimentalmente e empiricamente esta situação a partir da relação do masculino e do feminino na vida social e de mostrar como a situação de ser mulher no mundo contemporâneo foi resultado de incompreensões e imperícias determinadas pela incapacidade de resolução dos desafios de contexto das fases evolutivas e ampliadas pela incapacidade de observação científica

de uma epistemologia da ciência social. Tomemos em princípio a literatura bíblica e litúrgica para começarmos por investigar a situação da mulher da condição humana em termos evolutivos. Toda a literatura bíblica seja de caráter catolicista seja de caráter islâmico, a mulher é vista como: i) inferior ao homem lhe devendo obediência; ii) a sua subordinação está associada a sua situação passional de ser corruptível pelos impulsos sexuais; iii) também sua inferioridade e subordinação se justificam pelo seu caráter de reprodutora na divisão sexual de produção e reprodução da condição social do humano. Tomemos por enquanto estes aspectos que sugerem a inferioridade da mulher no contexto dos textos litúrgicos e religiosos em que elas são visualizadas como fonte de pecado e concupiscência da carne como sugere o livro do Gênese (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2002) como móvel consequente de sua condição de subalternidade em termos genéricos.

O tema da religiosidade e da religião é um tema controverso mas o maior estranhamento dos textos litúrgicos que foram escritos por muitos sábios e profetas por meios de revelações e oráculos fossem tomados literalmente pelos magistrados clericais religiosos e mesmo por aqueles que os escreveram em termos de revelação sem que houvessem sido estimulados suas atenções para os desafios que eles continham em termos de mistérios de entendimentos científicos uma vez que o campo religioso é fatoração social definida por suas propriedades de preceitos e princípios éticos e morais de formas de justiça das maneiras de interações humanas sendo um absurdo evidente a própria religiosidade estabelecer preceitos preconceituosos sobre a pessoa seja homem ou mulher. A incompatibilidade dos textos litúrgicos encontra-se em sua própria natureza religiosa que sofreu por alguma razão de distúrbios de incompreensão irracionalidade em que esta estabeleceu por meio de seus próprios preceitos morais e religiosos, desconsiderando a existência de Jesus Cristo, graduações de preconceitos e injustiças em relação a situação da mulher como constam nos testamentos antigos e mesmo no novo testamento como os escritos de Paulo de Tarso, que apesar de possuir muita sabedoria, manifestou em algumas de suas cartas, e principalmente, no Al Corão dos islamistas, em que a situação da mulher é bastante sujeitada.

Em termos de cosmologia humana da ciência a condição feminina foi muito mal percebida ao longo do processo evolutivo devido a situação evidente de ainda existir nos dias atuais preconceitos realistas de sua inferioridade suposta e sugerida por muitos escritos e práticas sociais de pessoas. A função reprodutora, sexual e consequentemente a função de estética e beleza do ser feminino stritu senso foi incompreendido no movimento geral do tratamento da mulher pelos sistemas políticos mais modernos e contemporâneos sobretudo por esta incompreensão religiosa que justificou outras formas de preconceitos que apelaram pela sexualidade feminina como o móvel libidinoso que justificaria sua precariedade social e portanto que deveria ser controlado de forma subordinada. A condição orgânica da mulher como ser feminino tem função reprodutora e isso justifica que sua natureza orgânica biológica seja obviamente diferente da condição orgânica masculina

como é desnecessário exemplificar pois basta ver uma mulher e um homem para saber que os corpos são diferentes. Não é necessário fazer nenhuma especialidade técnica complexa de entendimento para verificar visivelmente que um corpo de mulher é diferente de um corpo de homem. Esse corpo orgânico está preparado para garantir a reprodução biológica da espécie humana em que o processo de gestação corresponde a sua mais específica função reprodutora. No entanto a sexualidade da condição humana contém uma sensibilidade estética e de embelezamento limpo que torna o corpo feminino constituído de uma forma estética benfeitoria para o afetividade da condição do social da condição humana devido a sexualidade do social pressupor gradações de sensibilidade, estética e beleza genuína que o corpo feminino contém sem que haja nenhum grau apelativo de confundir o corpo da mulher com atividade sexual pois isso seria também um absurdo lógico na medida em que a sexualidade da mulher somente se realiza com a sexualidade viril do masculino de modo que o corpo biológico de ambos os sexos contém a sexualidade no mesmo grau e condição não se reduzindo necessariamente a pessoa a atividade sexual como parece ser a prevalência da condição da mulher em que se tenta reduzir o seu ser feminino a atividade sexual ou a um corpo somente sexual. A sexualidade é parte necessária da condição humana mas a vida social não se reduz simplesmente a atividade sexual pois a vida social é composta de muitas outras atividades entretenidas que não a atividade sexual, se trabalha, se pratica esportes, cultura e lazer, se estuda, se reza, se diverte, se vive familiarmente, dentre muitas outras coisas dos afazeres cotidianos, além obviamente da atividade sexual também como uma atividade dentre outras para as situações sociais compatíveis com esta atividade específica, como os casais matrimoniais, os casais de namoros, as amizades das relações soltas, porque não é aconselhado nenhuma modalidade de atividade sexual na infância principalmente e no caso da velhice ela mesma dispensa essa atividade conscientemente na medida em que o corpo biológica já não a exige.

Essa confusão de entendimento portanto entre a sexualidade da função reprodutora da mulher que lhe conferiu um corpo biológico caracterizado por uma forma geométrica mediada pela estética e beleza como parte integrante de sua natureza social feminina empobreceu a compreensão da função do ser feminino devido reduzir a sua estranha beleza de correspondência com a função reprodutora a um aviltamento definido por uma percepção poluída da sexualidade da mulher devido a sua forma biológica orgânica ser formada por contornos genuínos de feminilidade em que se associou a sua condição feminina a essa função sexual em razão do próprio corpo biológica por assim dizer ser um artefato sexual explícito. Essa imprecisão biológica dos cientistas desatentos e preconceituosos produziu a conseqüente impropriedade de vincular essa situação a uma fragilidade e debilidade sentimental e mesmo passional que atingia o grau da racionalidade e objetividade do ser feminino na sua expressão mais genuína, isto é, a função reprodutora e a gestação feminina que garantem a reprodução da condição humana contém características sensitivas e inteligíveis de racionalidade íntima e de objetividade sentimental que assegura o cuidado

materno dos embriões em formação na placenta que o aparelho gestacional sustenta através de conversações de alegria e confiança que dão a segurança da criança para que esta desenvolva-se saudavelmente no interior feminino assim como lhe assegura a racionalidade para as mais diferentes capacidades de atividades no contexto da divisão sexual do trabalhos que por mais que se diga o contrário na controvérsia feminina leva em conta o corpo biológico reservando para as mesmas as atividades que no decorrer dos séculos foram se consolidando como as atividades das mulheres ou atividades mais ligadas as atividades femininas sobretudo àquelas atividades que não exigem de muito esforço físico pois um dos aspectos que diferencia ou que leva em conta a divisão social do trabalho está relacionado ao porte físico, obviamente sem considerar o tema da racionalidade uma vez que em termos de racionalidade as mulheres poderiam realizar qualquer atividade trabalhista, não obstante a sua função de mulher lhe dedica e lhe seleciona determinadas atividades que lhe são mais afins ou que lhe mais convém para atender a sua condição feminina. A sua delicadeza e cuidado com o corpo físico neste período que a deixa adaptativa para determinadas atividades físicas e trabalhistas lhe indicaram certa estratificação social do trabalho de forma correspondente com a sua função reprodutora sem que isso conferisse nenhum tipo de restrições em termos existenciais. É como se a função de ser feminina correspondesse determinadas atividades no processo de divisão social do trabalho em termos de inclinações, tendência, propensões devido as suas propriedades subjetivas de talento profissionalizante como exemplifica o seu envolvimento nas questões de saúde doméstica, de feitiço dos alimentos, das atividades educativas sem contar obviamente com suas tendência laborais para outras atividades agrícolas, comerciais, industriais e dos serviços com o avanço evolutivo e com o desenvolvimento da condição humana das fases contextuais que foram exigindo que o ambiente da casa e doméstico fossem sendo substituídos pelas atividades institucionais no contexto das cidades-estados gregas quando a demanda por contingentes de serviços e institucionalidades laborais estabeleceram os centros hospitalares, as escolas, os ambientes e recintos alimentares e mesmo nos serviços públicos de escritórios e administrativos das mais variadas atividades do desenvolvimento econômico e social.

Em uma palavra podemos dizer que a percepção da mulher reduzida a sua atividade sexual e de reprodução simplesmente limitou o alcance do entendimento sobre a função feminina na vida social cuja extensão lhe confere a condição de ser uma pessoa da condição humana como mãe encarregada pela reprodução social, de ser esposa para o cuidado afetivo de uma vida compartilhada familiarmente, de ser educadora e cuidadora da atenção para a proteção social do seu ambiente doméstico e de uma vida profissional que lhe permite compartilhar com as demais mulheres uma situação de sociabilidade feminina e com pessoas masculinas contribuindo com suas formas de percepções racionais formulações práticas acerca dos processos de desenvolvimento para uma vida de bem-estar material e social a partir de sua capacidade especificada de compreensão

da condição da pessoa masculina e feminina uma vez que ela por ser reprodutora adquire a compreensão das formas comportamentais e tendências dos filhos que os gerou. O que queremos afirmar é que existe uma especificidade feminina em termos de racionalidade que confere uma contribuição da mulher para condição humana que advém somente do ser feminino. O que se atribui como sentimental e passional a ela como sugestão de uma suposta irracionalidade devido ter um certo sentimentalismo na verdade significa uma dimensão racional de uma esfera íntima em que o sentimento passional passa por meio de gradações de objetividade que se expressam mediante práticas de sutileza que garantem o cuidado no trato, as formas de lidar com os filhos, em maneiras educacionais limpas, na dosagem dos ingredientes que permitem os processos de proteção da pessoa para que ela cresça com saúde e educação compatível para o seu desenvolvimento progressivo e saudável.

Neste tópico também pretendemos discutir o segundo objetivo desta problemática de gênero que envolve a desigualdade no campo científico entre homens e mulheres e sua ligação com a sua função social construída de sexualidade humana e também os atributos que contribuíram para a manutenção de uma sociedade patriarcal em que a ciência passou a ser designada por muito tempo. Nesse sentido, esta parte fundamentou-se em uma vasta literatura sobre feminilidade, feminismo e filosofia feminista e ancorada pelo método de pesquisa bibliográfico que objetivou elencar variadas percepções sobre este assunto do início do sexismo procuramos elencar as variadas formas de percepções erráticas e inconsistentes sobre a condição social do humano e as incongruências das desigualdades de gênero.

Uma das questões mais intrigantes da história humana é constatar o motivo que levou um gênero a ser considerado ser, por muito tempo, superior ao outro, como já demonstramos esse erro começou pela literatura bíblica que por alguma razão das incongruências dos escritores clericais consideraram as mulheres como inferiores ao homem. Não se sabe ao certo em que período esta questão da desigualdade de gênero pode ter sido desenvolvida, o que se sabe baseados nos textos litúrgicos é que essa formulação de desigualdade de gênero encontra sua justificativa e legitimidade neste período em que foram escritos no princípio do século XXI, mas exatamente, na década de 70 de nossa era histórica. O Historiador Yuval Noah Harari (2017) descreve em seu livro *Sapiens: uma breve história da humanidade* três teorias que tentam explicar o motivo do sexismo: i) um primeiro aspecto ou motivo da superioridade masculina é por questões de força física, pois assim, o homem obteve ao longo da história uma ação maior em produção de alimentos e isso ajudou a dominação política; ii) o outro modo para explicar a dominação masculina, é pensado pelo viés da alta agressão representada por eles, pois estes se mostram mais agressivos e se sobrepõe ao ódio ou a raiva executada pelas mulheres. E esta alta agressão, acompanhou ao longo da história as inúmeras guerras por homens, e logo eles detiveram o poder social sobre as mulheres; iii) o terceiro argumento para explicar isto, evidencia os aspectos de

reprodução e sobrevivência que homens e mulheres desenvolveram, pois os homens buscaram uma larga produção objetivando engravidar mulheres férteis, e desse modo afim de obter variadas mulheres, travavam batalhas entre si. E com isso, os genes masculinos contendo estas características perpetuaram as futuras gerações. Por outro lado, o papel das mulheres eram carregar seus filhos no período da gestação e depois alimentá-lo, neste ínterim, os bebês tinham poucas chances de sobreviver, então houve a necessidade de uma figura masculina para ajudar com a criança, e com um determinado tempo os genes femininos caracterizaram-se como cuidador, dependente e submisso, dentro disso, pelas características ambiciosas dos homens tornou-lhes a protagonizar os lugares de poder.

Tem-se neste primeiro momento alguns elementos que justificam a desigualdade de gênero presente nos dias atuais definidas pela questão biológica e diferenças físicas da pessoa. A condição da pessoa masculina e sua força física é considerada como o aspecto que levou a condição de superioridade masculina em relação as mulheres consideradas frágeis devido a sua condição de reprodutora da vida com sua estrutura biológicas voltadas para esta finalidade. Este aspecto que o historiador Yuval Noah Harari (2017) demonstra como explicativos da desigualdade de gênero na verdade apresenta os desentendimentos dos desafios que foram mal considerados pela condição social da pessoa no contexto limpo da evolução humana. Isso quer dizer que a condição social da pessoa seja masculina ou feminina apenas expressa a diferença de corpos biológicos em razão da função social da condição humana devido a pessoa feminina ser constituída por características biológicas condizente com a função reprodutiva da pessoa. Esta é uma diferença portanto não se constitui uma desigualdade – *é uma diferença não uma desigualdade* – e o fato de a mulher em termos racionais e consciência apresentar as mesmas capacidades cognitivas em relação ao homem ela apresenta uma racionalidade específica condizente com sua função reprodutora em virtude de ela necessitar de aspectos objetivos racionais sensitivos suficientes para o cuidado domésticos e cuidado dos filhos assim como os procedimentos adaptados para esta finalidade. Além disso seu corpo biológico além de sua função racional e reprodutora contém também uma função estética e afetiva que atende pela relação de afetividade que a reprodução dos filhos exige na esfera íntima da pessoa para a existência de sua vida familiar doméstica.

O sexismo transpassou-se por toda a história humana, há diferenças no tratamento das mulheres em algumas culturas, mas sempre existe a figura fragilizada delas. Contudo, mesmo a filosofia sendo a base do conhecimento científico, pode-se pensar que os filósofos clássicos trataram sobre várias questões humanas, mas erraram por não discutirem as questões de gênero. Sendo que a maioria deles eram sexistas, indubitavelmente, o reflexo de sua época, mas sabe-se que sempre os filósofos pensavam em assuntos tão importantes para o presente e futuro, mas nunca se preocuparam em desenvolver algo que tratasse sobre a desigualdade entre homens e mulheres. Por uma visão ampliada, pode-se perceber que as mulheres eram consideradas irracionais para Kant e Nietzsche, decerto,

nunca deveriam participar do conhecimento científico, e nem agiam conforme a razão, mas sempre usando a emoção. Ao longo da história esse mesmo tipo de pensamento foi expandido na sociedade, por isso, milhares de mulheres tiveram que ofuscar seus talentos e conhecimentos. E algumas foram além, assinaram suas obras com nomes masculinos, e outras apenas repassavam suas contribuições científicas para o marido, e isso perpetuou por vários séculos de inferiorização das mulheres. Tantas construíram invenções, escreveram livros que nunca foram publicados, até mesmo na idade média houveram mulheres brilhantes. A história mostra algumas, mas não foi significativo para destruir a força do conhecimento branco-masculino-europeu distribuídos como o mais relevante na história.

Se verificamos a situação de desigualdade de gênero veremos que desde a antiguidade da Grécia o sexismo já estava presente pois nesta sociedade as mulheres já eram estereotipadas com o seu espaço reduzido ou já detinham algumas funções que a caracterizavam como vulneráveis. Naquela época as mulheres não eram consideradas cidadãs e isso durou até o século XX. Somente deste período o voto feminino foi interiorizado em alguns países. No Brasil para termos uma ideia o voto feminino aconteceu apenas no ano 1932. Na filosofia, a partir do século XX algumas mulheres obtiveram a posição de destaque como Simone de Beauvoir e Hanna Arendt, por conseguinte o empoderamento feminino ganhou força graças a movimentação feminista. E atualmente, feministas filósofas se apresentam a sociedade como Ângela Davis, Conceição Evaristo e entre outras.

A invisibilidade da mulher não é apenas na questão de protagonizar a história do pensamento filosófico, mas como também, os fatores que contribuíram para que os filósofos clássicos legitimassem a desigualdade política e social entre homens e mulheres. Dentro disso, as ideias sexistas de alguns filósofos como Kant e Nietzsche, eram comuns em suas épocas, e atualmente perpassa pela via dos discursos do senso comum.

Pode-se pensar que os conceitos de razão que permeou toda a filosofia, foram discretamente introduzidos por preceitos sexistas, parafraseando Castro (2014) que afirmou que tratar sobre gênero na Filosofia ajuda a identificarmos marcadores sexistas, espalhados pela história do pensamento e travestidos de explicação acerca da natureza dos fenômenos e da vida. Exemplificando isso, para o filósofo Immanuel Kant (1993), a desigualdade entre os gêneros sustenta o amor, pois seria impossível um homem amar uma mulher que tenha uma inteligência superior a dele. Este filósofo, também critica Anne Dacier e a amiga de Voltaire Gabrielle Emilie, por se envolverem com questões científicas na sua obra *Observações sobre o belo e o sublime*,

A uma mulher que tenha a cabeça entulhada de grego, como a senhora Dacier, ou que trave profundas discussões sobre mecânica, como a Marquesa de Châtelet, só pode mesmo faltar uma barba, pois com esta talvez consigam exprimir melhor o ar de profundidade a que aspiram. (KANT, 1993, p. 49.).

Anne Dacier (1654-1720) foi uma importante tradutora da língua grega. E a marquesa du Châtelet desenvolveu junto com Voltaire os *Éléments de la philosophie de Newton*. (CASAGRANDE et al, 2005. p. 36). Uma grande contribuinte para a Filosofia e metafísica, portanto ficou na invisibilidade. Neste ínterim, para o filósofo alemão o conhecimento científico só pode ser produzido pelo gênero masculino. Segundo a autora Gebara (2017, p.70) “a afirmação de que somos racionais parece à primeira vista incluir a todos os seres humanos, mas sabemos bem que esta atribuição está dirigida em primeiro lugar ao ser humano masculino”, pois as características ditas masculinas são vistas como mais certas e inteligentes, enquanto a emotividade e o aspecto cuidador é tido como características não-rationais e femininas.

Outro aspecto é mostrado na sociedade, que se conceitua como estruturalmente patriarcal, de modo que, sustenta a maternidade compulsória, isto é, a concepção de que a maternidade deve ocorrer na vida de toda mulher, e que esse, é um fator determinante para o que essa sociedade se classifique como “uma mulher bem resolvida e feliz”. Deste modo, ela precisa necessariamente ter filhos para realizar-se como “mulher”. No entanto, a mesma sociedade que considera crucial para a figura feminina, gerir uma vida, é a mesma sociedade que exclui e dificulta a vida social e profissional das mulheres que optam ou aceitam a maternidade. Uma pesquisa feita por Machado e Neto (2016) diz que 50% das mães são demitidas até dois anos depois da licença maternidade. A dificuldade para uma mãe provar que é apta para atender as exigências do mercado de trabalho é também maior, isso ocorre por causa da discriminação que acomete as mulheres que possuem filhos, principalmente quando são “mães-solo”. Nesse sentido, vemos a incoerência no discurso reproduzido, onde há a imposição da maternidade, mesmo que a sociedade, o Estado e o mercado de trabalho não deem aparatos para tal responsabilidade. A maternidade é um tema muito complexo e que requer muitas reflexões, mas a percepção principal dela é que as mulheres não têm o direito soberano sobre seus corpos, pois desenvolver a maternidade ou não, deveria ser uma escolha feminina, de poder decidir isso sem a interferência social e do Estado numa sociedade que ver a mulher apenas como incubadora humana. O filósofo Nietzsche prediz em sua obra *Ecce homo* um discurso sexista que conscientemente está na linguagem do senso comum;

A luta por direitos iguais inclusive é um sintoma de doença: qualquer médico sabe disso...a mulher, quanto mais mulher ela é, se defende com unhas e dentes contra todo os tipos de direitos: o estado natural, a eterna guerra entre os sexos lhe dá, de longe, o primeiro lugar... Alguém teve ouvidos para a minha definição do amor? Ela é a única digna de um filósofo. O amor, em seus meios, a guerra: em seu fundamento, o ódio mortal dos sexos...alguém ouviu minha resposta à pergunta sobre como a gente cura – “liberta” – uma mulher? A gente faz um filho nela. (NIETZSCHE, 2002, p..84).

Nietzsche não critica apenas o fato de as mulheres estarem lutando por direitos iguais, mas opina dizendo que na verdade o que elas necessitam necessariamente é ter filhos, pois lhe falta isso, para que não reivindique seus direitos e conheça o seu lugar. O filósofo vai além, predizendo que o homem é um meio para que a mulher se realize, pois ele é o único que pode “ajudar” as mulheres a serem mães.

Nesta sociedade, a mulher não detinha um lugar de fala e segundo Amelinha Teles no livro “introdução de Breve histórias do feminismo no Brasil”, citado por Djamilia Ribeiro (2018),

Falar da mulher, em termos de aspiração e projeto, rebeldia e constante busca de transformação, falar de tudo o que envolva a condição feminina, não é só uma vontade de ver essa mulher reabilitada nos planos econômico, social e cultural. É mais do que isso. É assumir a postura incômoda de se indignar com o fenômeno histórico em que a metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades no decorrer dos tempos (2018, p. 44).

As mulheres tinham um contato com as ciências por meio de uma instigação familiar, pois seus pais ou maridos usavam suas disponibilidades para beneficiarem seus estudos, e esta foi por muito tempo a única forma de uma mulher ter um contato intelectual direto.

A primeira mulher a ter visibilidade intelectual foi a filósofa e matemática Hipatia de Alexandria(370-415), que estudou por intermédio de seu pai Téon de Alexandria, um grande intelectual de sua época. Em um período que era proibido as mulheres estudarem matemática, e limitado ao acesso intelectual ela se tornou adepta ao platonismo e diretora da Academia. Se pode pensar que ela não foi a primeira a interessar-se por ciência, antes dela e depois, muitas mulheres apagadas pelo período sexista ofuscou grandes cientistas e pensadoras. Em um período de difícil acesso a investigação e estudo para mulheres ainda houve quem se destacasse. De modo que as mulheres dos séculos antecedentes não se dedicavam apenas em uma área do conhecimento, mas eram amplamente parecida com a intelectualidade masculina que investigava e produzia ciência em várias linhas do pensamento como na matemática, física, astronomia e filosofia.

Grandes nomes do intelectualismo não é associado a uma personalidade feminina, por exemplo, geralmente não associa-se as grandes fórmulas matemáticas rotuladas pelo sobrenomes dos seus criadores, como sendo sobrenomes femininos, pois em uma longa predominância sexista é difícil associar invenção científica a uma mulher, no entanto, a francesa Sophie Germain (1776-1831) além de contribuir para o pensamento filosófico, contribui para a matemática com “a noção de uma curva oblíqua em um ponto”, teoria que é usada nos dias atuais.

A participação no meio feminino tem enfrentado alguns problemas. O método científico, por exemplo, desvaloriza características tidas como femininas como a “subjetividade, cooperação, sentimento e empatia” (CASAGRANDE et al, 2005). Simone de Beauvoir (1970) defendeu em sua obra *O segundo sexo* que a estrutura hierarquizada dos sexos é uma construção social. De acordo com Ribeiro (2018),

Ao dizer que 'ninguém nasce mulher, torna-se mulher' a filósofa distingue a construção de 'gênero' e o 'sexo dado', e mostra que não é possível atribuir às mulheres certos valores e comportamentos sociais como biologicamente determinados. A divisão sexo/gênero funcionaria como uma espécie de base que funda a política feminista partindo da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído e imposto, assumindo assim um aspecto de opressão (RIBEIRO, 2018, p. 46).

Simone prediz que a condição da mulher na sociedade é uma construção da sociedade androcêntrica, que teve início com o surgimento da propriedade privada.

A noção de desigualdade entre homens e mulheres não está ligada apenas em representação em tais lugares de poder, mas a facilidade e domínio que o gênero masculino chegou a estes espaços, ao privilégio que estes possuem diferente do outro gênero. No entanto, a mulher desenvolveu inúmeras áreas do conhecimento de modo secundário, mesmo sendo autodidata se sobressaiu e alcançou lugares de destaques. Com as lutas do direito ao voto no início do século XIX pelas sufragistas e lutas para poder ir à universidade foram significativas para que hoje as mulheres pudessem ter direito igual a uma formação universitária. Conquanto, ainda há desigualdade de gêneros presentes na sociedade. De acordo com Bourdieu (apud CASTRO 2014, p. 101),

Não há como esperar que as instituições do governo democrático trabalhem em prol de uma igualdade de condições entre homens e mulheres, pois são elas mesmas (escolas, igrejas, repartições públicas, etc) que contribuem de forma sublinear para a manutenção da dominação masculina.

Há uma dominação masculina em determinados espaços e este problema causa um efeito desastroso, ainda existem mulheres que sofrem com a violência sexual, conjugal e doméstica, distinção de salários e estereótipos.

No Brasil, a violência contra a mulher foi pautada pelo movimento feminista no final dos anos 70, desde então, este movimento ganhou visibilidade considerável, com a criação de políticas públicas para o grupo feminino, mas isso não foi o bastante para regredir o número de agressões físicas, verbais e sexuais, pois esta violência se desmembra além da desigualdade de gênero, mas também do preconceito de cor e etnia. No entanto, esta pesquisa não pretende analisar o sexismo a partir da etnia, ou orientação sexual, mas sabe-se que as mulheres deterioradas por serem "minorias", sofrem com sexismo, racismo e preconceito. Segundo Grossi (1994),

O surgimento de denúncias contra grupos étnicos "não brancos" parece ser um campo emergente no interior das lutas e pesquisas sobre violência contra a mulher. O genocídio de mulheres indígenas e a esterilização em massa de mulheres negras são apenas dois exemplos de como a violência toma matizes particulares quando se trata de grupos étnicos considerados "minoritários" nas estatísticas nacionais (GROSSI, 1994, p. 94).

Deste modo, indubitavelmente, as diferentes características biológicas entre os gêneros, masculino e feminino existem de fato. Mas o sexismo masculino não advém da distinção da condição biológica. Pois a função que os dois gêneros exercem na sociedade foram paulatinamente construídos, pois não faz parte do gene biológico feminino, certas características. Não é relevante a concepção de que pessoas de cromossomos XY, são mais racionais e devem usar determinadas roupas e se constituírem de aspectos delicados, e que outras do cromossomo XX, são menos racionais e não devem estar nos lugares de poder.

Os aspectos que tratamos neste tópico sobre a desigualdade de gênero apresentam a dimensão biológica, a sensibilidade, a consciência como as principais características que explicam a desigualdade entre gênero sendo a mulher situada numa condição de inferioridade social e biológica. Estas questões que se desenvolveram desde a antiguidade e permanece nos dias atuais através das desigualdades salariais e violência doméstica e social constituem nos principais efeitos de um desentendimento humano que mesmo o campo do conhecimento científico não foi capaz de resolver em razão que também na ciência a desigualdade de gênero se manteve em que a mulher era vista como menos racionais que os homens.

Estes aspectos que tratamos neste texto merecem algumas considerações a partir de uma epistemologia do conhecimento científico da condição social do humano. Em termos gerais temos a constatação de que a dimensão biológica da mulher que caracteriza a condição humana diz respeito apenas a função reprodutora dela em relação a condição masculina sem que isso implique em uma inferioridade de gênero, pois como dissemos, é uma diferença e não uma desigualdade. A condição biológica da mulher como dissemos refere-se a sua função social e o seu corpo diferenciado relaciona-se a condição dessa função em razão da gravidez e a geração dos filhos. Além disso sua condição biológica atende a uma questão estética de afetividade para a vida afetiva. A consciência irracional ou menos racionais a que se chegou a considerar devido sua condição reprodutora pelo cuidado dos filhos a que realiza decorre de um desentendimento de irracionalidade da interpretação da literatura bíblica pois os níveis de conscientes de inteligências de homens e mulheres são iguais.

CONCLUSÕES

A dimensão de gênero portanto em que a desigualdade feminina se apresenta como problemática apenas confere um desentendimento da ciência em relação a condição da mulher. Não existe em nenhum sentido uma inferioridade da mulher em relação ao homem, o que existe é uma diferença e não uma desigualdade. A evolução da condição humana apresenta desafios de contexto no campo aberto em que a consciência racional da pessoa – de homens e mulheres – seria suficiente para a compreensão dos desafios da condição

humana com o objetivo de diagnosticar os melhores procedimentos de tal sorte que a mulher em sua condição feminina apenas se diferencia do homem em biologia pela função de reprodução e produção e em átomos de racionalidade afetiva devido o cuidado maternal a que lhe confere a condição reprodutora. A sua racionalidade se diferencia da racionalidade masculina porque ela apresenta aspectos sensitivos de afetividade como uma espécie de racionalidade íntima que contém propriedades disciplinares das funções femininas a que suas faturações sociais no processo evolutivo foram sendo desenvolvidas como o cuidado doméstico porque nas demais atividades, educacionais, as profissões civis, não existem nenhuma diferença de realização relacionadas com a condição feminina de seus corpos muito embora nos tempos modernos a mulher desenvolva atividades que antes eram consideradas masculinas assim como muitas atividades femininas são realizadas por pessoas masculinas, apenas uma tendência a se dedicarem àquelas atividades que estão mais relacionadas a sua condição biológica.

As desigualdades de gênero portanto atendem a um desentendimento de compreensão porque a mulher apesar de diferente do homem tem a mesma igualdade de conhecimento se diferenciando somente das atividades que realizam em razão de sua subjetividade racional que atende a função de reprodução e sua situação físico-biológica para realização de atividades que complementam as condições de existência social da sociedade no processo de divisão social do trabalho.

REFERENCIAS

ARENDRT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. O que é política. (Editoria de Úrsula Ludz). Trad. Reinaldo Guarany. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ARISTOTELES. Poética. Ética a Nicômaco. Organon. Traduções publicadas sob licença da Editora Cultrix Ltda. (Arte Poética), Guimarães Editores, (Organon), Edunb – Editora da Universidade de Brasília (Ética a Nicômaco). São Paulo: Editora Nova cultural Ltda, 1996. Coleção Os Pensadores. Vol. I.

BERGSON, Henri e BACHELARD, Gaston. Cartas, conferências e outros escritos. E a filosofia do não; o novo espírito científico; a poética do espaço. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1974.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. 11 Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BURSCHINI, Cristina & PINTO, Celi Regina (Org.) Tempo e lugares de gênero. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, s\l.

BRUSCINNI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistências da discriminação? (Brasil, 1955\95). In: LOPES, Maria Júlia et. al.(Org.). Gênero e saúde. Porto Alegre: 1996.

BIBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Editorial Paulus, 2002.

CASAGRANDE, Lindamir Salete ; SCHWARTZ, Juliana ; CARVALHO, Marília Gomes de ; LESZCZYNSKI, Sonia Ana . Mulher e ciência: uma relação possível?. Cadernos de Gênero e Tecnologia (CEFET/PR) , Curitiba, v. ano 1, n.n. 04, p. 31-45, 2005.

CASTRO, Susana de. Filosofia e gênero. 1º ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

DaMATTA, Roberto. A casa e a rua. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DARWIN, Charles. A origem das espécies através da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela sobrevivência. Tradução de Ana Afonso. Portugal: Planeta Vivo, 2009.

DARWIN, Charles. El origen del hombre. Cuatro Reales. Trad. Lopez White. Valencia/Espanha: Siempre y Cia. Editores, s/d.

DESCARTES, René. Discurso do método. As paixões da alma. Meditações. Objeções respostas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Coleção Os Pensadores.

ENGELS, Friedrich. A dialética da natureza. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

GEBARA, Ivone. Filosofia Feminista: Uma brevíssima introdução. São Paulo. Edições Terceira Via, 2017.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/Velhas Violências contra a Mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 473, jan. 1994. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16179>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

HUME, David. Tratado de la naturaleza humana: ensayo para introducir el método del razonamiento experimental en los asuntos Morales. Traducción: Vicente Viqueira. Libros en la Red: Editora Eletrônica, 2001.

HUXLEY, Aldous. Demônios da loucura. Trad. Marcos de Vicenzi. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1973.

JOLIVET, Regis. Curso de Filosofia. Tradução de Eduardo Prado de Menezes. 18 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

MACHADO, Cecília; PINHO NETO, V. The Labor Market Effects of Maternity Leave Extension. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MERTON, Robert. Sociologia: teoria e estrutura. Tradução de Miguel Maillat. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

MAYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gêneros: fragmentos históricos e desafios atuais. In: Revista Brasileira de enfermagem – REBER/Associação Brasileira de Enfermagem – ABEN. Vol 57, nº 1. Janeiro-fevereiro, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Ecce homo: De como a gente se torna o que a gente é*. Tradução: Marcelo Backes. Porto Alegre: L&M, 2002.

Observações sobre o sentimento do belo e do sublime. Tradução: Vinícius de Figueiredo. Campinas: Papyrus, 1993.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. *Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero*. Texto apresentado no workshop *Gênero, Democracia e Políticas Públicas*. SOS Corpo/GTZ. São Paulo: setembro de 1996.

PISCITELLI, Adriana. *Gênero em perspectiva*. In: BESSA, Karla Adriana Martins (Org.) *Trajetórias de gênero, masculinidades*. Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp-Campinas: *Cadernos Pagu* (11), 1998. ISSN 0104-8333

PLATÃO. *Apologia de Sócrates. O Banquete*. São Paulo: Martins Claret, 2009.

PLATÃO. *Diálogos*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SCHMINK, Marianne. *Macco conceitual sobre gênero e conservação com base comunitária*. Programa em Manejo e Ecossistemas e Recursos com Ênfase em Gênero – Merge. Universidade da Florida/Pesacre. Estudo de Caso n°1, abril, 1999

SOIHET, Raquel. *História das mulheres e história de gênero – um depoimento*. In: BESSA, Karla Adriana Martins (Org.) *Trajetórias de gênero, masculinidades*. Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp-Campinas *PAGU* (11), 1998. ISSN 0104-8333

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martins Claret, 2005.

REVISITANDO OS ESTUDOS DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM EMERGÊNCIA NO CAMPO DE ESTUDO SOCIOLÓGICO

Data de submissão: 11/03/2024

Data de aceite: 02/05/2024

Érica Patrícia de Oliveira Santos

Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA
Colinas - MA
<http://lattes.cnpq.br/3259211857532667>

Thátilla Larissa da Cruz Andrade

Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA
Colinas - MA
<https://orcid.org/0000-0002-8030-3516>

Helanna Gonçalves da Silva

Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA
Colinas - MA
<http://lattes.cnpq.br/6180333681735785>

Betânia Pereira de Sousa

Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA
Colinas - MA
<http://lattes.cnpq.br/2041271382624578>

Andreane Matias da Silva

Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA
Colinas - MA
<https://lattes.cnpq.br/6150954021307463>

Simone Carla de Sousa Barroso

Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA
Colinas - MA
<http://lattes.cnpq.br/4438041957958430>

Marceane Gomes da Silva

Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA
Colinas - MA
<http://lattes.cnpq.br/5796032463777163>

Nilzania Silva Oliveira

Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA
Colinas - MA
<https://lattes.cnpq.br/40794862319621467>

Maria Rivoneide Lopes de Sousa

Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA
Colinas - MA
<http://lattes.cnpq.br/7610308361014545>

Karla Cristina Pereira Rodrigues

Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA
Colinas – MA
<https://lattes.cnpq.br/9876205760830159>

RESUMO: Este artigo, abordará a reflexão de estudos teóricos já consolidados, que discutem as implicações entre os estudos de gênero e de violência de gênero, tomando como fundamento as violências contra as mulheres em diferentes contextos. Objetiva,

realizar um apanhado histórico de luta das mulheres, em específico do movimento feminista, no cenário internacional e brasileiro, a partir das três ondas; no segundo uma breve discussão sobre o conceito de gênero, conceituando gênero como elemento constitutivo das relações sociais e poder (SCOTT, 1995; CONNELL, 2015), e tomando como referência teórica o terceiro tópico de Saffiot (2015) para fazer a discussão sobre violência de gênero. Estudo de caráter qualitativo, documental e bibliográfico. A investigação se propõe em compreender os pressupostos teóricos, Scott (1995), Connell (2015, 2016), Butler (2016), Saffioti (2015) entre outras estudiosas. Tais autoras suscitam aspectos sócio-históricos da sociedade, marcados pela hierarquização, discriminação e práticas normativas presente nas relações de poder entre os gêneros.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de gênero. Violência doméstica. Movimento feminista. Mulher.

REVISITING GENDER STUDIES AND EMERGING GENDER-BASED VIOLENCE IN THE FIELD OF SOCIOLOGICAL STUDY

ABSTRACT: This article will address the reflection of already consolidated theoretical studies, which discuss the implications between studies of gender and gender-based violence, taking as a basis violence against women in different contexts. The objective is to provide a historical overview of women's struggles, specifically the feminist movement, on the international and Brazilian scene, based on the three waves; in the second, a brief discussion on the concept of gender, conceptualizing gender as a constitutive element of social relations and power (SCOTT, 1995; CONNELL, 2015), and taking Saffiot's (2015) third topic as a theoretical reference to discuss violence of gender. Qualitative, documentary and bibliographic study. The investigation aims to understand the theoretical assumptions, Scott (1995), Connell (2015, 2016), Butler (2016), Saffioti (2015) among other scholars. These authors raise socio-historical aspects of society, marked by hierarchy, discrimination and normative practices present in power relations between genders.

KEYWORDS: Gender-based violence. Domestic violence. Feminist movement. Woman.

INTRODUÇÃO

O movimento feminista buscou desde seus primórdios lutar por liberdade e igualdade de direitos, influenciado pela Revolução Francesa, no século XIX, por meio da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, assegurou direitos somente aos homens, surgindo a indagação das mulheres sobre a igualdade de seus direitos (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021).

Neste sentido, o feminismo buscou construir um novo olhar sobre a mulher na sociedade, suscitando que a mulher era culturalmente vista, única e exclusivamente, confinada ao espaço privado, ou seja, “do lar”, submissa à figura masculina, podendo ser seu esposo ou pai. É relevante destacar que em alguns casos quando a mulher era casada, esta era tratada como mero objeto de procriação, vista como propriedade do homem, devendo-lhe obediência e subordinação (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021).

A segunda onda feminista inicia aproximadamente na década de 60. Frente a isso, a segunda onda parte de uma perspectiva que a igualdade aos homens ocorreu apenas perante a lei, no papel, na prática, isso não ocorria. Neste período o movimento estava preocupado em compreender por que ainda existe submissão das mulheres, e se de fato as mulheres eram submissas aos homens, sendo este o motivo de não alcançarem na prática a igualdade? Então surgem vários outros questionamentos sobre a ideia de mulher e feminilidade. Surgem três principais pensadoras: Simone de Beauvoir, Carol Hanisch, e Betty Friedan.

Na metade do século XX acontece a publicação do livro de Simone de Beauvoir, “O segundo sexo”, denunciando as desigualdades entre homens e mulheres no âmbito social e cultural. Simone de Beauvoir, nessa obra, destaca-se pela célebre frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980), ou seja, ser mulher é uma construção social e como tal pode ser desconstruída.

Por conseguinte, Betty Friedan desempenhou um papel fundamental na reativação do movimento feminista norte-americano nos anos 1960. Em seu livro *Mística feminina*, publicado no ano de 1963, conforme De Oliveira (2006), Friedan descreveu as frustrações que vitimam as mulheres educadas de classe média, confinadas à domesticidade.

A relevância do pensamento dessas autoras viabilizou a criação de um movimento social, visando trazer novas concepções de mulher, de seus direitos e valores, dizendo não aos paradigmas tradicionais machistas. Tendo em vista, que as novas reestruturações, no ano de 1970, o movimento feminista tornou-se internacional, anos mais tarde em 1975 é marcada a Primeira Organização Mundial sobre as Mulheres, na cidade do México, o qual foi Declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), declarado o Ano Internacional das Mulheres, fortalecendo as lutas das mulheres feministas (SARDENBERG, 2018).

Por outro lado, a terceira onda traz as diversidades femininas, no ano de 1990 com demandas, em conjunto com os movimentos feministas: negro, homossexuais, lesbianismo, transexuais entre outros. Deste modo, os avanços são notáveis, surgindo a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, ano seguinte foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com a finalidade de articular políticas públicas voltadas para o atendimento às mulheres e suas particularidades (ADRIÃO, 2011).

Contudo, a partir do ano de 2010 surgiu a quarta onda, não se tem um consenso conforme Castro (2020), esta emergiu movida pelo ativismo virtual ou chamado ciberativismo, trazendo a diversidade feminina, ingresso da intencionalidade e mobilização coletiva. A partir do pensamento de Castro (2020) estas manifestações reúnem-se através das redes sociais, para tal o pessoal vai se engajando para determinada ação.

Em suma, este trabalho tem como objetivos, analisar teóricos clássicos e a construção aborda de estudos já consolidados que discutem as implicações entre os estudos de gênero e de violência de gênero, tomando como fundamento as violências contra as mulheres em diferentes contextos. A investigação se propõe compreender os

pressupostos teóricos, Scott (1995), Connell (2015, 2016), Butler (2016), Saffioti (2015) entre outras estudiosas. Tais autoras suscitam aspectos sócio-históricos da sociedade, marcados pela hierarquização, discriminação e práticas normativas presente nas relações de poder entre os gêneros.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa é de caráter qualitativa, documental e bibliográfica, tendo ênfase para a análise de conteúdo de Bardin (2016), sendo uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivos validados e públicos para criar inferências de determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, que visa descrever, quantificar e interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequência ou contexto, com fonte de dados qualitativos.

Ao analisar os marcos teóricos, foi possível obter uma grande quantidade de informações, visando assegurar de forma segura a análise das informações teóricas, objetivando detectar interlocuções com os conceitos apropriados na construção do trabalho.

Concordando com Sá-Silva e Almeida (2009), que uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza das informações viabilizou extrair e resgatar justificar o seu uso de conceitos, porque viabilizou ampliar o entendimento de objetos, cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Desta maneira, a construção deste artigo compreende aspectos distintos entre pesquisa documental e bibliográfica, embora elas sejam complementares. O principal diferenciador a ser considerado é a natureza das fontes para organização dos dados. Assim, a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, observando as fontes secundárias, por fim este trabalho, é documental, desse modo requer materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Violência de gênero: um problema social consequência da hierarquização dos sexos

A violência nas sociedades modernas é composta por um conjunto de representação de consciência coletiva, que podem variar de formas físicas, culturais e simbólicas. No caso da violência de gênero compreende uma categoria mais geral, porque, conforme Saffioti (2015), abrange relações regidas pelas gramáticas sexuais, por exemplo, a disputa por uma “fêmea”, podendo levar a violência entre dois “machos”.

Patenteando que a violência de gênero pode ser praticada por um homem contra outro, ou por uma mulher contra outra. Desta maneira, “violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falcoaria como caldo de cultura” (SAFFIOTI, 2015, p. 75).

Torna-se importante evidenciar que a violência de gênero é perpetuada de geração em geração, tanto por homens como por mulheres, entrelaçada a relações sociais visto como natural, de maneira a parecer parte da natureza humana. Sendo assim, as condutas violentas, são de certo modo, legitimadas na sociedade, por vezes se ouvindo dizer “que as mulheres gostam mesmo é de apanhar”. Por conseguinte, o conceito de violência de gênero pode ser entendido como:

[...] uma relação de poder de dominação do homem e submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. Ou seja, não é a natureza a responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens, dóceis e submissos às mulheres (TELES; MELO, 2003, p. 18).

Por outro lado, a violência intrafamiliar envolve membros de uma mesma família, podendo ser extensa ou nuclear, ocorrendo no ambiente doméstico ou fora dele. No caso da violência contra as mulheres, sobretudo, a violência doméstica é fruto das relações de poder provenientes de uma estrutura social, cultura patriarcal, sexista e machista. A violência contra as mulheres faz parte de um sistema de opressão baseado nas desigualdades de gênero, o que também se faz presente dentro de casa, ou seja, no casamento, em que “as mulheres ainda têm uma vida mais reclusa, estando infinitamente mais expostas à violência doméstica” (SAFFIOTI, 2015, p. 90).

O patriarcado funciona como fortalecedor das desigualdades entre os sexos, reflexos das diferenças atribuídas socialmente, “a tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem, contudo, ser vistas isoladamente”, (SAFFIOTI, 2015, p. 63) perpassam os sistemas culturais influenciando na violência de gênero e contra as mulheres.

Assim, a visão de violência ainda está atrelada às violências urbanas. “Diferentemente da violência urbana, a violência doméstica incide sempre sobre as mesmas vítimas, tornando-se habitual”, (SAFFIOTI, 2015, p. 90), desta maneira, a violência “é a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (SAFFIOTI, 2015, p. 79).

No Brasil a violência entre casais tem sido objeto de denúncias nas delegacias e órgãos públicos de assistência social, educação e saúde. Conforme dados do Relatório de Criminalidade 2020 Violência Contra a Mulher, os registros de violência contra as mulheres entre os anos de 2019 e 2020, teve uma diminuição nas denúncias presenciais por conta da pandemia, de acordo com os dados no ano de 2019, foram realizados 5.801 de Bos (DEAMs), neste mesmo período o botão do pânico teve como registro de denúncias 730.

Para Saffioti (2015) a violência contra a mulher envolve não apenas ações efetuadas por parentes ou conhecidos, que convivem ou possuem algum tipo de relação estabelecida

com a vítima, a violência contra a mulher e a violência doméstica muitas vezes acabam sendo confundidos.

A Lei 11.340 Maria da Penha possui o Art. 5º, que apresenta como se configura a violência doméstica e violência contra as mulheres como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2005, p. 18). Conforme o Artigo 5º existe uma diferenciação:

I — No âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II — No âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III — Em qualquer íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. (BRASIL, 2005, p. 18)

Ao reconhecer que a violência contra a mulher é um problema social, o 7º Boletim de ocorrência de violência contra a mulher no Piauí, ocorreu no período dos anos de 2019, 2020 e 2021, no qual ocorrendo a consolidação dos dados no dia 22 de outubro de 2021, em que a análise das somas das frequências absoluta dos BOS registrados nas DEAMs do Estado do Piauí, resultou no relatório mensal de janeiro/2019 a setembro/2021.

Por meio de outra pesquisa intitulada, Retratos da Violência: novos dados do Maranhão e Piauí, a Rede de Observatório da Segurança chegou ao Maranhão e ao Piauí em agosto de 2021. Este projeto atua em parceria com dois Estados: a Rede de Estados Periféricos ligado à Universidade Federal do Maranhão - UFMA e o Instituto Federal do Maranhão - IFMA, contam com pesquisas sobre crianças, adolescentes e jovens, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, uma iniciativa que já tem uma trajetória de 20 anos. Conforme dados da pesquisa seis meses depois, o primeiro resultado do monitoramento: registramos um evento violento a cada três horas nos Estados.

Conforme dados, a cada três horas, são 2.060 eventos violentos monitorados nos dois Estados nos últimos seis meses. Desta maneira, o equivalente a 11º registros por dia ou um a cada três horas. De acordo com os retratos da violência: novos dados do Maranhão e Piauí, os dados de agosto de 2021 a janeiro de 2022, referentes os casos de feminicídio e violência contra a mulher no Maranhão tem 67 casos, por outro lado, o Piauí possui 75, assim o Piauí possui 8 indicadores de diferença, ao todo a soma dos dois resulta em 142 tipos de eventos violentos.

CONCLUSÃO

Para tanto, a violência envolve diferentes esferas sociais, possuem especificidades; a destacar a violência política, que se particulariza pelo fim ou efeito de manutenção de status que é de dominância patriarcal. O que resulta em violência de gênero operando de modo simbólico, afirmando-se nas relações entre os sexos envolvendo as relações de poder, em que o gênero é um marcador “natural” das diferenças, que persiste na dominação dos homens sobre as mulheres.

Por conseguinte, o movimento feminista buscou lutar por direitos e lugares de atuação feminina, os direitos estão ocorrendo de modo mais pontuais, mas infelizmente ainda tem as desigualdades, presentes no processo de empoderamento feminino. A autonomia feminina é construída quando os direitos são reconhecidos, o que as torna perante a lei uma cidadã de fato, capaz de se auto representar e se posicionar diante de situações diversas.

As construções sociais acerca do ser mulher foi se ressignificando ao longo do tempo, mas é preciso lutas constantes em conjunto com os movimentos feministas. É considerável analisar os padrões impostos aos homens porque também acabam seguindo padrões regidos pela sociedade, onde a autoridade masculina se constitui em potencial.

Portanto, as dimensões que envolvem a violência de gênero são diversas e não podem ser vistos de modo isolado, compreende as vivências de mulheres, questões culturais e sociais sobre os padrões a ser seguido por elas, possibilitando repensar os espaços de atuação feminina.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Karla Galvão; TONELI, Maria Juracy Figueiras; MALUF, Sônia Weidner. **O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia.** Revista Estudos. 2011. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016, 229p.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, ed. 2, 1980.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Previdência Pública. **Lei Maria da Penha Lei nº 11.340/2006**-conheça a lei que protege as mulheres de violência doméstica e familiar. Brasília. Disponível em <http://www.compromisso e atitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM-publicação-lei-Maria-da-Penha-edição-2012.pdf>. Acesso em: 01 set. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico: introdução a uma sociologia reflexiva.** 1999.

BUTLER, Judith. **O corpo educado: pedagogia da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 153-173.

CASTRO, Carla Ten Jua de; CARVALHO, Inald kelve Nobre de; VAZ, Natacha Amado. **São Tomé e Príncipe: Vícios da Sentença e Temas de Direito da Família e das Crianças**. CEJ, 2020.

CONNELL, Raewyn. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: Versos, 2015.

CONNELL, Raewyn. **Gênero: Em termos reais**. São Paulo: Versos, 2016.

DA SILVA, Joasey Pollyanna Andrade; DO CARMO, Valter Moura; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. **As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas**. Revista de Direitos Humanos em Perspectiva. 2021, 7.1: 101-122.

DE OLIVEIRA COSTA, Albertina. Betty Friedan (1921-2006). *Revista Gênero*, 7.1, 2006.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito**. In ALMEIDA e SZWAKO. *Diferenças, Igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SCOTT, Joan. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica.”** Educação & realidade 20.2 1995.

SARDENBERG, Cecília. **Negociando gênero em desenvolvimento: os feminismos brasileiros em destaque**. *cadernos pagu*, 2018.

TELES; Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense. 2003.

WALKER, Lenore E. **The battered woman**. Harper & Row. 1979.

Violência Política Contra a Mulher – Relatório 2020-2021. Transparência eleitoral Brasil-Brasília-2021.

Relatório disponibilizado pela Secretaria de Segurança Pública. Atualização e a consolidação das vítimas de feminicídio no ano de 2020 a 19 de abril de 2021.

Relatório disponibilizado pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Piauí (SSP/PI).

DIREITO E A TEORIA DA PÓS – MODERNIDADE: CORRELAÇÕES, PARADIGMAS E PENSAMENTO JURÍDICO

Data de aceite: 02/05/2024

André Luiz Santos de Oliveira

RESUMO: Nas mais recentes décadas da era contemporânea, após certas rupturas de ordem político-econômica e marcadamente com o advento da globalização - a influência local de fatos que ocorrem a nível global sobre a política, economia e cultura - são observadas na evolução social a manifestação de certas características tais como: a ascensão e empoderamento de culturas minoritárias, as reconfigurações em sociedades multiculturais e multiétnicas com migração em massa, o ressurgimento do regionalismo e hipercomplexidade nas relações, com marcante contribuição do desenvolvimento e inovações no campo tecnológico e científico. Considerando que as mudanças ocorridas na sociedade acabam dentro de alguns critérios sendo assimiladas pelo Direito, fazemos no presente trabalho uma reflexão sobre como se operou a evolução do pensamento jurídico dentro do contexto das sociedades moderna e pós-moderna, a partir da evolução dos seus institutos, paradigmas e das novas formas de abordagem de elementos essenciais como justiça, razão

e verdade. A tendência ao pluralismo jurídico como uma das respostas às novas configurações sociais e como legado do pós-modernismo para o Direito.

PALAVRAS-CHAVE: Evolução do Direito, Pós – modernidade, Pluralismo jurídico.

ABSTRACT: In the most recent decades of the contemporary era, following certain ruptures of political-economic order and notably with the advent of globalization - the local influence of events occurring at the global level on politics, economy, and culture - certain characteristics are observed in social evolution, such as: the rise and empowerment of minority cultures, reconfigurations in multicultural and multiethnic societies with mass migration, the resurgence of regionalism, and hypercomplexity in relationships, with a significant contribution from developments and innovations in the technological and scientific fields. Considering that the changes occurring in society are assimilated by Law within certain criteria, in this work, we reflect on how the evolution of legal thought occurred within the context of modern and postmodern societies, based on the evolution of their institutes, paradigms, and new approaches to essential elements such as justice, reason, and truth. The trend towards legal pluralism as one of the

responses to new social configurations and as a legacy of postmodernism to Law.

KEYWORDS: Evolution of Law, Postmodernity, Legal Pluralism. Parte superior do formulário

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposta central abordar a evolução do Direito dentro do período abrangido e sob a perspectiva da teoria social da pós-modernidade, que se estenderia a partir da segunda metade do século XX até a atualidade.

No período do Renascimento do Século XV e XVI, foi quando pela primeira vez, houve a divisão da história ocidental nas épocas antiga, medieval e moderna, sendo essa a divisão adotada nos livros escolares e tratados universitários. Entretanto, para a teoria da modernidade, somente a partir do contexto da Revolução Francesa – 1789 - é que são reunidas as condições que caracterizam de fato a sociedade moderna. Partindo de tal ponto, a teoria da modernidade teria como escopo, a princípio, o período subsequente de cerca de 200 anos, sendo que se dá a partir da segunda metade do século XX, uma “nebulosa” transição para o denominado período pós-moderno estudado pela teoria da pós-modernidade.

Dentro desse modelo evolutivo e da análise da evolução do Direito na denominada era histórica moderna e contemporânea ou correspondentemente sob a perspectiva da teoria da modernidade e pós-modernidade, quais as possíveis correlações, ou influências na trajetória do Direito? De que forma a hipercomplexa sociedade pós-moderna, objeto da teoria teria influência sobre a teoria, ciência e a prática jurídica? Qual seria o legado do mundo pós-moderno para o Direito?

O presente artigo tenta encontrar essas respostas ou ao menos trazer uma reflexão sobre como se processa a evolução do direito paralelamente no período de escopo das teorias modernas e pós-modernas e as vias de diálogo ou correlações que são estabelecidas entre o direito e as novas demandas desse mundo cada vez mais pluralizado.

Iniciamos com uma breve narrativa sobre a evolução do Direito no decorrer da história a partir de sua era moderna, com ênfase na Tradição do Direito Civil, como origem do atual Direito Privado. Na sequência, aproximando-se do cerne do presente trabalho, descrevemos objetivamente as sociedades modernas e pós-modernas, a partir do pensamento de teóricos do tema, buscando sugerir as possíveis correlações com o Direito, contudo, não se fazendo de forma exaustiva, mas exemplificativa.

Na sequência, em outra abordagem, traçamos a evolução paradigmática do Direito, a partir da era moderna, procurando por dedução estabelecer as possíveis influências pós-modernas nas teorias e práticas jurídicas nessas mudanças de paradigmas.

E por fim, tratamos do que acreditamos ser uma das mais marcantes características da pós-modernidade, o pluralismo e a correspondente retomada e certa efervescência que ocorre no Direito em torno do pluralismo jurídico.

EVOLUÇÃO DO DIREITO A PARTIR DA ERA MODERNA

Uma vez, que o presente artigo propõe abordar o Direito sob a perspectiva das teorias sociais da modernidade e, sobretudo, pós-modernidade, faz-se a opção de iniciar com uma breve narrativa sobre a evolução do Direito nos restringindo a era moderna da história, no que acreditamos consistir referencial suficientemente amplo para os fins propostos, o que está, a propósito, em consonância com a visão do passado defendida pela teoria pós-moderna, como deve ficar melhor compreendido no decorrer do texto.

Foi com o advento do Renascimento (séculos XV e XVI) que pela primeira vez dividiu-se a história ocidental em três épocas - Antiga, Medieval e Moderna. Nessa divisão que é a estabelecida nos livros escolares e tratados universitários de história, conveniona-se que a Idade Média está delimitada no período de mil anos que vai da fundação de Constantinopla, no século IV e sua queda em 1453. Anteriormente a esse período, estende-se a Antiguidade e o que vem após trata-se de era moderna¹. Sendo que a contemporaneidade teria como marco inicial a Revolução Francesa de 1789, no século XVIII.

Sobre a Renascença e a concepção do moderno, Kumar, nos diz que, apesar desta trazer mudanças relevantes, a Renascença não tinha certeza sobre o seu *status* dentro da história, o futuro para Renascença era concebido como uma exaltação ao passado e à antiguidade clássica; secularismo, ligado a ciclos dos modelos clássicos, havia “a disposição de encarar seus tempos como imitativos e não criativos”. Tal característica de resgate do passado contraria frontalmente o ideal moderno que se consubstancia no culto ao que é novo e na verdadeira aversão ao passado². “Deste ponto de vista, parece correto dizer-se que diante da cisão entre o pensamento bíblico, religioso, fundado na fé, em relação à concepção mecanicista, tem lugar o pensamento moderno³.”

Assim, apesar de seu vigor, vitalidade e à formulação de alguns padrões críticos às tradições e autoridades do pensamento medieval, não se pode dizer que o advento da modernidade enquanto fase do pensamento humano e da sociedade, tenha se dado com o Renascimento. Somente a partir da segunda metade do séc. XVIII, com a ascensão de uma perspectiva secular sobre o tempo, a história (deixa de ser apocalítica, milenarista) e sobre a idéia de progresso – cientificidade, racionalidade – conforme concebida por Kant e outros do século XVIII, é que, segundo o autor, teria surgido a base para nova idéia de modernidade.⁴

A partir da instauração de um modelo evolucionário de história, o seu “estágio” mais recente - o “moderno” – passa a ganhar maior importância do que os predecessores antigo e medieval.

1 KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

2 Idem.

3 DA SILVA, Moacyr Motta; CRUZ, Paulo Márcio. **A Modernidade, Um Estudo Para a Filosofia do Direito**. Disponível em: < www.publicadireito.com.br/conpedi/.../bh/moacyr_motta_da_silva.pdf> Acesso em: 20, Jul. 2016.

4 KUMAR, Krishan, 1997, apud, Tuveson, 1964; Becker 1932; Koselleck 1985.

“Os tempos modernos finalmente ganhavam vida. Não eram mais considerados simples cópias inferiores de tempos mais antigos, mais gloriosos; nem, também, apenas o último estágio de uma existência humana empobrecida que, ainda bem, acabaria com a história humana sobre a terra. Ao contrário, modernidade significava rompimento completo com o passado, um novo começo baseado em princípios radicalmente novos. E significava também o ingresso em um tempo futuro expandido de forma infinita, um tempo para progressos sem precedentes na história da humanidade. *Nostrum aevum*, nossa era, transformou-se em *nova aetas*, a nova era.”⁵

Dentro da concepção ideológica de modernidade, o passado deixa de ter qualquer importância, *sua única utilidade é nos fazer compreender aquilo que nos tornamos (...) sua autoridade é abolida*. Nesse contexto, a Revolução Francesa de 1789 - primeira revolução moderna - marca o nascimento da modernidade. Época que está em constante formação e reformação, concebida como um conceito aberto, regido pela idéia de que o melhor está sempre por vir e de rejeição do passado como exemplo e inspiração. Porém, ainda segundo Kumar, o conceito de modernidade mostrava derivação e dependência da filosofia cristã da história (sobretudo milenarista e Joaquimita), o que é marcante nos autores alemães dessa fase que foram responsáveis por “influentes formulações do credo moderno” - sobretudo Hegel - eles “transformaram a religião cristã em filosofia secular de história.”

Mas enquanto a Revolução Francesa teria contribuído com a modernidade dando – lhe “forma e consciência”, a Revolução Industrial lhe trouxe materialidade, para Kumar, não é possível pensar adequadamente o mundo moderno, sem considerá-lo, também, ser industrial.

Quanto à evolução do direito, como soa natural do Direito, as mudanças não ocorreram concomitantemente às ocorridas no contexto sócio – político, mas, ainda assim, caminharam em direção comum no sentido a maior racionalização e a uma ruptura, ou ao menos, maior dissonância em relação às idéias tradicionais que predominavam na idade média. Remontando aos séculos XII e XIII, significantes mudanças ocorrem de um modo geral e em especial no Direito, no que ficou conhecido como Renascimento do séc. XII ou Renascença Medieval⁶, período em que a Europa retoma o domínio do mar mediterrâneo, após a queda do império romano e surge uma efervescência intelectual e econômica que fez ser ativado maior interesse por parte de intelectuais e da academia no estudo do Direito.

5 KUMAR, Krishan, 1997. Op. Cit. p. 91.

6 MERRYMAN, John Henry; PÉREZ-PERDOMO, Rogelio. **The civil law tradition: an introduction to the legal systems of Europe and Latin America**. Stanford University Press, 2007.p.8

O Direito Romano e o *Corpus Juris Civilis*

Nesse contexto, continua a nos narrar Merryman & Pérez-Perdomo, surge um “revival do Direito Romano”⁷, que teria se iniciado na que se considera a primeira instituição universitária européia moderna, a Universidade de Bolonha na Itália, no final do século XI, a partir de documentos e registros normativos que foram organizados e compilados no séc. V, sob a autoridade do imperador Justiniano, batizado de *Corpus Juris Civilis*⁸

Ainda segundo os mesmos autores, havia várias razões para naquele momento se considerar importante a escolha do *Corpus Juris Civilis* em detrimento de outros corpos jurídicos, destacando, contudo, duas razões principais. A primeira seria a concepção de conhecimento característica da Europa medieval, a de que “somos anões nos ombros de gigantes”⁹, ou seja, já se tinha a base do conhecimento e sabedoria legados pelos antigos, que em grande parte estavam registrados nas obras dos grandes autores da filosofia, na bíblia e registros dos precursores da igreja. Portanto, o *Corpus Juris Civilis*, acumulava a sabedoria (e autoridade) do Direito Romano, do Império e da igreja, visto que a igreja à época era subordinada do Império.

Assim, “a superioridade da força e abrangência de aplicabilidade do *Corpus Juris Civilis*, era bem maior que qualquer legislação de qualquer principado, guias ou costumes locais.” A segunda razão seria o reconhecimento por parte dos juristas, da alta qualidade do *Corpus juris Civilis*, a obra que reunia a autoridade do papa e do imperador, também era reconhecida pela “autoridade de uma civilização e inteligência obviamente superior”¹⁰. Consideravam bem superiores às compilações usadas nos lugares de domínio dos invasores bárbaros germânicos, por exemplo, ainda que os germânicos posteriormente tenham alcançado significativo papel no mundo jurídico do continente europeu, no que passou a ser chamado direito romano - germânico.¹¹

Continuando a sua narrativa, Merryman & Pérez-Perdomo aponta outro componente ou subtradição da tradição do *civil law* é o Direito Canônico da Igreja católica Romana. Materiais com registros, leis e procedimentos do Direito Canônico estavam substancialmente reunidos na compilação designada *Decretum Gratiani* ou *Concordia Discordantium Canonum* que passaram a integrar as disciplinas para estudo na época do “revival de Bolonha”.¹²

Em pouco tempo grande parte dos centros acadêmicos de Bolonha e do norte da Itália se tornaram os maiores centros de referência de estudos jurídicos do mundo ocidental,

7 Tradução livre. No original em inglês: *revival of Roman Law*. MERRYMAN, John Henry; PÉREZ-PERDOMO, Rogelio, 2007: 8.

8 MERRYMAN, John Henry; PÉREZ-PERDOMO, Rogelio, 2007; Cf. GUSMÃO, Hugo Cesar Araujo, 2012, apud GLISSEN, 1995.

9 Esse argumento corresponde a um dos elementos caracterizadores da era moderna que essa fase prenuncia e que leva a ruptura com a cultura de priorização das idéias antigas em detrimento das recentes.

10 Tradução livre do original em inglês “*the authority of an obviously superior civilization and intelligence*” MERRYMAN, John Henry; PÉREZ-PERDOMO, Rogelio, 2007.

11 MERRYMAN, John Henry; PÉREZ-PERDOMO, Rogelio, 2007. Op. Cit.

12 Idem.

os quais vinham a ser freqüentados por juristas de toda Europa que eram treinados tanto no Direito Romano, quanto no Canônico.

Esses juristas passaram, por sua vez, a disseminar por todo o continente os conhecimentos e técnicas de ensino do *Corpus Juris Civilis* e dos seus glosadores e comentadores¹³, que progressivamente, passavam a embasar o ensino acadêmico e as relações jurídicas ocorridas no continente, adquirindo características de *jus commune*. Ou nas palavras do autor:

O Direito Civil Romano e os trabalhos de glosadores e Comentadores tornaram-se a base de um Direito Comum da Europa, o qual é chamado de *jus commune*, por historiadores legais. Havia um ordenamento comum do direito e da literatura sobre o direito, uma linguagem jurídica e um método comum de ensino e escolaridade.¹⁴

Porém, nos relata ainda Merryman & Pérez-Perdomo, que apesar da hegemonia conquistada nomeio acadêmico, na prática da justiça era grande ainda a concorrência do direito romano, com uma grande quantidade de direitos de vigência localizada (*local law*), alguns deles baseados em costumes e outros legislados por príncipes, *lords*, ou organismos legislativos - administrativos – *commune*.

Sobre o *jus commune* e seu contexto, nos narra Gusmão (2012) em citação a Glissen (1995):

“O Direito Romano, ou as construções teóricas em torno dele, acham dessa forma um elemento universalizador, ou seja, algo que transcende a simples fronteira de condados, feudos e do que a posteriori viriam a ser Estados nacionais. Torna-se uma espécie de *jus commune*, a espalhar sua influência sob o ambiente acadêmico europeu, muito embora o que se estudava nas universidades estivesse fortemente dissociado daquilo que era produzido e aplicado na sociedade, onde o costume prevalecia incólume, gerando um dualismo entre um sistema ideal, no espaço acadêmico, e um sistema de fato que era aplicado na sociedade: —pela análise dos textos”¹⁵

Deve ser ressaltado, ainda que, segundo Merryman & Pérez-Perdomo, além do direito romano e do canônico, há a subtradição do direito comercial ou a *Lex mercatoria*, que junto com as outras duas comporiam o principal subconjunto da tradição do Direito Civil, que se tornaram as principais fontes históricas do Direito e serviram de base para os atuais códigos de direito material e processual da atualidade.

Esse certo pluralismo descrito por Merryman & Pérez-Perdomo, nos chama atenção, por nos remeter a outra onda de pluralismo, que se deu, porém, em sentido inverso - como proposta de quebra de uma ordem hegemônica do direito – no século XX, a partir das teorias pós-positivistas, sobre as quais trataremos mais adiante.

13 No original *Glossators and Commentators* – eram a designação dada aos estudiosos dos registros normativos, que faziam anotações explicativas à margem dos registros, ou comentavam as regras, respectivamente.

14 MERRYMAN, John Henry; PÉREZ-PERDOMO, Rogelio, 2007, Op.cit. p: 10

15 GUSMÃO, Hugo Cesar Araujo, 2012; apud, GLISSEN, 1995: 203.

A própria tradição do Direito Civil ocidental (*civil Law tradition*), por sua vez, também é uma composição de diversos elementos distintos e subtradições, de distintas origens, com desenvolvimento e diferentes períodos da história.¹⁶

A tradição do Direito Civil ocidental configura-se, portanto, pela herança romana da civilização clássica e o traço de modernidade trazido por sua laicização e racionalismo. Ele se subdivide em duas grandes famílias com influências recíprocas, que marcam a modernidade jurídica, com marcante fundamentação no Estado moderno e forte ligação a este, “são elas a família romano - germânica e a família do *common law*”.¹⁷

O *common law*, sobre o qual não vamos nos delongar neste trabalho, foi o sistema desenvolvido na Inglaterra, influenciando ainda o Direito das suas colônias de forma determinante - EUA, Nova Zelândia, Austrália, Canadá, entre outras, sistema que tem no precedente judicial, a fonte principal do direito¹⁸ - Entretanto, o *common law* não deve ser confundido com outros sistemas, cujas designações podem fazer soar como sinônimas ao *common law*, quanto a isso nos alerta Gusmão:

As distinções entre o common law — que —não deve ser confundido com sistema inglês (porque se aplica a vários países, embora nascido na Inglaterra), nem com ‘britânico’ (adjetivo relativo a Grã-Bretanha, entidade política que inclui a Escócia, que pertence ao sistema da família romano-germânica), nem com anglo-saxão (porque esse adjetivo designa o sistema dos direitos que regiam as tribos, antes da conquista normanda da Inglaterra, portanto, anterior à criação da Common Law naquele país).¹⁹

Retomando a escalada evolutiva da Tradição Direito Civil, o Direito Público, como o administrativo e constitucional, não estão contidos na lista de subtradições do Direito Civil que descreve Merryman & Pérez-Perdomo – Romano, canônico e comercial - porque o direito público contemporâneo nas nações que seguem a tradição do Direito Civil seriam, em grande parte, frutos de uma revolução que se inicia em 1776 e afeta a maioria das nações ocidentais e que abrange grandes eventos como” as Revoluções Francesa e Americana, o *Risorgimento* italiano, as séries de guerras pela independência na América Latina e a unificação da Alemanha sob Bismarck”.

Mas esses eventos teriam, por sua vez, uma causa ainda mais fundamental, a revolução intelectual, que se traduziu na superação de estabelecidos padrões de pensamento sobre governo e o indivíduo, sendo substituídos por “novas maneiras de se pensar a humanidade, sociedade, economia e o estado”. Essa revolução proporcionou não só o advento do direito público, mas mudou a maneira de se pensar o Direito de um modo geral²⁰

16 MERRYMAN, John Henry; PÉREZ-PERDOMO, Rogelio, 2007, Op.cit.

17 GUSMÃO, Hugo Cesar Araujo, 2012, Op.cit.

18 OLIVEIRA, Adriane Stoll de. *A codificação do Direito*. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 7, n. 60, 1 nov. 2002. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/3549>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

19 GUSMÃO, Hugo Cesar Araujo, 2012, apud, SOARES, 2000: 25.

20 MERRYMAN, John Henry; PÉREZ-PERDOMO, Rogelio, 2007, Op.cit.

O IDEÁRIO MODERNO, PÓS – MODERNO E SUAS CORRELAÇÕES COM O DIREITO

Buscando traçar correlações ou ao menos, paralelos entre as características atribuídas às teorias da modernidade e da pós – modernidade com as mudanças ou direções tomadas pelo Direito no mesmo período de vigência das referidas teorias, passamos a ressaltar tanto o contexto histórico em que surgiram e se desenvolveram essas teorias, como também, as principais características atribuídas a elas.

Conforme já foi tratado acima, do ponto de vista das ciências sociais, o período moderno se estende do final do século XVIII, convencionando-se o contexto no qual se dá a Revolução Francesa (1789), como seu marco inicial, estendendo-se até meados do século XX, quando se daria a transição para o período pós-moderno. Obviamente, que tais transições são demarcadas no tempo mais estritamente para fins didáticos, não se verificando na prática rupturas epistemológicas ou sócio-culturais absolutas ou abruptas entre um período e outro, ou em outras palavras, não ocorre uma linearidade na sucessão de fatos ou movimentos sociais de modo que nitidamente se autorize a alternância de teorias aplicáveis a uma dada sociedade ou tão pouco que gerem consensos taxativos da parte de pensadores, podendo tal raciocínio, também ser aplicado à evolução do Direito, no que muito apropriado se torna o pensamento de Bitar (2008) sobre tal aspecto das transições entre os períodos históricos.

A pós-modernidade chega para se instalar definitivamente, mas a modernidade ainda não deixou de estar presente entre nós, e isto é fato. Suas verdades, seus preceitos, seus princípios, suas instituições, seus valores (impregnados do ideário burguês, capitalista e liberal), ainda permeiam grande parte das práticas institucionais e sociais, de modo que a simples superação imediata da modernidade é ilusão. Obviamente, nenhum processo histórico instaura uma nova ordem, ou uma nova fonte de inspiração de valores sociais, do dia para a noite, e o viver transitivo é exatamente um viver intertemporal, ou seja, entre dois tempos, entre dois universos de valores – enfim, entre passado erodido e presente multifário.²¹

Trata-se de uma tarefa complexa dissociar modernidade e pós-modernidade. Há quem diga que realmente estamos em uma época pós-moderna, tendo havido, de fato, o fim da modernidade. Outros, no entanto, defendem que o pós, em pós-modernidade, vem apenas a denominar um momento em que, a partir da reunião de alguns fatores, dá-se uma ruptura epistemológica, permitindo uma reflexão mais consistente sobre os últimos duzentos anos de era moderna, sendo nessa interpretação a pós-modernidade vista apenas como um novo estágio da modernidade.

Assim, para Kumar, seriam os principais fatores do contexto histórico político que propiciaram o advento da modernidade: 1) a ascensão de uma perspectiva secular sobre o tempo; 2) a história deixa de ser apocalíptica e milenarista - a filosofia cristã da história

21 BITTAR, Eduardo CB. O direito na pós-modernidade. **Seqüência: estudos jurídicos e políticos**, v. 29, n. 57, p. 131-152, 2008.

finalmente sugere a idéia de modernidade, dando espaço a instauração de um modelo evolucionário de história; 3) a idéia de progresso, com prevalência da cientificidade e racionalidade; 4) a revolução científica do séc. XVII e, anteriormente, a do protestantismo do século XVI²².

A instauração de um modelo evolucionário de história, leva o seu “estágio” mais recente - o “moderno” – a ganhar maior importância do que os predecessores antigo e medieval. Nesse sentido, é emblemática a frase atribuída a Bernardo de Chartres²³ -“somos anões nos ombros de gigantes” - que traz a idéia de que a sociedade moderna tinha acesso a maior conhecimento acumulado e visão que as antigas, sendo, nesse entendimento, a antiguidade a “infância” da humanidade e a era moderna a sua fase “adulta”. Resta abolida a autoridade do passado.²⁴ Assim, no que tange à filosofia, estavam presentes na Modernidade a correspondência com os elementos essenciais que são a vinculação a um tempo histórico; amplitude de pensamento e ruptura com o passado²⁵

Ressalta ainda Kumar, que enquanto a Revolução Francesa deu a Modernidade “forma e consciência”, a Revolução Industrial a deu “substância material”, “não sendo possível pensar adequadamente o mundo moderno, sem considerá-lo, também, ser industrial”.

Complementa ainda ao dizer que, por sua vez, as bases dessa revolução estariam na Revolução científica do Séc. XVII e no protestantismo do século XVI. Seria a modernidade, portanto, não só uma questão de idéias e atitudes, mas também de técnicas.²⁶

Para os fins correlacionais aqui propostos, passa-se a elencar, muito objetivamente, as principais características das sociedades modernas, sendo elas: a tradição do novo – que inclui um rompimento total com o passado; a cientificidade, o rigor, a racionalidade, poder centralizado, ascensão dos estados - nações, desenvolvimento de uma sociedade majoritariamente urbana, a objetividade, a emancipação universal, sistemas únicos de leitura da realidade, as grandes narrativas, teorias universalistas, fundamentos definitivos de explicação, hierarquia, instituições sólidas.

A teoria da Pós – modernidade, por sua vez, está inserida no conjunto das teorias pós-industriais²⁷, que, por sua vez, teria como contexto histórico - político do seu nascimento em meados do século XX, a crise do liberalismo e o declínio da nação-estado e das culturas nacionais dominantes, como na debilidade de suas instituições e práticas típicas.

22 KUMAR, Krishan, 1997. Op. Cit.;

23 Bernardo de Chartres foi um filósofo humanista do início do século XII, a quem se atribui o pensamento: “os modernos são como que anões aos ombros de gigantes que vêem mais e melhor do que os seus predecessores, não porque possuem uma visão mais apurada mas porque se encontram numa posição mais elevada, suportada pelos gigantes. O adágio de Bernardo de Chartres apresenta-se, assim, consonante com a pretensão moderna de soberania face aos antigos: os modernos vêem mais longe e melhor (com melhor ângulo, nitidez e distância) do que os seus predecessores.”, (MATEUS, Samuel. A Querela dos Antigos e dos Modernos. um mapeamento de alguns topoi. **Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias**, v. 29, p. 179-200, 2012)

24 MERRYMAN, John Henry; PÉREZ-PERDOMO, Rogelio, 2007; KUMAR, Krishan, 1997. Op. Cit.

25 DA SILVA, Moacyr Motta; CRUZ, Paulo Márcio. Op. Cit.

26 KUMAR, Krishan, 1997. Op. Cit.

27 KUMAR, Krishan, 1997. Op. Cit

Quanto às características da pós-modernidade, poderíamos enumerar como principais, a fragmentação das sociedades contemporâneas, o individualismo, a influência local de fatos que ocorrem a nível global sobre a política, economia e cultura. A ascensão de culturas minoritárias, sociedades multiculturais e multiétnicas, o ressurgimento do regionalismo e dos nacionalismos periféricos, a hipercomplexidade, a combinação ou releitura de tradições (em contrapartida a aversão ao passado da modernidade), o pluralismo sociocultural, a antinomia, o caráter anti-sistêmico entre outras, características.²⁸

Em relação às características da pós-modernidade acima elencadas, chama-se especial atenção a hipercomplexidade, a combinação de tradições, o pluralismo, a antinomia e o caráter anti-sistêmico como as mais preponderantes a ter um importante impacto no atual Direito e serão melhor exploradas no decorrer do trabalho.

E quais teriam sido ou como se dão as possíveis influências ou correlações das sociedades pós-modernas, objeto das referidas teorias, no campo do Direito? É pacífico que significativas mudanças que sejam implementadas às relações sociais, podem condicionadas ao atendimento de certos critérios, vir a seletivamente, serem assimiladas por parte dos sistemas jurídicos²⁹ nessa toada, nada mais natural do que a crença de que significativas alterações de cunho político, econômico e conseqüentemente social, como as do escopo das teorias da modernidade e pós - modernidade, possam, em certa medida, impactar de diferentes modos no Direito. Nesse sentido nos diz Bittar:

As revoluções que se processam afetam sobretudo a dimensão do cultural. Ora, esta afetação do cultural, por óbvio, gera um choque de culturas entre o novo e o velho, que, até que se estabilizem as crenças e se estabelecem consensos de homogeneidade, gera expectativas, como sói ocorrer sempre no plano cultural. Assim que se pensa estar diretamente relacionada à temática enfocada como tema central destas reflexões, tendo em vista que todo cerne das questões jurídicas está implantado no cerne das questões culturais. Qualquer afetação dos modos pelo quais a cultura é feita traduz-se, quase que imediatamente, em soluções ou crise em modificações ou alterações, em inovações ou em retrocessos, que afetam diretamente o mundus iuris³⁰

Permitindo-nos uma visão menos cética ou positivista, ainda que se reconheça uma peculiar formalidade do “objeto Direito”, não significa o mesmo que admitir que para seu estudo somente métodos puramente formais possam ser utilizados. Saldanha³¹, quanto a essa prática no pensamento jurídico moderno, sustenta tratar-se de espécie de racionalismo com tendência reducionista, por vezes, exacerbadamente anacrônica, assumindo muitas vezes o caráter de acomodação didática, o que inclui ainda a supervalorização ou mitificação de certos nomes, quase que num culto às consagradas “autoridades” do Direito.

28 Idem

29 NEVES, Marcelo. Luhmann, Habermas e o Estado de direito. *Lua nova*, v. 37, p. 93-106, 1996.

30 BITTAR, Eduardo CB. Op. Cit.

31 SALDANHA, Nelson Nogueira. *Da teologia à metodologia: secularização e crise do pensamento jurídico*. Editora del Rey, 1993.p. 5

A firmeza em torno das idéias de razão e verdade, por exemplo, soam muito importantes dentro da lógica do Direito. Sobre tal questão, ressalta Azevedo³², que a pós-modernidade questiona o imperativo da razão e a sua capacidade na produção de noções definitivas, faz resistência a objetividade e as leituras únicas da realidade, tais traços, segundo o autor, gerariam “visceral revolta” ao Direito, ciência antiga que tem na busca da certeza, clareza e objetividade o seu ponto central. Assevera ainda ao dizer que “as considerações sobre o que seja, ou não verdadeiro, são na pós-modernidade, deixadas de lado e substituídas pelas sobre o que seja ou não útil (neopragmatismo)”³³.

A análise de amostra juridicamente relevante dos rumos tomados pela teoria jurídica pode ser uma forma de se abordar as correlações entre o Direito e a teoria da pós-modernidade. Assim, as teorias do pós-positivismo e seus autores poderiam ser abordados, como significativas expressões correlacionadas às teorias da modernidade e pós-modernidade, respectivamente, ou ao menos, como contribuição intelectual enviesada para o Direito em sua expressão pós - moderna.

Pontuemos alguns exemplos: invocando a concepção de que um princípio é norma de Direito, afirma Assis, que somente após a contribuição teórico - analítica de Ronald Dworkin e Robert Alexy, houve a pacificação em torno da distinção entre regras e princípios, como espécies do gênero norma, que anteriormente eram vistas categorias que pertenciam a tipos conceituais distintos pela metodologia tradicional³⁴.

A normatividade dos princípios adequa-se à pós-modernidade ao compor um conjunto normativo mais flexível, mais aberto à subjetividade do julgador e à multiplicidade de perspectivas da presente quadra da história. Todavia, de forma dialética, o reconhecimento de carga normativa aos princípios rompe com a fragmentação e com as incertezas características da alta modernidade, recompondo, ainda que de forma precária e incompleta, a possibilidade de ordenação social e a legitimidade das instituições sociais.(...) O princípio possui maior densidade valorativa e, portanto, é mais adequado para o suprimento do déficit de sentido típico da pós-modernidade. A pós-modernidade, ao romper com as ordens tradicionais, internalizou a crítica como um atributo próprio de sua essência. ³⁵

Para Pessoa & Silva, Dworkin, não poderia ser considerado um teórico pós-moderno ou de “traços pós modernos”, mas foi um autor importante, no processo de se chegar a um modo pós-moderno de pensar, pois “foi necessário que se pudesse compreender que existe uma complexidade de dados a serem analisados a fim de que se possa traçar teorias da justiça. A norma por si só não é um dado que encerra a análise da pesquisa científica no Direito”³⁶.

32 DE AZEVEDO, Antônio Junqueira. O direito pós-moderno e a codificação. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 94, p. 3-12, 1999.

33 DE AZEVEDO, Antônio Junqueira, 1999, Op. Cit.

34 ASSIS, Wilson Rocha. A normatividade dos princípios e a pós-modernidade. **Jus Navigandi, Teresina**, ano, v. 11, 2013.

35 Idem.

36 PESSOA, Gabriela Pimentel e DA SILVA, Paula Garcez Correa, 2016.

As mesmas autoras destacam além de Habermas, sociólogo que teria contribuído para uma visão pós-moderna do Direito, os teóricos autores Amartya Sen e o filósofo Michael Sandel, autores que merecem trabalhos específicos³⁷.

A EVOLUÇÃO PARADIGMÁTICA DO DIREITO

A narração e análise da evolução do Direito sob o viés das mudanças de paradigmas enfrentados por este no decorrer da história moderna é uma outra opção de abordagem que demonstra com clareza as possíveis correlações com as teorias sociológicas vigentes nessa trajetória.

A começar da idade média, segundo nos narra Cruz & Bodnar³⁸, prevalecia como matriz disciplinar e paradigmática a teologia - a lógica milenarista e Joaquimita³⁹ - o poder do estado era confundido com o poder da divindade. Na sequência, partindo do consenso de que estamos ainda em transição entre uma realidade moderna e pós-moderna, na qual há uma coabitação ou convivência de paradigmas. Segundo os mesmos autores, ocorreria atualmente uma crise da “liberdade”⁴⁰ – sendo a “liberdade” o paradigma moderno do Direito - dando-se tal fenômeno em função dos novos cenários impostos pela globalização e transnacionalidade. Tal paradigma nasceu com a ciência moderna e as ideias iluministas que determinaram o modo de ser e agir do ser humano no decorrer dos séculos XIX e XX⁴¹.

Até a década de 60, do século XX, o máximo almejado pela sociedade ocidental capitalista liberal era o alcance de níveis superiores de liberdade. Já a partir dos anos 80, inicia-se uma preocupação mais evidente com a questão ambiental, decorrente dos estudos da ecologia, justificado com o apelo da necessidade vital de preservação da vida no planeta, surge aí um paradigma indutor aplicável não só ao Direito, mas a todas as ciências – a sustentabilidade. Ao que afirmam os autores: “(...) Dentre os fatores que determinaram a crise da era da liberdade, da modernidade, está o fenecimento do modelo de Estado – e de direito – pautado pelas fronteiras nacionais.”⁴²

Sobre o processo de perda de espaço da liberdade como paradigma indutor único do Direito, acrescentam:

37 Idem

38 CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. O novo paradigma do direito na pós-modernidade. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v. 3, n. 1, p. 75-83, 2011

39 Heresia Joaquimita – heresia que foi propagada pelo abade Joaquim de Fiore, o qual lançou uma série de ensinamentos a respeito da salvação do mundo e dividia a história em três grandes eras: a primeira seria a de Deus Pai (Antigo Testamento), a segunda de Jesus Cristo (que incluía os Apóstolos e que se encerraria no ano de 1260) e a partir de 1.260 haveria a terceira era, a do Espírito Santo, na qual o contato do povo com Deus não precisaria mais de intermediários (*Bispos e Magistério da Igreja*), pois a ligação seria direta. (KUMAR, Krishan, 1997).

40 a “liberdade” em seu sentido polissêmico, vez que pode vir a ser aplicável e compreendido de várias maneiras. CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo

41 CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo 2011, Op cit.

42 Idem

A liberdade foi perdendo espaço, enquanto paradigma, desde a implantação do Estado Social de Direito, maior legado da disputa capitalismo x comunismo protagonizada durante a guerra fria. Mas o auge desse processo de relativização da liberdade foi o avanço da questão ambiental, fermentado pelos novos cenários transnacionais típicos da sociedade de risco⁴³

Azevedo⁴⁴, abordando de modo diverso, considera a evolução do paradigma⁴⁵, não do Direito em si, mas utiliza a expressão “paradigma jurídico”. Ele elenca como características da pós-modernidade que teriam atingido em cheio o Direito: a “crise da razão, hipercomplexidade, com justaposição das diversidades e interação” e delimitando a sua análise a período relativamente recente, alega o autor que até aproximadamente a Primeira Guerra Mundial, a “lei” era o grande paradigma jurídico.

Dentro dessa realidade, o juiz era passivo diante da lei, um mero autômato em sua aplicação, o que era uma garantia de impessoalidade. Para sua eficiência, bastaria que a lei fosse clara, abstrata, universal e precisa nas suas hipóteses de incidência, garantindo, assim, a segurança.

Após a Primeira Guerra, nos narra ainda o autor, o paradigma vem a mudar; as questões deixaram de ser analisadas pela perspectiva da lei, passando a haver uma centralização na atuação do juiz, tal mudança teria sido motivada pela “generosidade” de uns que queriam uma justiça mais eficaz e adequada as questões sociais e por outro lado, pela ganância e ambição política de tantos outros que queriam instrumentalizar a justiça para fins menos nobres, o juiz passa a ser visto como um representante do Estado. Ao que nos diz o autor:

Introduziram-se, assim, nos textos normativos, os conceitos jurídicos indeterminados, a serem concretizados pelo julgador no caso a decidir, e as cláusulas gerais, como a de boa-fé (...) Noções vagas, como ordem pública, interesse público, função social, tornaram-se moeda corrente no mundo jurídico, servindo a torto e a direito para as autoridades de plantão⁴⁶.

Quanto ao paradigma da atualidade - tempos pós-modernos - o autor descamba para um raciocínio que conduz a uma defesa das práticas de pluralismo jurídico. Para ele, a sociedade atual não se conforma com noções vagas, que levam à dependência na atuação do magistrado, mas tão pouco, quer voltar ao paradigma antigo do império de leis abstratas e gerais. Para ele o Direito não é um sistema autônomo, mas integrado às necessidades sociais, devendo assim, cumprir *sua função de absorver conflitos sem perturbar o grande corpo social, ele tem, justamente, de dar solução aos conflitos, da melhor forma possível*⁴⁷. Dentro dessa visão, não haveria necessidade de se submeter todas as questões a um juiz, sustentando que progressivamente grupos sociais se satisfazem com outras soluções.

43 Ibidem..

44 DE AZEVEDO, Antônio Junqueira, 1999, Op. Cit.

45 O autor considera em sua abordagem a definição de *Kuhn*, para paradigma - “modelos de problemas e soluções para uma comunidade de operadores” - KUHN, Thomas S. “The Structure of Scientific Revolutions”, 3a ed., Chicago, The University of Chicago Press, 1996.

46 DE AZEVEDO, Antônio Junqueira, 1999, Op. Cit.

47 Idem

Ao que lança, o autor, a emblemática pergunta: *Para que juiz em casos nos quais as partes admitem um árbitro?* Aí estaria o paradigma jurídico pós-moderno: a centralização no caso e não mais na figura do juiz. Ou nas palavras do autor: *O paradigma jurídico, portanto, que passara da lei ao juiz, está mudando, agora, do juiz ao caso. A centralidade do caso é este: o eixo em torno do qual gira o paradigma jurídico pós-moderno*⁴⁸.

O fortalecimento das idéias sobre o pluralismo jurídico que se verifica atualmente, do qual voltamos a tratar adiante neste trabalho, tornam muito pertinentes, a visão do citado autor e nos faz constatar, mais correlações das características da sociedade atual que são elencadas na teoria pós-moderna, que vêm a ser assimiladas pelo Direito – o pluralismo, o caráter anti- sistêmico e até mesmo o antinômico.

O mesmo se aplica se considerarmos o anteriormente referido paradigma da sustentabilidade (em coabitação com o paradigma moderno da “liberdade”, conquista do liberalismo), como indutor do Direito na pós-modernidade, defendido por Cruz & Bodnar⁴⁹, visto que a hipercomplexidade é, também, uma característica das sociedades pós-modernas, de culturas e valores sobrepostos.

Uma característica da ciência na pós-modernidade para Pessoa & Silva⁵⁰ é a tendência de esta assumir um papel mais humilde, no sentido que ela tem hoje a compreensão que não produz mais verdades definitivas, imutáveis. O que, aliás, é uma característica da influência da pós-modernidade em todas as áreas de um modo geral. No Direito, a contribuição dessas idéias gera consideráveis avanços, como o enfrentamento de temas antes considerados não-jurídicos, dando subsídios ao desenvolvimento de estudos e teorias mais comprometidos com as contingências dos fatos reais, do mundo real⁵¹

Assim, o pós-modernismo foi determinante para que os padrões valorativos de justiça pudessem ser diversificados. Já que não há uma verdade última e absoluta, o que resta ao pesquisador é abraçar as possibilidades inseridas dentro de determinado contexto para que realisticamente e pontualmente se possam preencher os conteúdos de um conceito de justiça que funciona apenas em um momento específico⁵².

Partindo da compreensão de que o Direito não é sistema autônomo, mas existe integrado à sociedade, comparável ao sistema nervoso dos seres vivos, diz que este para cumprir sua função deve absorver e trazer a solução para os conflitos sociais da melhor forma possível, sem incorrer em perturbações ao “grande corpo social⁵³”.

Nessa toada, ainda no entendimento de Azevedo, vem sendo cada vez mais considerada a idéia de que nem todos os conflitos sociais, nas suas variadas ordens, devem

48 Ibidem

49 CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. O novo paradigma do direito na pós-modernidade. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v. 3, n. 1, p. 75-83, 2011.

50 PESSOA, Gabriela Pimentel e DA SILVA, Paula Garcez Correa. O direito e a pós modernidade: contribuições do pensamento pós-moderno para as recentes teorias jurídicas. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/uninove/livro.php?gt=139> Acesso em: 20 Jul. 2016, 19:50.

51 PESSOA, Gabriela Pimentel e DA SILVA, Paula Garcez Correa, 2016, Op. Cit.

52 Idem.

53 DE AZEVEDO, Antônio Junqueira, 1999, Op. Cit.

ser necessariamente levados ao juiz ou mesmo submetidas à lei, sendo estimuladas outras formas de solução. São cada vez menos aceitas noções vagas que tornam imprescindível a atuação de um juiz, tão pouco se pretende voltar ao passado de leis gerais e abstratas.

Da fuga para o juiz, cabe hoje falar em fuga do juiz - e isto, diga-se, não diminui o Poder Judiciário, eis que este fica limitado a agir nas hipóteses em que, de fato, é necessário como julgador. Para que juiz e em casos nos quais as partes admitem um árbitro? (...) A existência pluralista de organismos que decidem com base em seus próprios códigos deontológicos (por exemplo, conselhos de ética de advogados, médicos, publicitários) ou a de entidades como a Justiça Desportiva e a Bolsa de Valores ou, ainda, a de instituições que possuem suas próprias normas e órgãos decisórios (por exemplo, as universidades), ao invés de assustar o jurista ("Agora, nada depende da lei e do juiz"!), deve levá-lo a reconhecer a especificidade de cada situação. A lei e o juiz ficarão para os casos extremos.⁵⁴

Tais constatações do referido autor vem sendo nitidamente confirmadas no decorrer do tempo, podendo ser considerado como importante exemplo as previsões no novo Código de Processo Civil brasileiro que dá uma maior amplitude e importância da Mediação, que podem ser colocadas, em certo senso, como verdadeiras privatizações de atribuições tradicionalmente judiciais.

O PLURALISMO JURÍDICO COMO LEGADO DO DIREITO PARA A PÓS-MODERNIDADE

É consenso entre importantes autores, o de considerar o pluralismo, em seus vários aspectos, como uma marcante característica das sociedades pós-modernas⁵⁵. Assim, a pretensão aqui ao abordar o pluralismo jurídico é apenas o de enfatizar a sua atual efervescência e valorização neste início de século, demonstrando ainda tratar-se de importante exemplo de correlação dessa atual tendência observada no Direito com a pós-modernidade. Não há, portanto, nenhuma pretensão de proceder a maior aprofundamento sobre o pluralismo jurídico, o que mereceria um trabalho específico para tal fim.

O conceito de pluralismo jurídico é usado faz, aproximadamente, trinta anos nas ciências jurídicas e sociais, sendo matéria de fervorosos debates⁵⁶. O ponto mais debatido sobre o tema, segundo Von Benda-Beckmann, seria o de a sociedade estar preparada para admitir a possibilidade da vigência de mais de uma ordem legal ou mecanismo dentro de um mesmo espaço sócio-político, baseado em fontes válidas diversas e mantido por formas de organização não-estatais.

Tais discussões, porém, geralmente ficam restritas a questões conceituais apriorísticas e a produção e reforço de estereótipos sobre quem se utiliza do recurso do pluralismo. Pontua o autor, que ao invés de se ressaltar o valor heurístico do conceito que

54 Idem.

55 KUMAR, Krishan, 1997. Op. Cit.

56 VON BENDA-BECKMANN, Franz. Who's afraid of legal pluralism?. **The Journal of Legal Pluralism and Unofficial Law**, v. 34, n. 47, p. 37-82, 2002.

analisa situações empíricas complexas, as lutas conceituais parecem criar dois campos, apagando muitas diferenças nos pressupostos e abordagens para a lei na sociedade, que podem ser encontrados dentro de ambos os campos.

Na visão do autor, as discussões são muito fortemente fixadas na ligação direito - estado e dão pouca atenção a outros aspectos da definição do Direito que são igualmente importantes. Alega haver uma atenção insuficiente à questão do tipo de conceito de Direito que se tenta desenvolver ou utilizar, e por que razão, e o que se entende como conceitos “analíticos”.

O autor considera e demonstra ser pouco útil a divisão proposta por cientistas legais e sociais de um campo de estudo “ pluralista contido em um não-pluralista”

A percepção de tal complexidade e suas implicações para novas idéias conceituais, metodológicos e teóricos dos cientistas sociais e legais variam significativamente. Ao que Von Benda-Beckmann propõe a seguinte pergunta: Como é que vamos chegar a enfrentar a essa complexidade? Com quais categorias e conceitos que podemos entender isso, conceitualmente e teoricamente? O que , por sua vez, levantaria quatro grandes conjuntos de questões, que lançaremos aqui para sugerir uma reflexão, sendo elas: 1) Até onde podemos chegar com o conceito de lei? Quais critérios devem dar aos fenômenos sociais a qualidade de ser ‘jurídico’, e como podemos distinguir esses fenômenos jurídicos de outros não-jurídicos? 2) Como é que vamos lidar com a diferença? Uma vez que o conceito de Direito, seja mais estreita ou amplamente definido, terá de abranger alguma variação de fenômenos sociais, como é que vamos indicar os conjuntos de critérios em que estes fenômenos podem variar? 3) Que tipo de complexidade jurídica chamamos de “pluralismo” jurídico? Será que este conceito, ou outros termos usados com frequência como ‘multiplicidade’ ou ‘pluralidade’, são suficientes para lidar com a complexidade com a qual somos confrontados? O pluralismo jurídico exige a existência de mais de um sistema legal ou ordem, ou bastariam haver “mecanismos legais” suficientes, e pode-se falar de pluralismo jurídico dentro de uma única ordem jurídica? 4) E, talvez, a mais importante questão ainda que menos discutida: o que significa a “existência” ou “co-existência de Direito ou de ordens jurídicas?”⁵⁷

Reforça-se que o referido questionário é aqui para sugerir uma reflexão, não nos atendo nessa oportunidade ao debate de suas respostas, mas o que fica subjacente é que várias são as possibilidades de reconfiguração da estrutura jurídica de um dado Estado com o fim de atender a progressiva complexidade social, chamemos de pluralismo jurídico propriamente dito ou não.

Segundo Azevedo⁵⁸, Uma das faces dilemáticas deste mundo plural é que para o jurista, parece ser pressuposto básico, para fins de garantia da segurança jurídica, a consideração em suas análises, da “realidade como é”, no que gera grande incômodo, qualquer dúvida a cerca da aptidão do pensamento refletir a realidade das coisas. Paralelo a isso, existe a complexidade do mundo pós-moderno, ao que diz o autor:

57 VON BENDA-BECKMANN, Franz, 2002, Op. Cit.

58 DE AZEVEDO, Antônio Junqueira, 1999, Op. Cit.

(...) a hipercomplexidade, que, no mundo jurídico, se revela na multiplicidade de fontes do Direito, quer materiais - porque, hoje, são vários os grupos sociais, justapostos uns aos outros, todos dentro da mesma sociedade, mas sem valores compartilhados (shared values), e cada um querendo uma norma ou lei especial para si - quer formais - com um sem-número de leis, decretos, resoluções, códigos deontológicos, avisos, etc.⁵⁹

Para Tamanaha, as formas de ordenamento normativo comumente discutidas em estudos sobre pluralismo jurídico pode aproximadamente ser divididos em seis categorias:

1) sistemas jurídicos oficiais; 2) sistemas normativos habituais / culturais; (3) sistemas normativos religiosos / culturais;(4) sistemas normativos económicos / capitalistas; (5) sistemas normativos funcionais; (6) sistemas normativos comunitários/culturais.⁶⁰

Complementa seu entendimento dizendo o que segue:

“ ‘sistemas jurídicos oficiais ou positivos’ caracteristicamente estão ligados a um aparato jurídico institucionalizado de algum tipo; manifestando - se nas legislaturas, agências de aplicação, tribunais; dando origem a poderes, direitos, contratos, sanções penais, e remédios jurídicos. Esta categoria engloba um arsenal de tudo o que é normalmente considerado como relacionado a lei e ao jurídico, que vai desde as leis de trânsito a direitos humanos. O período moderno é marcado por uma vasta expansão, proliferação, penetração e multiplicação dos sistemas legais oficiais, que os teóricos sociais (destacando-se Jürgen Habermas) chamaram a «judicialização» do mundo da vida.”⁶¹

Reza o art. 1º da Constituição Federal 1988, que o Estado de Direito está submetido ao ordenamento jurídico pátrio, objetivando garantir previsibilidade aos indivíduos, de onde se extraem ainda os princípios da” legalidade, da igualdade, da segurança jurídica e da confiança”⁶². Estado Democrático, por sua vez, está identificado pelo pluralismo de onde defluem os cânones da participação, da legitimidade e da liberdade. A participação, do ponto de vista constitucional é inerente à questão democrática uma vez que conclama que haja a colaboração de todos no exercício do poder e no processo decisório⁶³.

Tais atributos de Estado Democrático estão diretamente ligados à essência do pluralismo jurídico, apesar da legitimidade democrática não ser uma preocupação tão manifesta da Constituição Federal brasileira, reconhece-se a recepção que faz “de princípios do multiculturalismo e do reconhecimento do direito à diferença das minorias sociais.”⁶⁴

59 DE AZEVEDO, Antônio Junqueira, 1999, Op. Cit.

60 TAMANAHA, Brian Z, 2008.

61 TAMANAHA, Brian Z. Understanding legal pluralism: past to present, local to global. **Sydney L. Rev.**, v. 30, p. 375, 2008.

62 DE OLIVEIRA FILHO, Gabriel Barbosa Gomes. Novo Constitucionalismo Latino-Americano: o estado moderno em contextos pluralistas. **Revista Culturais Jurídicas**, v. 1, n. 1, 2014.

63 ROMÃO, Pablo Freire; DE CASTRO PINTO, Eduardo Régis Girão. Contraditório, Cooperação e Precedente: A Ampliação do Diálogo Processual sob a Ótica do Novo Código de Processo Civil. **Revista Eletrônica de Direito Processual**, v. 15, n. 15, 2015.

64 DE OLIVEIRA FILHO, Gabriel Barbosa Gomes, 2014. Op Cit..

O novo código de Processo Civil de 2015, também traz inovações que sinalizam para um antimonismo nas relações jurídicas brasileiras ao normatizar a mediação e a sancionada da Lei de Mediação (Lei n.º 13.140/2015), podendo significar instrumento importante na educação para a autonomia cidadã, “além de servir de baliza de contenção para o arbítrio dos magistrados na condução dos processos⁶⁵”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo nos trouxe uma reflexão sobre a evolução do direito a partir do viés histórico, paradigmático e filosófico-teórico dentro do campo de abrangência da era moderna e contemporânea ou dentro da terminologia sociológica e para os fins aqui propostos, moderna e pós-moderna.

Constatamos que apesar do tempo da mudança no direito, não andar *pari passu* com o tempo dos fenômenos e mudanças econômicas, políticas e sociais, em algum nível o impacto o atinge, o novo dentro de alguns critérios é por ele assimilado. A natural formalidade e rigor da pesquisa e prática jurídica, não podem admitir somente estudos a partir de métodos puramente formais, sob pena de incidir em racionalismo reducionista e anacrônico.

Há hodiernamente na ciência em geral, a tendência de um papel mais humilde e de não ser a portadora das verdades últimas e absolutas. No Direito, coadunando com tal tendência, é questionado o imperativo da razão e logicidade e a sua capacidade na produção de noções definitivas a partir de leituras únicas da realidade, viabilizando mais ampla integração do Direito com os reais e imediatos clamores sociais. O que se reflete em consideráveis avanços, como o enfrentamento de temas antes considerados não-jurídicos, dando subsídios ao desenvolvimento de estudos e teorias mais comprometidos com as contingências dos fatos reais.

Tais posturas propiciam ainda, terreno fértil para uma cisão ou ruptura com a epistemologia tradicional que conduz ao incremento de idéias em torno da popularização de práticas de pluralismo jurídico. Idéia cada vez mais condizente com a hipercomplexidade e fragmentação do mundo atual, o que nos faz fortemente crer ser uma nova configuração do pluralismo jurídico um dos mais importantes legados da sociedade pós-moderna para o Direito.

65 SIVIERO, Karime Silva. Aspectos Polêmicos da Mediação Judicial Brasileira: uma análise à luz do novo Código de Processo Civil e da Lei da Mediação. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito-PPGDir/UFRGS**, v. 10, n. 3.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Wilson Rocha. A normatividade dos princípios e a pós-modernidade. **Jus Navigandi, Teresina, ano**, v. 11, 2013.
- BARRON, Anne. Ronald Dworkin and the challenge of postmodernism. **Oxford literary review**, v. 11, n. 1, p. 121-136, 1989.
- BITTAR, Eduardo CB. O direito na pós-modernidade. **Sequência: estudos jurídicos e políticos**, v. 29, n. 57, p. 131-152, 2008.
- CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. O novo paradigma do direito na pós-modernidade. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v. 3, n. 1, p. 75-83, 2011.
- DA SILVA, Moacyr Motta; CRUZ, Paulo Márcio. **A Modernidade, Um Estudo Para a Filosofia do Direito**. Disponível em: <www.publicadireito.com.br/conpedi/.../bh/moacyr_motta_da_silva.pdf> Acesso em: 20, Jul. 2016.
- DE AZEVEDO, Antônio Junqueira. O direito pós-moderno e a codificação. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 94, p. 3-12, 1999.
- DE OLIVEIRA FILHO, Gabriel Barbosa Gomes. Novo Constitucionalismo Latino-Americano: o estado moderno em contextos pluralistas. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 1, n. 1, 2014.
- GUSMÃO, Hugo Cesar Araujo. Da caracterização histórica do direito moderno. **Dat@ venia**, n. 1, p. 54, 2012.
- KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997
- SIVIERO, Karime Silva. Aspectos Polêmicos da Mediação Judicial Brasileira: uma análise à luz do novo Código de Processo Civil e da Lei da Mediação. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito-PPGDir/UFRGS**, v. 10, n. 3.
- MATEUS, Samuel. A Querela dos Antigos e dos Modernos. Um mapeamento de alguns topoi. **Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias**, v. 29, p. 179-200, 2012.
- MERRYMAN, John Henry; PÉREZ-PERDOMO, Rogelio. **The civil law tradition: an introduction to the legal systems of Europe and Latin America**. Stanford University Press, 2007.
- NEVES, Marcelo. Luhmann, Habermas e o Estado de direito. **Lua nova**, v. 37, p. 93-106, 1996.
- OLIVEIRA, Adriane Stoll de. A codificação do Direito. **Revista Jus Navigandi, Teresina, ano** 7, n. 60, 1 nov. 2002. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/3549>>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- PESSOA, Gabriela Pimentel e DA SILVA, Paula Garcez Correa. O direito e a pós - modernidade: contribuições do pensamento pós-moderno para as recentes teorias jurídicas, Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/publicacao/uninove/livro.php?gt=139>> Acesso em: 20 Jul. 2016, 19:50.
- ROMÃO, Pablo Freire; DE CASTRO PINTO, Eduardo Régis Girão. Contraditório, Cooperação e Precedente: A Ampliação do Diálogo Processual sob a Ótica do Novo Código de Processo Civil. **Revista Eletrônica de Direito Processual**, v. 15, n. 15, 2015.

SALDANHA, Nelson Nogueira. **Da teologia à metodologia: secularização e crise do pensamento jurídico**. Editora del Rey, 1993.

TAMANAHA, Brian Z. Understanding legal pluralism: past to present, local to global. **Sydney L. Rev.**, v. 30, p. 375, 2008.

VON BENDA-BECKMANN, Franz. Who's afraid of legal pluralism?. **The Journal of Legal Pluralism and Unofficial Law**, v. 34, n. 47, p. 37-82, 2002.

O DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO NÃO VIOLENTA

Data de aceite: 02/05/2024

Manuela Luz de Araujo

Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4463634394529958>

Maria Cristina Baluta

Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná, Brasil
Mestre em Ciências Jurídicas pela UNIVALE – Santa Catarina, Brasil
Docente do Curso de Direito -Graduação e Mestrado – da UEPG – Paraná, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9929284751718066>

RESUMO: Este resumo é resultado de estudos no Núcleo de Estudos da Violência Intrafamiliar – NEVIN e de modo transversal com o Projeto de Extensão PAPOPRIN - Parentalidade Positiva na Primeira Infância da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Pretende-se discorrer sobre a violência praticada contra a criança e a potencialidade da comunicação não violenta influir na modificação de uma cultura milenar de educação punitiva, num ambiente de convivência seguro e saudável. Conclui-se ao final pelo reconhecimento da insuficiência de Leis para uma modificação comportamental confrontando diretamente

com os comandos constitucionais de proteção. A investigação apresenta um caráter qualitativo, sendo realizada a partir do método dedutivo e com o uso da técnica da pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Criança, educação, violência, direito a proteção.

THE CONSTITUCIONAL RIGHT TO NON-VIOLENT EDUCATION

ABSTRACT: This summary is the result of studies at the Center for Studies on Intrafamily Violence – NEVIN and cross-sectionally with the PAPOPRIN Extension Project - Positive Parenting in Early Childhood at the State University of Ponta Grossa. The aim is to discuss violence committed against children and the potential of non-violent communication to influence the modification of an ancient culture of punitive education, in a safe and healthy living environment. In the end, it is concluded by the recognition of the insufficiency of Laws for behavioral modification in direct confrontation with constitutional protection commands. The investigation has a qualitative character, being carried out using the deductive method and using the bibliographic research technique.

KEYWORDS: Child, education, violence, right to protection.

INTRODUÇÃO

A Parentalidade positiva é uma proposta alternativa de educação, não punitiva, para as crianças a partir de seus primeiros anos de vida. Busca encontrar um equilíbrio entre ser firme e ser compreensivo ao mesmo tempo e assim potencializar o desenvolvimento completo e saudável da criança em um ambiente familiar seguro e acolhedor.

OBJETIVOS

Para buscar respostas ao problema apresentado, foi definido como objetivo geral: compreender e explicar a importância da parentalidade positiva a partir de uma visão histórica da violência infantil com o fim de promover uma educação não violenta, conforme preceito constitucional. Para tanto, estabelece como objetivos específicos: pesquisar sobre a comunicação não violenta; delinear na educação da criança o embate do direito a uma educação não violenta versus a autonomia dos pais na educação intrafamiliar.

MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA

A investigação utilizou da metodologia de extensão qualitativa, valendo-se do método dedutivo, partindo da explanação da história da infância e suas principais condicionalidades no ambiente familiar.

Como técnica de pesquisa, foi aplicada a documental indireta com o emprego de fontes secundárias bibliográficas e legislações reguladoras da temática do presente estudo, sendo analisada a problemática da educação punitiva como meio natural da educação das crianças na primeira infância.

RESULTADOS

A temática da violência não é recente porque o processo civilizador sempre foi palco das mais variadas formas de violência. Como a vida privada mimetiza o que acontece na vida pública, a violência também fez e faz parte de muitas famílias. Conhecida desde a antiguidade, o emprego da violência é considerado um fenômeno histórico, cultural e social de grande impacto na sociedade, cujas práticas no ambiente familiar só começaram a ser estudadas a partir do século XIX (HAYECK, 2009).

Neste contexto, por diversos fatores e por atingir diariamente inúmeras famílias brasileiras, se compreende a violência como uma grave ameaça ao salutar desenvolvimento e segurança das crianças e adolescentes em seus próprios lares, confrontando os ditames constitucionais de proteção e segurança das infâncias.

O histórico de agressão contra este grupo vulnerável de pessoas remonta séculos e quanto mais pretérito o período, maior a intensidade do descuido e invisibilidade das

crianças. (CAMARGO, ALVES, QUIRINO, 2005) Em Esparta, era comum que os bebês nascidos com deformidades fossem sacrificados, ou descartados e abandonados.

De todo modo, é sabido que em Esparta crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas sub-humanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono, prática perfeitamente coerente com os ideais atléticos e clássicos, além de classistas, que serviam de base à organização sócio-cultural de Esparta e da Magna Grécia. (PESSOTTI, 1984, p. 3).

As crianças eram consideradas propriedade de seus pais ou tutores, que ditavam completamente as suas vidas. Em muitas culturas, crianças eram vistas como seres inferiores e não possuidores de direitos ou proteção especial. Essa mentalidade contribuiu para abusos e maus tratos, inúmeras vezes perpetrados pelos próprios familiares ou pessoas próximas. (CRUZ, 2011).

No contexto da exploração infantil, muitas crianças foram utilizadas como mão de obra barata em condições desumanas em diversas atividades, tais como: trabalho nas minas, nas fábricas e na agricultura. Este tipo de abuso era comum em muitas partes do mundo, especialmente durante a Revolução Industrial, no século XVIII e XIX, quando a procura intensa por lucros aumentava a utilização do trabalho infantil. Além dos abusos físicos, como trabalho infantil, também foram sempre vítimas de abuso sexual, negligência, entre outras formas de violência. (NUNES, 2009)

Segundo o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), 6,5 milhões de crianças sofrem algum tipo de violência doméstica no Brasil todos os anos, 18 mil são espancadas diariamente e 300 mil crianças e jovens são vítimas de incesto forçado. Observa-se que o tema da violência domina em razão do silêncio mantido no círculo familiar, o qual só é perceptível quando toma proporções graves que exigem envolvimento das instituições, hospitais e escolas, se tornando mais uma notícia diária na mídia. (CONANDA, 2023)

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, representa um importante instrumento da sociedade e do Estado para a defesa das vítimas infantis da violência e potencializar o seu papel de protagonismo no reconhecimento de seus direitos constitucionalmente garantidos. (ECA, 1990)

Foram diferenciadas as formas de violência que atingem o corpo e mente das crianças, cuja aplicação independe de classe, cor, raça, escolaridade dos pais. Se aplica de forma democrática e em todas as faixas etárias. Violência física e/ou psicológica deixa consequências profundas e duradouras, que se perpetuam para a toda a vida de uma pessoa. (CONANDA, 2023)

A violência física é a forma mais evidente, rotineira e visível da violência contra crianças, modificando apenas a intensidade da agressividade. Essa prática, de menor intensidade, é considerada por muitos como benéfica para uma exitosa educação, no entanto várias pesquisas apontam que o resultado é prejudicial à saúde relacional das

pessoas em sua vida adulta, pois a posição de dominado influi na forma de ser do indivíduo, aumentando a possibilidade de se tornar um adulto agressor. Essa prática é cultural e de difícil redução, como exemplo a sanção da Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, conhecida como Lei Menino Bernardo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, porém pouco se fala ou aplica no contexto da prática diária. (BALUTA, 2020)

Outra forma de violência diz respeito ao abuso emocional ou psicológico, que ocorre por meio de palavras ou gestos. Isto inclui a humilhação, intimidação constante, ameaças ou qualquer outra forma de manipulação emocional que prejudique à autoestima e ao bem-estar psicológico da criança, podendo incluir xingamentos, comentários depreciativos, ameaças ou até mesmo isolamento social deliberado. A violência psicológica é igualmente prejudicial e devastadora, deixando a vítima com danos emocionais profundos que duraram por toda a vida, esta forma de violência é mais difícil de ser identificada por não apresentar feridas externas na maior parte das vezes. (Lei 13.431 de 4 de abril de 2017 – Lei da Escuta Protegida). (BRASIL, 2017)

O abuso sexual, uma das formas mais devastadoras de violência contra crianças, representado por qualquer atividade sexual forçada ou exploratória imposta a uma criança, violando sua dignidade humana básica. As vítimas de abuso sexual podem enfrentar um trauma profundo, bem como uma série de problemas de saúde mental e emocional ao longo de suas vidas, especialmente quando estão em fase de desenvolvimento e não possuem o conhecimento necessário para se defender ou contar a terceiros. (MINAYO, 2012)

A negligência é também outra forma de violência contra crianças. Isso ocorre quando os responsáveis falham em fornecer às crianças as necessidades básicas, como alimentação, abrigo, cuidados médicos adequados, supervisão e proteção. A negligência pode levar a condições insalubres, fome, doenças ou lesões, prejudicando gravemente o desenvolvimento físico e mental da criança. (ECA, 1990, Art. 5º)

Merece destaque o fato de que existem formas de violência menos explícitas, mas de importantes consequências maléficas para a vida presente e futura da criança. A exemplo da exposição das crianças à violência doméstica, testemunhar ou ser vítima de bullying, ser exposto a conteúdo violento ou sexualmente explícito, ou coerção para atividades criminosas, exposição inconsequente nas mídias sociais, entre outras. (ECA, 1990, art. 4º, II, c)

DISCUSSÃO

Independentemente do tipo de violência que a criança possa ser vítima, todas trazem dor e sofrimento ao corpo físico e psicológico, afetando negativamente seu desenvolvimento completo e saudável. A responsabilidade pela proteção da criança e do adolescente de qualquer forma de violência é solidária entre o Estado, Sociedade e Família, conforme estabelece o artigo 227 da Constituição Federal, exigindo assim, maior envolvimento de todos os segmentos sociais e institucionais.

Muitas legislações foram criadas e aperfeiçoadas na medida em que a criança vem conquistando seu espaço social, a princípio pela preocupação assistencial e posteriormente pela proteção legal de ser reconhecida como sujeito de direitos. No entanto, a forma de violência que se mantém por séculos no mundo ocidental e, particularmente no Brasil, diz respeito a crença equivocada de que a boa educação exige métodos punitivos, a exemplo dos castigos físicos. (BALUTA, 2020)

É necessário entender que a culpa não é apenas dos pais e responsáveis, mas sim de toda a estrutura social, uma vez que repetem a educação que receberam, inclusive com uma equivocada compreensão de que foi eficiente. Muitos adultos acreditam que quando usam da punição praticam verdadeiro ato de amor, uma vez que estão protegendo a criança de uma vida problemática.

Neste contexto de não culpabilização, surgem propostas para uma parentalidade positiva com o fim de uma educação democrática e com o reconhecimento de que a criança, independentemente da idade, é um sujeito de direitos e como tal merece o respeito a sua dignidade humana.

Uma destas propostas está estruturada na aplicação da comunicação não violenta - CNV, a qual visa promover a conexão e a compreensão entre as pessoas, sem o uso de violência física, verbal ou emocional. Desenvolvida pelo psicólogo Marshall Rosenberg, essa forma de comunicação tem como fundamento a empatia, a escuta ativa e a expressão de sentimentos e necessidades de forma clara e respeitosa. (ROSENBERG, 2006)

Destaca-se que um dos princípios básicos da comunicação não violenta está na compreensão de que todos têm necessidades verdadeiras, e todas as demandas e expressões de sentimentos são legítimas. O objetivo é buscar soluções que levem em consideração às necessidades de todas as partes envolvidas, de forma cooperativa e não competitiva. (ROSENBERG, 2006)

Uma das principais ferramentas da comunicação não violenta é o olhar objetivo, que consiste em descrever situações sem julgamentos ou avaliações. Isso evita que a comunicação se torne acusatória e abre espaço para uma escuta mais receptiva e agradável. Do mesmo modo, a comunicação não violenta incentiva a expressão de sentimentos sem culpar ou criticar o outro. Isso permite comunicar-se de maneira mais harmônica e receptiva. A comunicação não violenta também envolve a expressão de necessidades, onde

reconhecer e comunicar essas necessidades eliminam inúmeros ruídos de comunicação e oportunizam a aproximação dos interlocutores, aqui representado pela figura dos pais e filhos. (ROSENBERG, 2006)

Existem muitos estudos sobre a não violência, mas na presente pesquisa, optou-se por utilizar as referências para o estudo da comunicação não violenta que incluem as obras de Marshall Rosenberg, como ‘Comunicação Não Violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais’, e também, o livro da professora da UEPG, Maria Cristina Baluta: ‘O Direito da Criança à Educação Não Punitiva’. Além de existirem diversos cursos e treinamentos disponíveis que se propõem a apresentar inúmeras técnicas e práticas da abordagem voltada para uma educação não violenta.

Por fim, a comunicação não violenta é uma forma de se comunicar com respeito, empatia e autenticidade. Ao praticar essa abordagem, é possível cultivar relacionamentos mais saudáveis, resolver conflitos de forma construtiva e promover uma cultura de paz e compreensão. (ROSENBERG, 2006)

CONCLUSÃO

É importante destacar que, a consciência dos direitos das crianças e adolescentes tem crescido ao longo do tempo. Organizações internacionais, como a UNICEF, têm trabalhado para aumentar a proteção e o bem-estar das crianças e prevenir a violência. A Convenção sobre os Direitos da Criança, implementada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, foi um passo importante na defesa dos direitos de todas as crianças, incluindo o direito de proteção contra qualquer forma de violência. No Brasil, pode ser reputado ao advento do ECA – Estatuto da criança e adolescente como o maior avanço na proteção e assecuramento dos direitos da criança.

No entanto, apesar das legislações regulatórias e protecionistas em prol da criança, o costume de punir como forma de educação é de difícil modificação, exigindo atitudes que sensibilizem os adultos, entre elas a apresentação de outras alternativas educacionais para uma parentalidade positiva. A comunicação não violenta pode potencializar o olhar sobre a criança na perspectiva de um sujeito de direitos e como tal merecedora de respeito como qualquer adulto.

Conclui-se que a violência contra crianças é um problema complexo e catastrófico que requer uma abordagem multidisciplinar e o envolvimento de vários atores sociais, como os governos, instituições, comunidades e indivíduos, que tenham, para além da proteção, o propósito da prevenção dos castigos físicos. É certo que as ações educativas, leis protetivas e apoio às vítimas são essenciais para enfrentar essa realidade e garantir um ambiente seguro e saudável para todas as crianças.

A pesquisa não teve o propósito de esgotar o tema, mas sim de propiciar a continuidade de debates em prol da educação não punitiva, erigindo a criança como efetivo sujeito de direitos, constitucionalmente protegida.

REFERÊNCIAS

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais.** Tradução Mário Vilela. São Paulo, 2006. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=2HGf_uVBEQC&pg=PA13&ots=jVMvuBwxf&dq=Comunica%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20violenta%3A%20t%C3%A9cnicas%20para%20aprimorar%20relacionamentos%20pessoais%20e%20profissionais.&lr&hl=pt-BR&pg=PA13#v=onepage&q=Comunica%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20violenta.%20t%C3%A9cnicas%20para%20aprimorar%20relacionamentos%20pessoais%20e%20profissionais.&f=false

BALUTA, Maria Cristina. **Direito da criança à educação não punitiva: o habitus dos castigos físicos e a disciplina positiva.** 1º ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2904/1/Maria%20Cristina%20Baluta.pdf>

GAIDARGI, Alessandra Maria Martins. **Educação infantil dialógica e não-violenta.** [S. l.], n. 33, p. 246–262, 2019. DOI: 10.5585/dialogia. N33.13668. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/13668/7963> Acesso em: 09 set. 2023.

PELIZZOLI, Marcelo L. **Introdução a comunicação não violenta: reflexões sobre fundamentos e método.** Diálogo, mediação e cultura de paz. Recife: Ed. da UFPE, 2012.) Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/data/files/02/D5/2F/01/A4A9C71030F448C7860849A8/Introducao%20a%20Comunicacao%20Nao%20Violenta.pdf>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde.** 2012, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/mQqmmSTB77s6Jcx8Wntkg/?lang=pt&format=html#> Acesso em: 08 set. 2023

HAYECK, C. M. **Refletindo sobre a violência.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10353/6700>

CAMARGO, C. L., ALVES, E. S., QUIRINO, M. D. **Violência contra crianças e adolescentes negros: uma abordagem histórica.** 2005, Universidade Federal da Bahia, Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/5JTcg8MHgGsZrfZBvnHbTf/?lang=pt#>

CRUZ, E. C., **O direito dos filhos a privacidade e sua oponibilidade à autoridade parental,** publicado em 2011 por Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63747941/O_direito_dos_filhos_a_privacidade_10_02_201220200626-2772-10k8yjp-libre.pdf?1593190657=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_direito_dos_filhos_a_privacidade_e_sua.pdf&Expires=1695437747&Signature=Bw0oYcmqdt8KUK5Er3Zwtri5GzjbgCsUa~XJ~Exa13wpxWs8WhcypaGCwOevNFYaPYXKYSzYRt1Si5WFetgCV2psc4niSclWPI9nZzbdYgqcDHOJghenh31ngO7qQLJ4W6e3iDJNbDhSN8sRxifxnuP66uXaaGhnnNPqiOnfFelbCPDGri~HZwhBHGTMsFBFCnzvfcC9slq75WzY-2fIZ7Zh9Nl8pyFY10UltZSIW68M3ogXndMZmcFBG7C1uxm9PolvYM3xbAqqFbfHPj0WutMiKf39gRGVe3YmqcjoXzpkQSD8LzHqZET6K2SnN0LYOzYNau39t2-zN~UBjK3Q__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

NUNES, I. B. **O trabalho infantil na revolução inglesa,** 2009, Núcleo de Educação de Curitiba. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1397-8.pdf>

O PAPEL DA ESCOLA EM TEMPO DE FAKE NEWS: POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO MUDIÁTICA CRÍTICA

Data de submissão: 05/03/2024

Data de aceite: 02/05/2024

**Raphaella Abreu Carvalho Cortez
Moreira**

Doutoranda em Multimédia em Educação,
Departamento de Educação e Psicologia,
Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal
<https://orcid.org/0009-0007-4402-349X>

RESUMO: Este trabalho é fruto das discussões produzidas no âmbito da Unidade Curricular Educação e Contemporaneidade do Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro. Configura-se como um estudo de revisão de literatura, que tem como objetivo precípua uma reflexão sobre o papel da escola diante da disseminação das *fakes news* em contextos midiáticos/tecnológicos da sociedade contemporânea. O presente estudo objetiva, ainda, discutir a necessidade de adoção de uma educação midiática crítica no uso das tecnologias digitais na escola como mecanismo de enfrentamento ao fenómeno das *fake news*. Nesse sentido, o enfoque do estudo pauta-se em torno da possibilidade da educação midiática crítica como mecanismo de combate às *fake news* e da desinformação que vivenciam os alunos na sociedade atual. A escola, como instituição social formadora,

deve possibilitar a integração da educação midiática crítica, que envolve diversas competências, tais como as de pensamento crítico, para que os alunos se apropriem, interpretem e analisem criticamente o conteúdo produzido nas mídias.

PALAVRAS-CHAVE: escola, educação midiática crítica, *fake news*, pensamento crítico.

THE ROLE OF SCHOOL IN A TIME OF FAKE NEWS: POSSIBILITIES OF CRITICAL MEDIA EDUCATION

ABSTRACT: This work is the result of discussions produced within the Education and Contemporary Curricular Unit of the Department of Education and Psychology of the University of Aveiro. It is configured as a literature review study, which has as its main objective a reflection on the role of the school in the face of the dissemination of fake news in media/technological contexts of contemporary society. The present study also aims to discuss the need to adopt critical media education in the use of digital technologies in schools as a mechanism to combat the phenomenon of fake news. In this sense, the focus of the study is based on the possibility of critical media education

as a mechanism to combat fake news and misinformation that students experience in today's society. The school, as a social training institution, must enable the integration of critical media education, which involves several skills, such as critical thinking, so that students can appropriately, interpret and critically analyze the content produced in the media.

KEYWORDS: school, critical media education, fake news, critical thinking.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio teórico é resultado dos estudos realizados no âmbito da Unidade Curricular Educação e Contemporaneidade promovida pelo Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro e apresenta como tema “O papel da escola em tempos de *fake news*: possibilidades da educação midiática crítica”. Esta temática insere-se no eixo temático 2: “Educação, Formação e Desenvolvimento”, articulando-se com as discussões sobre Educação, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e desafios da sociedade do conhecimento e, em específico, com os conteúdos sobre *fake news*, tecnologias digitais e educação, proferidos na unidade curricular.

O interesse por esta temática justifica-se pela crescente disseminação de *fake news* na sociedade contemporânea e dos seus impactos na vida cotidiana das pessoas, que vem ganhando dimensões e repercussões cada vez maiores, principalmente, após o desenvolvimento e expansão das tecnologias digitais e da internet (Silva, 2021). Como destaca o autor citado, com o advento das novas tecnologias da informação e comunicação há cada vez mais uma crescente da “desinformação” e discursos de “pós-verdade” que afetam diversos aspectos da vida das pessoas, como a exemplo, os processos de eleição governamental, vacinas, entre outros.

De acordo com Wardle (2019), o cenário nebuloso de propagação de informações e de “falsas notícias” que se vive, potencializado pela expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação e, no qual estas *fake news* se utilizam de fragmentos da realidade e da confiança implícita das relações sociais que o ser humano constitui, evidenciam a necessidade de se abordar no processo educativo, questões como *fake news* e o uso da tecnologia com vistas a trans(formar) esses usos das tecnologias em uma perspectiva crítica. A escola, enquanto instituição social e formadora de cidadãos deve, pois, lidar com a problemática crescente das *fake news*, que permeia a mídia, as relações sociais e a educação escolar (Silva, 2021; Silva & Carvalho, 2020).

Assim, na sociedade contemporânea, em que uma *fake news* tem o poder de disseminação em uma velocidade exponencial e de acarretar possíveis impactos e implicações na sociedade, urge a necessidade e relevância de discussão acerca do papel da escola no enfrentamento desta disseminação e, conseqüente, de promover a formação de cidadãos críticos e reflexivos para atuar na sociedade que vive.

Torna-se, pois, fundamental a escola operar na direção do enfrentamento da disseminação de *fake news*, a partir de uma perspectiva de educação crítica do uso das

tecnologias, que pressupõe pensar uma interpretação crítica da tecnologia e dos novos valores que reestruturam o funcionamento das relações e das atividades humanas na contemporaneidade (Silva et al., 2023).

Nessa perspectiva, Silva et al. (2023) apontam que os professores ao fazer um uso crítico das tecnologias digitais na sala de aula proporcionam estratégias/mecanismos de combate ao processo de desinformação e criar uma rede de proteção contra a proliferação de notícias falsas. É, pois, de significativa relevância o papel da escola na promoção de uma educação/abordagem crítica dos limites e possibilidades das tecnologias como resultado de processos históricos complexos, uma atividade da qual todos estão envolvidos e podem participar (Xavier, 2023).

Diante disso, este ensaio teórico objetiva refletir sobre o papel da escola em tempos de *fake news* e destacar a importância da adoção de uma educação (midiática) crítica para uso das tecnologias digitais na educação como forma de enfrentamento da desinformação, obscurantismo e pós-verdade veiculadas pelas *fake news*.

O FENÔMENO DAS *FAKE NEWS*: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO CONCEITUAL

A artimanha de falsear uma notícia ou conteúdo não é novo. Desde a Roma Antiga existe registro do emprego da expressão “notícia falsa” como forma de veicular informações falsas para confundir, ludibriar e até manchar a reputação de um indivíduo perante a sociedade (Posetti & Matthews, 2018) .

Com o advento da internet e expansão das TIC e das redes sociais no século XXI, percebe-se uma crescente exponencial na disseminação de *fake news* e a consagração desse termo. Conforme Cunha et al. (2018), o termo *fake news* foi consagrado na sociedade contemporânea a partir das eleições presidenciais dos Estados Unidos da América, em 2016, que se evidenciou um crescimento de pesquisas em motores de busca acerca do termo *fake news*:

Embora o conceito de artigos de notícias destinados a enganar os leitores não seja de modo algum novo, parece existir uma relação entre a própria expressão “notícias falsas” com a eleição presidencial de 2016 nos Estados Unidos da América: Davies, usando dados do NOW Corpus, mostra que “quase não há menção de ‘notícias falsas’ até a primeira semana de novembro [2016] (...) e depois explode de 11 a 20 de novembro, e ficou muito alto desde então”. O autor acrescenta que a razão “por que as pessoas de repente começaram a falar sobre algo que realmente não tinha sido mencionado muito até aquele momento” foi “as eleições dos EUA, que aconteceram em 9 de novembro de 2016. (p.2)

Para Nascimento (2020), o termo *fake news* foi consagrado como vocábulo no dicionário britânico Collins no ano de 2017, devido ao expressivo aumento do uso do termo definido como “notícias falsas de teor sensacionalista sob o disfarce de reportagem” (p. 251). Esse teor sensacionalista das notícias pode vir a polarizar o discurso e modificar a opinião pública (Zhao et al., 2018).

A partir dessa conceptualização, depreende-se que o surgimento, a criação e o espalhamento de “*fake news*” surge, por vezes, da falta de notícias autênticas, informações sem confirmação e verificação, que circulam rapidamente no ambiente *online*. Diante da rápida circulação de informações falsas e dos impactos negativos que podem gerar, considera-se que o principal desafio a ser enfrentado é bloquear essas notícias logo no seu começo. Um desafio duplo, visto que sites que propagam “*fake news*” tendem a ter curta duração, sendo complicado resgatar a sua origem, ficando apenas uma notícia circulando em outros ambientes (Zhao et al., 2018).

Assim sendo, deve-se compreender o termo *fake news* conforme se manifesta na ação social e não como uma tradução simplória e limitada do significado do termo do inglês para o português, o qual seja: “notícia falsa” (Xavier, 2023). O vocábulo *fake news* é amplamente empregado em referência à manipulação da informação de forma intencional. Como afirma a Organização das Nações Unidas para a Educação (Unesco, 2019), deve-se evitar a compreensão do termo *fake news* como simples significado direto de “notícias falsas”, pois:

Isso ocorre porque “notícias” significam informações verificáveis de interesse público, e as informações que não atendem a esses padrões não merecem o rótulo de notícias. Nesse sentido, então, a expressão ‘notícias falsas’ é um oxímoro que se presta a danificar a credibilidade da informação que de fato atende ao limiar de verificabilidade e interesse público – isto é, notícias reais. Para entender melhor os casos que envolvem manipulação exploratória do idioma e convenções de gêneros de notícia, esta publicação trata esses atos de fraude pelo que são – como uma categoria particular de informação falsa em formas cada vez mais diversas de desinformação, inclusive em formatos de entretenimento como memes visuais. (p.7)

Dessa forma, a partir do que considera a Unesco (2019), pode-se considerar definir *fake news* como um tipo de desinformação. Ou ainda, pode-se falar em “desordem informacional” que consiste em “atividades e processos relacionados com a criação, partilha e consumo da informação distorcida, tendenciosa ou completamente falsa” (Araújo e Sá et al., 2023, p.9).

Conforme o oitavo relatório da *House of Commons Digital, Culture, Media and Sport Committee*, realizado de 2017 a 2019, o termo desinformação refere-se a “criação deliberada e o compartilhamento de informações falsas ou manipuladas que são destinadas a enganar e induzir o público ao erro, seja para causar danos, ganhos políticos, pessoais ou financeiros” (House of Commons Digital, 2019, p.7). Por isso existem outros termos (e tantos outros surgindo) para definir as notícias falsas feitas e compartilhadas na internet e por meio dos media.

Para descrever a complexidade do fenômeno da desinformação ou “desordem informacional”, Wardle & Derakhshan (2017), sublinham que há tempos os media divulgam histórias enganosas no mundo, contudo, com a intensidade e a complexidade com que as informações são propagadas no cenário digitalmente conectado vem alterando

drasticamente a forma como essas informações/notícias falsas circulam, tornando-se um desafio sem precedentes. É nesse contexto que os autores apresentam a categoria conceitual da “desordem informacional” e atentam para a identificação de três tipos: “mis-information”, “dis-information” e “mal-information”.

De acordo com Wardle & Derakhshan (2017), a “mis-information” é a informação falsa compartilhada, mas que não tem como objetivo causar danos; já a “dis-information” é informação falsa compartilhada com vista a causar danos; e a “mal information” se constitui na informação verdadeira da esfera privada que é compartilhada na esfera pública para causar danos a uma pessoa, organização ou país.

Dessa forma, as *fake news* consiste em um tipo específico de desinformação que “destina-se a enganar as pessoas e o faz tentando parecer notícias reais”, como assevera (Tandoc, 2019, p.2), e que acabam por prejudicar a credibilidade e a legitimidade que o público associou, historicamente, linguagem, formato e sensação de notícias reais.

Não há uma definição amplamente acordada, mas, em sua essência, as *fake news* são histórias fabricadas, sem fatos, fontes ou verificáveis. Elas podem ser criadas para influenciar opiniões, motivos políticos ou para gerar confusão, e muitas vezes visam a lucratividade (Xavier, 2023).

Ao longo da história, o uso de fake news se tornou muito evidente em momentos de guerras, problemas sociais, eleições governamentais, pandemias e outros momentos sociopolítico e econômico que foram potencializados pela invenção da imprensa e, posteriormente, pela criação do rádio e televisão. Entretanto, nenhum desses mecanismos de comunicação e de veiculação de notícias foi tão expoente e com poder tão significativo de disseminação, como a expansão da internet e das redes sociais (Posetti & Matthews, 2018).

Vários são os motivos para o desencadeamento das *fake news*. A exemplo, destaca-se o motivo financeiro que, em busca de “cliques” se faz importante. Os motivos políticos que podem ser iguais ou mais poderosos do que o financeiro para se criar *fake news*. Ou seja, devido aos algoritmos, as mídias sociais, muitas vezes, são utilizadas para tornar as postagens mais atraentes e não confiáveis e visar a interação com pessoas mais próximas por meio de plataformas digitais (Shao et al., 2017).

Nessa perspectiva, denota-se que as *fake news* não se limitam ao campo do jornalismo e, sim, envolvem diversos campos de conhecimento e podem ser disseminadas através de vários suportes, como áudios, vídeos, fotos, compilação de dados, documentos oficiais, resultados de pesquisas, depoimentos de cientistas, de professores, de autoridades políticas ou do judiciário e, inclusive, por meio de testemunho de pessoas comuns. Como categoria de análise, abrange um campo conceitual vasto, a fim de que possa dar conta de compreender o fenômeno atual das *fake news*, que se vivencia na sociedade contemporânea, pois “[...] o campo das notícias falsas não é tão redondo quanto se costuma postular. Ele é diversificado e *fuzzi* (difuso)” (Santaella, 2019).

Com base na teorização conceitual sobre *fake news* percebe-se que esse termo está a ser popularizado com outras nomenclaturas para se definir “notícias falsas”, mostrando-se um campo muito fértil para a educação, em particular, e para a sociedade, em geral, uma vez que notícias falsas podem influenciar o pensamento de pessoas e envolver assuntos que interferem na formação (cidadã) do indivíduo.

O PAPEL DA ESCOLA EM TEMPOS DE *FAKE NEWS*

No tópico anterior discutiu-se sobre a “desordem informacional” e mostrou-se que as *fakes news* não é um fenômeno novo. Contudo, o aumento expressivo do acesso e uso intenso das tecnologias digitais impulsionou a expansão desse fenômeno na sociedade contemporânea.

Ligadas ao ritmo expressivo e acelerado da internet na sociedade contemporânea, as *fake news* “apelam a sentimentos extremos, como o ódio e a indignação, criando, assim, um ambiente propício a suscitar respostas (emocionais) rápidas - que nem sempre são refletidas. Por conta destas características, podemos ser levados a partilhar FN inadvertidamente” (Araújo e Sá et al., 2023). Isso demonstra que as pessoas estão propensas a reagir de forma rápida, espontânea e impulsiva diante de fortes sensações e emoções que as *fake news* podem provocar. Conforme Araújo e Sá et al. (2023), percebe-se uma ausência de autorreflexão diante da impulsividade e do forte impacto e apelo emocional intenso que as *fakes news* geram nas pessoas.

A exemplo, quando uma publicação em uma rede social desencadeia emoções intensas ou extremas e repercute de forma rápida e negativa na sociedade, deve-se, primeiramente, verificar se as fontes são credíveis e analisar o conteúdo de forma minuciosa, crítica e reflexiva. E, se algo parecer provocar ódio ou parecer suspeito, é aconselhável buscar informações adicionais em outras fontes confiáveis (Araújo e Sá et al., 2023).

Araújo e Sá et al. (2023) discutem que, embora esses passos práticos pareçam simples de seguir, requerem um nível de autorreflexão, pois é necessário reconhecer que o conteúdo acessado está provocando emoções intensas. E, os jovens, devido ao seu estágio de desenvolvimento, podem ser particularmente vulneráveis e enfrentar dificuldades em controlar essas reações. Nesse contexto, a escola desempenha um papel crucial ao lidar com o desafio da “desordem informacional” e dos possíveis impactos emocionais que podem causar, oferecendo orientação e promovendo a conscientização sobre a importância da análise crítica e reflexiva diante do fluxo constante de informações veiculadas diariamente por meio das tecnologias digitais (Grossi et al., 2021).

Conforme destacado por Santaella (2019), esse cenário representa um desafio significativo para a educação e sublinha a necessidade de a escola se transformar em um espaço que promova a convivência e integração das tecnologias, enquanto combate de forma ativa dos efeitos danosos que elas podem acarretar, como a propagação da desinformação.

Sob esse aspecto, os estudos de Nascimento (2020) também indicam que o emprego equivocado das tecnologias digitais na produção de “informações falsas” se constitui um desafio para a educação e, a escola, como instituição social educativa deve constituir-se como um antídoto no combate aos efeitos prejudiciais das *fake news* e atuar no sentido de desenvolver o pensamento crítico dos alunos.

Combater *fake news* é também papel da escola, tendo em vista que é um *lócus* de formação e instrumentalização do saber e conhecimentos necessários a vida em sociedade. Por meio da educação, a escola tem o dever de instrumentalizar os alunos/agentes sociais com as ferramentas teóricas e práticas imprescindíveis para a luta social, proporcionando a oportunidade para que se apropriem de conhecimentos necessários para agir contra as notícias falsas (Xavier, 2023). De acordo com o autor, a escola deve propiciar que o aluno se aproprie da tecnologia que gerou a criação e divulgação das *fake news* de forma a desenvolver e melhorar diversas competências necessárias ao combate do discurso do ódio, do preconceito e tantos outros discursos que produzem efeitos maléficos na sociedade.

Como destaca Saviani (2011), a escola tem como papel social fundamental de formar cidadãos críticos e reflexivos para atuar na transformação da realidade que vive. É um *lócus* de produção e compartilhamento de saberes. Desta forma, a função social da escola é a de “propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber” (p.14). As atividades da escola devem organizar-se a partir dessa questão.

O conhecimento científico que é a base do ensino escolarizado. Apesar de outras instituições também efetuem a formação das novas gerações, é na escola pública que a maioria das crianças e jovens da classe trabalhadora tem contato com o conhecimento elaborado produzido historicamente. Desta forma, ao atuar em oposição às *fake news* lutar-se-á para que a escola cumpra sua função precípua: possibilitar ao aluno o domínio dos conhecimentos produzidos e sistematizados historicamente (Saviani, 2019).

Nessa perspectiva se impõe à escola buscar ações para que ocorra a apropriação dos conhecimentos científicos, pelos alunos das classes trabalhadoras como fim primordial do ensino escolar (Saviani, 2011, 2019). Pois entende-se que os alunos destituídos do domínio dos conhecimentos e saberes historicamente acumulados pela humanidade não conseguem obter elementos fundamentais para realizar uma reflexão crítica acerca da realidade em que vivem impossibilitando a sua transformação.

Lidar com *fake news* como objeto pedagógico e de transformação social, todavia, implica refletir para que tipo de sociedade, escola e educação se quer contribuir. A escola, ao trabalhar a *fake news* de forma pedagógica pode atuar na promoção de valores e princípios fundamentais para a formação crítica e cidadã do indivíduo e possível transformação da sociedade (Xavier, 2023). Araújo e Sá et al. (2023) destacam a complexidade e o caráter multimodal das *fake news* e acrescentam ainda que, para abordá-la na educação, se

faz necessário desenvolver e/ou aprimorar diversas literacias, tais como: literacia digital, midiática, visual, competência discursiva, intercultural, dentre outras.

Um indicativo de que a difusão das *fake news* é um problema para a educação, pode ser encontrado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil, aprovada em 2018, a qual prevê, no ensino da língua portuguesa do ensino fundamental anos finais e nos três anos do ensino médio, que a ação educativa deve habilitar os alunos a participarem das redes virtuais de forma a fazer frente ao discurso de ódio, à difusão das *fake news* e promover o respeito às diferenças (Xavier, 2023).

Dessa forma, como discute Xavier (2023), a escola assume um papel preponderante no uso das tecnologias digitais na educação, principalmente em tempos de *fake news*, pois, como instituição formativa, deve promover o uso crítico e reflexivo dessas tecnologias, a partir do desenvolvimento de diversas literacias e de capacidades de pensamento crítico para que os alunos possam avaliar e interpretar as informações encontradas *online*.

Assim, ao estudar sobre o fenômeno das *fake news* na educação, torna-se evidente o papel primordial da escola, como instituição social formadora, destacando sua relevância em adotar uma educação midiática crítica.

A EDUCAÇÃO MIDIÁTICA CRÍTICA NO ENFRENTAMENTO DE *FAKE NEWS*

Face à cultura digital e ao contexto de propagação das *fake news* que os alunos estão imersos, a escola deve se constituir em um espaço promotor de literacias e competências para o desenvolvimento do senso crítico dos alunos, a fim de auxiliá-los a lidarem com as informações que o cercam (Xavier, 2023).

Nesse contexto, a educação midiática se constitui em um mecanismo de combate à desinformação, uma vez que a escola é um espaço onde se constrói a relação do conhecimento com a informação e se forma cidadãos (midiáticos) críticos para atuar na sociedade atual (Grossi et al., 2021).

A partir da concepção de Grossi et al. (2021), a educação midiática é entendida como uma expansão da alfabetização, que engloba várias competências como o desenvolvimento do questionamento e pensamento crítico sobre os conteúdos que se cria e recebe diariamente na sociedade e no mundo digital. Em uma análise mais minuciosa, Hobbs e Jensen (2013) pontuam que:

A educação midiática requer questionamento ativo e pensamento crítico a respeito das mensagens que criamos e recebemos; é uma conceituação expandida de alfabetização; desenvolve competências para aprendizes de todas as idades e requer uma prática integrada, interativa e repetida; seu propósito é desenvolver participantes informados, reflexivos e engajados, essenciais para uma sociedade democrática; as mídias são vistas como parte da cultura e funcionam como agentes de socialização; e as pessoas usam suas competências, crenças e experiências para produzir sentidos para as mensagens das mídias. (p.7)

Sob esse enfoque, é possível afirmar que o objetivo primordial da educação midiática consiste em fomentar o pensamento crítico, capacitando os alunos a compreender a essência da mídia e seus diferentes gêneros, para que, assim, possam analisar de modo apropriado a veracidade das mensagens/conteúdos que emitem, ponderando sobre o papel tanto de quem produz quanto de quem recebe a informação (Grossi et al., 2021). A educação midiática também pode ser concebida como um conjunto de competências e habilidades para que o indivíduo possa entender e empregar adequadamente os media, capacitando-o para (re) conhecer como as *fake news* são produzidas e divulgadas e, também, para se tornar um participante ativo na sociedade midiática (Hobbs & Jensen, 2013).

Ante o exposto, a educação midiática abrange o desenvolvimento de capacidades de pensamento crítico, de reflexão entre outras que auxiliam os alunos a encontrar o equilíbrio entre a confiança e as desconfianças nas fontes das notícias para questioná-las. Ou seja, trata-se de um desenvolvimento e aprimoramento do indivíduo para o uso adequado dos diferentes tipos de mídias, promovendo conhecimento necessário para acessar, interpretar, analisar e produzir conteúdo de forma consciente e crítica (Grossi et al., 2021).

A partir dessas conceituações, percebe-se a relação dialógica entre educação midiática e o desenvolvimento do pensamento crítico, uma vez que este é compreendido como um pensar racional, reflexivo, focado em que se deve acreditar ou no que fazer (Ennis, 1996, 2013). Essa forma de pensamento envolve as dimensões das capacidades (refere-se a responder a questões de clarificação, analisar argumentos, entre outros) e das disposições (refere-se a abertura de espírito, utilizar fontes credíveis e outros), que são dimensões fundamentais para tomada de decisão racional, sobre o que fazer e em que acreditar no contexto da resolução de um problema (Ennis, 1996; Vieira, 2018).

Com base na teoria sobre pensamento crítico de Ennis (1996, 2013) e de Vieira (2018) evidencia-se que o desenvolvimento dessa forma de pensar é fundamental para que o indivíduo possa tomar decisões e agir racionalmente perante os diversos problemas/desafios da sociedade contemporânea. E, no contexto midiático de disseminação das *fake news*, formar pessoas capazes de pensar criticamente, permite-se que eles analisem cuidadosamente as informações encontradas no mundo *online* antes de aceitá-las como verdadeiras, contribuindo assim para que não haja a disseminação de notícias falsas e prejudiciais (Oliveira, 2022).

O desenvolvimento do pensamento crítico é uma das competências fundamentais proposta pela abordagem midiática crítica como estratégia de combate às *fake news* (Grossi et al., 2021). Ao estimular o pensamento crítico dentro de um contexto midiático surge “a necessidade de indagação acerca da receptividade de notícias, ante seu grande volume e sua inserção em assuntos relacionados a meios sociais, socioculturais, políticos, entre outros” (Oliveira, 2022, p. 2)

Fechine e Deodato (2022) asseveram, também, que a educação midiática crítica na escola prepara os alunos para enfrentar problemas/desafios relacionados à desinformação, pois contribui para o desenvolvimento/aprimoramento do pensamento crítico e capacita-os para lidar com o vasto fluxo de informações e de *fake news* no mundo *online*. Assim, incorporar a educação midiática crítica na escola pode se constituir em um dos caminhos cruciais no enfrentamento das *fake news* na sociedade contemporânea.

CONCLUSÃO

O presente estudo realizou uma análise teórica sobre o papel da escola em tempos de *fake news* e teve como objetivo refletir sobre o papel primordial dessa instituição e a relevância de adoção de uma educação midiática como mecanismo de enfrentamento das *fake news*.

A partir dos estudos apresentados, pode-se verificar que o fenômeno das *fake news* infelizmente não é recente, existindo registros históricos que a humanidade sempre foi capaz de deturpar ou inventar uma notícia para tentar alcançar determinado fim. Porém, com inserção e avanço da internet e dos meios de comunicação contemporâneos, permitiram que as “notícias falsas” alcançassem uma amplitude inimaginável, e em um curto espaço de tempo.

Sob essa perspectiva, denota-se que sendo elemento basilar da formação do indivíduo, a escola pode assumir um papel extremamente importante para o enfrentamento de *fake news* nos tempos atuais. A partir da implementação de uma educação midiática crítica, sob um enfoque do pensamento crítico, poderá proporcionar elementos essenciais para que o indivíduo possa analisar as informações com que é bombardeado constantemente pelos meios sociais e tecnologias digitais.

Ressalte-se que este é um estudo inicial, que poderá contribuir para futuras análises e investigações empíricas sobre *fake news*, o papel da escola e a educação midiática crítica, bem como proporcionar reflexões sobre as competências e literacias a serem desenvolvidas pelos indivíduos na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

Araújo e Sá, M. H. (coord.), Gerwers, F. (coord.), Gintsburg, S. (coord.), Spotti, M. (coord.), Ambrósio, S., Breeze, R., Brinkmann, L., Dedecek Gertz, H., De Ruiter, J. J., Garde, E., Gerns, P., Gonçalves, M., Lucas, M., Martins, F., McMonagle, S., Melo-Pfeifer, S., Oliveira, L. S., Senos, S., Simões, A. R., ... Torres, R. (2023). *CoMMITTEd: Covid, Migrantes e Minorias na formação de professores: um observatório de notícias falsas para promover o pensamento crítico e a literacia digital em tempos de crise: livro digital para professores e formadores de professores*. <https://doi.org/10.48528/JBW5-0807>

Ennis, R. H. (1996). *Critical thinking*. Prentice Hall.

Ennis, R. (2013). Critical Thinking Across the Curriculum. *Inquiry: Critical Thinking Across the Disciplines*, 28(2), 25–45. <https://doi.org/10.5840/inquiryct20132828>

Fechine, I., & Olinto Deodato, P.G. (2022). Educação midiática: identificando e combatendo informações falsas: Media education: identifying and combating false information. *Rotura - Revista De Comunicação, Cultura E Arte*, 2(2), 67–73. <https://doi.org/10.34623/5p33-5674>

Hobbs, R., & Jensen, A. (2013). The Past, Present, and Future of Media Literacy Education. *Journal of Media Literacy Education*, 1(1), 1–11. <https://doi.org/10.23860/jmle-1-1-1>

House of Commons Digital, C. M. and C. S. (2019). *Disinformation and «fake news»: Final Report Eighth Report of Session 2017-19 Report, together with formal minutes relating to the report The Digital, Culture, Media and Sport Committee*. www.parliament.uk.

Grossi, M. G. R., Leal, D. C. C. C. & Silva, M. F. (2021). Educação midiática, cultura digital e as fake news em tempos de pandemia. *Educação em Revista*, 22(esp2), 179–198.

Nascimento, C. E. G. (2020). Fake News, Mentira Organizada E Educação: Uma reflexão a partir do pensamento de Hannah Arendt. *Revista Docência e Ciberultura*, 4(1), 243–263. <https://doi.org/10.12957/redoc.2020.47553>

Oliveira, B. L. M. (2022). Fake news e o pensamento crítico: pensar criticamente para comprovar a veracidade das notícias. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo), Faculdade Boas Novas, Manaus <https://ri.fbnovas.edu.br/handle/123456789/52>

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2019). *Jornalismo, fake news e desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo* (C. Ireton & J. Posetti, Eds.). UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647?posInSet=2&queryId=a8050576-9941-4456-ae89-db14a68715c2>

Posetti, J., & Matthews, A. (2018). *A short guide to the history of “fake news” and disinformation: a learning module for journalists and journalism educators*. ICFJ - International Center for Journalists. https://www.icfj.org/sites/default/files/2018-07/A%20Short%20Guide%20to%20History%20of%20Fake%20News%20and%20Disinformation_ICFJ%20Final.pdf

Santaella, L. (2019). *A Pós-Verdade é Verdadeira ou Falsa?*. Estação das Letras e Cores.

Saviani, D. (2011). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações* (11.ª ed.). Autores Associados (Coleção Educação Contemporânea).

Saviani, D. (2019). *Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações*. Autores Associados.

Shao, C., Ciampaglia, G. L., Varol, O., Yang, K., Flammini, A., & Menczer, F. (2017). *The spread of low-credibility content by social bots*. <https://doi.org/10.1038/s41467-018-06930-7>

Silva, O. O. N. da. (2021). O trabalho docente e o enfrentamento das fake news e fake knowledge. *Revista Espaço Acadêmico*, 20(226), 175–183. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52993>

Silva, O. O. N. da, Ramos, M. D. P., Junior, P. A. dos S., & Santos, K. A. (2023). Dificuldades e possibilidades da educação crítica em tempos de fake news: Uma revisão sistemática. *Revista Docência e Ciberultura*, 7(2), 124–140. <https://doi.org/10.12957/redoc.2023.67218>

- Silva, R. C. F. da, & Carvalho, J. de S. (2020). FAKENEWS, IMPLICAÇÕES SOCIAIS E URGÊNCIA DO DIÁLOGO NA EDUCAÇÃO. *Revista da Faculdade de Educação*, 33(1), 155–175. <https://doi.org/10.30681/21787476.2020.33.155175>
- Tandoc, E. C. (2019). The facts of fake news: A research review. *Sociology Compass*, 13(9), e12724. <https://doi.org/10.1111/SOC4.12724>
- Vieira, R. M. (2018). *As comunidades online na promoção do pensamento crítico em didática das ciências*. UA Editora. <https://ria.ua.pt/handle/10773/23996>
- Wardle, C. (2019, Fevereiro 16). *Fake news. It's complicated*. First Draft. <https://firstdraftnews.org/articles/fake-news-complicated/>
- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *INFORMATION DISORDER : Toward an interdisciplinary framework for research and policy making* *Information Disorder Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. www.coe.int
- Xavier, I. C. (2023). Uma análise crítica do papel da escola pública no combate às Fake News. *Revista HISTEDBR On-line*, 23, e023037–e023037. <https://doi.org/10.20396/RHO.V23I00.8670887>
- Zhao, Z., Zhao, J., Sano, Y., Levy, O., Takayasu, H., Takayasu, M., Li, D., Wu, J., Havlin, S., & Sano, and, Y. (2018). Fake news propagate differently from real news even at early stages of spreading. *Cornell University: Physics and Society*. <https://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/1803/1803.03443.pdf>

O JOGO DA POLÍTICA: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE ESPORTE E POLÍTICA

Data de aceite: 02/05/2024

Emiliano Peggion de Carvalho

Doutorando, bolsista CAPES e Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pela UNESP/ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Faculdade de Filosofia e Ciências/Campus de Marília. Bacharel em Direito pela Universidade de Rio Verde e advogado

RESUMO: O presente trabalho teve como pretensão elaborar uma análise acerca da relação entre futebol e política. Se objetivou compreender de que forma o esporte foi utilizado pela política para a influência sobre a sociedade de uma forma geral. Trataremos da história da relação entre política e esporte, bem como a efetivação dessa relação na contemporaneidade. Tivemos como norte metodológico o materialismo histórico-dialético, se apoiando em bibliografias conceituadas da área crítica da sociologia do esporte como WISNIK (2013) e FRANCO JÚNIOR (2007). De forma geral, pudemos compreender a relação entre esporte e política por meio da análise das relações sociais e políticas ao

analisar as relações entre esporte e política.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte; Política; Sociedade.

THE GAME OF POLITICS: A HISTORICAL RELATIONSHIP BETWEEN SPORT AND POLITICS

ABSTRACT: The present work aimed to elaborate an analysis about the relationship between football and politics. The objective was to understand how sport was used by politics to influence society in general. We will deal with the history of the relationship between politics and sport, as well as the effectiveness of this relationship in contemporary times. We used historical-dialectical materialism as a methodological guide, based on renowned bibliographies in the critical area of sociology of sport such as WISNIK (2013) and FRANCO JÚNIOR (2007). In general, we were able to understand the relationship between sport and politics through the analysis of social and political relations when analyzing the relations between sport and politics.

KEYWORDS: Sport; Politics; Society.

INTRODUÇÃO

O esporte de forma geral esteve presente em diversos momentos da história da humanidade, assim como expõe Sigoli e De Rose Jr (2004) como um símbolo social importante para a manutenção do sistema de uma forma geral e aqui, mais especificamente no Brasil temos o futebol como mais central, por isso da importância de uma análise a contextualizá-lo no interior do ambiente do cotidiano de uma nação.

Não existe um ato que não seja político, já que podemos dizer que somos seres políticos e nossas relações tem por base essa, e não é diferente quando relacionamos com o esporte, e se faz necessário vislumbrar essa relação e de que forma tudo isso pode afetar de forma direta e indireta o cotidiano dos indivíduos, ou seja, de que forma uma tomada de posição, e como o esporte pode influenciar posicionamentos políticos em um contexto que se encontra tão polarizado.

O trabalho teve como norte metodológico o materialismo histórico-dialético, se apoiando em bibliografias conceituadas da área crítica da sociologia do esporte como WISNIK (2013); FRANCO JÚNIOR (2007); MEJÍA (2018); SIGOLI (2008); GASTALDO (2006); DE TOLEDO (2000); DAMATTA (1994) e ARAÚJO (2019). Elaboramos por meio de uma pesquisa qualitativa a busca bibliográfica e sua devida revisão, sendo este texto advindo do trabalho de dissertação intitulado Política e Esporte: a construção da ultradireita no interior do Palmeiras e a dialética da resistência.

Em diversos esportes e grupos de esportistas de alto rendimento, assim como no futebol. Para Mejía (2018), “El deporte fue incorporado de manera clara, intencional y consciente como elemento importante de la victoriosa campaña electoral presidencial de Bolsonaro en 2018”, se articulando com diversos esportistas e estando presente em diversos eventos, de diversas modalidades e times.

É essencial que compreendamos o lugar de posição do esporte e aqui do futebol, para DaMatta (1994) ele “promove um efeito de pausa, feriado, ou descontinuidade com a sofreguidão exigida pela lógica do lucro, do trabalho e do êxito a todo custo”, o que promove no indivíduo uma possibilidade de afastamento da realidade do mundo do trabalho e das obrigações cotidianas, possibilitando um outro contato com a realidade.

Além disso o esporte é considerado uma das atividades mundiais mais rentáveis, para Sigoli e De Rose Jr (2004, p. 43), “o volume de capital envolvido nas transações de patrocínio de eventos, de equipes e de venda de direitos de transmissão, gera interesses que ultrapassam as necessidades da prática esportiva”, havendo uma “valorização excessiva do espetáculo” o que o torna uma chave na influência social da população, estando presente em grande parte da imprensa por meio de sua transmissão ou publicidade, englobando quase que todas as áreas comerciais que fazem parte de nosso cotidiano.

No Brasil, o futebol faz parte de um mercado que movimenta grandes valores, estando presente na vida de praticamente toda a população, de forma direta ou indireta

afetando mesmo aqueles que dizem não gostar do esporte fazendo com que possamos afirmar que existe uma espetacularização comercial do esporte, adentrando todos os lares e influenciando todas as áreas, inclusive a política, segundo Mejía (2018), “El deporte es una empresa cuyo objetivo fundamental es producir un espectáculo, cotidiano, masivo, mundial y crecientemente rentable”, confirmando que o esporte é utilizado em especial para a produção de um espetáculo, porém devemos entender que por detrás deste existem objetivos que atingem diretamente o cidadão médio e o transforma, criando direcionamentos sociais.

A HISTÓRIA DA RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E ESPORTE NO BRASIL

Apesar do brasileiro se esquecer, o futebol não nasce com eles, mas sim na Inglaterra e posteriormente introduzido com os imigrantes que aqui se encontravam. A miscigenação cultural que o Brasil vivenciou contribui para a construção de diversos fatores, e um desse foi o esporte. Por volta do Século XIX, conforme expões Franco Júnior (2007), Charles Miller traz consigo a bagagem necessária para a implementação do esporte diretamente de sua estadia no país criador do esporte.

Diferentemente do país europeu, o Brasil se encontrava em um outro momento histórico. Do outro lado do Atlântico, o esporte era produtor de uma cultura operária, sendo disponibilizado nas escolas para a prática, enquanto no Brasil, ainda com um pensamento racial muito forte, este esporte fora elitizado, sendo direcionado a uma elite branca, já que a classe intelectual estava nesse momento encharcada pelo evolucionismo biológico.

É um momento histórico que é permeado por pré-conceitos, inclusive na academia, e fortemente reproduzido pela política. O que não é diferente no nascente esporte mais popular do país. Existe uma seleção por cor, classe e renda para a prática do esporte em toda a sociedade, afastando mais à periferia do esporte aqueles que não são bem vindos.

Diferentemente da Inglaterra em que o futebol se tornou um esporte popular, praticado pela classe operária e em escolas públicas, no Brasil isso demorou mais a acontecer, sendo o lazer daqueles da elite do país. Entretanto no início do século XX, segundo Guterman (2009) isso se alteraria, claro que em certa medida. Na medida em que o esporte começava a tomar tons de esporte comercial, surgem ídolos que vão se tornando visíveis e agradando o público. Ainda segundo o autor, um desse seria Arthur Friedereich, filho de um alemão com uma ex-escrava, porém diante do sobrenome e de se constituir branco, tinha livre acesso ao esporte, conforme expõe Guterman:

Fried, contudo, perdeu rapidamente a condição de negro por causa de sua ascendência europeia e em virtude de sua transformação em herói nacional. Como assinala Caio Prado Júnior, “uma gota de sangue branco faz do brasileiro um branco”, porque “a classificação étnica do indivíduo se faz no Brasil muito mais pela posição social”. Ou seja, se o negro estivesse bem posicionado socialmente, deixaria de ser negro. (GUTERMAN, 2000, p. 43)

Nessa perspectiva se inicia um processo de popularização do futebol como esporte e também como lazer. É nesse momento que segundo Ponte (2013) teremos talvez o primeiro uso político do esporte no Brasil. É nos arredores fabris em que o futebol é utilizado como uma forma de “aliviar a tensão” no interior das indústrias das classes proletárias, tendo por base a perspectiva de minimizar a exploração do capital diante da força de trabalho. Ainda segundo Ponte (2013):

“[...] com o passar dos tempos, se tornou mais que “circo”, se demonstrou um eficiente mecanismo com relação à propaganda política e menos no sentido puro de alienação circense. Tornou-se um divulgador de ideologia e valores, em certa medida, contribuiu sensivelmente para a constituição de uma ideologia nacional genuinamente brasileira.” (PONTE, 2013, p. 20)

O futebol como esporte faz parte da constituição da nação brasileira, cultural, política, social e economicamente, fez parte do surgimento dessa ideologia própria de nação, mesmo que conservadora, positivista e preconceituosa, sendo que para Machado (2000, p. 34), “entender o futebol é entender uma dimensão importante da nação brasileira”. Denota-se desse trecho a importância em que pese a cultura do futebol no país, se tornando uma das principais atividades esportivas e de lazer.

No início dos anos 1900, houve um êxodo de jogadores brasileiros para fora do país, demonstrando a necessidade de uma regulamentação do esporte, já que ainda se tinha muito presente o amadorismo. Segundo Ponte (2013, p. 56), “em 1941 Getúlio Vargas profissionaliza o jogador de futebol por meio da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho”. Existia aqui um projeto muito forte e central com relação ao esporte, afetando diretamente o futebol e dando alicerce ao que hoje conhecemos como mercado da bola. Essa atitude foi uma forma de apaziguar os ânimos em diversas áreas da sociedade, gerando uma espécie de pacifismo social, entendendo que o esporte e aqui especificamente o futebol possui uma função social muito importante para a organização social.

Para o Estado Novo pode-se perceber um grande foco em questões entendidas como representações simbólicas de um Brasil ou de uma cultura brasileira de forma mais clara, estando entre eles o esporte o que ainda segundo Ponte (2013, p. 58) “começa a forte relação entre futebol e o mundo da política” no Brasil, o que só veio a se fortalecer ao longo das próximas décadas.

Tivemos ao longo do Estado Novo diversas relações com o futebol, ainda em 1932 houve uma recepção no Palácio do Catete diante de uma vitória da Seleção Brasileira em cima do Uruguai e posteriormente em 1934 existiam relações políticas controversas e debates acerca da formação do time, resultado de uma figura de nome de Lourival Fontes que segundo Ponte (2013) era:

O "Homem do DIP¹", como ficou conhecido por ter sido responsável pela implantação do órgão, foi fundamental para a manutenção ideológica do Estado Novo. Período marcado por uma ideologia dominante que opunha-se ao liberalismo. Fontes que teve contato com a propaganda fascista italiana durante sua passagem pela Bahia, aos poucos foi assumindo uma nova condição teórica, se inclinando para uma política antiliberal de extrema direita. Após o golpe de 1937, resultante da ação continuista de Getúlio Vargas, Lourival absorve a ideologia estadonovista, dirigindo o DIP e tornando-se intimamente ligado a ditadura Varguista, sendo um dos principais ideólogos do Estado Novo como nos diz Lucia Lippi, Santos e Santana. (PONTE, 2013, p. 24)

As relações políticas com o esporte começam a se tornarem entrelaçadas, criando ramificações com os fatos sociais. Diante da importância que o esporte e mais especificamente o futebol começa a ter no cidadão médio, passa a ser importante a relação entre esporte e política, visto com bons olhos pelo governo haver essa relação e se utilizar disso como propagando, disseminação ideológica para a manutenção de uma hegemonia de poder diante da elite de poder político. Logo após em 1938 Getúlio se empenhou em demonstrar relação de seu governo com o futebol, atribuindo a sua filha o cargo de madrinha da seleção e financiando o time na conquista do 3º lugar, o que resultou em uma boa impressão para seu nome.

Dando um pequeno salto histórico, até mesmo pela postergação da copa que se realizaria em 1938 a qual o Brasil foi candidato a sediar, porém com a segunda Guerra Mundial e a devastação da Europa, acaba por ser eleito como sede em 1950, porém o fracasso na derrota em pleno Maracanã, faz com que o "tiro saia pela culatra" da propagando utilizada pela política diante do futebol.

Mesmo com a derrota e a repercussão negativa ainda, o futebol na década seguinte ganha ainda mais repercussão social, estando presente no cotidiano do cidadão médio e nas suas relações sociais, bem como na construção do imaginário da crença de unificação por meio de uma seleção de futebol que logo se tornaria a representação do heroísmo. Para Ponte (2013):

É bom frisar que práticas iniciadas por Getúlio Vargas se mantiveram nos anos 50 com Juscelino Kubitschek. Pela primeira vez um presidente brasileiro teve a chance de explorar os efeitos de um título mundial. Era comum o então presidente convidar parentes dos jogadores brasileiros para ouvir as transmissões dos jogos. "... O presidente bebeu champagne na Taça Jules Rimet e prometeu emprego público e financiamento habitacional aos craques da seleção – promessas que não saíram do papel..." (GUTERMAN, 2009). A vitória veio a coroar o "anos dourados" do governo JK." (PONTE, 2013, p. 25)

É cristalino a utilização do Estado brasileiro do esporte como forma de manifestar uma propagando a seu favor, constituindo uma relação entre o futebol e a política como um fator de vitória, força e superação, mesmo que em momento complicados.

¹ Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em dezembro de 1939 por Getúlio Vargas com decreto presidencial atuando como forma de censura e perseguição.

Na vitória da seleção na Copa do Mundo de 1962 não foi diferente a relação do Estado com o esporte. João Goulart, ainda que com grandes problemas em seu governo e uma ameaça iminente, recebeu em Brasília, ainda em construção a seleção em carro dos bombeiros que percorreu uma grande extensão até o Palácio do Planalto onde uma multidão se entrelaçava.

Após o Golpe Militar de 1964, a utilização do esporte não foi muito diferente, sendo ainda mais utilizado pela política do regime militar, sendo este aparelhado pelo Estado de forma a reproduzir para a sociedade uma suposta “coesão” social, com o intuito de se criar uma hegemonia ideológica, até mesmo por existir perseguição a quem se opunha ao regime, com torturas e execuções. A construção de uma identidade nacional é mais presente nesse momento, existindo a intenção clara de se fazer isso em torno do futebol por parte do Estado autoritário brasileiro.

É nesse momento que temos uma mescla exponencial entre política e futebol. O Brasil, já bicampeão mundial tinha como presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), entidade criada em 1914 com o intuito de fomentar o esporte, o Sr. João Havelange, tendo íntima relação com o regime militar e atuando politicamente para assumir o comando da Federação Internacional de Futebol (FIFA). Mesmo a seleção derrotada em 1966 e a implementação do AI-5 (Ato institucional nº 5) ainda sim houve uma popularização do governo de forma generalizada no interior das classes, inclusive a trabalhadora, diante de um suposto “milagre econômico” e a vitória de 1970. Claro que é importante frisar a relação que o presidente à época possuía com o esporte, Garastazu Médici interagiu com o esporte e se utilizava dele como ninguém, conforme exposto por Guterman (2009):

O atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em depoimento dado em 1999 ao historiador Ronaldo Costa Couto, atestou: Hoje a gente pode dizer que foi por conta da dívida externa, milagre econômico, brasileiro e tal, mas o dado concreto é que, naquela época, se tivesse eleições diretas, o Médici ganhava. E foi no auge da repressão política mesmo, o que a gente chama de período mais duro do regime militar. A popularidade do Médici no meio da classe trabalhadora era grande. (GUTERMAN, 2009, p. 161)

O envolvimento das classes é tão forte que mesmo estando sob uma forte opressão e violência, a percepção é a de que mesmo em eleições supostamente democráticas a vitória seria clara diante da propaganda utilizada sobre a sociedade de uma forma ampla e irrestrita.

A análise aqui não tem por intenção apresentar especificamente o futebol como sem conteúdo ou alienante à sociedade, mas demonstrar a utilização de forma aparelhada do Estado de um esporte e de uma cultura que aliena, não por culpa do próprio esporte mas sim das atitudes do governo se utilizando e aproveitando da trama social para usufruir do poder que este tinha diante do cidadão médio.

É importante pensarmos os atores presentes nesse contexto, que sejam os indivíduos de forma geral presente na sociedade brasileira, mas também aqueles mais

afetados, que sejam os torcedores. Para Toledo (1993), e se apoiando em Clifford Geertz o futebol está presente em forma de nível na sociedade estando presente em diversos contextos desde a hierarquia social, perpassando pela questão da desigualdade e interesses de classes dominantes como interesses políticos e econômicos. Ainda para o autor as torcidas possuem uma relação direta o que para Marcio Mauss leva em conta as “práticas e representações coletivas”, tendo como base as estruturas sociais que aqui pertencem. Nessa perspectiva podemos concluir que existe uma relação de classe no interior das torcidas e do futebol de modo geral, não que a classe no interior da torcida de um time específico seja homogênea, porém sem existe uma perspectiva predominante, tanto no interior das torcidas, organizadas ou não, como no interior das diretorias que são mais políticas. Para Toledo (2000), existe o espetáculo do futebol como o conhecemos hoje contribui para a constituição das torcidas organizadas da forma como as conhecemos, e posteriormente com a implementação do sócio-torcedor se apresenta ainda mais voltado o futebol para o mercado em si, ou seja, o capital se torna ainda mais presente no interior do estádio, saindo do campo e partindo para a torcida.

Para o autor, existe uma intenção de domesticação do torcedor, claro que voltado ao mercado como consumidor que são nessa visão, o que para ele está na estrutura “matéria e simbólica de uma reinstitucionalização do profissionalismo”, completando o ciclo de transformação do torcedor para “consumidor esportivo”.

O torcedor organizado em grandes conglomerados se torna um rebanho mais fácil de manipulação e organização, não estamos aqui fazendo um paralelo com relação a violência, até mesmo por não ser esse o foco do trabalho, mas sim na questão ligada ao capital e à alienação do cidadão médio que ali está presente, direcionando a questão ao político e sua articulação para apresentar algo como bom e necessário diante das tomadas de decisões da elite política presente no Brasil.

Já mais recentemente, nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2002 e 2015, o esporte foi deveras utilizado, em especial diante da realização dos megaeventos da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro – RJ.

Nesse contexto, o megaevento traduz o que o País possui, apresentando ao mundo e sendo midiático a todo momento, havendo a necessidade de apresentar ou esconder determinados fatores sociais que estão exposto e precisam ser escondidos ou outros que precisam ser mostrando, e que em certa medida fica a cargo da mídia e dos poderes Estatais elaborarem esse plano e apresentarem o que se quer efetivamente. Desse modo devemos pensar a relação que o Estado e a grande mídia possui com a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os jogos olímpicos, já que esses interferem nas políticas de uma forma geral, sendo utilizado pelo governo como uma forma de palanque eleitoral, ou seja, como propaganda já que “conseguiu” que o país realizasse tais competições, que em teoria trariam grande desenvolvimento.

Para pensar como o Estado se tem utilizado desse aparato relacionado ao esporte, segundo Sigoli (2008, p. 112) “O Estado utiliza o Esporte porque este é facilmente instrumentalizado politicamente pelo poder institucionalizado.”

Podemos notar que o esporte, e aqui mais especificamente o futebol na Copa do Mundo de 2014 e os jogos olímpicos, pode ser facilmente utilizado como uma forma instrumentalizada para que se passar uma mensagem ou se apresentar a sociedade de uma forma específica, nada mais do que uma forma de manipulação das massas, pensando aqui de forma globalizada.

O esporte é utilizado culturalmente para que se crie o sentimento de pertencimento, ainda mais como o Brasil que se diz o país do futebol, esse sentimento é criado a todo o momento, e em vários âmbitos, nessa perspectiva, para Drumond (2009, p. 399) “no imaginário de cada cidadão há um sentimento comum de pertencimento à sua comunidade – seja esse seu país, sua cidade ou seu clube –, que advém do compartilhamento de vários símbolos.

Cria-se aqui a perspectiva de uma unidade nacional voltada ao futebol e que em certa medida é imposta pela nossa grande mídia, fazendo com que as massas esqueçam as mazelas permeadas em nossa sociedade tornando os problemas de certa forma invisíveis, incluindo-se aqui a gigante desigualdade social a qual nós é apresentada a todo momento, porém que não conseguimos ou não queremos ver.

A mídia e as forças políticas estatais se utilizam dos megaeventos para a elaboração da manutenção da ordem posta, fazendo com que o que seja apresentando a sociedade perpassse por aquilo que é belo.

A copa do mundo e os jogos olímpicos trouxeram consigo diversas obras, algumas finalizadas e outras que nos deparamos em nosso dia abandonadas ao léu, causando transtornos. Fortunas foram investidas em obras que estão abandonadas, segundo dados do Tribunal de Contas da União, chegando a R\$ 25,5 bilhões com a Copa do Mundo de 2014 e R\$ 37,6 bilhões com os jogos olímpicos de 2016, mesmo algumas finalizadas que perderam sentido, dinheiro este que poderia ter sido aplicado em uma infinidade de políticas públicas com o intuito de reduzir as disparidades sociais.

A POLÍTICA E O ESPORTE

A relação entre política e esporte é visível ao longo da história da humanidade desde a Grécia antiga, porém a forma de utilização do esporte político e que teve forte influência na contemporaneidade foi entre os romanos com a política do “pão e circo”. Tinham como intuito criar uma espécie de pacificação entre os patrícios e a plebe, desenvolvendo diversos jogos e reunindo milhares de pessoas. Grande parte disso foi absorvido pelo o que hoje se instrumentaliza por meio da mídia e os diversos esportes, porém isso fica mais claro com o futebol no Brasil. A espetacularização do futebol, em especial pela grande mídia se tornou

uma ferramenta importante para o desvio da atenção e conseqüentemente a alienação do indivíduo à assuntos que deveriam ser depreendidos maiores atenções para uma melhor compreensão. Conforme podemos observar para Sigoli:

O uso do espetáculo dos Jogos Públicos como ferramenta política dos governantes romanos é análogo à instrumentalização sofrida pelo esporte na era contemporânea, quando a mídia bombardeia os espectadores com notícias esportivas, causando um desvio na atenção e consciência das pessoas para assuntos importantes da política e do cotidiano. (SIGOLI, 2004, p. 3)

Os jogos romanos, assim como o futebol no caso mais específico é utilizado como um meio de desvio de atenção para o que não se quer que seja visto de forma direta, nem compreendido em sua amplitude de totalidade, já que poderia surtir um efeito negativo na posição político-ideológica daquele governante.

Com o passar das décadas e o desenvolvimento das ciências e das tecnologias, em especial na revolução industrial houve uma racionalização do esporte. Este foi inserido no cotidiano das escolas e na vida do cidadão com regulamentação de regras e práticas no cotidiano como atividade lúdica e educacional, porém a época a educação era rígida com o intuito de preparar aqueles que ali frequentavam em futuros líderes, sendo dessa forma para contrapor o que era feito no tempo livre, que sejam segundo Sigoli (2004) “atividades de moral duvidosa, invadiam propriedades privadas, cometiam atos de vandalismo, beberagens, arruaças e com freqüência praticavam jogos populares de forma violenta e vulgar”, ou seja, a rigidez do esporte tinha como objetivo criar disciplina para esses jovens, sendo nessa fase o esporte utilizado como forma de reger a vida e disciplinar a educação dos jovens aristocratas da época. Ainda segundo Sigoli:

O esporte atingiu na Inglaterra todos os segmentos da sociedade e teve a igreja e as escolas estatais como agentes propagadores de grande importância. As igrejas, com o objetivo de atraírem fiéis, construíram ao lado de seus templos campos de futebol, onde eram disputadas partidas após as cerimônias nos finais de semana. As escolas estatais incluíram o esporte em seus programas seguindo determinações do governo e foram importantes agentes de massificação da prática esportiva. (SIGOLI, 2004, p.4)

As principais instituições sociais da época, que sejam a escola e a igreja foram os principais precursores da proliferação do esporte como meio de se instrumentalizar a prática para as articulações políticas, criando um movimento de massa, em especial nesse momento entre os jovens, que ainda se encontravam em fase de aprendizagem. Não há como negar a eficiência e eficácia do esporte de forma geral na educação e conseqüentemente a disciplina atribuída aos jovens estudantes, ressaltando que o esporte e a ciência da educação física pode e deve ser emancipadora ao indivíduo, entretanto, nosso foco é o da utilização do esporte como uma ferramenta alienante ao contexto social e político de forma geral.

É nesse momento histórico que surgem as ligas esportivas e diversos campeonatos que começam a ser organizados. Isso faz com que surja uma nova figura, a do espectador do esporte contemporâneo, já que de certa forma ele já existia, porém não com essa perspectiva de massa e econômico. O crescimento desse tipo de espectador faz com que o esporte comece a ser utilizado como um meio de alienação diante da reunião de massas gigantescas em um único local. O trabalhador médio passou a frequentar regularmente os eventos esportivos em estádios, nos quais logo após o expediente os times fabris se reúnem para a disputa esportiva. É nesse interim que surgem diversos times e ligas fundadas a partir das fábricas por seus operários. O “vestir a camisa” do time na realidade era a da fábrica, criando um vínculo forte entre indústria e trabalhador, vínculo esse emocional resultante das disputas esportivas. Para Bracht:

A discussão esportiva desviava a mente dos trabalhadores de problemas empregatícios e de organizações sindicais. Os operários que se destacavam nas equipes esportivas recebiam benefícios, horários para treinar, dias de folga e bonificações. (BRACHT, 1997, p. 15)

Logo em seguida, já em meados do século XIX, com o esporte já levando uma quantidade expressiva de pessoas é que os grandes veículos de comunicação começam a perceber o potencial que se apresentava. Com um início tímido, apenas apresentando os resultados logo se viu que não seria o suficiente para agradar seus leitores. Surgem então colunas, entrevistas e todo tipo de espaço jornalístico.

Claro que o Estado notou o que se passava ali e de certo pôde observar todos os meandros que poderia utilizar. O cotidiano do cidadão perpassava a todo momento pelo esporte fazendo com que o Estado absorvesse para si diversas entidades esportivas o que fez com que os indivíduos passassem a observá-lo com sentimento nacional, patriótico, nascendo nesse momento uma relação intensa entre política e esporte, inclusive de forma internacional com os grandes eventos que vieram a surgir, como campeonatos de seleções.

No final dos anos 1800, Pierre de Coubertin, um renomado humanista francês, percorreu diversos países, entre eles Estados Unidos e Inglaterra a fim de captar informações a respeito das teorias pedagógicas para retorná-las à França e implementá-las. Com grande influência do sistema Inglês, que tinha por objetivo a utilização do esporte para a transformação e a formação de cidadão com base na honra e na disciplina e do arqueólogo alemão Ernst Curtius, o qual encontrou diversas ruínas da Grécia clássica, as quais apresentaram a educação helenística com o intuito da formação geral do homem, fez com que Coubertin voltasse com a ideia de retomar os Jogos Olímpicos.

No final do século XIX, na Universidade de Sorbonne - Paris, foi realizado um congresso no qual se efetivou o retorno dos Jogos Olímpicos de forma oficial com ideais olímpicos ou olimpismo, os quais tinham como objetivo tornar o indivíduo nobre por meio do esporte. Ficou também instituído que a primeira competição Olímpica Moderna ocorreria em 1896 em Atenas, remontando a suas origens.

Em 1986, já nos jogos olímpicos em sua primeira edição na Era Moderna, foram lançados os Ideários Olímpicos por meio de carta, os quais seriam:

1. Promover o desenvolvimento das qualidades físicas e morais que são a base do esporte;
2. Educar a juventude através do espírito esportivo para um melhor entendimento e amizade entre os povos, ajudando a construir um mundo melhor e mais pacífico;
3. Espalhar os princípios olímpicos pelo mundo, criando a amizade internacional;
4. Unir os atletas do mundo a cada quatro anos em um grande festival esportivo, Os Jogos Olímpicos.

É notável que o espírito esportivo olímpico tinha como objetiva uma espécie de transformação do indivíduo por meio do esporte, para que ele se elevasse a um outro patamar enquanto ser humano.

Apesar de nobre os objetivos, por obvio que a ascendente economia capitalista se utilizou do esporte para fins alheios aos iniciais. Os governos e governadores perceberam que seria ideal a utilização desses princípios esportivos para seu próprio benefício, criando uma espécie de valorização internacional dos Estados e de seus regimes políticos-ideológicos.

Um dos períodos históricos mais expressivos que remetem à utilização do esporte para fins políticos foi o das Olimpíadas de Berlim em 1936 o qual a ideologia nazista se utilizou. O nazismo surge como um movimento de extrema direita que tenta dar uma resposta a Revolução Bolchevique na Rússia em 1917, tendo como características, assim como o fascismo de origem Italiana, o nacionalismo, a xenofobia, pregavam a violência, em especial militar e policial, sendo totalmente contra o liberalismo, a democracia, o proletariado e os socialistas, características essas que podemos encontrar quase que na integralidade em nossa sociedade contemporânea nos últimos anos. Durante os jogos, o Estado nazista se utilizou em todos os momentos para enaltecer a sua nação e sua ideologia, sempre impondo força e poder, com o intuito de demonstrar para todas as outras nações sua suposta superioridade enquanto potência.

O esporte foi então inaugurado como uma arma ideológica que seria utilizada por diversas outras vezes, o que ocorreu logo em seguida na história da humanidade na conhecida como Guerra Fria, na qual Estados Unidos e a então extinta União Soviética cada qual tentando demonstrar sua superioridade em todas as competições, em especial nos jogos Olímpicos que se seguiram, sendo que para Sigoli:

O uso político do esporte esteve submetido às relações interestatais do Sistema Internacional, as ações visavam manter o equilíbrio de poder, evitando a possibilidade constante de guerra. O Esporte foi usado em ações estratégicas e em propagandas políticas dos países e seus regimes de governo. Na década de 80, o esporte foi inserido, definitivamente, no sistema econômico mundial e passou a ser um mecanismo financeiro sob influência das corporações transnacionais. (SIGOLI, 2004, p. 8)

Para o autor, o esporte adentrou o espaço Estatal, internacionalizando-se com um foco específico nas relações de poder e sua manutenção dentro da perspectiva de equilíbrio do planeta, bem como utilizado como meio de propaganda destes e de suas ideologias, porém a partir da década de 1980 existe uma financeirização deste, fazendo parte definitiva do capitalismo e sendo incorporado por ele.

Aqui no Brasil, como já mencionado anteriormente, um momento histórico em que o futebol foi utilizado politicamente sem dúvidas foi no Regime Militar já que o esporte era um dos maiores símbolos culturais. Para Gonçalves (2016, p. 45) “este foi utilizado como instrumento de capitalização de apoio político, em prol dos projetos nacionalistas do Estado.”

Não pretendemos com esse texto chegar a um denominador comum e estabelecer parâmetros para uma sociologia do esporte crítica, mas sim desenvolver melhor o assunto e trazer a luz fatos ocorridos diante da história brasileira, isso pelo fato de existir em torno dessa ramo da sociologia uma diversidade quase que infinita de debates acerca da afetação do esporte sobre a sociedade, porém devemos levar em conta que essa diversidade constrói um debate e cria o conhecimento em torno dos temas, sendo salutar fazer essa análise para que compreendamos a necessidade de tal diversidade, não havendo um verdade absoluta em torno do tema, entretanto, devemos estabelecer e deixar muito bem delimitado que nesse momento, estamos abordando a sociologia do esporte e mais especificamente o esporte ligado a política como uma forma abstrata de tomada e manutenção do poder por uma ideologia específica afim de criar e propaga-la, em especial no interior do senso comum.

Devemos ter em mente que o futebol como esporte que o conhecemos, nasce no interior de uma sociedade elitizada, ainda em meados do século 19 as escolas das elites de São Paulo e do Rio de Janeiro iniciam a implantação do futebol como recreação aos alunos. Já no século posterior, surge o primeiro clube organizado, após uma forte popularização desse esporte entre a elite cafeeira. Fundando em 1903 a Associação Atlética Ponte Preta, porém ao longo do tempo o esporte se popularizou e adentrou todas as classes se tornando um dos mais famosos do país. A partir desse momento o futebol se desenvolveu cada vez mais, se financeirizando e internacionalizando, em especial com grandes competições mundiais criadas, desde seleções até mesmo mundiais de clubes. Por ser um esporte de fácil apreensão e com não muitas regras rapidamente se torna massivo em diversos pontos do planeta.

Com o que foi argumentado até aqui podemos concluir que o futebol é utilizado como uma forma imagética que se torna diretamente um campo das ciências sociais de forma geral, sendo possível este de construir e transformar de forma profunda toda a sociedade, existe um universo ligado a esse esporte, o que cria um campo específico de estudo destas ciências, podendo ser tema da ciência política, antropologia e sociologia. O futebol como parte da cultura se envolve no cotidiano, na vida dos indivíduos, sendo que para Huizinga (2018, p. 12) “o jogo é uma função da vida, mas não é passível de definição exata em termos

lógicos, biológicos ou estéticos”, ou seja, é passível de entendermos que se estabelece como uma função social com o intuito de criar significados a uma parcela da sociedade, indo o autor além, pois para ele “trata-se de uma evasão da vida “real” para uma esfera temporária de atividade com orientação própria”. O esporte faz parte da cultura, lembrando aqui que essa pesquisa se destina ao entendimento de um esporte específico, que seja o futebol, tendo como recorte o time do Palmeiras e as relações políticas que envolveram diversos fatos do ano de 2018, entretanto ele também pode se tornar um fardo à medida que é utilizado como uma ferramenta que constrói no imaginário de uma grande parcela da população formas de dominação política e social. Diante desse raciocínio, para Araújo:

Saber a representação social do futebol no imaginário coletivo pode dizer muito sobre o que uma sociedade pensa de si mesma e como ela se vê inserida em processos sócio-econômicos mais amplos. O futebol sofreu inúmeras transformações ao longo da história, tanto no que diz respeito ao preparo físico, quanto ao uso de tecnologias e apropriação econômica e financeira. No entanto, sua representação simbólica e significação cultural não se abalam frente a essa nova realidade. (ARAÚJO, 2010, p. 2)

Apesar de fortes transformações, tanto na área física, se tornando um esporte de alto rendimento, como também em sua parte financeira, já que com sua popularização e proliferação no planeta o esporte futebol se transformou em um mercado milionário em diversos países, como é o caso do Brasil que “exporta” atletas para diversos clubes em todo o mundo ainda assim sua influência sobre a sociedade permanece, ou até mesmo aumentou com o passar dos tempos. O futebol é um mercado de valores astronômicos, relacionadas a diversos âmbitos da vida dos indivíduos, desde vestimenta, alimentação, lazer e cultura, e necessariamente política.

O futebol como uma construção histórica permeia os indivíduos desde seu nascimento, criando identidades culturais e influenciando de forma direta a cultura do brasileiro médio de forma direta. Uma das melhores análises acerca do futebol parte de Wisnik, afirmando que tal esporte pode servir tanto ao bem quanto ao mal, sendo que se tornou uma forma universal na cultura para a compreensão do cotidiano e o tempo se disseminando em diversas regiões da sociabilidade e da socialização, como a música, a literatura entre outras, para o autor:

O fenômeno geral tem sido objeto de uma bibliografia crescente, que não deixa de proliferar também na forma das inumeráveis “culturas” que Eagleton acusa: as situações raciais, de gênero, os interesses econômicos localizados, as implicações políticas, o hooliganismo, o futebol multirracial da França, o futebol como o único lugar em que a União Euro peia se realiza, o futebol feminino, o africano, o asiático, o futebol e a violência, o sexo, a propaganda, a moda, a espetacularização generalizada etc. Nesse conjunto, a participação brasileira é ainda magra, e com parece mais com estudos sociológicos, históricos e biográficos do que com ensaios culturais interpretativos e literários, mais frequentes, por exemplo, em língua espanhola. (WISNIK, 2013, p. 18)

Apesar de o Brasil ainda não possuir uma vasta literatura ligada ao esporte, depreende-se que o “fenômeno geral” está fortemente presente no cotidiano do brasileiro. O futebol é um espetáculo cultural que atrai grande parte da população, é um esporte de fácil compreensão presente no cotidiano e que em teoria seria uma forma de relaxamento ou distanciamento daquele cotidiano o qual é tão pesado e oneroso ao ombro em especial do trabalhador proletário, e é nesse contexto, criando um norte ou um sentido a vida de parcela significativa da sociedade que este influência de forma pesada estes, adentrando aos lares os conteúdos sem que se perceba. Dentro dessa perspectiva, a política se apropria da abrangência com que o esporte toma e infiltra suas ideias com objetivo claro de tomada de poder e/ou sua manutenção.

É claro aqui que o futebol como esporte e como força política permeia de forma intensa toda a teia das relações sociais no país. As atenções voltadas para as partidas e para os campeonatos é quase que geral diante dos brasileiros, mesmo que digam não entender ou não gostar muito do esporte, em algum momento perpassa por sua existência a torcida ou o acompanhar de uma partida ou campeonato desse esporte tão arraigado no cotidiano do brasileiro. É uma cultura presa em uma identidade nacional, é dele, o esporte que nascem heróis e vilões, ídolos e odiados, hábitos, costumes e gírias, bem como gostos políticos por determinada influência. Para Franco Júnior (2007) é comum o brasileiro possuir uma memória futebolística perfeita e não se lembrar de informações básicas de sua própria memória histórica como nação, havendo a colaboração diária dos veículos de comunicação já que perpetuam essa memória futebolística a todo o momento, criando no imaginário coletivo uma percepção de realidade histórica nesses indivíduos.

As relações sociais, tendo como perspectiva de esporte são complexas, fazendo parte de uma cultura específica brasileira, com muitas peculiaridades que não são encontradas em nenhum outro local. Ainda pela perspectiva de Franco (2007), é necessário compreender essas relações de uma forma mais próxima, porém totalizante, pensando “o futebol como fenômeno cultural total”. O autor vai além, tremenda a importância do futebol no papel social do brasileiro, e de sua cultura de uma forma geral, este é desnudado como uma experiência humana que é totalizando e fruto de um fenômeno simbólico em nossa modernidade, sendo o “futebol é metáfora de cada um dos planos essenciais do viver humano nas condições históricas e existenciais das últimas décadas”.

Sem exageros, o futebol é o esporte mais importante para a cultura e o desenvolvimento da sociedade brasileira, interferindo e influenciando diversas condições de vida, em especial do cidadão médio.

Em uma análise muito hábil, Franco Júnior (2007) em sua “dança dos deuses” não tem nenhuma perspectiva de transformar o futebol em um romance e criar um altar para o esporte, ao invés disso fica muito explícito que nem jogadores e nem o próprio jogo são tidos como sagradas. Elabora uma análise muito lúcida acerca do tema, desde a sua criação, deixando claro que tinha como objetivo principal na Inglaterra um “cristianismo atlético”

nas universidades, com uma forte concepção “pedagógica que pretendia desenvolver a fibra moral da elite britânica destinada a governar regiões longínquas e inóspitas, plena de súditos hostis e pouco civilizados”.

Um ponto essencial é da compreensão dessa desmitificação do esporte exposta por Franco Júnior (2007), tema que não deixa de fora nem mesmo o jogador Edson Arantes do Nascimento (Pelé). É interessante que se faça o debate acerca do tema utilizando-se um historiador como apoio para compreendermos melhor diversas perspectivas culturais, e é nesse momento em que segundo o autor “Pelé, segundo relatam amigos dele, ‘acredita ser um deus tanto dentro como fora dos gramados’”, ou seja, existe um deboche acerca dessa fala, já que de forma clara o então jogador acredita ser quase que um ser messiânico, fazendo ligações com a mitologia até então deixada para trás e é nesse contexto em que o então Pelé, se torna o “Rei”, aquele que representava na história os deuses na Terra.

O futebol de uma forma geral é tão presente na sociedade brasileira e em sua cultura, que faz parte até mesmo da religião. O que seria uma heresia em outras culturas, aqui é ligado a uma divindade do esporte por meio do imaginário da população. Os estádios são tidos como templos de deuses travestidos por homens e as roupas vestidas por eles são os “mantos sagrados”. Ainda para Franco Júnior (2007, p. 44) “em torno a cada divindade futebolística desenvolve-se uma seita”, ou seja, podemos encontrar diversas torcidas organizadas que se travestem em efetivas seitas que lutam por aquilo que acreditam e muitas vezes dão a vida por ela. O futebol possui uma estrutura de símbolos, os quais permitem a constituição de diversos deuses em meio aos homens, porém quase sempre com a mitologia da principalidade de um deles como soberanos, o que é buscado em diversos momentos da história até os dias atuais.

Apesar de podermos afirmar a influência que o futebol possui na cultura brasileira, de forma positiva e de construção de uma identidade, se faz necessário pensar este em sua forma essencial apresentada. É também fruto de uma forma de alienação e construção de uma perspectiva comercial que acaba por deixar de lado sua essência e passa a constituir lutas políticas e econômicas diante da transformação dos jogadores em bens e o esporte em si em negócio articulado por cartolas mundo a fora, o que não fica de fora da análise de Franco Júnior (2007, p. 53) quando que “a mentalidade liberal e mercantil transformou o futebol em negócio mundial”, fazendo com que as relações comerciais do capital escale uma seleção ou um time, e defina, ainda que por vezes cercadas de brigas, horários de transmissões do esporte nas televisões.

Franco Júnior (2007) é um torcedor, porém que elabora sua análise devidamente como um historiador, membro de uma academia científica que é, elaborando as devidas análises, com suas comparações nos momentos históricos impecáveis, como no caso da derrota do Brasil pela Argentina na copa de 1990 quando faz o retrato da defesa brasileira advinda de times europeus comparativamente com o governo Fernando Collor que realiza a abertura do mercado interno para os produtos exteriores de forma desorganizada. Claro

que é demasiado complicado realizar a comparação ou chegar a conseguir elaborar uma ligação de forma direta a organização da seleção enquanto time e das políticas externas do Governo brasileiro, porém depois de tudo o que foi apresentado, há como ao menos pensar nessa possibilidade de interferência político ideológico nas organizações e instituições, até mesmo por podermos notar a interferência política que existiu e ainda existe na antiga CBD e a atual Confederação Brasileira de Futebol (CBF), havendo ligações políticas-ideológicas diretas entre as instituições.

Outro autor que possui forte influência no entendimento do futebol como fator alienador sobre a sociedade é Wisnik (2008), em sua obra “Veneno Remédio: o futebol e o Brasil”, na qual ele discorre em quatro partes acerca da relação do futebol com a sociedade brasileira, começando por sua própria história, passando por diversos aspectos externos do esporte e na terceira parte toda a história deste e do desenvolvimento de um estilo brasileiro, findando sua obra talvez na parte mais importante e acadêmica, expondo diversos autores, porém sem deixar de lado a literatura, elaborando comparativos como por exemplo entre Machado de Assis e Pelé, conforme apresenta:

Com paro Machado de Assis a Pelé, assim, não por que sejam semelhantes como personalidades ou estilos, mas por que têm aquela similitude dos opostos complementares: além de todas as diferenças óbvias implicadas nos campos da literatura e do futebol, o foco de um ilumina o cerne da nossa incapacidade de escapar ao retorno vicioso do mesmo, e o do outro a nossa capacidade de invenção lúdica e a extraordinária potência da nossa promessa de felicidade. O que os une é a afirmação, na negatividade e na positividade, da consciência fulminante e da intuição em ato, assim como a capacidade de fazer o país saltar aos nossos olhos como melhor do que ele mesmo. (WISNIK, 2008, p. 406)

É notória sua percepção de que ambos, literatura e esporte nesse caso estão representando perspectivas, fazendo com que o país se demonstre em suas concepções. Nesse caso, o esporte esconde algo que não deseja que seja visto, transformando algo triste em felicidade, porém de modo disfarçado, por isso o nome dado ao livro. Ao mesmo tempo em que se torna um veneno, diante dessa dubiedade também se torna o remédio, porém em uma perspectiva muito específica. Para o autor o futebol é uma espécie de paradoxo ligado a nossa colonização e constituição enquanto Estado, íntimo a escravidão. É uma forma de penetrar e superar o que ele chama de “fraturas traumáticas”, porém como forma de fuga da realidade conforme exposto em:

No caso específico do futebol: uma reserva coletiva inesgotável de futebol criativo nas mãos de dirigentes que a dilapidam em benefício próprio; uma cultura notável pelo seu alcance inventivo, que germina na incultura; um gigantesco deslocamento das energias produtivas para a esfera lúdica, que só retorna sobre as outras áreas da vida como produção de ilusão fugaz, deixando os problemas intocados. (WISNIK, 2008, p. 418)

Nesse contexto é interessante ressaltarmos a necessidade do futebol como presente em um contexto social e cultural, do qual faz parte a influência de forma direta. O jogo, ou o aqui o futebol, antes mais nada, segundo Huizinga (2014, p. 23) é “uma forma específica de atividade, como “forma significante”, como função social” a qual de uma forma ou de outra afeta a vida de todos, em especial pensando a sociedade contemporânea e seu desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação. Ainda para o autor, e importante ressaltar:

É no mito e no culto que têm origem as grandes forças instintivas da vida civilizada: o direito e a ordem, o comércio e o lucro, a indústria e a arte, a poesia, a sabedoria e a ciência. Todas elas têm suas raízes no solo primevo do jogo. (HUIZINGA, 2014, p. 7)

É importante notarmos a influência presente entre a questão cultural do jogar ou aqui do futebol e sua intrínseca relação com toda a sociedade, conforme demonstrado por Huizinga (2014) e Wisnik (2008).

Wisnik (2008) demonstra a todo momento as relações ambivalentes e dialéticas entre futebol e sociedade, baseando em Flusser apresenta uma interrelação entre a perspectiva de classe e sua alienação por parte do futebol, sendo:

Nesse amplo conjunto temporal, em que a realidade pode ser entendida como “o processo histórico objetivo” envolvendo a dominação, o futebol faria parte, segundo Flusser, de uma “alienação enquadrada”, ou, se quisermos, de uma espécie de alienação ao quadrado, algo mais próximo do “não-espírito de um mundo sem espírito” (de que já falamos). Cá, no entanto, onde a alienação é mais profunda (“o brasileiro alienou-se de sua realidade e de si próprio por que não conseguiu firmar-se e abrigar-se em nada, por que não é tomado de movimento histórico”), o futebol ganha um estatuto “ontologicamente diferente do futebol europeu”. Nessa forma de alienação não enquadrada, mas “exilada”, o futebol acaba por constituir-se segundo Flusser numa fuga paradoxal, num exílio do exílio que se transforma em realidade absorvente e transbordante para toda a vida social. Na visão de Flusser, não se trataria, assim, de uma simples operação de fuga à realidade, que faz esquecer-la, mas da construção de uma realidade própria, na falta dela: “se o prole tá rio se realiza existencialmente no futebol, de forma que tal realização extra vase as fronteiras do futebol e invade todos os campos e dê sentido à sua vida, como negar-lhe realidade? E como falar em alienação no caso?”. Em outros termos, não se trataria de um avesso alienado do trabalho alienado, mas de um avesso do avesso que, em vez de retornar ao ponto de partida, instaura uma dimensão lúdica autônoma e irradiante, que é realidade: “a alienação que propela o proletário rumo ao futebol dá um salto qualitativo e resulta em verdadeiro engajamento”. (WISNIK, 2008, p. 176)

É nessa visão que o futebol como instrumento é propulsor de uma visão alienante de mundo, muito direcionado a uma classe muito específica, que seja o proletário. Outrossim vale ressaltar aqui que nessa perspectiva não existe uma alteração da realidade existente, mas sim a criação de toda uma nova, ou uma realidade toda própria. Apesar dessa perspectiva crítica acerca do futebol, não podemos, e não devemos afirmar que

essa perspectiva paradoxal é totalizante, mas que sim cria uma realidade alternativa diante do lúdico de forma negativa, levando o indivíduo a se tornar uma massa de manobra direcionada, em especial aqui ao poder político e à elite política do país.

De uma forma geral o futebol se tornou uma arma a ser utilizada ao longo da história por diversos regimes políticos que passaram desde o Palácio do Catete até o Palácio do Planalto e suas casas Legislativas. Suas perspectivas populares fazem com que a utilização por parte de governantes seja vista como uma forma de aproximação do popular. Não podemos reduzir a uma simplificação, já que as relações são bidirecionais, já que em diversos momentos as atitudes e direcionamentos políticos partem de dentro dos próprios times e instituições ligadas ao esporte, conforme demonstrado anteriormente com relação a CBF e a antiga CDB, sendo, portanto, as relações muito mais complexas e estruturadas.

Podemos perceber que existe uma íntima relação entre o esporte, e aqui mais especificamente o futebol e a política, sendo utilizado primeiro, como propagando e ferramenta aparelhada ao Estado em diversos momentos, bem como articulando ao senso comum posições políticas ideológicas para a formação de uma espécie de consenso para a estruturação de uma concepção de Estado ultraconservador no caso de nossos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a utilização do esporte como ferramenta política não é recente, porém com o desenvolvimento dos meios de comunicação e as transformações tecnológicas que revolucionaram a forma de vida e conseqüentemente a sociedade de forma geral, essa utilização também se desdobrou em muitas formas, em especial na atualidade com a velocidade da informação fornecida pela internet.

No Brasil, o futebol faz parte de um mercado que movimenta valores astronômicos, estando presente na vida de praticamente toda a população, de forma direta ou indireta afetando mesmo aqueles que dizem não gostar do esporte fazendo com que possamos afirmar que existe uma espetacularização comercial do esporte, adentrando todos os lares e influenciando todas as áreas, inclusive a política, segundo Mejía (2018), “El deporte es una empresa cuyo objetivo fundamental es producir un espectáculo, cotidiano, masivo, mundial y crecientemente rentable”, confirmando que o esporte é utilizado em especial para a produção de um espetáculo, porém se faz necessário entendermos que por detrás deste existem objetivos que atingem diretamente o cidadão médio e o transforma, criando direcionamentos sociais.

O esporte ou o futebol enquanto utilizado de forma a alienar o indivíduo não trará nada de bom consigo, tendo em vista que não irá transformá-lo, mas esconder o que necessariamente deveria ser observado. Essa forma de utilização do esporte tende a ser a mais utilizada, inclusive e em especial pela política que vê em especial nos esportes mais famosos uma forma de alcançar os indivíduos e os atingir para que possam pensar em um sentido muito específico e angariam o poder para si.

Em certa medida podemos concluir que o esporte de forma geral sempre foi utilizado na história pela política, não importando a ideologia que se aplica, mas que com o intuito de atingimento de massas. Podemos observar o esporte como uma forma de articulações política, tendo em vista a sua incidência em grande parte da sociedade desde os primórdios da humanidade, seja no interior do coliseu e seus desdobramentos histórico, seja nos estádios brasileiros e sua amplitude diante dos desenvolvimentos tecnológicos e televisivos, alcançado uma parcela considerável da população.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARAÚJO, Rogério Bianchi de. **Futebol e política continuam a caminhar juntos**. In: XXXIV Encontro anual da ANPOCS. Caxambú – MG: Outubro, 2010.

ARAÚJO, Wecio Pinheiro. Estado, ideologia e capital no Brasil contemporâneo: contradições do lulismo e surgimento do bolsonarismo. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, n. 13, p. 13-32, 2019.

BINDER, D. **“Olimpism” Revisited as context for global education: Implications for Physical Education**. *Quest*, 53, 14-34, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Do fascismo à democracia: os regimes, as ideologias, os personagens e as culturas políticas**. Campus/Elsevier, 2008.

BRACHT, V. **Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução**. Vitória, UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.

CALDAS, Waldenyr. **Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro**. *Revista USP*, n. 22, p. 40-49, 1994.

CHASIN, José. **Sobre o conceito de totalitarismo**. *Temas de Ciências Humanas*, v. 1, p. 121-134, 1977.

DA MATTA, Roberto. **Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol brasileiro**. *Revista USP*, São Paulo, (dossiê futebol), nº 22, jun/ju;/ago de 1994. <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26954>.

DAMATTA, Roberto (org.) **O Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1982.

DE TOLEDO, Luiz Henrique. **Lógicas no futebol**. 2000. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DE TOLEDO, Luiz Henrique. Por que xingam os torcedores de futebol?. **Cadernos de Campo (São Paulo, 1991)**, v. 3, n. 3, p. 20-29, 1993.

FIGUEIREDO, Danilo José. **USO POLÍTICO DO ESPORTE: O CASO DA COPA DO MUNDO DO BRASIL**. *Revista Acadêmica Faculdade Anglo*, n. 1, 2014.

FILHO, Aluizio Alves. **A ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Revista Comum, 2000.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura. **São Paulo: Companhia das Letras**, p. 349, 2007.

GASTALDO, Édison. **Futebol e sociabilidade: apontamentos sobre as relações jocosas futebolísticas**. Esporte e Sociedade, v. 3, 2006.

Gonçalves, Lucas Toledo. **Futebol e ditadura na América do Sul: representações do uso político do esporte na série Memórias do Chumbo - O futebol nos tempos do condor (Brasil, 1964-1978)** – 2016.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HUIZINGA, Johan; **Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura**. Trad. João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 2018 – 8º ed. (Estudos / dirigida por J. Guinsburg).

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciências sociais: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, p. 76, 2007.

MEJÍA, Eloy Altuve. **El papel del deporte en la irrupción fascista en Brasil: narrativa desde y con la campaña de Bolsonaro**; The role of sport in the fascist irruption in Brazil: narrative from and with the Bolsonaro campaign. **Revista FAIA**, v. 7, n. 31, p. 3, 2018.

NEUMANN, Franz. **Estado democrático e Estado autoritário**. Zahar, 1969.

RATTON, José Luiz; DE MORAIS, Jorge Ventura. **Futebol e sociedade no mundo contemporâneo: visões das ciências sociais**. Revista de Ciências Sociais, v. 42, n. 1, p. 8-10, 2011.

SEGRILLO, Angelo. **O Fascismo como “totalizante”: uma (herética) tentativa de inflexão marxista em um conceito eminentemente liberal**. Revista Intellector-ISSN 1807-1260-CENEGRI, v. 2, n. 04, p. 01-11, 2006.

SIGOLI, Mário A.; JUNIOR, Dante de R. **A história do uso político do esporte**. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 12, n. 2, p. 111-120, 2008.

Thompson, John. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

WISNIK, José Miguel. **Veneno remédio—o futebol e o Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2013.

EDUCAÇÃO FÍSICA E O ENSINO MÉDIO: O FUTEBOL AMERICANO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICO-SUPERADORA

Data de aceite: 02/05/2024

Orley Olavo Filemon

Professor Doutor em Educação/professor do curso de Educação Física, pela Universidade Estadual de Goiás, campus Metropolitanos/Eseffego. Pesquisa sobre Políticas Públicas

o estreitamento do diálogo entre Educação Física e Ensino Médio integral.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte; Futebol Americano; Ensino Médio; Educação Física Escolar; Abordagem Crítico-Superadora.

RESUMO: Busca-se neste artigo, discutir a potência formativa do Esporte no Ensino Médio. Discute-se, a partir da proposição de uma unidade temática organizada segundo os fundamentos da abordagem Crítico Superadora, o Futebol Americano como linguagem que revela alguns determinantes histórico-culturais do circuito de ocidentalização. **Desenvolvimento:** O trabalho foi organizado em dois tópicos: no primeiro busca-se apresentar o Futebol Americano como elemento cultural. No segundo momento, pela mediação de uma unidade temática, discute-se a modalidade como possibilidade de ressignificação da Educação Física no Ensino Médio. **Considerações finais:** O Futebol Americano organizado segundo as particularidades do novo Ensino Médio, isto é, ressignificado a partir da abordagem Crítico-Superadora, por exemplo, permite

INTRODUÇÃO

Conforme Betti (1999) e Darido (2004), há um predomínio do esporte enquanto componente curricular na Educação Física escolar. Em complemento à essa conclusão pode-se afirmar que o trato desse elemento normalmente é recortado por um viés altamente reducionista. Prevalece o ensino do vulgo “quarteto fantástico” (futebol, voleibol, handebol e basquetebol). Qualquer dos quatro, quando muito, é pensado praticamente em uma perspectiva conteudista (histórico, regra, técnica e quando muito tática).

Não há qualquer menção ao esporte como artefato sócio-histórico que sintetiza e expressa cultura. A linguagem esportiva é reduzida a conteúdo de ensino, isto é, enquadrada no velho e enfadonho eixo transmissão/assimilação, acrítico

e anacrônico. Ainda sobrevivem em larga escala e com muita força os modelos técnico/instrumentais dos anos 1960, que tornaram-se pilar da Educação Física escolar brasileira entre os anos 1970 e final dos 1980. Tanto é verdade que a denúncia de 1992 pode tranquilamente ser reeditada sem provocar qualquer estranhamento duas décadas mais tarde, conforme se apreende em Soares *et al* (2012.) “O esporte é um forte integrante cultural de nossa sociedade, e a partir do momento que foi inserido na escola, sempre teve grande influência na Educação Física escolar, inclusive sendo inúmeras vezes praticamente o único conteúdo ministrado nesta disciplina.”

Especialmente no Ensino Médio, o esporte permanece pedagogicamente organizado como objeto de consumo. O que prevalece ainda é o esporte “na” escola, isto é a transposição acrítica do fenômeno esportivo para o ambiente escolar, tal qual anunciado ainda no final do século XX. “O esporte é selecionado porque possibilita o exercício do alto rendimento e, por isso, as modalidades esportivas selecionadas são geralmente as mais conhecidas e que desfrutam de prestígio social, como por exemplo, voleibol, basquetebol etc.” (SOARES *et al*. 1992, p. 37-38).

A despeito de todo o conjunto teórico/metodológico que vem sendo acumulado dos anos 1980 em diante e dos diversos marcos legais que desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) apontam para uma perspectiva de Educação Física formativa e não apenas instrutiva, o esporte continua sendo pensado a partir dos limites da diretividade pragmática (teoria X prática) ou da não diretividade. Normalmente é entregue às turmas do Ensino Médio sem qualquer trato pedagógico.

A grande maioria das experiências pedagógicas, ao invés de explorarem o esporte em suas diversas dimensões, inclusive em sua potência heurística, o que significa pensá-lo de forma problematizadora, isto é, como fenômeno que expressa determinantes políticos, econômicos e sociais e carrega diversas representações e significações, permanecem acalentando um passado que teve sua importância histórica, especialmente para a legitimação da Educação Física no interior do ambiente escolar, mas que além de estabelecerem um diálogo extremamente limitado com as diretrizes que apontam para a necessidade de ressignificação do Ensino Médio, ainda mantêm afastada a Componente curricular dos novos paradigmas de formação ou de educação integral. Um problema para a legitimação dela no Ensino Médio.

Sem ter qualquer pretensão de soar como receituário de como fazer, tendo em vista que procedimentos dessa natureza não se fazem necessários, haja vista o crescente volume de produções e relatos de experiência apontando caminhos para o reencontro entre Educação Física e Cultura Corporal, esse artigo surge da experiência vivida no Estágio Supervisionado II (Ensino Médio) do curso de Educação Física da UEG/Eseffego, com o intuito de discutir o potencial formativo do esporte, isto é, o esporte como trabalho, ciência e cultura. Por meio do diálogo com uma unidade temática que tem o Futebol Americano como mediação, busca-se discutir o esporte como síntese histórica, como potência de

conhecimento que se efetiva pela Cultura Corporal. Ressaltamos que este trabalho é resultado de um projeto de ensino, que foi desenvolvido no Estágio Obrigatório do curso de Educação Física, que buscou abranger a Cultura Corporal no seu aspecto Sociocultural. Pode-se dizer que todo percurso metodológico foi a pesquisa aplicada, pois, toda metodologia e conteúdo desenvolvido foram produzidos a partir de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

O FUTEBOL AMERICANO COMO SÍNTESE HISTÓRICO-CULTURAL

Considerando a dinâmica de seleção e organização do trabalho pedagógico em Educação Física no Ensino Médio no Brasil, um elemento da cultura corporal esportiva como o Futebol Americano dificilmente é incluído. É simplesmente ignorado de pronto, em função de fatores os mais diversos, tais como falta de familiaridade docente com a temática, falta de espaço e materiais apropriados e até preconceito. Quando incluído por motivos muito particulares de uma escola ou outra, é discutido na perspectiva do conteúdo com valor em si. Apresentado como produto para ser consumido segundo a linguagem burocrática do ensino/aprendizagem, teoria e prática. Normalmente, uma breve passagem pela história da modalidade, incluindo aí o modo como foi trazido para o Brasil e o aprendizado das regras, como elementos da teoria, e depois, de modo totalmente descontextualizado, a prática pela prática, apenas como forma de domínio da técnica de jogar ou aprender a jogar o Futebol Americano.

Diferentemente dessa perspectiva, o que se propõe neste trabalho é a discussão a partir de um esforço de construção de uma proposta de organização do trabalho pedagógico, que concebe o Futebol Americano como linguagem, isto é, como mediação explicativa de um dado circuito histórico-cultural.

O Futebol Americano compõe o conjunto das modalidades esportivas sistematizadas pelo eixo anglo-americano, expressam, portanto, um momento do ciclo de ocidentalização dos jogos ou das práticas corporais. Conforme (MORALES JÚNIOR; MARQUES, 2016) a modalidade é uma variação ou derivação do Rugby inglês. O intercâmbio político-econômico entre Inglaterra e EUA e o modo como os americanos historicamente se apropriaram da cultura inglesa permite compreender o Futebol Americano como a ressignificação do Rugby.

Nas escolas americanas o Rugby é apropriado por ressignificação. O esporte é assimilado, mas pela mediação de processos culturais específicos da comunidade ou grupo que lhe acolhe. Trata-se de um processo de recodificação muito comum nas situações de intersecção culturais. No caso da cultura corporal por exemplo, o jogo, a brincadeira ou esporte guardam os elementos de sua essência, mas de modo adaptado ao padrão cultural local. Conforme Costa, Bueno e Rodrigues (2017, p. 2) o Futebol Americano “por meio do Rugby [...] sofreu modificações e adaptações ao longo da sua história até o formato atual, mas mantendo a característica de ser um esporte de “conquista” de território, de contato físico e de caráter coletivo”.

A análise de Morales Júnior (2018) acerca do Futebol Americano no Brasil assenta-se nessa compreensão.

É possível identificar como o efeito de apropriação proposto por Bourdieu (1990) contribuiu para o surgimento de uma prática ressignificada de FA no Brasil, semelhante ao relatado com a transformação do Rugby em FA. As condições objetivas com relação às dificuldades de importação de equipamentos, falta de espaços específicos para prática e o pouco domínio nas técnicas envolvidas na modalidade, fizeram com que o grupo praticante adaptasse a prática para algo que fizesse parte de seu *habitus*. Como por exemplo, utilização dos espaços esportivos no litoral voltados para a prática do *beach soccer* e a não utilização do contato físico vigoroso característico do FA profissional dos EUA (MORALES JÚNIOR, 2018, p. 38, grifo do autor).

A transformação do Rugby no Futebol Americano se dá principalmente a partir da racionalização do jogo, no qual Walter Camp é considerado o responsável por em meados da década de 1880 ter organizado e sistematizado as regras, as táticas, as estratégias de jogo que hoje (apesar de algumas mudanças) fazem parte do Futebol Americano que conhecemos (DUARTE, 2004; MORALES JÚNIOR; MARQUES, 2016; RODRIGUES *et al.*, 2014). Todavia, vale a ressalva que não podemos atribuir a Walter Camp o mérito de ter “inventado” o Futebol Americano – como às vezes encontramos na literatura – pensar desta forma é desconsiderar toda a constituição histórica do esporte, dado que seu surgimento é resultante de vínculos culturais. Portanto, o Futebol Americano não foi inventado por uma pessoa ou um grupo, mas sim construído por meio de relações socioculturais.

Na hodiernidade, alguns autores (COSTA; BUENO; RODRIGUES, 2017; RODRIGUES *et al.*, 2014) apontam que o Futebol Americano vem tendo um aumento exponencial de sua popularidade no Brasil. Entretanto, essa colocação precisa ser melhor esclarecida. Esse aumento do esporte em nosso país se deu apenas em uma dimensão elitizada, não atingiu todas as camadas sociais. O Futebol Americano ainda é uma realidade distante do universo escolar, por exemplo. Sendo assim, a sua expansão no Brasil é limitada àqueles que possuem um maior capital econômico para acompanhar a modalidade através de canais televisivos fechados. Já em relação a sua prática, apesar do crescimento de praticantes nos últimos anos, ainda não podemos falar que é uma modalidade esportiva influente e popularizada, pois é bem restrita a certos grupos e regiões do país e se organiza amadoristicamente.

Nesse sentido, poderia se afirmar que não faz muito sentido trabalhar o Futebol Americano em aulas de Educação Física no Brasil. Contudo, o fato de a modalidade expressar códigos, simbologias e valores de um sistema cultural faz-se necessário conhecê-lo. Conhecer o Futebol Americano é apreender o circuito histórico-cultural de um dos principais projetos sistemas rnr aulas de Educação Física escolar, posto que ele é um esporte que não tem ainda tanta expressividade na sociedade brasileira por causa da sua base elitizante. Então, é imperioso explorarmos o Futebol Americano na escola pública, pois só assim os alunos da classe proletária poderão ter conhecimento e acesso ao esporte.

Em virtude disso, surge outra questão: por que o Futebol Americano não está sendo ensinado nas aulas de Educação Física escolar? Não temos uma resposta peremptória para tal problemática, no entanto acreditamos, a partir de alguns pressupostos, que existe pelo menos dois motivos principais que contribuem para o Futebol Americano não estar sendo inserido nas aulas Educação Física escolar.

Um primeiro motivo, acreditamos ser o fato do Futebol Americano ser um esporte que à primeira vista parece ser muito complexo, cheio de detalhes e regras muito específicas, um jogo muito estratégico e tático, somando com isso, quase nenhum curso de graduação de Educação Física oferta esse tipo de modalidade esportiva, assim, os professores normalmente não se sentem capacitados para ensinar este esporte como também acontece com outras modalidades esportivas não convencionais ou outros conteúdos da Educação Física.

Outro motivo pode ser a questão de o Futebol Americano ser um esporte praticado em um campo específico demarcado por jardas, possuir um gol diferenciado (poste Y), por ser jogado com uma bola específica (bola oval), precisar de aparelhos de proteção, etc., elementos estes que não há nas escolas. Todavia, isso também não pode ser argumento para não trabalhar com este esporte nas aulas, dado que como nos coloca Soares *et al* (2012) devemos trabalhar com o esporte da escola e não reproduzirmos o esporte na escola. Neste sentido, devemos adaptar, recriar o esporte que vamos ensinar de acordo com a realidade da escola e dos educandos.

O Futebol Americano pode ser compreendido como o fio de Ariadne para reflexionarmos sobre uma modalidade que surgiu como apropriação/ressignificação do Rugby. Suas características, regras, normas, técnicas e táticas, o modo como é explorado pela indústria cultural e pelo show *business* norte-americano fazem do futebol americano chave de leitura de uma realidade que tem muito a revelar sobre a estrutura de sentimento do mundo ocidental. Trata-se de um fenômeno social imbuído de códigos, valores e princípios que permitem apreender o sentido da prática esportiva segundo a ética das sociedades que se organizaram a partir da divisão de classes, do patriarcado, do intervencionismo e da segregação das minorias. Neste sentido, o Futebol Americano da escola, abordado como síntese histórico-cultural, isto é, a partir de uma crítica superadora permite, tal qual enfatizam Rodrigues e Darido (2008, p. 14) que “a prática pedagógica do professor promova a reflexão e crítica sobre aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais [...], o que não exclui o conhecimento da cultura a respeito da técnica”.

Diante dessa constatação, outrossim, cabe refletir como o Futebol americano pode tornar-se potência formativa no Ensino Médio integral.

O FUTEBOL AMERICANO COMO PROBLEMA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

Pensar o Futebol Americano a partir de uma perspectiva problematizadora, transcende ensiná-lo como conteúdo ou modalidade inventada por iluminação de quem quer que seja. Uma abordagem Crítico-Superadora da prática esportiva pressupõe uma compreensão holística, dialética e histórica. Isto é, discuti-lo como síntese histórico-cultural, que se desenvolve revelando contradições e como pontua Bungenstab (2019), elemento da Educação Física escolar que deve ser pensado a partir de uma “[...] perspectiva universalizante, principalmente, no que tange à dimensão cultural-artística do conteúdo” (p. 6).

Neste sentido, corresponde a pensar o Futebol Americano como linguagem que expressa uma cultura corporal que por um lado conforma, mas por outro é potência de formação de um

[...] ser um praticante lúcido e ativo, que tenha conhecimento e compreensão dos pressupostos do jogo e seja capaz de apreciar todos os aspectos que o envolvem, tais como: a estética e a técnica; as informações e interesses políticos, sociais, econômicos e históricos do esporte (PEREIRA; MOREIRA, 2005, p. 122).

Uma pedagogia histórico-cultural do Futebol Americano viabiliza uma aprendizagem do esporte em suas variadas dimensões, o que inclui a consciência crítica, isto é, a constatação, interpretação e compreensão analítica inclusive da própria modalidade (SOARES *et al.*, 2012).

É pertinente salientar que não há o intuito de propor uma maneira ideal, ou uma receita para ensinar o Futebol Americano no Ensino Médio. A finalidade é apresentar uma proposta de unidade temática que permita pensar o esporte como possibilidade formativa ou canal de diálogo com a juventude.

Unidade didática para o ensino do Futebol Americano no Ensino Médio	
Aulas	Temáticas
Aulas 1 e 2	1-Contextualização histórica do Futebol Americano
Aulas 3 e 4	2- Hegemonia e mídia no Futebol Americano
Aulas 5 e 6	3-Racismo no Futebol Americano e na sociedade

Quadro 1 – Proposta de uma unidade temática para o ensino do Futebol Americano no Ensino Médio.

Tratando-se de uma modalidade tão pouco praticada no ambiente escolar, o movimento inicial deve ser a contextualização histórico-cultural do Futebol Americano. Problematizar o processo de surgimento das modalidades esportivas pode ser uma entrada bastante eficaz. As similaridades e conflitos entre o Futebol Americano e o Rugby inglês permitem um ótimo diálogo acerca de como as questões culturais dão sentido e ao mesmo tempo ressignificam o esporte moderno.

No Rugby os jogadores podem executar passes apenas para os lados ou para trás. Podem também chutar a bola para frente, mas somente o jogador que chutou ou qualquer jogador da sua equipe que estiver do lado ou atrás dele no momento do chute que poderá recepcionar a bola. Há quatro formas de pontuar, a maior pontuação é chamada de *Try*/ensaio, são 5 pontos. Para equipe conseguir o *Try*/ensaio um dos jogadores deverá ultrapassar a linha de *in-goal* do adversário (linha de fundo) e apoiar a bola no chão. Ao marcar um *try*/ensaio a equipe recebe uma oportunidade extra de pontuar, que é denominada de conversão. A conversão vale 2 pontos. Para conseguir essa pontuação, um dos jogadores da equipe terá que dar um chute e acertar o gol (zona H). Outra forma de pontuar é a partir do chute de penalidade que vale 3 pontos. Esse chute deve ser executado no local em que a infração ocorreu. Por fim, a quarta possibilidade de pontuar é a partir do *drop Goal*. Em qualquer momento da partida pode-se tentar realizar um *drop Goal* que vale 3 pontos. Para isso o jogador terá que acertar o gol com chute, mas a bola precisa tocar ao chão antes do chute para ser válido (Portal do Rugby, 2012).

O Futebol Americano é praticado por 11 jogadores em cada time, porém cada time é constituído por três grupos de jogadores que exercem funções diferenciadas no jogo, são eles: “[...] ataque (*ofensivo-time*, que possui a posse de bola); [...] de defesa (*defensive-time*); e os times especiais, que só entram em campo em situações de chute (*kick offs, Field goals e punts*)” (RODRIGUES *et al.*, 2014, p. 229, grifos do autor). No Futebol Americano, diferentemente do Rugby, além dos passes laterais e para trás, é permitido realizar passes para frente. Além disso, conforme Rodrigues *et al.* (2014),

[...] a partida possui quatro quartos de 15 minutos cada. O time que recebe a bola do chute inicial (*kick off*) no primeiro quarto terá que começar o terceiro chutando. A equipe de ataque tem 40 segundos para começar uma jogada, desde o *rudle* (roda para escolha da estratégia da jogada) até a saída da bola com o *snap* (entrega da bola do jogador chamado *center* para o *quarter back*) e quatro chances para o alcance de dez jardas (*first down*). [...] Os jogadores devem estar equipados com protetores de joelhos, capacetes, protetor bucal, protetores de ombros (*shoulder pads*), protetores de quadril, cósx e protetores de coxas. (Rodrigues *et al.*, 2014, p. 229, grifos do autor).

Essas diferenças existentes entre o Rugby e o Futebol Americano expressam os contrastes socioculturais dos britânicos e dos norte-americanos. Analisando os pormenores de ambos os esportes é possível identificarmos traços e valores sociais, culturais, ideológicos, econômicos e políticos que, grosso modo, aludem à base constitutiva do Reino Unido e dos Estados Unidos (EUA).

Além de permitir discutir como se articulam em uma modalidade esportiva e cultura e a cultural corporal, o Futebol Americano apresenta-se como chave de leitura de primeira linha para se compreender o movimento histórico da sociedade norte-americana. Discuti-lo como totalidade dialética é entender todo um conjunto de problemáticas sociais que se disfarçam no projeto de nação dos EUA. Pela mediação do Futebol Americano o esporte

se explica como organização cultural, como produto para o consumo (mercadoria) e como estratégia da indústria cultural. Portanto, trata-se de uma modalidade que permite realizar um debate sobre hegemonia e influência midiática no Futebol Americano. Bracht (2005, p. 65) argumenta que a “[...] forma hegemônica da cultura corporal de movimento é o esporte. Isto é, o esporte é a forma da cultura corporal de movimento que é funcional para a atual hegemonia.”

Outra problematização possível pela mediação do Futebol Americano é a reflexão acerca do esporte como reprodução/ressignificação. O jogo *Flag Football*, uma modalidade alternativa derivada do Futebol Americano, mais simples tanto em regras como em acessórios para a prática, além de uma variação é chave para a compreensão do esporte como fenômeno social que se organiza a partir de determinantes políticos e econômicos.

O *Flag Football* é uma modalidade que evita o contato físico. A disputa pela bola é substituída pela subtração da flag da equipe oponente. O jogo terá o mínimo de contato, pois para tentar impedir que o ataque avance a equipe defensora deverá tentar tirar a flag do oponente que estiver com a bola ao invés de imobilizá-lo fisicamente.

O *Flag Football* em sua ressignificação técnico/tática e principalmente o Futebol Americano em sua complexidade de disposição/movimentação dos jogadores deixam evidente que em esportes de invasão dessa natureza a capacidade de organização espaço temporal é muito mais eficaz que o dispêndio irracional da força física.

Portanto, o Futebol Americano nos seus variados aspectos, torna-se reflexão pedagógica diagnóstica, judicativa e teleológica. Diagnóstica porque se propõe a constatar, ler e interpretar os fatos de uma realidade que se organiza de forma histórica, articulada e, especialmente no caso da sociedade norte-americana, altamente contraditória. É judicativa por pensar o esporte a partir de uma perspectiva da ética e é teleológica pelo fato de conceber o esporte como processo histórico que tem se desenvolvido historicamente de modo interessado (SOARES *et al.*, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a ordem do dia seja o Ensino Médio organizado a partir da perspectiva do trabalho, da ciência e da cultura, assentado sob a estética da sensibilidade, da política da igualdade e da ética da identidade, ainda que a Educação Física como expressão da cultura corporal tenha sido incluída como componente curricular da área das linguagens com igual responsabilidade na formação da população jovem, o que se percebe de fato é a grande dificuldade da última etapa da educação básica desvincular-se dos princípios interessados e da abstração do velho Ensino de Segundo Grau.

Desde os anos 1990 o esforço de criação de uma nova perspectiva de Ensino Médio esbarra nesse limite. Não por acaso, há mais de vinte anos o Brasil vem ensaiando a inovação do Ensino Médio. Contudo, a despeito de toda a produção teórico/metodológica

expressa em teses, dissertações, artigos científicos e inúmeros documentos de reorientação curricular, a realidade dos sistemas de ensino são escolas pensando e organizando o Ensino Médio em uma perspectiva altamente instrumental. A preparação para o acesso ao ensino superior ou a profissionalização imediata permanecem como princípios.

Nesse contexto de reforma autoritária do Ensino Médio primeiro como Medida Provisória nº746, depois via Lei nº13.415/2017 e Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na qual o esforço de cerca de 30 anos de ressignificação do Ensino Médio parece estar sendo abandonado, faz-se necessário manter vivo o compromisso com a construção de uma perspectiva de formação que faça sentido à juventude, que supere a racionalidade do eixo transmissão/assimilação de conteúdo.

Daí a necessidade de se continuar discutindo possibilidades de organização de trabalho pedagógico em sintonia com os pressupostos da filosofia da práxis. Pensar o Futebol Americano no Ensino Médio a partir da abordagem Crítico-Superadora é aliar-se a esse esforço de construção de uma perspectiva de formação para a autonomia intelectual. A modalidade, se compreendida como mapa de leitura de uma dada realidade, possibilita explorar o esporte na escola de forma crítica, uma demanda da Educação Física escolar desde os anos 1980.

Destarte, fica evidente que a sistematização de uma unidade temática a partir dos elementos do Futebol Americano além de factível do ponto de vista técnico e da disponibilidade de recursos, contribui com a ainda principal tarefa da Educação Física no Ensino Médio, qual seja, passar do esporte como objeto de inculcação ao esporte como constructo histórico-cultural que guarda diversas chaves de leitura dos diferentes circuitos político-econômico.

REFERÊNCIAS

BARROSO, André Luís Ruggiero; DARIDO, Suraya Cristina. Escola, educação física e esporte: possibilidades pedagógicas. *Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança*, v. 1, n. 4, p. 101-114, 2006.

BETTI, Irene Conceição Andrade. Esporte na escola: mas é só isso, professor? *Motriz*. v. 1, n.1, jun. p. 25-31, 1995.

BRACHT, Valter. *Sociologia Crítica do Esporte: Uma Introdução*. 3. ed. Vitória: Unijuí, 2005.

BUNGENSTAB, Gabriel Carvalho. Educação Física, ensino médio e juventude: vamos falar sobre crise? *Pensar a Prática*, v. 22, 2019.

COSTA, Neuza Cristina Gomes da; BUENO, Igor Alexandre; RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. O Futebol Americano numa perspectiva histórico-sociológica: o caso de Mato Grosso. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 10, n. 1, 2017.

CURTI, Antony. *História sobre racismo institucionalizado nos EUA e a posição de Quarterback*. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/historia-sobre-racismo-institucionalizado-nos-eua-e-a-posicao-de-quarterback/>. Acesso em: 03 fev. 2020.

DARIDO, Suraya Cristina. A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 18, n. 1, p. 61-80, 2004.

DUARTE, Orlando. *História dos esportes*. Senac, 2004.

FERREIRA JUNIOR, Neilton; RUBIO, Katia. Revisitando a “raça” e o racismo no esporte brasileiro: implicações para a Psicologia Social. In: RUBIO, Katia; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira (Org). *Psicologia Social do Esporte*. São Paulo: Képos, 2019. p. 183-208.

LUKACS, John. *Uma nova República: história dos Estados Unidos no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MORALES JÚNIOR, Valter Ruiz Morales; MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. O Futebol Americano e a teoria dos campos: a análise histórica da modalidade nos Estados Unidos na perspectiva da obra de Pierre Bourdieu. *The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport (ALESDE)*, v. 6, n. 1, p. 11-24, 2017.

MORALES JÚNIOR, Valter Ruiz. *O subcampo do Futebol Americano no estado de São Paulo entre 2015 a 2017: rupturas, aproximações e disputas por poder entre ligas e federação*. 2018. Dissertação (Mestrado em Atividade Física e Esporte) - Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.

PASSETTI, Gabriel. Os britânicos e seu império: debates e novos campos da historiografia do período vitoriano. *História (São Paulo)*, v. 35, p. 1-24, 2016.

PEREIRA, Raquel Stoilov; MOREIRA, Evando Carlos. A participação dos alunos do ensino médio em aulas de educação física: algumas considerações. *Journal of Physical Education*, v. 16, n. 2, 2005.

Portal do Rugby. *Guia para Iniciantes*. 2012. Disponível em: <http://www.portaldorugby.com.br/entenda-o-rugby/guia-para-iniciantes>. Acesso em: 20 fev. 2020.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire; COSTA, Neuza Cristina Gomes; PEDROSO, Lenara da Costa; SILVA, Joycy Ambrósio da. Futebol Americano no país do futebol: o caso do Cuiabá Arsenal. *Barbarói*, v. 2, n. 41, p. 227-247, 2014.

RODRIGUES, Heitor de Andrade; DARIDO, Suraya Cristina. A técnica esportiva em aulas de educação física: um olhar sobre as tendências sócio-culturais. *Movimento*, v. 14, n. 2, p. 137-154, 2008.

SOARES, Carmen Lúcia; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; VARJAL, Elizabeth; CASTELLANI FILHO, Lino; ESCOBAR, Micheli Ortega; BRACHT, Valter. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KOIXOMUNETI: XAMANISMO E RESISTÊNCIA TERENA

Data de aceite: 02/05/2024

Michelle Carlesso Mariano

Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Doutora em Ciências Sociais – Antropologia – pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

RESUMO: O presente texto é um estudo etnográfico interdisciplinar, histórico e antropológico, sobre o xamanismo Terena na aldeia Kopenoti, Terra Indígena Araribá, situada no município de Avaí, estado de São Paulo. Parte-se dos princípios que orientam a “Nova História Indígena”, valorizando o protagonismo dos sujeitos históricos agentes de sua própria cultura. Buscou-se descrever e analisar o xamanismo Terena a partir de narrativas e práticas, visto que ambas expressam a maneira pela qual os indígenas estruturam e significam o mundo, mesmo num ambiente multiétnico e de sincretismo religioso. Considerou-se como hipótese que os indígenas assumem e ressignificam o xamanismo segundo sua lógica dada pela sua cosmologia, visto que é uma prática que está retornando à comunidade depois de um longo período, como um processo de afirmação étnica e valorização cultural.

Os dados foram interpretados a partir de uma análise simbólica, pois são de ordem cultural. Considera-se que as atividades culturais são ações nas quais o simbolismo forma o conteúdo positivo e são públicas, observáveis e, portanto, descritíveis e analisáveis sob o ponto de vista dos sujeitos que a engendram.

PALAVRAS-CHAVE: Terena; xamanismo; cultura.

ABSTRACT: The present text is an interdisciplinary, historical and anthropological ethnographic study on Terena shamanism in the Kopenoti village, Araribá Indigenous Land, located in the municipality of Avaí, state of São Paulo. It starts from the principles that guide the “New Indigenous History”, valuing the protagonism of historical subjects who are agents of their own culture. We sought to describe and analyze Terena shamanism based on narratives and practices, as both express the way in which indigenous people structure and signify the world, even in a multi-ethnic and religious syncretism environment. It was considered as a hypothesis that indigenous people assume and resignify shamanism according to their logic given by their cosmology, since it is a

practice that is returning to the community after a long period, as a process of ethnic affirmation and cultural valorization. The data were interpreted based on a symbolic analysis, as they are of a cultural nature. Cultural activities are considered to be actions in which symbolism forms the positive content and are public, observable and, therefore, describable and analyzable from the point of view of the subjects who engender them.

KEYWORDS: Terena; xamanism; culture

INTRODUÇÃO

A compreensão das representações simbólicas indígenas, incluindo-se o sistema ritual, as relações e motivações sociais, resistências e adaptações engendradas, perpassa necessariamente pelo estudo do xamanismo. De acordo com Langdon (1992, p. 11), ao usarmos a definição de religião expressa por Geertz (2013), o xamanismo sul-americano, semelhante ao sistema religioso, contém ideias, visões, reflexão e práticas que organizam a visão de mundo e a sociedade de uma cultura. Já o conceito xamã foi sugerido por Mircea Eliade (1964) e denota um indivíduo que se vale de técnicas de êxtase para intermediar os homens e o sobrenatural, personagem característico da Sibéria e regiões da Ásia Central. Numa realidade etnográfica sul-americana, por sua vez, Métraux (apud VIERTLER, 1981, p. 307), sugere a utilização do conceito de *piai*, das línguas Tupi e Carib, o mesmo que *pajé*, pois comportam funções, técnicas e características que destoam do xamanismo siberiano e se assemelham entre si, como a obtenção dos poderes mágicos por meio de alguma substância, que também são a origem de numerosos males, doenças e infortúnios (tabaco, fumaça, respiração ou alguma planta medicinal ingerida durante a iniciação do aprendiz). Aqui, a ação terapêutica ocorre por meio desses ‘espíritos/substância’ e os objetos causadores dos males são extraídos do corpo do doente através de cantos, sucções, fricções e baforadas de tabaco. A iniciação do *piai/pajé*, ou no caso Terena do *koixomuneti* (SILVA, 1976; OLIVEIRA, 1976), compreende a aquisição de poderes mágicos, o aprendizado de certas técnicas de manufatura (chocalhos, adornos, plumárias) e certas técnicas de cultivo (plantas medicinais, fumo).

Recentemente, uma notícia veiculada pela imprensa no interior de São Paulo, chamou a atenção da comunidade acadêmica, por se tratar, justamente, do retorno da atividade xamânica Terena à aldeia Kopenoti, Terra Indígena Araribá, depois de um longo período de ausência. Um jovem líder foi consagrado xamã desta comunidade e afirmou veementemente sua intenção de construir uma “Casa de Reza” com a finalidade de resgatar a espiritualidade Terena.¹ Vivendo em um contexto interétnico e fortemente influenciado pelas religiões cristãs, os Terena buscam resgatar sua cultura num processo afirmativo identitário, consciente e crítico de sua própria situação histórica.

¹ Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/regional/2020/01/712447-aldeia-kopenoti-tera--casa-de-reza.html>. Acesso em: 02 abr. 2023.

De acordo com Diniz (1978) os primeiros Terena, da família linguística Aruak, começaram chegar à região em questão em 1932. Por incentivo do então Serviço de Proteção ao Índio (SPI), pequenos grupos familiares migraram para as imediações do córrego Araribá, já habitado pelos Guarani (Tupi), onde passaram a conviver e compartilhar a terra e o modo de vida. Assim, sua história na região está marcada pela convivência interétnica, além de um sincretismo religioso secular originado ainda no Chaco, antes de migrarem para regiões do cerrado mato-grossense. Nessa região, afirma Carvalho (2008, p. 65), assimilam a figura de um deus do céu, que passa a dividir espaço com Vanuno e outras serpentes aquáticas da cosmologia Terena.

Para fins desta pesquisa, considera-se os Terena como agentes históricos de sua cultura, ou seja, os “esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática” (SAHLINS, 1997, p. 7). Nesse sentido, a cultura é reproduzida historicamente na ação, pois as relações simbólicas de ordem cultural são, na verdade, um objeto histórico. Na ação, as categorias culturais adquirem novos valores funcionais que fazem com que os significados culturais sejam alterados. A cultura funciona como uma síntese situacional, baseada no consenso do grupo, entre passado e presente, estabilidade e mudança. É este processo que faz com que o grupo ressignifique práticas, adequando-as a sua realidade sem, contudo, deixar de ser ele mesmo.

Uma pesquisa, nesses moldes, justifica-se por mostrar o protagonismo indígena em processos afirmativos identitários, resgates culturais, ressignificações e usos de práticas xamânicas, permanências e mudanças que compõem, uma “síntese situacional” engendrada pelos próprios sujeitos históricos. É nesse sentido que o projeto em questão se insere: um estudo etnográfico e histórico da cultura Terena, a partir das práticas xamânicas incorporadas com a consagração de um jovem xamã, a construção da “Casa de Reza” e o protagonismo indígena em (re) significar suas práticas e narrativas para dar sentido à sua visão de mundo, sua cosmologia e sua história. Além disso, buscar-se descrever e analisar o processo de migração e ocupação indígena no interior do estado de São Paulo, em especial para a população indígena, em consonância com o contexto histórico da expansão do café e da construção de ferrovias (MILLIET, 1939).

Do exposto, objetivou-se descrever e analisar a cultura Terena na aldeia Kopenoti, T.I. Araribá/SP, com ênfase no sistema xamânico e seus operadores e sua função para a comunidade, buscando em narrativas a forma como estas pessoas estruturam e orientam o mundo em que vivem, um contexto interétnico e sincrético. A partir de um estudo interdisciplinar entre Antropologia e a História, buscou-se desenvolver uma pesquisa com foco na presença indígena no interior de São Paulo, assim como um estudo etnográfico, método indutivo de análise comparativa composta pela formação teórica, o trabalho de campo e a escrita, destacando-se a função do Koixomuneti para a comunidade Terena como um todo, em especial para a aldeia Kopenoti.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho interdisciplinar coteja a pesquisa documental, através de fontes históricas, ao registro das percepções indígenas, em um entendimento de cultura enquanto processo dinâmico e histórico (CUNHA, 2009). Para tanto, apresenta como orientação teórica e metodológica uma abordagem da “Nova História Indígena”, proposta por John Monteiro (1994), na qual os indígenas são os protagonistas de sua própria história. Para tanto, utiliza-se como recurso metodológico narrativas indígenas sobre sua história, cosmologia, visão de mundo, rituais e terapêuticas, visto que a narrativa é uma expressão simbólica que orienta sobre o que está acontecendo. As narrativas denotam a maneira pela qual os indígenas estruturam e representam o mundo (GOOD, 1994), uma forma de falar sobre eventos que traduz o saber para o contar (WHITE, 1981), eventos estes inseridos em uma ordem cultural.

Para a obtenção dos dados, parte-se de uma pesquisa etnográfica documental (pelo impedimento sanitário da observação participante, visto que esta pesquisa foi realizada durante a pandemia de COVID-19), com dados sobre a comunidade indígena da aldeia Kopenoti, T.I. Araribá, município de Avaí, São Paulo. Numa pesquisa etnográfica, a teoria perpassa todo o estudo. A descrição dos fenômenos é apenas a primeira etapa, “as observações são realizadas não só para descrever o curioso, o exótico ou o diferente por si mesmos (pelo natural interesse que despertam), mas também e principalmente para universalizá-los” (PEIRANO, 1995, p. 18). É este percurso que refina problemas e conceitos antropológicos, a especificidade do caso empírico e o caráter universalista da sua manifestação.

Na parte instrumental da coleta de dados desta pesquisa, além da pesquisa de base documental em etnografias produzidas com foco em diversos grupos Terena no Brasil, realizou-se entrevistas com Irineu Nje’a, *Koixomuneti* da aldeia Kopenoti. Pela situação sanitária atual e o contexto de distanciamento social necessário, os encontros foram mediados pela ferramenta google meet, gravadas, transcritas e analisadas de acordo com as teorias que ajudam a desvelar o tema.

Para interpretar os dados empíricos, parte-se de uma análise simbólica, visto que são os símbolos que orientam as atividades comuns (GEERTZ, 2013). Para Geertz, elementos simbólicos “são formulações tangíveis de noção, abstrações da experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de ideias, atitudes, julgamentos, saudades ou crenças” (p. 68). Padrões culturais são sistemas ou complexos de símbolos e possuem um duplo aspecto: “eles dão significado, isto é, uma forma conceptual objetiva, à realidade social e psicológica, modelando-se em conformidade a ela e ao mesmo tempo modelando-a a eles mesmos” (p. 69).

RESULTADOS

Transferidos para São Paulo pelo Sistema de Proteção ao Índio para auxiliarem outras etnias no processo de assimilação, pelo fato de já trabalharem a agricultura, os Terena mais uma vez se reinventaram para não deixar de ser eles mesmos. Desde o tempo em que viviam no Chaco, sobreviveram a contatos e guerras, imposições religiosas e tentativas de extermínio indianizando as tentativas de dominação cultural. Esse é o caso da religião e todo o complexo xamânico que orientava a vida em comunidade por, justamente, oferecer uma explicação de mundo condizente com sua realidade. Rezadores e curandeiros realizam suas práticas dentro do protestantismo e catolicismo e, atualmente, buscam uma solução para o aparecimento de um *koixomuneti* fora das práticas cristãs, criado na cidade e conhecedor do mundo dos 'brancos'. Irineu recebeu o chamado espiritual para ser *koixomuneti* e busca as suas origens reinventando-se, um processo de etnogênese genuíno, evidenciando a agência indígena consciente e crítica sobre a condição desses sujeitos num âmbito histórico que sempre lhes negou a condição de existência em sua cultura.

TERENA: TERRITORIALIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DA REGIÃO DE BAURU-SP

Os Terena são uma população originária da região do “*Eêxiwa*” “uma categoria cosmológica utilizada para se referir ao lugar-evento do aparecimento dos homens, e para onde a alma segue no post-mortem”, conforme Franco (2011, p. 10). Região situada às margens direitas do Rio Paraguai, ocupando toda região que vem desde o Paraguai e adentra no estado do Mato Grosso do Sul no Brasil. Antes mesmo de sua migração para o Brasil em meados do século XVIII os Terena dividiam suas terras com outros povos tradicionais, dentre eles os Mbayá-Guakurú que, como coloca Carmen Adsuara em sua dissertação sobre “*UNATÍ YAPEY!: Aspectos da vida Terena em Araribá*”,

Ali, uma tão intensa relação de troca acontecia entre os Terena e os Mbayá-Guakurú, que até mesmo a estrutura social em seu tríptico de relações assimétricas dos Terena, e de outros grupos Guaná, teria sido adotada dos Mbayá-Guaykurú. (ADSUARA,2016. pp.13.)

Em meados do século XIX, duas importantes questões fizeram com que os Terenas buscassem por novas terras para sua ocupação e desenvolvimento da sua comunidade. A primeira diz respeito aos conflitos interétnicos estabelecidos entre os povos indígenas que ocupavam aquela região. Em contrapartida, a expansão da colonização e ocupação de novas terras, foram fatores que levaram essa população a se deslocarem para o estado do Mato Grosso do Sul, atravessando o rio Paraguai, estabelecendo-se, então, em território brasileiro.

Um fator histórico que possibilitou a chegada do Terenas em solo brasileiro foi a Guerra travada contra o Paraguai. Considerada apenas mais um acontecimento que faz

parte da História do Brasil, este fato passou um longo período sem ter sua real importância reconhecida. Historiadores como o argentino Leon Pomer, analisam este entrave entre o exército brasileiro e a nação paraguaia não somente pelo prisma de participação unilateral branca, pelo contrário, o historiador apresenta em seus estudos a teoria de que nações indígenas como os Terenas, que não se reconhecem nem como argentinos, nem como brasileiros e nem como paraguaios, mas, possuem a sua própria etnografia, participaram ativamente do conflito.

Pomer aborda em sua narrativa a importância de refletirmos sobre o tema “*como uma forma de recuperar a identidade dos povos que nela lutaram*” e ainda, “*mostrar ao povo o seu caráter de agente, de construtor*” (POMER, 1982, p.05). Dessa forma, salienta-se que a chegada dos Terenas em solo brasileiro foi motivada por diversos entraves entre outras tribos indígenas e, até mesmo, fatores históricos de larga escala.

Décadas após o estabelecimento da comunidade Terena na região do Mato Grosso, no início do século XX outras comunidades originárias do Brasil estavam sofrendo com as frentes de colonização, sendo esses povos os Kaingang e os Guarani, situados a esquerda do rio Paraná, nos vales dos rios Paranapanema, Tietê e do Peixe, e sofrendo com o avanço da gripe espanhola que assolava estes indivíduos como resultado de seu contato direto com o homem branco.

O remanejamento da população Terena para a comunidade de Araribá no município de Avaí-SP, se deu pela mediação do órgão governamental reconhecido como “*Serviço de Proteção Indígena – SPI*”, responsável por realocar os indivíduos nas regiões próximas aos centros urbanos. Em 1905, com a chegada Estrada de Ferro do Noroeste do Brasil e a concentração de centenas de pessoas na região de Bauru advindas por estas estradas, o SPI foi o órgão responsável pela realocação e a chegada dos cinco primeiros núcleos familiares indígenas de ascendência Terena nesta região.

Informações constantes dos relatórios [...] localizam a chegada dos primeiros Terena ao Posto por volta de 1930. A princípio, apenas cinco famílias de Mato Grosso, ali se estabeleceram [...]. (ASSIS DE CARVALHO, 1979, p. 78-79 e 83)

Somente em 1970 a terra indígena Araribá é reconhecida como a primeira terra indígena no Estado de São Paulo. Entretanto, é importante evidenciarmos o fato de que, sendo Araribá reconhecida apenas em 1970 não anula o fato de que outras comunidades indígenas ocupavam a região de Bauru, sendo estas comunidades representadas pelos Guaranis, que tradicionalmente já ocupavam os sertões de Bauru desde o final do século XIX, e, alguns grupos Kaingang.

As comunidades Guaranis que ocupavam as terras bauruenses no início do século XIX, da mesma forma que os Terenas, sofreram progressivamente com as doenças e o avanço do interesse econômico por parte dos latifundiários sobre suas terras, utilizando-se da exploração de sua força de trabalho.

Antes mesmo do contato com doenças como a Varíola, Gripe Espanhola, dentre outras epidemias trazidas para dentro das aldeias e exterminando metade da população indígena em território brasileiro, sem citar as caçadas e perseguições a estas comunidades, estes indivíduos possuíam sua própria sistematização cultural, social e política, desenvolvendo as condições de vida adequada de acordo com o que o solo fornecia, isto é, o contato com a terra para estas comunidades originárias é fundamental, sendo reconhecida como território e possuindo um forte investimento simbólico que a torna parte fundamental da existência destes povos.

A chegada dos Terenas na região de Bauru por meio do SPI foi motivada pelo interesse de aumentar a população indígena daquela região, que como citado anteriormente, foi assolada pelas doenças e pela exploração de trabalho. Entretanto, era de interesse do Estado manter a reserva indígena de Araribá mediante exigência apresentada no Decreto Nº 2.371-F². Em contrapartida, a sua chegada favoreceu em grande parte o projeto desenvolvido pelo Estado brasileiro de ocupação do interior paulista, sendo utilizados como instrumentos de integração econômica por meio de seus conhecimentos agrícolas e artesanais.

Os processos de mudanças de territórios influenciaram negativamente nas formas de vivência entre os Terenas, para além de suas tradições, a história da própria comunidade sofre uma gradativa perda de memória, tendendo a ser recontada apenas pela concepção estabelecida pelos colonizadores Ocidentais. Assim, o resgate destas histórias que são contadas oralmente e passadas de geração em geração é fundamental para a apropriação de um vasto conhecimento sobre os povos originários que ocupam o interior paulista.

Em resumo, podemos verificar que, a partir da chegada dos Terena, inicia-se um processo de reorganização das políticas de proteção e preservação das terras indígenas em todo território brasileiro, e, em Araribá não é diferente, para além da manutenção da reserva demarcada e da possibilidade de integração dos Terenas à economia regional, novas técnicas agrícolas são implementadas devido aos seus conhecimentos sobre a terra e novas formas de comércio artesanais são instituídos como meios de movimentar a economia regional.

KOIXOMUNETI: O XAMANISMO TERENA NA TERRA INDÍGENA ARARIBÁ

A complexidade do mundo indígena se estende a todas as suas esferas, sendo difícil discernir seus limites, visto que o sagrado permeia o vivido tanto nas experiências cotidianas quanto na vida cerimonial. É no xamanismo que encontramos os fundamentos conceituais que ajudam na compreensão das representações simbólicas do sistema ritual e suas relações com as motivações sociais. De acordo com Langdon (1992, p. 11), se usarmos

² Declara reservadas, para localização de índios, as terras do valle do corrego Araribá no districto de Jacutinga, município e comarca de Baurú.

a definição de religião expressa por Geertz, o xamanismo sul-americano é um sistema religioso, pois contém ideias, visões, reflexão e práticas sobre o mundo e sua reprodução. O foco não é se as crenças são mágicas³ ou religiosas, mas no sistema simbólico que organiza a visão de mundo e a sociedade de uma cultura. O conceito xamã foi sugerido por Mircea Eliade (1960) e denota um indivíduo que se vale de técnicas de êxtase para intermediar os homens e o sobrenatural, personagem característico da Sibéria e regiões da Ásia Central. De acordo com o autor, a simples existência de traços xamanísticos não significa que o sistema seja xamânico.

Para adaptar esse conceito à realidade etnográfica sul-americana, afirma Viertler (1981, p. 307), Métraux sugere a utilização do conceito de *piai*, das línguas Tupi e Carib, o mesmo que *pajé*, que não comporta duas experiências básicas do xamanismo siberiano: o voo mágico e a possessão. Esse conceito implica um conjunto de semelhanças constatadas em povos sul-americanos a partir da comparação de funções, técnicas e características desse intermediário entre os homens e o sobrenatural. O *piai* ou *pajé* obtém seus poderes por meio de alguma substância mágica (tabaco, fumaça, respiração ou alguma planta medicinal ingerida durante a iniciação do aprendiz). Essas substâncias também são a origem de numerosos males, doenças e infortúnios, quando materializadas na forma de dardos e flechas mágicos, resina, espinhas, cristais, as formas materializadas dos espíritos auxiliares do *piai*. Nesses casos, a ação terapêutica ocorre por meio desses ‘espíritos/substância’ e os objetos causadores dos males são extraídos do corpo do doente através de cantos, sucções, fricções e baforadas de tabaco, fenômeno condizente com as descrições etnográficas sobre o xamanismo Terena.

Nessa experiência, não há possessão, típico do xamanismo siberiano. Ainda de acordo com esse autor, a iniciação do *piai* compreende a aquisição de poderes mágicos, o aprendizado de certas técnicas de manufatura (chocalhos, adornos, plumárias) e certas técnicas de cultivo (plantas medicinais, fumo). A iniciação está geralmente antecedida por crises de doenças graves, sonhos, acidentes, experiências extraordinárias no que se convencionou a chamar de “morte iniciática” (MÉTRAUX, 1967, p. 101).

Esses conceitos fornecem uma ideia que não pode ser tomada em sua totalidade, mas a partir da especificidade empírica das manifestações dessa natureza nos povos indígenas. A realidade do sistema xamânico Terena é descrita e analisada a partir, principalmente, do relato de Irineu Nje’a e da sua experiência como Koixomuneti, assim como de informações etnográficas de pesquisas já realizadas junto a essa etnia, em diversos contextos.

3 “A magia compreende agentes, atos e representações: chamamos mágico o indivíduo que efetua atos mágicos, mesmo quando não é um profissional; chamamos representações mágicas as ideias e as crenças que correspondem aos atos mágicos; quanto aos atos, em relação aos quais definimos os outros elementos da magia, chamamo-los ritos mágicos” (MAUSS, 2013, p. 55). Ritos mágicos: “Chamamos assim todo rito que não faz parte de um culto organizado, rito privado, secreto, misterioso, e que tende no limite ao rito proibido [...] não definimos a magia pela forma de seus ritos, mas pelas condições nas quais eles se reproduzem e que marcam o lugar que ocupam no conjunto dos hábitos sociais” (p. 61).

Pesquisas sobre a religiosidade Terena apresentam um complexo processo que sobrevive a despeito da atuação de igrejas protestantes e católicas dentro dos territórios indígenas (ACÇOLINI, 2012; 2015; CARVALHO, 2008). O trabalho de Fernanda Carvalho, por exemplo, entre os Terena do Mato Grosso do Sul foca na figura do *Koixomuneti*, sua escolha e formação, identificando-o com a função de curador e prolongador da vida, pois, enquanto rezador, ritual em que utiliza a *itaaká*, uma maraca sagrada, pode se comunicar com os espíritos de outros rezadores já mortos. Nessa viagem ao mundo espiritual, o *koixomuneti* se comunica com esses espíritos e é instruído por eles tanto no diagnóstico de um infortúnio como nas técnicas de cura. Essa função está relacionada à cosmovisão indígena e a concepção de *unatí yapey*, “você vive bem” (ADSUARA, 2016, p. 60), que caracteriza “um modo de vida em que integram-se no cotidiano dos indivíduos o alimento, a comensalidade, os movimentos e a tranquilidade – características que põem lado a lado o bem estar, a territorialidade e a construção do corpo e da pessoa.” Assim, os estados desejáveis que marcam a socialidade Terena dizem respeito ao “caráter” de uma pessoa, e os indesejáveis são conduzidos aos curadores especialistas em interações de cuidado: *Koixomuneti* (o foco de nossa análise), benzedores(as) e pastores(as).

Os Terena acreditam que os assuntos humanos são diretamente influenciados pelos espíritos desencarnados que, por razões de apego, permanecem circulando entre os vivos e causam-lhes uma série de infortúnios e o *pajé*, ou o *koimonuneti* possui o dom de atravessar o plano espiritual, proteger a comunidade de sua ação maléfica e obter sua ajuda por meio de ritos mágicos. Para os Terena os espíritos são os causadores de doenças e mortes e, principalmente, o vício em bebidas alcoólicas. Irineu afirmou, inclusive, que seu primeiro trabalho comprovando sua atuação como *koixomuneti* foi a cura que realizou em um parente que “bebia muito”. Segundo relatos colhidos por Carmen Adsuara (2016) entre os Terena de Araribá, a “bebedeira” é entendida como a consumação da vontade de um espírito que bebia em vida incorporado na pessoa. Assim, a ação xamânica consiste no ato de afastar tal espírito, livrando assim o indivíduo do vício.

“Eu tenho minha história para contar”, assim Irineu começou seu depoimento, evocando sua ancestralidade Terena, desde o tempo em que seus parentes viviam no Chaco com suas técnicas tradicionais de agricultura, cerâmica, fiação de algodão com o qual confeccionavam redes, roupas, a diáspora após a invasão do seu território pelos não índios e as perdas pelas quais passaram nesse processo de peregrinação, hora enfrentando hora fugindo do colonizador. Seus ancestrais viviam às margens do rio Paraguai, o qual atravessaram numa piroga construída com couro de animais, chegando ao Mato Grosso, juntando-se aos Terena que ali já viviam. O rio e a guerra na região em que viviam levaram muitas histórias Terena, afirma.

Seus parentes chegaram em Araribá em 1932 e fundaram a aldeia Kopenoti. Seu pai nasceu em Mato Grosso e veio para São Paulo com 7 anos, com seu avô Sebastião. Quando jovem, foi trabalhar em uma fazenda próxima e casou-se com a filha do fazendeiro.

O casal foi morar na aldeia e tiveram três filhos. No entanto, Irineu saiu com sua mãe muito jovem da aldeia e foi morar na cidade. Graduou-se em História e especializou-se em Antropologia com bolsas de estudo oferecidas pela Universidade Sagrado Coração. Foi na faculdade que começou, disse, a ter uma percepção mais crítica sobre a situação dos indígenas no Brasil e sobre a sua postura enquanto Terena, pois observou que não se falava sobre os indígenas de maneira geral ou mesmo sobre aqueles que viviam na região do interior de São Paulo. Essa situação o impulsionou para a ação direta, promovendo então sua cultura dentro da universidade, dos espaços educativos, produzindo material didático sobre a história Terena. Assim fundou a associação Araci, com sede em Bauru/SP, que tem por objetivo maior a difusão da cultura dos povos indígenas para sociedade principalmente, por meio da arte, como a cerâmica que ele produz, trabalho que era exclusivo das mulheres Terena. A inovação de Irineu é que ao invés de fabricar utensílios para o uso cotidiano, ele investe numa arte espiritual. O cachimbo, o tambor, o *itaaká*, são formas de resistência através da arte, pois esses objetos carregam a força da espiritualidade Terena.

A associação procura também fomentar informações sobre a questão indígena, levando a discussões sobre políticas afirmativas na qual tange aos direitos tradicionais e difunde tais ações através do blog <https://araciculturaindigena.blogspot.com/> e da página do Facebook <https://www.facebook.com/www.araciculturaindigena/?fref=ts>. Com essas ferramentas, busca alcançar e divulgar a cultura Terena, o cotidiano da comunidade, rituais e comemorações, os produtos cultivados de maneira orgânica, bem como reflexões de cunho pessoal e manifestações políticas pelos direitos indígenas e contra formas de opressão, fazendo uma ponte entre a comunidade e a cidade.

De acordo com ele, foi esse pensamento crítico, essa busca pelos direitos e respeito ao seu povo que despertou o seu chamado para o xamanismo, assim como sua preparação junto aos parentes de Mato Grosso. Esse legado foi deixado pela sua avó que era *Koixomuneti*. Ele não escolheu ser xamã, mas foi escolhido pelos guias animais para tal função. O chamado acontece em forma de sonho em que o guia animal, não mencionado por Irineu por ser um 'segredo sagrado' lhe incumbe da missão xamânica. Sua avó era *koixomuneti*, mas já havia falecido e não havia ninguém que lhe orientasse sobre as práticas xamânicas. Retornou, então, para o estado de Mato Grosso junto aos seus parentes e ali permaneceu numa espécie de retiro espiritual para aprender as técnicas, cantos, rezas e tabus que envolvem o fazer e o pensar *koixomuneti*.

No entanto, disse, sofreu grande resistência dos próprios parentes, apoiados pelos que vivem em Kopenoti, tanto por morar num contexto urbano e não dominar o idioma como pela presença marcante de igrejas e suas práticas que condenam o xamanismo, pois os processos de cura neste contexto só são aceitos se praticadas dentro dos ritos da igreja. Um xamanismo autêntico, com o retorno dos guias espirituais, representa uma atuação do "diabo" e é veementemente condenado.

Agora, seu objetivo é angariar fundos para a construção da Casa de Reza na aldeia Kopenoti, projeto adiado e prejudicado pela pandemia de Covid – 19, pois acredita que o retorno da espiritualidade Terena está condicionada à fundação da Casa de Reza. A preocupação com a saúde é constante, a mudança de hábitos alimentares, a incorporação de alimentos externos, sal, açúcar, prejudica a saúde dos indígenas. Mas, o que mais preocupa Irineu enquanto *koixomuneti* são os espíritos que rondam a comunidade, visto que sem intervenção dos rituais xamânicos, eles não conseguem se desapegar do mundo dos vivos.

REFERÊNCIAS

ACÇOLINI, Grazielle. Xamanismo e protestantismo entre os Terena: contemporaneidades. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 24-47, jan./jun. 2012.

ADSUARA, Carmen. *Unatí Yapey!* Aspectos da Vida Terena em Araribá. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2016.

BECKER Howard S. A história de vida e o mosaico científico. In: *étodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994.

BITTENCORUT, Circe Maria. LADEIRA, Maria Elisa. *A história do povo Terena*. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Decreto nº 2.371-F, de 28 de Abril de 1913. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1913/decreto-2371F->

CARVALHO, Edgard de Assis. “As alternativas dos vencidos: índios Terena no estado de São Paulo”. Rio de Janeiro. Originalmente Tese de Doutorado na Faculdade de Filosofia de Rio Claro de 197428.04.1913.html Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

CARVALHO, Fernanda Schmuziger. *Koixomuneti e outros curadores: xamanismo e prática de cura entre os Terena*. São Paulo: Terceira Margem, 2008.

COELHO, Márcio Oliveira de Castro. *Terena e Guarani na reserva indígena de Araribá: um estudo etnográfico da aldeia Tereguá*. São Carlos: UFSCar, 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mas irredutível. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DINIZ, Edson Soares. *Uma reserva indígena no Centro-Oeste paulista: aspectos das relações interétnicas e intertribais*. São Paulo: Museu Paulista, 1978. (Coleção Museu Paulista, Série de Etnologia, 3)

ELIADE, Mircea. *O Xamanismo e as Técnicas Arcaicas do Êxtase*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1964.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOOD, Bryon J. *Medicine, rationality, and experience*. Cambridge: Cambridge University Press. 1994.

LANGDON, Esther Jean Matteson. Introduction: Shamanism and Anthropology. In: LANGDON, E. J. M. & BAER, G. (editors) *Portals of Power*. Albuquerque: University of New Mexico, 1992.

MÉTRAUX, Alfred. *Etnografía del Chaco*. Tradução de Frank Samson. Paraguai: Editorial El Lector, 1996.

MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: s/ed., 1939 (Coleção Departamento de Cultura, volume XXV).

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Do Índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

POMER, Leon. *"Paraguai: Nossa Guerra contra esse Soldado"*. 2º ed. São Paulo: Global, 1982.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). *MANA*, v. 2, n. 3, p. 103-150, 1997.

SILVA, Fernando Altenfelder. Religião Terêna. In.: SCHADEN, Egon. *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1976. pp. 268-276.

VIERTLER, R. B. Implicações de alguns conceitos utilizados no estudo da religião e da magia de tribos brasileiras. In: Hartman, T., Coelho, V. P. (orgs.). *Contribuições à Antropologia em Homenagem ao Professor Egon Schaden*. Coleção Museu Paulista, Séries Ensaio, Volume 4. São Paulo: Universidade de São Paulo, Fundo de Pesquisa do Museu Paulista, pp. 305-318, 1981.

WHITE, Hayden. "The Value of Narrativity in the Representation of Reality", MITCHELL, W. J. T. (org.), *On Narrative*, Chicago, University of Chicago Press, pp. 1-24, 1981.

PLANTAS ORNAMENTAIS: PROTEÇÃO DAS ENTIDADES UMBANDISTAS SOB UM OLHAR SÓCIO-FILOSÓFICO

Data de aceite: 02/05/2024

Francisco Diego Sousa de Sousa

Universidade do Estado do Pará
São Miguel do Guamá, Pará
<https://lattes.cnpq.br/2430912431865497>

Jairo Luiz Santos Rego

Universidade do Estado do Pará
São Miguel do Guamá, Pará
<http://lattes.cnpq.br/5110634643491362>

Carlos Valmison da Silva Araújo

Universidade Federal de Viçosa
Viçosa, Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/5738250310441081>

RESUMO: No presente trabalho apresento um olhar socio-filosófico das funções e utilidades das plantas medicinais e ornamentais, bem como suas representações simbólicas dos orixás nas religiões de matrizes africana e afro-brasileira com foco na umbanda, além de catalogar as plantas observadas na pesquisa de campo, bem como seus nomes científicos e populares/regionais das principais plantas utilizadas. Assim, os resultados apontam para a confirmação das diversas funcionalidades e representatividade das ervas e plantas, seja elas medicinais ou ornamentais aqui apresentadas, acima de

tudo considerar que as plantas nem sempre são meras “ferramentas” de beleza de um espaço, elas possuem funções específicas de acordo com a cultura ou o lugar que está se encontra.

PALAVRAS-CHAVE: Plantas medicinais, ornamentais; Funções simbólicas desfasadas.

ABSTRACT: In the present work I present a socio-philosophical look at the functions and utilities of medicinal and ornamental plants, as well as their symbolic representations of the orixás in the religions of African and Afro-Brazilian matrices with a focus on umbanda, in addition to cataloguing the plants observed in the field research, as well as their scientific and popular/regional names of the main plants used. Thus, the results point to the confirmation of the various functionalities and representativeness of herbs and plants, whether medicinal or ornamental, presented here, above all considering that plants are not always mere “tools” of beauty of a space, they have specific functions according to the culture or the place they are in.

KEYWORDS: Medicinal plants, ornaments; Staggered symbolic functions.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, descrevo sobre os cultivos e usos de ervas e plantas, sendo estas catalogadas e caracterizadas como ornamentais e medicinais. Tal ação ou ato de cultivar plantas e ervas, para fins simbólicos, curativos e ornamentais, alimentícios faz parte da evolução humana assim, sendo muito comum entre as mais diversas sociedades desde o início das civilizações em diferentes períodos da história humana até a atualidade. De acordo com Rey Bueno (2009, p.17), citado por SILVA, (2014). Na qual destaca o uso medicinal das plantas, mostrando a antiguidade do seu emprego, esta afirma por sua vez que:

O estudo das propriedades curativas das plantas se perde nas brumas do tempo. Um dos primeiros escritos sobre o tema é o chamado Papiro Ebers, com mais de 3.500 anos de antiguidade. Denominado assim por seu tradutor, o egíptólogo George Moritz Ebers, foi encontrado na cidade de Luxor. Trata-se do mais importante escrito sobre medicina egípcia, no qual se pode identificar cerca de 150 plantas de utilidade terapêutica.

Para tanto, sempre esteve presente a utilização de plantas ornamentais, e silvestres, pelos seres humanos. Desta forma, o lócus da pesquisa será realizado no município de Capitão Poço. A pesquisa será de cunho qualitativo e com o uso do método da antropologia da observação participante, além de breves entrevistas com moradores. Assim, busco refletir e observar quais as principais espécies de plantas são usadas com mais frequências pela população em Capitão-Pocense, haja visto que é comum ver na frente das casas pequenos jardins com as mais variadas espécies de plantas, sejam elas exóticas ou não, todavia observamos que nem sempre tais plantas são expostas por acaso, ou apenas para fins ornamentais, trata-se muitas das vezes de uma crença popular herdada de nossos antepassados, as quais tais plantas recebem uma função simbólica, filosófica de modo, que cada tipo de plantas/ervas possuem seus significados distintos.

A exemplo da planta Boldo (*Peumus boldus*) ou popularmente Boldinho, em muitas das vezes existe nas casas para fins de utilização medicinal. De acordo com populares são utilizadas “para o tratamento de má digestão, problemas do fígado, litíase biliar, gota, obstipação, cistite, flatulência, dor de cabeça e suores frios dentre outros”. (Fonte: Entrevista com populares, 2023), ademais, esta mesma planta para os praticantes da umbanda, representa as entidades Nanã e Buruquê, segunda a qual estes acreditam que esta planta possui o poder de protegê-los, dos males.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Brandão 2007, (p.12) acerca de como elaborar, fazer trabalho de campo, este afirma que;

o trabalho de campo é uma vivência, ou seja, mais do que um puro ato científico, como talvez pudesse ser um trabalho de laboratório, no caso de um psicólogo experimental, ou a pesquisa de gabinete de um economista. O trabalho de campo, a pesquisa antropológica, para mim, é uma vivência, ou seja, é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que diferentes categorias de pessoas fazem, realizam, por exemplo, antropólogo, educador e pessoas moradoras de uma comunidade rural, lavradores, mulheres de lavradores, pequenos artesãos, professoras das escolas e assim por diante. (2007, p.12)

É mediante tal contexto que essa pesquisa, tem como ponto de partida, a vivência e a observação participante, e para obtenção de dados mais específicos sobre a funcionalidade e/ou uso das plantas ornamentais e medicinais, foi realizado entrevistas, estás na forma de uma conversa, sem perguntas fechadas. A esse respeito, de acordo com Fernandes (2014, p. 02) aborda que entrevista é uma técnica privilegiada de comunicação e coleta de dados, pois se trata da estratégia mais utilizada no trabalho de campo. Neste sentido, ressaltando por MINAYO,2002. “A entrevista nada mais é do que “uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo” (MINAYO, 2002, p. 26).

Assim, é evidenciado por meio das leituras das obras (“ver” e “dizer” a tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia do autor, Samain, Etienne, (1995), sendo estes de fundamental importância para o estudo acerca da obra; Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação, do autor: Ribeiro (2005), que defendem que o uso de imagens cinematográficas sendo de fundamental importância para a construção e compreensão de uma dada realidade, cultural antiga ou contemporânea, de modo a nos propiciar por meio da antropologia visual chegar a novas perspectivas de investigação, fazendo uso de imagens e não somente de texto densos.

METODOLOGIAS

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de campo regido nas ruas e bairros do Município de Capitão Poço-Pa, no período entre os anos de 2022 a 2023, utilizamos como metodologia de pesquisa, a pesquisa qualitativa o método da observação participante, e entrevista com perguntas abertas e semiestruturadas e o uso de aparelhos para registros fotográficos, além, de caderno para relatório de campo, e a catalogação de plantas, tanto para fins de utilização ornamentais quanto medicinais, realizamos leituras bibliográficas de historiadores e antropólogos, tudo isso foi de fundamental importância para analisarmos tais funcionalidades desfaçadas e distintas das plantas e ervas, para obtenção de um resultado relevante acerca do uso das plantas pela comunidade.

DESENVOLVIMENTO

Sabendo-se que a prática de cultivo de plantas e ervas é uma prática milenar, seja, para fins curativos, alimentícios ou ornamentais, fato é que desde as sociedades antigas se tem a utilização de diversas espécies de plantas, para as mais diversas funções imagináveis. Neste sentido segundo:

Apud, MACHADO; VARGAS. 2018. *Et al.* **Plantas medicinais do jardim botânico de Porto Alegre.** (p.11), cita (SIMÕES et al., 1989) este aborda, A utilização de plantas medicinais é o resultado do acúmulo secular de conhecimentos empíricos sobre a ação dos vegetais por diversos grupos étnicos resultando numa medicina tradicional, reconhecida atualmente pela Organização Mundial da Saúde.

No Brasil, além dos conhecimentos tradicionais indígenas, as contribuições trazidas nesse campo do conhecimento pelos imigrantes e pelos escravos tiveram importância significativa no surgimento de uma medicina popular rica baseada na utilização da biodiversidade vegetal.

Entretanto, em outros casos, observados mais recentemente, que em alguns casos as plantas possuem uma funcionalidade diferenciada que não apenas para fins ornamentais, mas com a finalidade “desfaçada” de plantas ornamentais, uma vez que na verdade, representam entidades e são utilizadas como plantas de “proteção simbólica”, filosófica, das entidades, orixás, encantados e outros. Que na maioria dos casos estas entidades são cultuadas pelas religiões de matrizes Africanas, mais especificamente nas religiões afro-brasileiras, Umbanda, segundo Barros 2004, p.496.

Na estrutura do imaginário, esses deuses ocupam posições hierárquicas baseadas em relações de mando e de subordinação. Assim, as interações entre as diferentes “entidades” espirituais configuram a estrutura cósmica onde a sua posição é ocupada num gradiente que se estende do excessivo estereótipo da “direita” ao excessivo potencial de inversão-transgressão da “esquerda” (p.496)

Desta forma, tais plantas tem a função de representar e de absorver a proteção dos orixás, das entidades para aqueles que neles creem, guardando seus lares das forças e energias negativas do mal. A imagem da planta abaixo é popularmente conhecida pelo nome de espada de São Jorge, e cientificamente por: (*sensevieira/trifasciot hort*). E assim, no secretismo religioso, representa o Orixá Ogum, que, no entanto, na Umbanda usa-se o nome de espada de Ogum, tendo está a função de proteger, os filhos de Ogum.

Essa planta foi facilmente encontrada em diversos jardins nas frente das casa, em Capitão Poço, A espada de São Jorge como também é identificada e conhecida além, de espada de Ogum pelo o fato desta fazer parte de diversos rituais, banhos e oferenda à entidade Ogum, para que seus filhos possam obter diversas proteções em suas vidas, livramento do mal olhado, de energias negativas e dentre outras.



Figura 1

Fonte: arquivo pessoal, (Sousa,2022)

Entretanto, as plantas das quais retratam na jardinagem a função de ornamentação, e que em alguns casos são usadas com finalidades diversas e disfarçadas por praticantes ou não membros religiosos da umbanda, uma vez que nas religiões afro-brasileira, a finalidade das plantas vai além de ornamentação, estas possuem as funções de representar, as forças da natureza e os orixás. Ademais, acredita-se que uma vez cultivada uma dessas espécies de plantas, o lar ou a casa será protegida pelas forças e energias das entidades umbandistas, na qual a planta representa, livrando-os de males e do mal.



Figura 2

Fonte: arquivo pessoal, Sousa 2022. Jardim plantas de proteção e medicinais

Na imagem acima, apresenta-se plantas de diversas espécies ornamentais, das quais há também, espécies que são além de ornamentais, pois possuem funções de proteger o estabelecimento onde estas se encontram, das forças negativas, é caso da planta conhecida como espada de santa barbara, ou no sincretismo espada de lansã, para os umbandistas. Tal planta está localizada bem abaixo do padrão de registro de energia elétrica, ao lado esquerdo desta imagem. E em outra caso são as plantas com funções curativas, ao centro da imagem, está uma espécie conhecida popularmente como boldo, e serve para produzir remédios naturais, e entre outras.

Entretanto acerca do uso de fotografias, para melhor ilustra a realidade. Ribeiro (2005, p.614), vem contribuir dizendo que com o avanço das tecnologias comunicação e informação, e conseqüentemente de produção de conhecimento, foi possível por meio de fotografias e com a câmara cinematográfica chegar a uma visão breve do outro, ou das diversas culturas existentes, observadas nas viagens entre os continentes. Uma vez que a fotografia retrata a realidade de como ela é de fato.

Neste sentido com relação utilização das plantas com fins ornamentais e de proteção da Umbanda. As imagens retratam a realidade como ela é de fato, a seguir apresentamos a realidade dessa utilização das plantas.



Figura 3-Planta de proteção comigo-ninguém-pode

Na imagem ao lado, apresenta-se espécies de plantas distintas muito utilizadas para ornamentação das casas, nesta fotografia há duas plantas de nome popular comigo-ninguém-pode, e de nome científico (*Dieffenbachia picta* (Lodd) Schott) estas são de uma mesma espécie, que no geral essa planta é usada para fins ornamentais mais também com fim de proteção, das forças da natureza e das entidades das religiões afros.

Estas imagens apresentadas são a exemplo de utilização das plantas tidas como para ornamentação, onde na verdade possuem funcionalidades distintas e diversas das quais podemos destacar a busca por proteção das forças espirituais.

Entretanto, acerca da utilização de imagens/fotografias o autor Samain, E. (1995, p.38) vem ressaltar sobre a importância da utilização de fotografias por pelo antropólogo Malinowski, este nos ensina que as fotos têm o papel de complementar os textos, e a função de apresentar, demonstrar, explicar uma determinada realidade, a ponto de nos aproximar do objeto ou realidade estudada ou pesquisada. Assim, observamos que tanto o texto quanto as imagens têm papéis semelhantes não mais um importante que outro, mais pelo contrário possuem a função de explicar melhor uma dada realidade e de se complementarem.

Demostro a seguir o objeto dessa pesquisa de campo, na qual meus objetivos partiram da ideia de analisar a relação das plantas ornamentais, com as plantas que representa as entidades da umbanda e ao mesmo tempo, o sincretismo religioso entre as religiões de matrizes afro-brasileira, Umbanda com a religião cristã, católica. Entretanto apresentamos em anexo algumas imagens registradas na pesquisa de campo, estas por si só, já dizem muito do que buscamos abordar neste artigo. Entretanto a seguir listamos e abordaremos o resultado de nossa catalogação das plantas ornamentais e/ou medicinais, descreveremos e suas funções simbólicas, curativos e ornamentais.

A exemplo do caso da planta conhecida popularmente por (Corrama, Folha de fortuna, Folha de Pirarucu) e cientificamente por (*Bryophyllum calycinum*) o que de acordo com Schleier 2016 (p.107) afirma que

O *Bryophyllum Argento cultum* é tradicionalmente prescrito na medicina antroposófica para distúrbios do sono, ansiedade, agitação; medos, choque pós-traumático; esgotamento, astenia; tendência histérica; inflamações redicivantes e distúrbios funcionais do sistema metabólico; trabalho de parto prematuro. (p.107)

Dentro do que busco abordar nesta pesquisa além das funcionalidades de cunho medicinais já abordado de acordo, Schleier 2016. A planta folha da fortuna é utilizada nos processos de cura e tratamento de doenças por via do pai, pajé ou mãe de santo na umbanda, no que se refere a representação simbólica filosófica esta planta representa o orixá Exu para os praticantes de umbanda.

4.1 Vejamos um recorte das principais ervas/plantas medicinais e ornamentais que foram catalogadas nas ruas e bairros de Capitão poço. Pa, bem como Seus nomes populares/regionais e científicos, além das suas funções simbólicas, filosófica e curativas, e quais entidades da Umbanda / Orixás estas representam.

- ARRUDA (*Ruta Graveolens L.*), esta planta é cultivada para várias funções simbólicas e curativas das quais podemos destacar a de possui um alto poder de limpeza em banhos e defumações, de modo que os galhos da planta são usados para o benzimento, este é o ato de rezar as pessoas com o uso de ramos no intuito de consumir as energias negativas e purificara-la. Para os umbandistas essa planta representa e traz a proteção das entidades Egunita e Xangô.

- GUINÉ /MUCURA-CÁ (*Petiveria Alliacea L.*), muito utilizada para tratamento de reumatismo, e entre outras inflamações, com fim medicinal, já na umbanda com finalidade simbólica é usada para banhos de limpeza pesada, sendo que esta representa e traz a proteção do orixá Oxóssi.
- ERVA-CIDREIRA (*Melissa officinalis*), conhecida popularmente por ser um calmante natural, esta planta é utilizada na forma de Chá, muita das vezes para controle de ansiedade, para melhora a qualidade do sono, além de promove o bem-estar e a tranquilidade. Da forma semelhante, é usado pelos praticantes da umbanda segundo dados de entrevista, “uso na forma de chá e de defumações para acalmar as energias e afastar as más energias das pessoas antes das giras e do xamã”. (entrevistado praticante da umbanda, 2020) Essa planta representa para os umbandistas a entidade Oxalá.
- PIMENTA MALAGUETA (*Capsicum frutescens*) As pimentas são muito utilizadas para diversos fins, alimentícios, ornamentais, medicinais e simbólico. Toda via no que se refere ao uso na umbanda é usada para defumações e oferendas. Representado todos os orixás, principalmente Exu.
- PINHÃO-ROXO (*Jatropha Gossypifolia L.*) Além de ser uma planta ornamental presente nas maiorias das casas, segundo a observação participante e as entrevistas, para os praticantes da umbanda, essa planta possui uma função simbólica muito importante, que é a de atuar como paralisadora das energias e fluxos energéticos negativos, é também utilizada em ritual para expulsar ou Punir espíritos e demônios. O pinhão-Roxo representa os orixás Omulu, Ogum e Iansã.
- COMIGO- NINGUÉM-PODE (*Dieffenbachia picta(Lodd) Schott*) esta é planta usada para fins ornamentais no geral, mas também com fim de proteção, das forças da natureza e das entidades das religiões afro-brasileiras, representando para os umbandistas as entidades Oxalá e Oxóssi.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, ao se trata de plantas ornamentais: proteção das entidades umbandistas sob um olhar sócio filosófico, foi possível observar com essa pesquisa que visou analisar a utilização, ou do cultivo das plantas ornamentas com funções diversas, das quais destacamos a de proteção pela crença nos Orixás da Umbanda. Que cada planta cultivada em um dado lugar, tem uma função em alguns casos é para fins de arborização do espaço, ou para o paisagismo, para dá uma melhor visibilidade ecológica, da comunidade, com finalidade de ornamentação, ou para produzir frutos, sementes, ou para fins medicinais.

Fato é que cada espécie de planta, erva, arbusto ou árvore que podemos encontrar pelas cidades possuem funções diversas. E o que foi possível observar também é que nem sempre quem cultiva tais plantas de uma dada espécie conhece suas variedades e verdadeiras funções medicinais, ornamentais e simbólicas filosóficas e religiosas. Foi possível observar a variação de nomes populares e regionais para uma mesma espécie e nome de uma planta.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. Sociedade e cultura, v.10,N.1,Jan/Jun.2007.p.11-27

Barros, Sulivan Charles. BRASIL IMAGINÁRIO: umbanda, poder, marginalidade social e possessão. Resumos das teses e dissertações defendidas no PPG-SOL/UnB, 29 de setembro de 2004.p.496

CAMARGO, Adriano, Ebook 05, 25 Ervas para Descarrego, exclusivo da semana Gratuita Magia com Ervas/Umbanda EAD,p.01-31, 25.03 a 29.0

Di Stasi, Luiz Claudio: Plantas medicinais na Amazônia e na Mata Atlântica / Luiz Claudio Di Stasi, Clélia Akiko Hiruma-Lima; colaboradores Alba Regina Monteiro Souza-Brito, Alexandre Mariot, Claudenice Moreira dos Santos. - 2. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Editora UNESP, 2002.

E-book Plantas Medicinais e Fitoterápicos do Jardim Botânico de Porto Alegre (.pdf 36,32 MBytes) disponível em: <https://estado.rs.gov.br/e-book-apresenta-18-plantas-medicinais-do-jardim-botanico-de-porto-alegre>.

Ervas e Banhos I home (wixsite.com), (acesso em 14 de março de 2022)

RIBEIRO, J. 2005. Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação. Revista de antropologia, são paulo, usp, 2005, v. 48 nº 2. P.613-648.

SAMAIN, E. 1995. “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. In: Horizontes Antropológicos - Antropologia Visual. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, p. 19-48.

SILVA, C. USO TERAPÊUTICO E RELIGIOSO DAS ERVAS, **Goiânia, v. 12, n. 1, p. 79-92, jan./jun. 2014.** (Acesso em: 12 de agosto de 2022).

Schleier R, Nakamura MU, Perlatto R, Hosomi JK. Plantas, metais e planetas: o caso do Bryophyllum. Arte Méd Ampl. 2016;36(3):103-9. (Acesso em: 14 de março de 2022) disponível em: *36-3-Bryophyllum.pdf (abmanacional.com.br)

GEOGRAFIA FÍSICA E A EROSÃO FLUVIAL NA ORLA DA CIDADE DE PARINTINS-AM

Data de aceite: 02/05/2024

Alem Silvia Marinho dos Santos

Professora Dra. do curso de Geografia da
Universidade do Estado do Amazonas -
UEA

Enner dos Santos Ribeiro

Professor de Geografia da Secretaria
Municipal de Educação - SEMED

RESUMO: Erosão fluvial (deslizamento e desmoronamento) das margens das faixas fluviais do rio Amazonas, em frente a cidade de Parintins-AM, é um fenômeno, regionalmente, conhecido como “terras caídas”. Resultante da interação sistêmica da complexidade dos elementos da natureza e acelerado pelas atividades humanas. Este fenômeno natural em áreas urbanas torna-se potencialmente um transtorno tornando, sujeitando a população a riscos ambientais. A dinâmica fluvial na área de estudo impõe constante retrabalhamento das margens por seu grande volume de água transportadas associado a fatores como: proximidade e profundidade do talvegue; vazão e velocidade da água; fragilidade do solo e fraca estrutura de contenção das margens; alta precipitação atmosférica; ação humana, grandes enchentes. Neste

sentido, utilizando-se de levantamento bibliográfico, observação ‘*in locus*’, uso do sonar e dados de imagens de satélites contribuíram para a compreensão do objeto de estudo. Os resultados demonstram que o fenômeno é de ordem natural, resultante dos aspectos da hidrodinâmica local. Portanto, espera-se contribuir para a melhor compreensão do fenômeno na cidade de Parintins e possíveis mitigação ao problema das terras caídas.

PALAVRAS-CHAVE: Geomorfologia Fluvial 1; Terras Caídas 2; Riscos Ambientais

ABSTRACT: River erosion (sliding and landslides) on the banks of the transition zone of the Amazon River in front of the city of Parintins, is a phenomenon regionally known as “fallen lands”. Resulting from the systemic interaction of the complexity of nature’s elements and accelerated along with human activities. This natural phenomenon in urban areas potentially becomes a nuisance, subjecting the population to environmental risks. The fluvial dynamics in the study area imposes constant reworking of the banks due to the large volume of transported water, associated with factors such as: proximity and depth of the thalweg, water flow and

velocity, weak containment structure on the bank, high atmospheric precipitation, infiltration of sewage on the slope, large floods. In this sense, using the methodology of bibliographic survey, observation 'in locus', measurement and comparison of data, use of echo sounder and remote sensing data, contributed to the discussion and understanding of the local fluvial dynamics. It is expected, therefore, to contribute to the understanding of the phenomenon and possible mitigations of the problem.

KEYWORDS: Fluvial Geomorphology 1; Fallen Lands 2; Environmental Risk 3.

INTRODUÇÃO

“A geomorfologia fluvial interessa-se pelos estudos dos processos e das formas relacionadas como o escoamento dos rios” (CHRISTOFOLETTI, 1980). No rio Amazonas, uma das formas mais comuns resultantes do processo de escoamento de suas águas brancas, é a erosão fluvial em grande escala. Evento conhecido regionalmente como “terras caídas”.

A presença destes fenômenos aparecem nos relatos das primeiras viagens dos europeus que navegaram o rio Amazonas no século XVII. Entre os quais está Noronha, que no ano de 1768 já alertava para o perigo da erosão fluvial a navegação, “*Ha sítios, aonde caem grandes porções de terra com muitas arvores, e grandíssimo risco das canoas*” (1862, p. 33). La Condamine, entre os anos de 1735 a 1745, quando desceu o rio Amazonas, também menciona em seus registros a problemática nas margens, devido a colisão com troncos que se desprendiam das margens e ficavam encravados abaixo do nível da água. Os botes ao se chocarem com estes, ficavam destroçados e submergiam (1992).

O fenômeno então, nos rios de água branca é de comum ocorrência e desperta o interesse de pesquisadores ao longo do tempo. Soares (1989, p. 94) abordando sobre a hidrografia da região norte, chama a atenção sobre a instabilidade dos leitos destes rios, pois estes estão sempre modificando seus leitos pela ação simultânea da sedimentação e erosão. Segundo o autor “*Os deslocamentos, se processam à custa da erosão das margens de terrenos argilo-arenosos mal consolidados, a qual provoca, durante as cheias, as chamadas “terras caídas”*”.

Sternberg (1998), explica o fenômeno ao embate direto da correnteza no aprofundamento do álveo, tragando as terras marginais, a vegetação e troncos de árvores. Segundo o autor, a ação vorticiosa da água gerada na ascensão de uma massa d'água, produzindo o escavamento pela cavitação no período em que as águas estivessem em cotas altas, modificando a seção transversal e comprometendo a estabilidade da mesma, que procura restabelecer na baixada das águas o equilíbrio deslocando-se mediante as depressões escavadas.

Entretanto, Carvalho (2006), sistematiza e aprofunda-se ao estudo do fenômeno das terras caídas na Amazônia, estudando a costa do Miracauera no município de Itacoatiara, caracteriza o fenômeno como uma erosão acelerada envolvendo desde os processos mais

simples altamente complexos, que se inter-relaciona a outros na natureza, englobando escorregamento, deslizamento, desmoronamento e desabamento que acontece às vezes em escala quase que imperceptível, pontual, recorrente e não raro, catastrófico.

É um fenômeno que afeta distâncias quilométricas, causado por fatores hidrodinâmico, hidrostático, litológico, climático, neotectônico e ainda que em pequena escala antropogênico, provocando uma serie de transtornos aos ribeirinhos como a diminuição de propriedade, mudança de residência, perda de plantações, risco de morte de pessoas por desabamento, dificuldade de embarque e desembarque, dificuldade e risco para os afazeres domésticos como lavar roupa, reconstrução contínua das escadas no barranco, risco à navegação etc. (CARVALHO, 2006)

Estudos como o de Soares, 1989; Sternberg, 1998; Carvalho, 2006; Marques, 2017, apontam que o fenômeno na região amazônica está atrelado a uma complexidade de interações dos elementos da sua geodiversidade. Com base nestes, o Objetivo Geral constitui-se em entender quais os principais elementos potencializam as mudanças na geomorfologia da margem na cidade de Parintins. Os objetivos específicos: Conhecer a dinâmica do rio Amazonas no trecho em frente a cidade de Parintins; Identificar as características dos elementos que influenciam a dinâmica fluvial e os elementos potencializadores do fenômeno de terras caídas na área de estudo. E assim conhecer os trechos na margem mais suscetíveis à erosão fluvial e riscos ambientais.

Para maior compreensão, aprofundamento e entendimento do fenômeno das terras caídas em Parintins, optou-se pelo uso da metodologia de levantamentos bibliográficos em livros, teses e dissertações; técnica de observação *in loco* registrando os eventos por meio de fotografias e anotações; mensuração de dados do nível da água por meio da régua linimétrica da estação fluviométrica local; mensuração de dados da característica da geomorfologia do leito por meio de ecobatímetro; comparação a partir dos dados da defesa civil do município, da CPRM e dos trabalhos já produzidos.

É claro que se não se trata de trazer dados e análises definitivas sobre o fenômeno, mas buscar contribuir para a discussão da temática e soluções possíveis para a população urbana de Parintins, num lugar onde o rio comanda a vida e alarga as margens do caminho.

ÁREA DE ESTUDO

A cidade de Parintins está situada a jusante da Ilha Tupinambarana, tem as coordenadas geográficas de 02°36'48" Latitude Sul e 56°44'09" Longitude Oeste. Possui uma área territorial de 5.952 km² (IBGE, 2009), estando aproximadamente 369 km em linha reta e 420 km em via fluvial de distância da capital do Estado do Amazonas, Manaus.

A sede do município está instalado nas margens direita do rio Amazonas, no curso médio. Está assentada sobre formação quaternária e terraços holocênicos. Faz limite ao norte com o município de Nhamundá, a leste com o Estado do Pará, a oeste o município

de Urucurituba e ao sul, está o município de Barreirinha. A análise da erosão fluvial das terras caídas se dá na margem da sede municipal que tem contato como o rio Amazonas. São acontecimentos que afetam alguns trechos em maior expressividade, causando riscos ambientais para a população que faz uso destes locais.

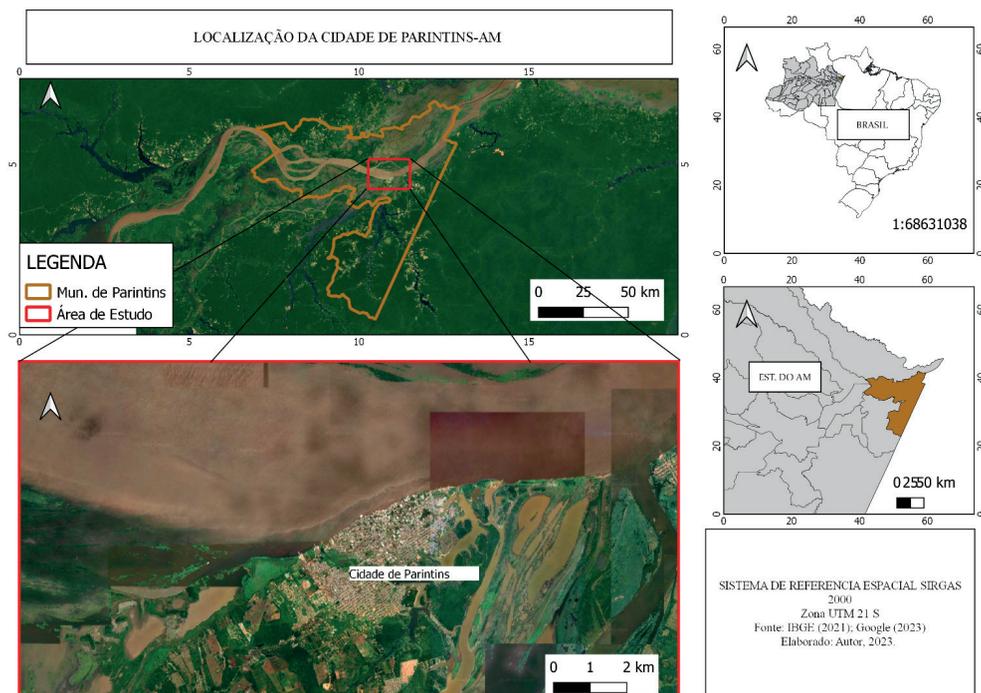


Figura 01: Localização da área de estudo

Fonte: IBGE (2021); Google (2023). Org. Autor (2023).

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa será realizada em gabinete acompanhado por atividades de práticas de campo, que se constitui como instrumento fundamental para a coleta e análise dos dados coletado. Assim o processo segue seu curso proposto de atividades que compreendem as seguintes etapas:

Etapa 01 – Etapa Preliminar: Constitui-se de Levantamento e Revisão Bibliográfica - para fundamentação da produção científica, este é o elo propulsor do olhar sobre o fenômeno estudado, aguçando ao pesquisador a compreensão do fenômeno e o entendimento das pesquisas passadas, internalizando-as, podendo-as utilizar, melhorar ou buscar novos caminhos. Nesta etapa, utilizou-se artigos, teses, livros e dissertações.

Etapa 02 - Diagnóstico e Prognóstico: Definido a trilha a construir a pesquisa, buscou-se a instrumentalização necessária para o diagnóstico e prognóstico do fenômeno, dentre eles estão o Ecobatímetro Garmin ECHO 500c, régua linimétrica fluviométricas, Máquina Fotográfica, caderno de campo, GPS e o software Google Earth.

a) Na medida da profundidade do rio será utilizado Ecobatímetro Garmin ECHO 500c, realizou-se medições batimétricas do canal do rio Amazonas na seção que compreende a área de estudo entre a faixa justafluvial direita a faixa justafluvial esquerda. As medições baseiam-se na emissão do pulso sonoro e a recepção do mesmo sinal após ser refletido, transformando-se em dados numéricos na tela do sensor registrados de 10 em 10 segundos, com o aparelho submerso a 70 cm abaixo da lâmina d'água e a embarcação a uma velocidade de 4 a 5 km por hora na seção transversal do rio Amazonas para gerar o gráfico que representa a topografia do fundo do leito. As coletas dos dados foram realizadas no período de cheia do rio, no mês de maio, do ano de 2017.

c) Na medida da cota do rio utilizou-se a régua linimétrica fluviométricas. De acordo com a Agencia Nacional de Águas- ANA (2021), as réguas linimétricas são os instrumentos utilizados para a leitura do nível d'água do rio monitorado. Como o registro de dados confiáveis de cota é primordial para uma gestão de recursos hídricos eficiente, os equipamentos empregados para a sua mensuração (no caso as réguas linimétricas) devem ser construídos de forma a conduzir a leituras de cotas acuradas. Os dados disponibilizados na pesquisa, são da Marinha do Brasil, órgão responsável pelo acompanhamento diário da cota do rio na cidade de Parintins por meio do instrumento citado.

d) Máquina Fotográfica, Caderno de Campo, GPS, e Google Earth, foram instrumentos utilizados para localização, registro e acompanhamento da atividade erosiva e coleta de dados na área de estudo. A Máquina Fotográfica foi utilizada como um instrumento auxiliar de coleta de dados na pesquisa com a função de produção de recursos visuais; O Caderno de Campo, fez-se anotações sobre os aspectos da modificação e das curiosidades do processo do fenômeno; O Sistema de Posicionamento Global (GPS), utilizado para a localização do fenômeno, as coordenadas geográficas foram extraídas do mesmo local, na coleta das coordenadas foi observada a latitude, longitude e altitude, a fim de construir um mapa planialtimétrico da área; o Google Earth Este software tem seu funcionamento baseado em imagens de satélite, onde foi possível a conversão dos dados do GPS para construir o mapa de localização e delimitação do fenômeno das terras caídas.

Etapa 03 -Tabulação e Análise dos dados - Sistematização das informações. Constituiu-se na escrita e organização do trabalho de pesquisa, fazendo a junção teórica a análise dos dados coletados. Portanto, espera-se que o estudos possa contribuir para um melhor entendimento da dinâmica dos processos erosivos, não somente em Parintins, como também nos demais municípios afetados por essa problemática.

RESULTADOS

Foram identificados duas áreas de maior erosão na faixa justafluvial do rio Amazonas no trecho que compreende a cidade de Parintins. A orla da cidade são aproximadamente cerca de 5 quilômetros de extensão, destes destacam-se o ponto 01 na rua Caetano prestes, conhecido localmente como área do Comunas, pela proximidade da praça do Comunas e o ponto 02 na Avenida Nakauth, conhecido localmente como matadouro, pela presença do matadouro frigorífico Ozório Melo.

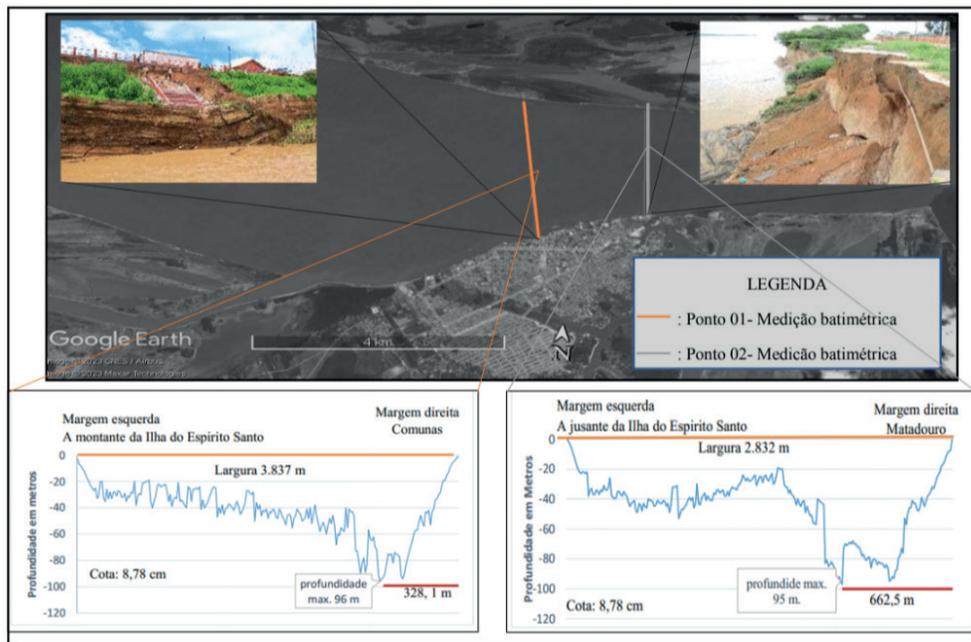


Figura 02: Medições batimétricas transversais no trecho do rio Amazonas em frente a cidade de Parintins

Fonte: Trabalho de campo 20/05/2017. Org. Autor, 2023.

As medições batimétricas transversais nos dois pontos de maior ocorrência de terras caídas em Parintins aconteceram no mês de maio, período da enchente do rio Amazonas, quando a cota media 8,78 mm. O ponto 01, o leito do rio Amazonas tem medidas de aproximadamente 3.837 metros de largura e profundidade do talvegue em 96 metros distante a 328 metros da faixa justafluvial direita, enquanto no segundo ponto de análise, a largura do leito é de aproximadamente 2.832 metros e profundidade do talvegue de 95 metros em dois pontos, 300-662,5 metros da faixa justafluvial direita.

Este ponto de maior ocorrência da erosão lateral que bordejia o centro da cidade nas proximidades da Praça Judith Prestes, conhecida também como Praça do Comunas. A fragilidade se manifesta na estrutura do muro de contenção da beira da cidade, com alguns

pontos deteriorados, o que leva a interdição da rua que percorre a área frontal desta zona, pela vulnerabilidade proveniente do fenômeno das terras caídas.

O ponto 02, localizado no Bairro Santa Clara, próximo ao matadouro frigorífico, a pressão hidrodinâmica da água canalizada imprimida pela velocidade e pela descarga fluvial se sobressai como principal fator causador desse desbarrancamento de terras, gerando intenso impacto hidráulico sob a encosta causando significativo recuo da margem. Pois é uma área sem proteção do muro de arrimo na cidade, levando a desmoronamento e desabamento de terras pelo solapamento da base do relevo.

DISCUSSÃO

Compreende-se que o fenômeno das terras caídas em Parintins não limita-se apenas em entender o rio e as formas de relevo derivadas do fenômeno, mas todos os processos que se interligam e modificam a morfologia da área que se assenta a cidade. Averiguou-se na área de estudo, é a fragilidade do conjunto que constitui a paisagem sua beira-rio, favorecendo o aceleração do deslocamento de terras em diferentes escalas, frente aos fatores e componentes naturais da bacia hidrográfica que agem de forma conjugada, sendo que um fator dentre o antrópico, litológico, hidrodinâmico e hidráulico, se sobressai com maior importância dependendo dos locais de ocorrência, nisto, lista-se alguns agravantes para a ocorrência do mesmo.

Impacto da hidrodinâmica- No rio Amazonas, os principais fatores que atuam dentro do canal e que se aponta como os principais responsáveis pela erosão lateral acelerada é a grande energia contida em seu descomunal volume de água (CARVALHO, 2006 p. 68). No trecho do rio em frente do sítio urbano da cidade de Parintins, a configuração do leito do rio Amazonas proporciona uma atuação de maior impacto da água corrente sobre a cidade, sendo a montante, o segmento retilíneo do canal fluvial de aproximadamente 30 quilômetros, faz das vertentes do terraço urbano, uma zona de amortecimento do fluxo da água, que chega a atingir uma velocidade segundo o Marques (2017), de aproximadamente 5.27km/h.

De acordo com Christofoletti (1980 p. 66), quando a velocidade excede determinado valor crítico, o fluido torna-se turbulento, *“esse tipo de fluido é caracterizado por uma variedade de movimentos caóticos, heterogêneo, com correntes secundárias contrárias ao fluxo principal para jusante”* o que favorece a erosão nas laterais do canal. Portanto, segundo Marques a velocidade do rio apesar de suas características turbulência dentro do canal, possui pouco poder abrasivo, atuando apenas na ação corrosiva do material da margem. Caracterizando a vazão, quantidade de água escoada por unidade de tempo, como principal responsável pela erosão lateral no rio Amazonas. *“No entanto, o volume de água, que varia de 107.000 na vazante a mais de 190.000 m³/s na enchente, possui peso específico e atua com maior intensidade contra as laterais do canal.”* (2017, p. 154).

A cidade de Parintins, está assentada sob um meandro côncavo, estes tem por características curvas sinuosas, semelhantes, através de um trabalho contínuo de escavação na margem côncava e de deposição na margem convexa (CRISTOFOLETTI,1980). Segundo Suguio e Bigarella (1990), é na margem côncava que o fluxo helicoidal atua de forma mais incisiva e que contribui para a aceleração da erosão no terraço fluvial. Marques descreve que a aceleração radial do fluxo dá origem ao excesso de pressão sobre o banco côncavo, onde se processa a erosão, e um déficit de pressão do lado oposto onde ocorre sedimentação. (2017, p. 111).

Impactos da Pressão hidrostática- de acordo Carvalho (2006), *“é entendida como a pressão da água no solo causado pelo peso e pela força de gravidade. Assim, quanto maior for o volume de água no solo, maior é a pressão hidrostática e conseqüentemente maior é a capacidade de provocar escorregamento e deslizamento”* (p. 72) Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, a precipitação pluviométrica na cidade de Parintins é superior a 2.000 mm/ano. Esta, ao saturar os sedimentos entre o muro de arrimo e a vertente, projeta por gravidade a queda de partes da estrutura, que não possui drenagem suficiente para o escoamento da água pluvial, e de base muito superficial no solo. O muro de arrimo na cidade de Parintins para mitigação da erosão fluvial, foi construído ao longo de alguns trechos da orla, segundo Marques (2017), alguns registros datam o final da década de 1950 e que foi ampliado em maior expressividade durante as décadas de 1990 e 2000.

Profundidade do canal- Medições batimétricas denunciam uma grande propensão a ação erosiva de escorregamento de terra e desmoronamentos na orla da cidade pela proximidade do canal e da profundidade do mesmo. Na figura 2, pode-se perceber, a geomorfologia do fundo do rio próximo nas coordenadas, latitude 2° 37'09.5"S e longitude 56°43'10.6"W, local conhecido como "matadouro". Outro ponto de vulnerabilidade ao deslizamento de terra está nas coordenadas latitude 2°37'31.3"S e longitude 56°44'20.9"W, entre a Praça Digital a Praça do Comunas. Nestas áreas a profundidade do canal varia entre 94 a 97 metros de profundidade no período da vazante do rio. O muro de arrimo que protege a margem, não é o suficiente para controlar o fenômeno das terras caídas nessa área, configurando-se como uma área de riscos pela presença constante do processo de erosão fluvial.

O fenômeno na margem da cidade, causa o fechamento de ruas ou perda de parte delas. A Avenida Nakauth, nas proximidades do matadouro teve de ser realocada para o lodo e mesmo assim, a erosão já começa a atingi-la novamente. A praça digital é constantemente interditada para reparos. A praça do comunas está interditada permanentemente, ficando disponível apenas para acesso a pedestres e moradores da área.

CONCLUSÕES

Percebe-se a interação no sistema fluvial da bacia hidrográfica amazônica dos fatores hidrográficos. As consecutivas grandes enchentes, a partir do ano de 2009, contribuíram para o processo de aceleração da erosão fluvial na frente da cidade. Como item fundamental na instabilidade/estabilidade, observa-se a distância e profundidade do talvegue em relação ao nível mais alto da vertente, pois esta tende a busca pelo equilíbrio, gerando em pequena ou grandes escalas, escorregamento ou desmoronamento de terras. O que se faz necessário levar em consideração a proximidade do talvegue ao planejamento de áreas urbana e rurais em bacias de drenagem de águas correntes.

O deslizamento de terras ou o aparecimento de fissuras no terreno poderá indicar um pequeno ajuste entre o topo da vertente e o ponto mais profundo do leito do rio, pois este se encontra a uma distância significativa da margem. Com a presença de grandes enchente e pelo processo de deposição sedimentar, estes desajustes no terreno poderão desaparecer até um próximo evento de desestabilidade na margem, pelo acréscimo sedimentar ou modificação do leito fluvial.

O desmoronamento de terras, é o processo de erosão das vertentes em que a geomorfologia do terreno busca o equilíbrio entre a proximidade/profundidade do talvegue. Neste estágio, os elementos fluviais da pressão hidrodinâmica atuarão de forma incisiva no modelamento do relevo. Em qualquer que seja o ambiente e o nível de aceleração do fenômeno das terras caídas, haverá em algum momento o recesso erosivo. Entretanto, observação, estudos, cálculos, tornam-se necessários para a compreensão de um dos fenômenos que mais contribui para a formação de feições geomorfológicas ao longo dos rios de água branca, em especial o rio Amazonas.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (Brasil). Levantamentos topobatimétricos e geodésicos aplicados na Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN) / Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Serviço Geológico do Brasil. Brasília: ANA, 2021. 118 p.

CARVALHO, J. A. L. **Terras caídas e conseqüências sociais: Costa do Miracuera, Paraná da Trindade, Município de Itacoatiara-AM.** Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia do Instituto de Ciências Humanas e Letras) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006. 142 p.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. Geomorfologia. São Paulo, Edgard Blucher, 2ª edição, 1980. 101 p.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de, 1701-1774. Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas / Ch. -M. de La Condamine. – Brasília: Senado Federal, 2000. 204 p.

MARQUES, Rildo O. **Erosão nas margens do rio Amazonas: o fenômeno das terras caídas e as implicações para a cidade de Parintins-AM.** Dissertação (Mestrado no programa de pós-graduação em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas- UFAM, Manaus, 2017. 175 p.

NORONHA, José Monteiro de. **Da Viagem da Cidade do Para até as últimas colônias do Sertão da Província**. TYPOGRAPHIA DE SANTOS & IRMAOS. Pará, 1862. 108 p.

SOARES, Lúcio de C. **Hidrologia**. In: Geografia do Brasil; Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

STERNBERG, Higard O. **A água e o Homem no Careiro da Várzea**. MPEG, BelémPará, 1998, 289 p.

SUGUIO, K; BIGARELLA, J.J. **Ambientes Fluviais**. 2ª Ed. EDUFSC, Florianópolis, 1990.183 p.

ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO TERRITORIAL DA TRÍPLICE FRONTEIRA PARANAENSE

Data de aceite: 02/05/2024

Amanda Paula Nunes Ortiz

Isadora Meneghel Begnini

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a compreensão da formação territorial da tríplice fronteira na região de Foz do Iguaçu, a partir de uma análise interdisciplinar, principalmente a partir da história, da geografia, do direito e da arte e arquitetura. A importância social reside na necessidade de entender e sintetizar a ocupação territorial do estado do Paraná, desde o início da ocupação do Brasil, a fim de contribuir para a compreensão da sociedade acerca da origem de problemas atuais na região, como a falta de moradia adequada, a existência de favelas e núcleos informais, a desigualdade social, a diversidade cultural e os estigmas que assolam a convivência pacífica e aprimorada da população diversificada residente na tríplice fronteira. As injustiças sociais vivenciadas pelos grupos excluídos, como os menos favorecidos economicamente, os moradores de áreas de favelas e os povos indígenas, marcaram diversos momentos da história e são reflexos dessa

construção. Deste modo, sua abordagem servirá para promover o pensamento sobre a vivência social da fronteira e a importância de promoção de políticas públicas para amenizar as desigualdades existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Interdisciplinaridade, território e tríplice-fronteira

ABSTRACT: The research object of this work is to understand the territorial formation of the triple border in the region of Foz do Iguaçu, based on an interdisciplinary analysis, mainly from history, geography, law and art and architecture. The social importance lies in the need to understand and synthesize the territorial occupation of the state of Paraná, since the beginning of the occupation of Brazil, in order to contribute to society's understanding of the origin of current problems in the region, such as the lack of adequate housing, the existence of favelas and informal settlements, social inequality, cultural diversity and stigmas that plague the peaceful and improved coexistence of the diverse population residing in the triple border. The social injustices experienced by excluded groups, such as the economically disadvantaged, residents of favela areas and indigenous peoples, have marked several moments in

history and are reflections of this construction. In this way, its approach will serve to promote thinking about the social experience of the border and the importance of promoting public policies to alleviate existing inequalities.

KEYWORDS: Interdisciplinarity, territory and triple-border

PROBLEMÁTICA

A compreensão da sociedade, da cultura e das fronteiras como foco de estudo do ser humano e do desenvolvimento social, numa perspectiva interdisciplinar, é notoriamente complexa. Neste liame, vislumbra-se como problemática a ser analisada, a ocupação territorial do estado do Paraná, desde o início da ocupação do Brasil, visto que o estudo da história é indissociável da pesquisa da ocupação territorial da cidade, bem como do problema da moradia na urbanização, tema da dissertação do programa de mestrado.

Além disso, farão parte da pesquisa a Geografia Territorial e Política, a Arquitetura Paisagística, a Sociologia, na compreensão da desigualdade social gerada na ocupação da terra desde os primórdios, a Filosofia, responsável pela evolução da compreensão do ser humano como ser de direitos ao invés de mero objeto para uma finalidade, o Direito, a fim de analisar os aspectos jurídicos da propriedade, da moradia e do princípio máster a ser tutelado pelo estado, qual seja, a dignidade da pessoa humana.

OBJETIVOS

Compreender, por meio de uma análise interdisciplinar, a estrutura social da região da fronteira de Foz do Iguaçu, Paraná, na sua ocupação territorial geográfica, e os aspectos políticos, sociais e culturais envolvidos nessa divisão territorial.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada consiste na pesquisa bibliográfica, especialmente dos registros já elaborados por pesquisadores, geógrafos, historiadores, dentre outros profissionais de diversas áreas, que se dedicaram à pesquisa territorial do Paraná e da região da tríplice fronteira.

DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

No decorrer da história, percebe-se a importância da fronteira geográfica e territorial para o desenvolvimento da sociedade. O resultado dessa interação formou o homem, a sociedade e o estado. No aspecto global, o resultado da fronteira delimita não só o território, mas a soberania de um país.

Por outro lado, no plano microrregional, há o espaço urbano e a delimitação da propriedade territorial nas cidades, com as intercorrências apresentadas pela vida urbana.

Estas consistem, dentre outros, na divisão desigual da propriedade, na divisão social e econômica e nas políticas públicas que não atendem às necessidades populacionais.

É possível afirmar que tais problemas decorrem de fatores que se arrastam desde o surgimento do país, quais sejam: a divisão desigual da propriedade e o desrespeito aos povos originários que já habitavam nessa região.

O primeiro fator mencionado é fruto da ocupação e colonização pelos portugueses e espanhóis. Estes dividiram a extensão territorial do país em duas partes, por meio do Tratado de Tordesilhas. A parte oriental (costa marítima) era pertencente à Portugal e a parte ocidental à Espanha. Segundo o geógrafo Fábio Braz (2000, p. 39) “Portugal subdividiu as terras de sua posse em 15 *capitanias*, as quais novamente foram subdivididas em lotes de poucas léguas, denominadas *sesmarias*”. E assim começou a divisão do espaço territorial brasileiro pela monarquia portuguesa.

Os espanhóis, por sua vez, possuíam a maior área no Paraná. Não obstante, os legítimos donos deste território – conforme os registros históricos – eram os indígenas, que tentaram defender o seu espaço na época das conquistas, marcada por disputas e batalhas (Braz, 2000, p. 39). Com relação à ocupação do espaço territorial, ainda não haviam estabelecimentos nem povoados com a exploração do pau-brasil.

Diante disso, Portugal iniciou a cultura da cana-de-açúcar, e, a partir de 1570, estava legalizado aprisionar e usufruir do trabalho escravo indígena. Organizaram-se grandes expedições para encontrar e capturar indígenas pelo interior do país, as quais também foram responsáveis pela expansão do território nacional (Braz, 2000, p. 40).

Por volta de 1603, devido aos fracassos do Império Português, na busca do ouro, o governo abriu mão da monopolização das minas auríferas, e, através do Regimento de Terras Mineraias, a concessão e o usufruto dessas minas passou à posse dos seus descobridores. As “Bandeiras”, ocorridas nos séculos XVI e XVII, e o ciclo do ouro paranaense, foram grandes responsáveis pelo nascimento de inúmeras cidades, as quais hoje são consideradas municípios históricos (Braz, 2000, p. 42).

Nesse aspecto, os índios também foram alvos das expedições das bandeiras. O núcleo irradiador do movimento foi São Paulo, de onde grupos saíam de suas terras, nas quais viviam em elevada pobreza, para incendiar aldeias e aprisionar indígenas, a fim de comercializá-los como escravos (Braz, 2000, p. 45-46). Se, de um lado, a Europa oriental possui uma dívida história com os judeus, certamente o Ocidente a possui com os indígenas.

Após a Guerra do Paraguai (1865-1870) a região de Foz do Iguaçu foi vista como um ponto estratégico importante para ser deixada sem uma fiscalização adequada pelo governo imperial, de modo que em 1889 foi instituída a colônia militar de Foz do Iguaçu (Casagrande, 2002, p. 46).

Em 1891, com a Proclamação da República, as terras devolutas passaram a pertencer aos Estados (Brasil, 1891, artigo 64). Essas foram concedidas, pelo Governo do

Paraná, aos concessionários em troca da realização de obras públicas e assentamentos de colonos, nos termos estabelecidos pela Lei de Terras nº 98/92. Com as Leis Estaduais nº 1147/12 e 1642/16, as concessões de áreas de até cinquenta mil hectares destinadas a projetos de colonização, motivaram inúmeras transações fundiárias (Casagrande, 2002, p. 38).

No entanto, o que ocorreu não foram projetos de colonização, mas o favorecimento às grandes empresas estrangeiras e predatórias dos recursos naturais e da exploração da mão-de-obra aqui existente (Westphalen, 1927, p. 8-9).

Sob esse liame, a concessão de terras às empresas estrangeiras culminou na exploração depredatória das matas nativas e da exploração da mão-de-obra, onde era rara a distribuição de terras a colonos ou a pequenos proprietários (Casagrande, 2002, p. 39).

Foi daí que surgiu o termo “obrage” (Colodel, 1960, p. 53-57), marcante na cultura de ocupação do território da tríplice fronteira, que designava propriedades em regiões de flora de clima subtropical, nos estados vizinhos da Argentina e Paraguai, cuja vida útil estava diretamente ligada à extração de matéria-prima, exploração intensiva, indiferente ao esgotamento dos recursos naturais. Nelas, era utilizada mão-de-obra, preferencialmente guarani, em troca de salários baixíssimos, em razão disso, as poucas tentativas de organizar uma colonização, em regime de pequena propriedade, fracassaram já que as *obrages* detinham o domínio da região (Hoff, 1991, p. 29).

As *obrages* somente passariam a ser extintas com o nacionalismo de Getúlio Vargas e com a criação do Território do Iguazu (1943-1946), de modo que algumas destas *obrages* foram vendidas a grupos brasileiros que começaram a colonização do Oeste a partir da década de 40 (Hoff, 1991, p. 30). Nestas, se destaca a colonizadora Gaúcha, que colonizou a região de São Miguel do Iguazu.

No que tange à fronteira cultural, a delimitação da fronteira territorial do Paraná veio inseparável da criação da imagem cultural do estado. Trabalhos realizados por autores como Afonso Taunay, Ermelino de Leão e Romário Martins, a partir do final do século XIX, tinham por objetivo reconhecer na natureza o diferencial na formação do Paraná e de suas fronteiras (de Camargo, 2007, p. 15):

Este movimento (denominado de *Paranismo*) se concretiza no Paraná pela exaltação dos valores locais e o desenvolvimento de uma simbologia baseada em elementos nativos como o pinheiro paranaense e o pinhão, simplificados até serem transformados em logotipos. Tais elementos iconográficos regionais, marcados por uma linguagem art-déco de forte teor panfletário, foram elaborados de modo a se constituírem em estímulo à criação de um “espírito paranaense”.

A partir dessa visão, elaborou-se uma identidade regional relacionada ao espaço. Sob o lema de civilização, racionalidade e progresso, essa identidade funcionou como um convite aos fluxos migratórios e à colonização da região, especialmente no oeste do estado (Casagrande, 2002, p. 25-26).

Considerando que os fenômenos oriundos da regionalidade estatuem a região (Gregory, 1996, p. 330), a formação de uma história regional fortaleceu a fronteira territorial da comunidade paranaense (Szesz, 1996, p. 312).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da ocupação histórica da região oeste do Paraná – de forma interdisciplinar por meio da pesquisa histórica, geográfica, urbanística e paisagística, normativa e social – possibilitou a compreensão da formação das fronteiras territoriais e culturais da região de Foz do Iguaçu como é hoje.

A desigualdade social existente na região, a falta de núcleos urbanos adequados e de melhores condições habitacionais e paisagísticas das cidades da tríplice fronteira, são consequências da desvalorização dos habitantes originários e da concessão das terras devolutas às empresas estrangeiras.

Em decorrência das concessões de terras e da exploração dos recursos, naturais e humanos, primeiro pelos portugueses e espanhóis, e, posteriormente, pelas empresas estrangeiras, a formação do espaço territorial da tríplice fronteira é marcado pela desigualdade habitacional.

Por outro lado, a ideia de fortificação da fronteira territorial paranaense, em que pese se tratar de regionalismo com críticas intrínsecas contribuiu para a formação do espaço e da cultura da região como é hoje. Além disso, a história de Foz do Iguaçu, da região da tríplice fronteira e do Paraná é a história dos povos indígenas, de modo que constitui a história de cada pessoa que aqui habita.

As particularidades da região formam, de fato, a tríplice fronteira contemporânea, marcada por dificuldades na urbanização e pela diversidade cultural dos povos habitantes da região. As *obrages* constituíram posteriormente os terrenos vendidos às colonizadoras, formadas por brasileiros e estrangeiros, que culminaram na formação das cidades que compõem a região da fronteira de Foz do Iguaçu como é vista hoje.

Em razão disso, os municípios são marcados pela desigualdade social e divisão desigual do espaço. Não obstante, apesar das fronteiras territoriais, a diversidade cultural, fomentada pela história vivida e construída pelos povos indígenas aqui existentes e pelos colonizadores pioneiros brasileiros, culmina na integração entre Paraguai, Brasil e Argentina, na região de Foz do Iguaçu, dada a sua história comum de ocupação e exploração.

Por fim, vislumbra-se na conservação da terra e dos recursos naturais, um passado contemporâneo, em que a preservação dos espaços tradicionalmente ocupados pelos índios ganha relevância para a preservação da própria humanidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição de 1891. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em 05 dez 2023.

COLODEL, José Augusto, 1960. **Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste paranaense até 1960**. Santa Helena, Prefeitura Municipal, 1988.

DE CAMARGO, Geraldo Leão Veiga. **Paranismo: Arte, Ideologia e Relações Sociais No Paraná. 1853 – 1953**. CURITIBA, 2007. Tese Programa de Pós Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, doutor em História. Linha de Pesquisa: Espaço e Sociabilidades. Orientador: Prof. Dr. Luiz Geraldo Santos Silva.

HOFF, Sandino. **A ocupação do norte**. In: PAZ, Francisco. Cenários de economia e política: Paraná – Curitiba: Prephacio, 1991.

WESTPHALEN, Cecília Maria, 1927. **História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu**. Curitiba: SBPH-PR, 1987.

PERSPETIVA FEMININA SOB A RELAÇÃO DE BEM-ESTAR E RESILIÊNCIA NAS HABITAÇÕES DE CORANE (ARQUITETURA, INSERÇÃO URBANA E FATORES SOCIOECONÓMICOS)

Data de submissão: 08/03/2024

Data de aceite: 02/05/2024

Aldevina Manuela d'Alva Brito dos Santos

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE),
Escola de Tecnologias e Arquitectura
Lisboa - Lisboa
Universidade Lúrio, Faculdade de
Arquitetura e Planeamento Físico
Moçambique – Nampula
<https://orcid.org/0000-0001-5382-4677>

RESUMO: O estudo investigou a percepção das mulheres sobre as suas experiências de bem-estar e resiliência em habitações de Corane, em Moçambique, adotando uma abordagem qualitativa, básica e descritiva. Inicialmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres, além de um workshop público para ouvir a opinião das mulheres e uma imersão domiciliária de dois dias numa família chefiada por uma mulher. Os resultados revelaram várias limitações enfrentadas pelas mulheres no contexto habitacional de Corane. Questões relacionadas com a durabilidade, acústica e conforto foram identificadas como desafios significativos no que diz respeito ao modelo habitacional adequado. Além disso, a inserção urbana das habitações mostrou carências em

equipamentos públicos, aspetos acústicos, segurança pública, drenagem e arborização urbana. As condições socioeconómicas das mulheres também foram abordadas, evidenciando restrições relacionadas com a geração de renda. Uma contribuição importante do estudo foi a apresentação de soluções e estratégias fundamentais para modelos habitacionais sensíveis ao género em Corane. Ao considerar as perspetivas das mulheres, essas soluções podem orientar a redefinição de programas de reassentamento de deslocados no futuro. No entanto, apesar das oportunidades socioeconómicas criadas, as questões culturais ainda limitam a participação das mulheres na geração de renda em Corane, deixando-as muitas vezes dependentes. Enquanto mulheres divorciadas ou solteiras buscam ativamente tornar-se autossuficientes, as casadas tendem a depender mais de trocas de produtos e donativos.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres; habitação; arquitetura; inserção urbana e fatores socioeconómicos.

FEMALE PERSPECTIVE ON THE RELATIONSHIP OF WELL-BEING AND RESILIENCE IN CORANE HOUSING (ARCHITECTURE, URBAN INSERTION AND SOCIOECONOMIC FACTORS)

ABSTRACT: The study investigated women's perceptions of their experiences of well-being and resilience in Corane housing in Mozambique, adopting a qualitative, basic and descriptive approach. Initially, semi-structured interviews were conducted with five women, as well as a public workshop to hear women's opinions and a two-day home immersion in a family headed by a woman. The results revealed several limitations faced by women in the Corane housing context. Issues related to durability, acoustics and comfort were identified as significant challenges with regard to the appropriate housing model. In addition, the urban setting of the dwellings showed deficiencies in public facilities, acoustic aspects, public safety, drainage and urban tree planting. Women's socio-economic conditions were also addressed, highlighting constraints related to income generation. An important contribution of the study was the presentation of key solutions and strategies for gender-sensitive housing models in Corane. By considering women's perspectives, these solutions can guide the redefinition of IDP resettlement programs in the future. However, despite the socio-economic opportunities created, cultural issues still limit women's participation in income generation in Corane, often leaving them dependent. While divorced or single women actively seek to become self-sufficient, married women tend to rely more on bartering and donations.

KEYWORDS: women; housing; architecture; urban integration and socio-economic factors.

INTRODUÇÃO

Em resposta às crises humanitárias desencadeadas por ataques armados na Província de Cabo Delgado, em Moçambique, o governo e organizações da sociedade civil empreenderam esforços para realocar e reassentar famílias deslocadas (Portal do Governo de Moçambique, 2021). No entanto, os programas de habitação estabelecidos para atender a essa população enfrentam desafios significativos relacionados ao modelo de habitação, inserção urbana deste e nas condições socioeconómicas destas comunidades.

Especialmente para as comunidades de baixos rendimentos, a habitação é um determinante social crítico de bem-estar, pelo facto de as opções de habitação poderem ser limitadas (Headen et al., 2022). Esta sensação de bem-estar e pertencimento a um lugar específico é crucial para o desenvolvimento humano e social de uma comunidade. No entanto, para os deslocados, a situação se torna ainda mais desafiadora, pois enfrentam obstáculos relacionados à integração familiar, acesso à moradia, infraestrutura social e criação de oportunidades de emprego (Centro de Jornalismo Investigativo, 2023).

Em Moçambique, dentre os deslocados identificam-se subgrupos que apresentam uma vulnerabilidade ainda mais acentuada, mulheres, crianças e idosos são identificados como grupos sociais particularmente vulneráveis devido à sua dependência económica (Ministério do Género Criança e Acção Social, 2022). Especialmente as mulheres, muitas vezes não reconhecidas como provedoras do lar devido costumes sociais estabelecidos,

enfrentam dificuldades adicionais pela à falta de acesso à educação e oportunidades de trabalho (Kalabamu, 2006). Neste contexto, buscou-se entender de que maneira a visão feminina influência na percepção da experiência de bem-estar e resiliência nas habitações de Corane?

Para responder a esta pergunta o estudo analisou o contributo da perspectiva das mulheres para a compreensão da experiência de bem-estar e resiliência das habitações, considerando os efeitos da arquitetura, da inserção urbana e dos fatores socioeconómicos em Corane, através da realização de uma Avaliação Pós-Ocupação das Habitações do Centro de Corane, sob a perspectiva de Bem-estar (casa resiliente), tendo como indicadores continuar aprendendo, tomar conhecimento, doar, ser ativo e conectar (critérios baseados em Araujo & Villa, 2020).

O estudo adotou uma abordagem qualitativa, básica e descritiva em seus procedimentos de pesquisa de campo. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica para embasar o estudo. Em seguida, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com 5 mulheres, seguidas por *workshops* de auscultação pública para ouvir as vozes femininas. Além disso, uma imersão domiciliar de dois dias foi realizada em uma família chefiada por uma mulher, proporcionando *insights* valiosos para uma compreensão mais profunda das necessidades específicas das mulheres em Corane.

Os seguintes aspetos destacam-se como motivadores fundamentais para a realização do estudo:

- A falta de estudos publicados sobre as habitações de Corane, uma região ocupada por deslocados pelos conflitos armados que necessitam de atenção;
- A importância de compreender o impacto das práticas domésticas das mulheres, influenciando não apenas o bem-estar individual delas, mas também a estabilidade e o futuro de toda a família (Tang et al., 2022)
- Os recentes conflitos armados em Cabo Delgado começados em 2017, que têm gerado novos deslocados ainda em 2024;
- A crescente necessidade de investigações novas sobre o sentimento de lar entre migrantes internos (Tang et al., 2022)
- A preocupação das autoridades moçambicanas, incluindo o Ministro das Obras Públicas, habitação e Recursos Hídricos, com a habitação resiliente (1º Congresso de Arquitetura de Moçambique: Resiliência do edificado – Desafios da Prática Profissional em Moçambique, 2024).

A estrutura do artigo compreende a revisão da literatura sobre habitação, bem-estar e resiliência enfocando a perspectiva feminina, descrição do método, discussão dos resultados, estudo de caso em Corane abordando aspetos arquitetónicos, urbanísticos e socioeconómicos, considerações finais e referências bibliográficas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do artigo apresenta uma análise dos conceitos relacionados à perspectiva feminina na habitação, explorando como essa dimensão influencia o bem-estar e a resiliência das habitações.

Habitação

A compreensão da habitação abrange uma variedade de formas (Pasternak, 2016). Conceções contemporâneas ressaltam o lar como um espaço central de significado e identidade geográfica, onde as relações interpessoais se estabelecem e se fortalecem (Cresswell, 2020). Além disso, as experiências residenciais refletem e perpetuam padrões históricos, geográficos e sociais, moldando as oportunidades de vida e a autoimagem dos indivíduos (Mechlenborg & Gram-Hanssen, 2020). Assim, as diferenças nas percepções de lar são observáveis em diversos grupos demográficos, sendo influenciadas por mudanças históricas e tecnológicas.

Em um contexto mais amplo, a habitação desempenha um papel crucial na promoção da saúde e do bem-estar, assim, melhores condições habitacionais contribuem para salvar vidas, reduzir a pobreza e minimizar os impactos das mudanças climáticas (WHO, 2018).

No contexto de Corane e suas habitações, as compreensões feministas do lar assumem uma importância significativa. Essas perspectivas destacam que a noção de lar não é estática, mas sim múltipla e fluida de acordo com Longhurst, (2012), esta é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo gênero, cultura e dinâmicas familiares. Ao considerar as experiências das mulheres que residem em Corane, é essencial reconhecer a complexidade e diversidade de suas percepções e práticas relacionadas ao lar. Isso pode incluir como elas definem, moldam e vivenciam o lar, bem como como suas experiências afetam seu bem-estar e resiliência dentro desse contexto específico.

Gênero (Feminino)

A partir da literatura, compreende-se que as práticas diárias e as concepções sobre lar e habitação são fortemente influenciadas pelo gênero (Mechlenborg & Gram-Hanssen, 2020). Essas diferenças de poder baseadas no gênero se refletem nos espaços habitacionais, resultando em realidades habitacionais distintas associadas às disposições e práticas específicas realizadas em casa (Vásquez-Vera et al., 2023). Especial atenção tem sido dada às mulheres migrantes devido ao seu papel no trabalho doméstico e na provisão alimentar, embora o conhecimento sobre o sentido de lar das mulheres migrantes rurais seja ainda limitado (Tang et al., 2022).

O status inferior das esposas em termos de educação, ocupação e renda, comparado ao dos maridos, muitas vezes resulta em sua incapacidade de contribuir

significativamente para as finanças familiares (Cui et al., 2023). O gênero é um elemento essencial para compreender os significados atribuídos ao lar. Em Corane, as mulheres desempenham um papel significativo no contexto doméstico, tradicionalmente associado ao seu domínio. No entanto, é importante considerar que as interpretações sobre o lar e as responsabilidades domésticas também envolvem correlações masculinas e femininas distintas. Essas dinâmicas influenciam a maneira como as mulheres em Corane percebem e se relacionam com o ambiente doméstico, bem como seus papéis dentro desse contexto. Além disso, esses significados de gênero do lar são maleáveis, uma vez que o gênero é socialmente construído e as pessoas negociam a mudança das normas masculinas e femininas (Gorman-Murray, 2012).

Bem-estar e Resiliência: explicar os indicadores

A habitação, sendo a unidade básica de análise da vida urbana, é reconhecida como um determinante social importante da saúde e do bem-estar (Vásquez-Vera et al., 2023). Estudos ao longo do tempo têm explorado a relação entre habitação e bem-estar, incluindo perspectivas femininas, reconhecendo o papel crucial dessas perspectivas (Baker et al., 2017; Kalabamu, 2006; Miled, 2020; Mubiru et al., 2022; Tang et al., 2022; Vásquez-Vera et al., 2023). Esses estudos destacam uma forte ligação entre a habitação e o bem-estar mental, social e físico dos indivíduos.

Além disso, pesquisas também investigam a resiliência das habitações, examinando sua capacidade de resistir a choques (Amorim-Maia et al., 2023; Moreira et al., 2020). Resultados parciais desses estudos demonstram a relação direta entre a resiliência das habitações e o bem-estar. Essas descobertas contribuem significativamente para o conhecimento científico sobre o tema, destacando a importância de promover ambientes habitacionais resilientes, que promovam o bem-estar das comunidades, incluindo a de Corane

MÉTODO

Este estudo empregou uma abordagem qualitativa para compreender como a visão feminina influencia a percepção do bem-estar e resiliência nas habitações de Corane. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental para construir um referencial teórico e ganhar maior compreensão do objeto de estudo. Em seguida, foram conduzidas três visitas de campo à área de intervenção: a primeira para estabelecer contato com as mulheres de Corane e conhecer os modelos habitacionais; a segunda para um levantamento detalhado, visitas às habitações e entrevistas; e a terceira para realizar um workshop e obter maior sensibilidade à perspectiva feminina sobre a habitação.

Durante as visitas, foram aplicados três instrumentos de coleta de dados: uma grelha de observação da autora, um guia de entrevista semiestruturado e a transcrição das perspectivas femininas no workshop. Todos os instrumentos consideraram três fatores associados ao bem-estar e resiliência habitacional: arquitetura, inserção urbana e fatores socioeconômicos, avaliados através de indicadores como continuar a aprender, tomar conhecimento, doar, ser ativo e conectar.

As entrevistas domiciliares foram realizadas com cinco mulheres de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, todas mães e a maioria casada, essas são identificadas no estudo por letras para preservar a sua identidade. A observação incluiu cinco habitações, baseando-se na leitura do espaço pela autora, além de uma imersão na casa de uma família por dois dias para compreender as atividades diárias e noturnas. O workshop, aberto ao público, contou principalmente com a participação de mulheres estudantes do curso de pedreiros de Corane e mulheres mais velhas da comunidade, que contribuíram com exemplos claros sobre suas experiências e noções de bem-estar e resiliência.

Por fim, os dados foram analisados qualitativamente para identificar padrões e temas relevantes, utilizando técnicas de organização e interpretação. Isso incluiu codificação, triangulação e análise comparativa e discussão para compreender as perspectivas das mulheres sobre o bem-estar e resiliência nas habitações de Corane.

ESTUDO DE CASO DE CORANE: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em 2021, em Corane, no distrito de Meconta, província de Nampula, foi estabelecido o primeiro e maior centro de reassentamento para deslocados internos de Cabo Delgado. Com aproximadamente 1100 famílias, das quais cada família recebeu uma habitação em material local, em um terreno de 500m². Entretanto, atualmente com um pouco mais de 1000 habitações e cada vez mais deslocados, as condições habitacionais em Corane são agora uma preocupação para intervenções governamentais.

Assim, no contexto deste estudo sobre as condições habitacionais em Corane, alguns pontos foram observados entre os relatos das entrevistadas e pelo workshop, refletindo desafios comuns enfrentados por mulheres deslocadas em relação a arquitetura sensível ao género, inserção urbana e fatores socioeconômicos.

Arquitetura sensível ao género

Em relação ao tamanho e às condições estruturais das casas, todas as entrevistadas, independente de suas especificidades, mencionaram a pequenez das casas como uma questão central. A Entrevistada A expressou a necessidade de ampliação das casas para acomodar visitas, enquanto as demais observaram que suas casas são pequenas para o número de moradores.

"A casa é pequena, só dá para dormir nela mais nada... imagine nos somos 10 pessoas aqui em casa, numa casa de 2 quartos." Disse B.

A falta de identificação das mulheres com suas casas devido ao tamanho pequeno e compartimentos limitados é uma barreira significativa na formação de um senso de pertencimento ao ambiente residencial. De acordo com Mechlenborg & Gram-Hanssen, (2020), o lar é um local carregado de significado emocional, cultural e pessoal, onde o senso de pertencimento ao mundo é construído.

Além disso, houve uma total convergência em relação às questões de manutenção e durabilidade das habitações. A Entrevistada A relatou a necessidade de rebocar as paredes diariamente na época chuvosa, enquanto a Entrevistada D destacou a deterioração causada por térmitas. Aliado a isso o estudo revelou a necessidade de desenvolver técnicas que garantam maior resistência do bambu aplicado na estrutura das casas. Essa preocupação com a qualidade dos materiais de construção ressalta a importância de garantir a durabilidade e a segurança das habitações em Corane. A entrevistada B afirma:

"Vendi arroz e farinha que produzo e ampliei a minha casa tenho uma casa enorme, investi no reboco de cimento e mesmo assim a estrutura (bambu) da casa esta podre e pode cair."

No âmbito da habitação, o termo "lar" abrange os sentimentos, valores, culturas e práticas que estão ligados às estruturas físicas onde as pessoas vivem (Mechlenborg & Gram-Hanssen, 2020). A degradação constante da casa, e a estrutura comprometida após uma ampliação, destaca a desconexão entre os sentimentos de segurança e conforto esperados no conceito de "lar" e a realidade física da habitação. Isso dificulta a identificação das mulheres com o espaço residencial, minando sua confiança e conforto emocional.

"A cobertura da casa, feita em chapas possui furos e entra água as gotas sempre que chove." Mencionou D.

A falta de segurança na moradia pode prejudicar a saúde ao causar estresse, podendo levar a resultados de bem-estar negativos (Caswell & Zuckerman, 2018). Por outro lado, a falta de privacidade no interior e no exterior da casa foi outra preocupação recorrente entre as entrevistadas, destacando a capacidade de quem se encontra no interior da casa, ouvir as conversas da rua e vice-versa.

"Espero anoitecer para poder conversar e ter intimidade com o marido, para as crianças não ouvirem. As vezes recorremos a cozinha que é externa." Disse C.

Outra questão levantada foi a inadequação das instalações sanitárias. O estudo observou que as casas de banho são colocadas estrategicamente distantes das casas por serem latrinas a céu aberto, exigindo que as mulheres e crianças percorram o quintal durante a noite para acedê-las. Podendo representar um risco à segurança destas. Os espaços de refúgio precisam ser concebidos levando em consideração as diferenças de gênero, sendo culturalmente inclusivos e de fácil acesso (Amorim-Maia et al., 2023).

Durante a imersão na habitação, as noites foram relativamente tranquilas, embora a sensação de estar num espaço apertado e opressivo devido à falta de circulação na casa causada pela disposição dos moveis e pertences amontoados em quase todos os lugares. A estrutura leve das paredes e da cobertura transmitia a sensação de dormir em uma tenda ao relento. Apesar das limitações estruturais, foram feitos esforços para melhorar as condições internas, tentando criar algumas comodidades adicionais. No entanto, a casa era bastante fria à noite e durante o dia, tornava-se um ambiente extremamente quente devido à absorção de calor pelas chapas de zinco, obrigando aos moradores a realizarem as atividades no pátio, a falta de privacidade era evidente, com a necessidade de sair da casa para atender chamadas telefônicas.

Além disso, a habitação feita de terra crua, acumulava muita poeira no interior, tornando a respiração desconfortável. À noite, a presença de seis gatos na casa, criados para evitar intrusos como ratos e cobras, trouxeram agitação, não permitindo uma noite tranquila, mas sim a segurança contra intrusos.

Os pontos levantados pelo estudo destacam a multiplicidade de desafios enfrentados pelas mulheres deslocadas em Corane e a necessidade de abordagens holísticas e sensíveis ao gênero na formulação modelos e de políticas habitacionais.

Inserção urbana

No que diz respeito a inserção urbana, vários pontos foram mencionados em unanimidade pelas entrevistadas. A temática dos resíduos domésticos, o estudo constata que são descartados próximo às casas de banho ou enterrados nos quintais. A falta de locais adequados para o depósito e tratamento destes resíduos, resulta em práticas inadequadas em Corane.

Em relação à segurança, embora a comunidade se caracterize pela ausência de roubos nas casas, houve concordância geral entre as entrevistadas sobre os desafios relacionados ao roubo de fios de energia e que contribui para a falta de iluminação adequada nas ruas durante a noite, o que aumenta o sentimento de insegurança noturna.

No que diz respeito ao acesso à água e energia, a comunidade tem acesso a fontes de água potável e energia elétrica. Porém, apesar de existirem fontenários e poços, a entrevistada D expressou dificuldades em aceder a água durante períodos de alta demanda. O que também foi constatado durante a imersão, a autora acordou às 4 da manhã para se juntar à fila de água no fontenário de bomba de água manual. No início, havia apenas 8 pessoas na fila, mas por volta das 7 horas, mais de 30 mulheres com baldes e bacias estavam prontas para coletar água para suas casas, com os seus filhos.

Quanto à energia, houve relatos de quatro das entrevistadas sobre a dificuldade de iluminação do interior das casas devido aos custos de compra de equipamentos elétricos para abastecimento ao domicílio.

Em relação à saúde, todas as entrevistadas expressaram preocupações sobre a falta de acesso a cuidados médicos adequados, especialmente durante a noite. As entrevistadas A e C referenciaram a distância até o hospital e a falta de transporte adequado para situações de emergência durante a noite, quando os serviços de saúde estão indisponíveis em Corane, dizendo:

“aqui se morre, ..., não tem nem ambulância, nem parteira, nem posto medico, nem primeiros socorros, os táxis-motas são chamados para socorrer doentes e aproveitam-se disso e cobram muito caro por perceberem que é uma emergência.” Entrevistada A.

“Não temos hospital de noite quando uma das crianças esta doentes, devemos ir a vila, sem condições de transportes”. Mencionado por D.

No que tange as escolas, houve consenso sobre a importância da educação para o desenvolvimento da comunidade, mas também preocupações sobre a acessibilidade da escola secundária durante a época chuvosa devido à dificuldade de atravessar o rio. Adicionado às diversas vulnerabilidades, devido às responsabilidades maternas das mulheres, elas enfrentam outras obrigações de garantir cuidados adequados para seus filhos, incluindo acesso a serviços como escolas, saúde, segurança e apoio psicossocial (Mubiru et al., 2022).

No que diz respeito à drenagem e existência de árvores nas ruas, durante o workshop, as mulheres demonstraram que a falta de drenagem pluvial adequada, o que tem criado erosão nas estradas e destacaram a ausência de árvores de sombra, em relação a este ponto D disse:

“Não existem árvores de sombra foram todas destruídas na altura de instalação deste centro de deslocados, por isso plantei minhas árvores.”

As entrevistadas E e C lamentaram-se também pela falta de espaços de diversão para todas as faixas etárias na comunidade, destacando a ausência de parques, praças e jogos para adultos. Sinto falta de sítios para me divertir...”. afirmou a entrevistada C.

Em relação à relação com os nativos da comunidade, houve relatos de conflitos e discriminação entre os deslocados e os nativos, especialmente relacionados à ocupação de espaços e recursos, conforme mencionado durante o workshop:

“porque temos mínimas condições de sobrevivência, algo que os nativos não têm, acesso a energia, água, casa grátis, doações de comida e oportunidade de fazer cursos...dizem aos seus filhos “não brinque com filhos deles porque eles comem pessoas.”

As pessoas deslocadas são particularmente impactadas pelo conflito, pois, ao fugirem para áreas mais seguras, se deparam com locais desconhecidos, o que as faz sentir-se estranhas e deslocadas. Nesses novos lugares, enfrentam o desafio de sobreviver com recursos limitados, buscando abrigo e comida (Centro de Jornalismo Investigativo, 2023).

Essas diferentes perspectivas destacam a complexidade das questões enfrentadas pela comunidade de Corane e a necessidade de abordagens integradas e colaborativas para enfrentar esses desafios de forma eficaz. Quando se aborda habitação, considera-se não apenas a estrutura física da residência, mas também como ela se integra ao contexto urbano, assim como o nível de acesso aos serviços de infraestrutura e às instalações sociais disponíveis (Pasternak, 2016). O lar é mais do que apenas abrigo. É um conjunto de componentes que juntos afetam a vida dos indivíduos (Baker et al., 2017).

Fatores Socioeconômicos

Referente aos aspectos socioeconômicos constatou-se situações particularizadas. Por exemplo na temática Sustento, a primeira entrevistada, identificada como A, compartilhou sua luta diária para sustentar sua família pois ela e seu marido são aposentados e dependem principalmente da agricultura de subsistência e de pequenos negócios para sobreviver. Ela destacou a dificuldade em economizar dinheiro devido à falta de recursos financeiros, afetando sua capacidade de participar de práticas de poupança comuns entre as mulheres de Corane e acrescentou:

“Aqui vivo de 500,00 MZN / 7,7USD por mês, com um agregado de 3 pessoas e em Mocimboa antes dos ataques armados, o meu marido ia a pesca e eu vendia o pescado e fazíamos 5000,00 MZN / 77,5USD por mês.”

A falta de recursos financeiros entre as vítimas de Corane deixa-as constrangidas em pedir ajuda, uma vez que anteriormente possuíam casas, empregos e uma vida estável (Centro de Jornalismo Investigativo, 2023). Agora, enfrentam uma série de perdas devastadoras: familiares, bens materiais e as fontes de segurança e estabilidade que antes lhes proporcionara.

Por outro lado, a segunda entrevistada, B, destacou seu sucesso na agricultura, aproveitando as oportunidades oferecidas pela terra fértil de Corane para produzir e vender produtos agrícolas, e disse:

“O governo reconheceu meu esforço na produção agrícola me deu uma moageira e emprestou dois tratores, mas não pudemos usá-los por falta de motoristas, são estes aqui.”

No entanto, ela afirma enfrentar discriminação e exclusão por parte de outros moradores e da liderança, que se sentem ameaçados pela sua prosperidade, medo da transferência de conhecimento para outras mulheres e pelo fim das doações de alimentos pelo governo e ONG's. Essa dinâmica reflete um padrão histórico na África Austral, onde as mulheres tradicionalmente cultivavam alimentos e construíam casas, mas nunca foram proprietárias da terra, que era controlada por líderes tribais masculinos (Kalabamu, 2006).

As entrevistadas C, D e E compartilharam experiências semelhantes de dependência econômica dos maridos e da falta de oportunidades para empreender ou economizar

dinheiro devido à falta de renda fixa. Enquanto algumas expressaram o desejo de iniciar negócios próprios, mas que enfrentaram obstáculos financeiros e sociais significativos para concretiza-los.

Participação em Atividades Comunitárias o estudo demonstrou um certo nível de envolvimento em atividades comunitárias, como reuniões de bairro, porém, suas participações são muitas vezes limitadas pelo contexto social dominado por papéis de gênero tradicionais. C, D e E, enfrentam barreiras sociais que as impedem de ter voz e influência significativas nas decisões comunitárias. Enquanto algumas mulheres, como A e B, desempenham papéis ativos em comitês locais de saúde e grupos de mulheres.

"A mulher não é muito considerada, mesmo que algumas participem, não tem voz." Disse C.

Esta falta de voz e poder social é evidenciada quando mulheres com menos recursos patrimoniais do que seus maridos têm menos influência em questões financeiras e domésticas, muitas vezes optando por permanecer em um casamento mesmo quando o relacionamento se desintegra (Cui et al., 2023).

Em relação a prática de poupança entre as mulheres de Corane é variada. Enquanto algumas entrevistadas participam de grupos de poupança e queixam-se da falta de entendimento e conflitos internos entre as mulheres, outras enfrentam desafios para economizar devido à falta de recursos financeiros consistentes e à falta de apoio para iniciativas de poupança. Durante o workshop, elas expressaram a necessidade de apoio na criação de cooperativas e na gestão de negócios, considerando suas experiências prévias fracassadas e os desafios enfrentados ao tentar diversificar suas atividades econômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sensação de bem-estar é e neste caso prova ter relação com a perspectiva de quem o define, pois em função dos valores, crenças, vivências hábitos e costumes associados as aspirações individuais esta pode ser definida.

A visão feminina desempenha um papel fundamental na percepção da experiência de bem-estar e resiliência nas habitações de Corane. O estudo revelou que as mulheres enfrentam desafios significativos no cotidiano, especialmente em relação a três áreas-chave: o modelo habitacional adequado, a inserção urbana desse modelo e as condições socioeconômicas.

Os resultados indicam que as mulheres solteiras, especialmente aquelas com filhos, tendem a se empenhar mais na busca por sustento, demonstrando uma resiliência socioeconômica notável. Por outro lado, mulheres casadas muitas vezes enfrentam limitações culturais e sociais que as impedem de buscar alternativas empreendedoras de renda, resultando em uma maior dependência de trocas de produtos e donativos.

Além disso, o envolvimento crescente das mulheres em cursos de construção disponibilizados por organizações não governamentais reflete um despertar para a importância da participação feminina no processo de recuperação e manutenção das habitações. No entanto, questões como a falta de privacidade e as limitações estruturais das casas continuam a afetar negativamente a experiência de bem-estar das mulheres em Corane.

Estes resultados mostram limitações quotidianas para cada uma das três áreas aprofundadas, (1) o modelo de habitação adequado, limitações relacionadas à durabilidade, acústica e comodidade. (2) Inserção urbana do modelo habitacional, escassez de equipamentos públicos, aspetos acústicos, segurança pública, drenagem e arborização urbana. E (3) condições socioeconómicas, limitações aliadas à capacidade de geração de renda, onde, mulheres sem parceiro erguem-se e buscam alternativas empreendedoras de sustento, diferentemente das que têm parceiro, acomodam-se e fazem troca de produtos agrícolas, ficando mais dependentes de donativos.

Um dos maiores contributos que este estudo traz é construção da situação habitacional ideal pensado sob a perspetiva das mulheres, sendo que estas são as que mais tempo passam na habitação, o que poderá servir futuramente para a redefinição dos programas de reassentamento de deslocados.

Portanto, os resultados deste estudo destacam a necessidade de considerar a perspetiva das mulheres no planeamento e implementação de políticas habitacionais em Corane e noutros semelhantes, onde, soluções e estratégias que levem em conta as experiências e necessidades das mulheres podem contribuir significativamente para melhorar a qualidade de vida e a resiliência das comunidades locais.

REFERÊNCIAS

Amorim-Maia, A. T., Anguelovski, I., Connolly, J., & Chu, E. (2023). Seeking refuge? The potential of urban climate shelters to address intersecting vulnerabilities. *Landscape and Urban Planning*, 238, 104836. <https://doi.org/10.1016/J.LANDURBPLAN.2023.104836>

Araujo, G. M., & Villa, S. B. (2020). A relação entre bem-estar e resiliência na habitação social: um estudo sobre os impactos existentes. *Ambiente Construído*, 20(3), 141–163. <https://doi.org/10.1590/s1678-86212020000300422>

Baker, E., Beer, A., Lester, L., Pevalin, D., Whitehead, C., & Bentley, R. (2017). Is housing a health insult? *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 14(6), 567. <https://doi.org/10.3390/ijerph14060567>

Caswell, K. J., & Zuckerman, S. (2018). *Rese Arch Report Food Insecurity, Housing Hardship, and Medical Care Utilization*.

Centro de Jornalismo Investigativo. (2023). As feridas psicológicas: o lado invisível da guerra em Cabo Delgado – CJI. <https://cjimoz.org/news/as-feridas-psicologicas-o-lado-invisivel-da-guerra-em-cabo-delgado/>

Cresswell, T. (2020). Place. *International Encyclopedia of Human Geography, Second Edition*, 117–124. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-102295-5.10997-7>

Cui, C., Yu, S., & Huang, Y. (2023). His house, her house? Gender inequality and homeownership among married couples in urban China. *Cities*, 134, 104187. <https://doi.org/10.1016/J.CITIES.2022.104187>

Gorman-Murray, A. (2012). Meanings of Home: Gender Dimensions. *International Encyclopedia of Housing and Home*, 251–256. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-047163-1.00371-4>

Headen, I. E., Dubbin, L., Canchola, A. J., Kersten, E., & Yen, I. H. (2022). Health care utilization among women of reproductive age living in public housing: Associations across six public housing sites in San Francisco. *Preventive Medicine Reports*, 27, 101797. <https://doi.org/10.1016/J.PMEDR.2022.101797>

Kalabamu, F. (2006). Patriarchy and women's land rights in Botswana. *Land Use Policy*, 23(3), 237–246. <https://doi.org/10.1016/J.LANDUSEPOL.2004.11.001>

Longhurst, R. (2012). Feminist Perspectives on Home. *International Encyclopedia of Housing and Home*, 158–162. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-047163-1.00319-2>

Mechlenborg, M., & Gram-Hanssen, K. (2020). Gendered homes in theories of practice: A framework for research in residential energy consumption. *Energy Research & Social Science*, 67, 101538. <https://doi.org/10.1016/J.ERSS.2020.101538>

Miled, N. (2020). Can the displaced speak? Muslim refugee girls negotiating identity, home and belonging through Photovoice. *Women's Studies International Forum*, 81, 102381. <https://doi.org/10.1016/J.WSIF.2020.102381>

Ministério do Género Criança e Acção Social. (2022). Moçambique com mecanismo de apoio a grupos vulneráveis. <https://www.mgcas.gov.mz/index.php/imprensa/noticias/409-mocambique-com-mecanismo-de-apoio-a-grupos-vulneraveis>

Moreira, G., Simone, A., & Villa, B. (2020). A relação entre bem-estar e resiliência na habitação social: um estudo sobre os impactos existentes. *Ambiente Construído*, 20(3), 141–163. <https://doi.org/10.1590/S1678-86212020000300422>

Mubiru, M. B., Nuhu, S., Kombe, W., & Limbumba, T. M. (2022). Women-headed households and housing location preferences in the informal settlements: What can we learn from Luzira, Uganda? *Habitat International*, 127, 102648. <https://doi.org/10.1016/J.HABITATINT.2022.102648>

Pasternak, S. (2016). Habitação e saúde. *Estudos Avançados*, 30(86), 51–66. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100004>

Portal do Governo de Moçambique. (2021). Governo adopta mecanismos de protecção aos deslocados internos. Portal do Governo de Moçambique. <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/PR-recebe-primeira-ministra-da-Italia-Giorgia-Meloni/Governo-adopta-mecanismos-de-protecao-aos-deslocados-internos>

Tang, S., Zhou, J., Lin, S., & Li, X. (2022). Where is my home? Sense of home among rural migrant women in contemporary China. *Geoforum*, 129, 131–140. <https://doi.org/10.1016/J.GEOFORUM.2022.01.014>

Vásquez-Vera, C., Fernández, A., Sánchez-Ledesma, E., Bennett, M., & Borrell, C. (2023). Gender-based differences in the meanings and uses of housing for health and everyday life: An intersectional approach. *Women's Studies International Forum*, 99, 102761. <https://doi.org/10.1016/J.WSIF.2023.102761>

WHO. (2018). WHO Housing and health guidelines, Recommendations to promote healthy housing for a sustainable and equitable future. Department of Housing and Urban Development, 149.

RESIDÊNCIAS DE USO MISTO NO CHUÍ/RS: SOCIEDADE E ARQUITETURA

Data de aceite: 02/05/2024

Lisiê Kremer Cabral

Doutoranda em Arquitetura PROPAR/
UFRGS

José H. C. Cordeiro

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo
PROGRAU/UFPEL

RESUMO: A cidade do Chuí, no Sul do Brasil, estado do Rio Grande do Sul, localizada em uma região de fronteira com o Uruguai, no ano 1950 acolheu imigrantes Árabes, maioria de origem Palestina. Esses indivíduos se instalaram e se apropriaram do espaço, construindo suas residências, muitas vezes junto às suas atividades de trabalho. Compreendo que a arquitetura materializa aspectos culturais, o objetivo desse trabalho é identificar no ambiente construído as características que remetem à transnacionalidade deste lugar. A partir de análise bibliográfica e documental em um estudo de caso em duas edificações no Chuí, percebe-se que ocorrem ressignificações do espaço que fazem referência a questões sociais e históricas, havendo uma reinterpretação do passado em uma representação no presente.

PALAVRAS-CHAVE: Residências de uso misto. arquitetura transnacional. Chuí.

INTRODUÇÃO

No município do Chuí foram identificadas semelhanças construtivas em algumas edificações de uso misto, comercial e residencial. As características que remetem a essa similaridade são: presença de dois ou três pavimentos, no qual o térreo é utilizado como comércio e os demais como moradia; acesso às residências reservado, quase imperceptível; arquitetura de linhas retas e sem ornamentação; linguagem arquitetônica que se repete entre esses exemplares. Observa-se que essa configuração é uma particularidade das construções localizadas no centro do Chuí, cidade no Sul do Rio Grande do Sul, na fronteira entre Brasil e Uruguai e local de imigração árabe.

As residências de uso misto, na cidade do Chuí/RS, possuem especificidades relacionadas a pluralidade social dessa região. Dessa maneira, pergunta-se: quais elementos arquitetônicos podem estar associados a

essas singularidades? Através da análise de um estudo de caso em duas residências de uso misto que se encontram inseridas na área central da cidade do Chuí, no Rio Grande do Sul, Brasil, pretende-se atender ao objetivo de apontar elementos no ambiente construído que remetam a transnacionalidade do lugar. A metodologia utilizada consistirá em pesquisa bibliográfica e análise de plantas e fachadas.

SOCIEDADE E ARQUITETURA

A arquitetura está vinculada às relações funcionais e emocionais do homem nos espaços, conforme a ocupação, movimento e o uso a configuração do ambiente construído será diferente. As formas de ocupação dos indivíduos, conectadas às relações sociais, podem demonstrar áreas que direcionam a divisões ou continuidades, fechamentos ou acessos e ser influenciada pelo contexto em que se apresenta (MAHFUZ, 1995). Estão associados ao projeto de arquitetura fatores históricos, sociais, culturais e políticos, que precisam atender às particularidades individuais e coletivas, dessa maneira se faz fundamental a inclusão de todas essas realidades para, por meio da materialização da construção, ocorrer a apropriação e pertencimento com o lugar. Segundo Zevi (2009, p. 217) “[...] no espaço coincidem vida e cultura, interesses espirituais e responsabilidade sociais”.

A arquitetura é um reflexo das condutas sociais, de modo que com o passar dos anos essas representações influenciarão a formação de novas condutas e novas sociedades. De acordo com Silva (1985, p.131) “[...] a arquitetura não é um modo de mudar a história e a sociedade, mas um sistema de regras para dar à sociedade aquilo que ela prescreve à arquitetura”. As características de uma construção são configuradas em composições e ressignificações que se modificam ou se mantem ao longo dos anos. A interpretação do espaço construído estará associada a questões históricas, culturais e sociais (ARÍS, 2014). O significado do ambiente construído é dinâmico e dialético, pois através do uso e apropriação do lugar surgem novas compreensões.

Compreendendo que características culturais podem ser materializadas em um projeto arquitetônico, evidencia-se o problema e a relevância do objetivo desse trabalho, identificar quais elementos presentes nas residências de uso misto do Chuí estão relacionados com a particularidade dessa população multicultural e transnacional com descendência palestina. Sabe-se que o estudo da arquitetura deverá ocorrer por meio de pesquisas objetivas, subjetivas e sensoriais, englobando questões estéticas e sociais. Dessa maneira, se faz importante um retrospecto histórico, o qual mostrará as origens das residências de uso misto e os aspectos culturais da cidade estudo de caso.

Observa-se que o Chuí é uma região que integra culturas diversas, brasileiros, uruguaios e árabes dividem o mesmo espaço, realizando apropriações e construindo novas formas de habitar. Essas particularidades são singulares de regiões de fronteira e

imigratórias, as quais conduzem os indivíduos a mesclarem suas referências através das relações sociais e comerciais. Por esses motivos essa cidade foi escolhida como objeto de estudo desse trabalho.

O município do Chuí, foi emancipado da cidade de Santa Vitória do Palmar em 1995, está situado em uma área de fronteira entre Brasil e Uruguai. Por meio de uma linha divisória, demarcada pela Avenida Internacional, via de mão dupla com as avenidas Uruguai e Brasil, estão separadas as cidades gêmeas do Chuí, no lado brasileiro, e Chuy, no lado uruguaio. As áreas de divisa entre países são caracterizadas pela diversidade social e cultural (PIÑEIRO; CALAZANS, 2018). A região, além de brasileiros e uruguaios, a partir de 1950, começou a receber imigração internacional, maioria Árabes de origem palestina. Os imigrantes palestinos, acompanhados de sua identidade cultural, se inseriram nesse novo território através da combinação de relações sociais, por meio de interetnicidade (JARDIM, 2003).

A cidade do Chuí desenvolveu-se ao longo da Avenida Internacional e quanto mais afastada desse ponto maior é a precariedade de infraestrutura urbana. O convívio social está relacionado ao comércio e aos pontos de ocupação espacial na cidade, tendo maior infraestrutura as áreas próximas ao centro, destacando-se a Avenida Uruguai e a Peru. A maioria das construções é de uso misto, loja e residência, predominando edificações densas, com grande índice de ocupação do solo, e horizontais, com até três pavimentos. Os estabelecimentos comerciais que se encontram afastados da Av. Uruguai são considerados como lojas de consumo local. A comunidade, multicultural e transnacional, formada por brasileiros, uruguaios e palestinos, tem indivíduos que exercem suas atividades como trabalho, estudo, assistência médica e habitação em distintas cidades (BRAGA, 2013). Corroborando com essa percepção Jardim (2000) apontou que o Chuí possui ampla concentração de migrantes que se instalaram em lojas organizadas de maneira paralela.

A respeito das edificações de uso misto, é possível atribuir suas origens ao século XI. Durante os anos de 1000 a 1400, as transações comerciais entre o oriente médio e o ocidente, que ocorreram através do mediterrâneo, possibilitou um intercâmbio social, cultural e econômico entre Florença e países árabes-islâmicos. A arquitetura também absorveu particularidades desses diferentes grupos, apresentando mudanças (PICCINI, 2005). Dois séculos depois, os palácios menores do renascimento, reflexo da demanda da ascendente classe média romana do século XVI, para atender ao programa de uso residencial adaptaram-se funcional e espacialmente. “Nesse tipo de palácio, o proprietário renuncia ao uso do térreo de modo a extrair rendimentos pelo aluguel desses espaços” (PEREIRA, 2000, p.14).

O palácio menor projetado por Donato Bramante em 1504-5, conhecido como Casa de Rafael ou Palazzo Caprini, de dois andares, com fachada clássica, possui quatro lojas para aluguel no pavimento térreo e acesso central para a residência. Observa-se a diferenciação entre os dois pavimentos, sendo o segundo mais sofisticado em relação

ao primeiro piso. A Casa Sangalo construída em 1542, a qual foi ampliada e atualmente chama-se Palazzo Sacchetti, idealizada por Antonio de Sangallo, o Jovem, em um terreno de esquina, conta com lojas nas duas faces e acesso que leva ao pátio interno (PEREIRA, 2000). Durante o século XVIII foram comuns construções para uso residencial e religioso, porém as inovações sociais e tecnológicas, atendendo diretrizes de higiene e ventilação, demandaram a construção de novo prédios para hospitais, teatros, bancos e hotéis (COLLINS, 1970).

A arquitetura das residências árabes é voltada ao interior, possuindo pátio central, com predominância de plantas quadradas e formas simples. A edificação, por encontrar-se resguardada em relação ao ambiente externo, dificulta a observação e identificação de sua organização em planta por meio da análise da fachada. As construções árabes são reflexo de apropriações e reinterpretções que ocorreram durante os anos por meio de inter-relações culturais de diferentes povos, como os romanos e os persas. Ao norte da Síria, a qual foi ocupada durante um período por gregos, foi encontrado em escavações arqueológicas “mercado tipicamente orientais, com suas ruas estreitas com diversas lojas, conectadas a edifícios privados” (ROCCO, 2008, p.14).

RESIDÊNCIAS DE USO MISTO

Foi identificado no mapa da cidade do Chuí (Figura 01) o local inicial do povoamento, marcado pelo círculo azul, e as áreas de extensão da urbanização, apresentadas na cor verde claro (BRAGA, 2013). Através da ferramenta do google *street view*, com imagens do ano de 2012, sem acesso às ruas Colômbia, Bolívia e Paraná, foi possível observar, dentro dessa região, 25 construções que atendem ao uso misto, as quais estão representadas pelo retângulo verde escuro, com a maioria dos prédios concentrados na rua Perú. Acredita-se que a Rua Argentina, por possuir conexão com a BR-471 e ter grande fluxo de veículos, torna-se um ponto favorável ao comércio, dessa maneira as lojas são predominantes e ocupando todo o espaço do imóvel para esse uso.

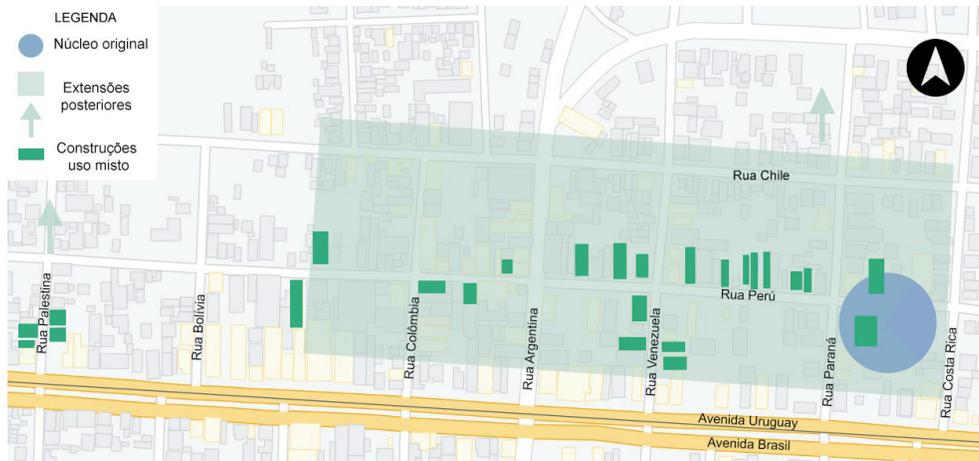


Figura 01: Mapa da cidade do Chuí, construções de uso misto.

Fonte: Google maps, adaptado pelos autores (2021).

Das 25 construções apontadas, foram escolhidas duas edificações que serão analisadas nesse trabalho e estão dentro do território de extensões posteriores, nas ruas Perú e Venezuela. As edificações possuem dois pavimentos, ocupam toda área do terreno, estão localizadas em posições e lotes com áreas distintas, uma de esquina e a outra no meio de quadra. As moradias estão localizadas próximas à Avenida Uruguai, uma com lote de esquina, com área de 222,72 m² e a outra no meio de quadra, com área de 320,44 m². Destaca-se a configuração adotada para atender ao uso misto, comercial, no primeiro pavimento, e residencial, no segundo piso. Observa-se como ponto marcante desses prédios o acesso ao segundo pavimento, estreito e modesto, em que se encontra uma escada, a qual possibilitará a circulação vertical até o pavimento superior.

A Casa 01, residência localizada no lote de esquina, no ano de 2017, tinha todo o seu primeiro pavimento ocupado por uma instituição financeira e o segundo piso era utilizado como residência unifamiliar. O acesso ao segundo pavimento ocorria por uma porta de 0,80 x 2,10 metros, única abertura no plano da fachada lateral no pavimento térreo, a qual se encontrava em fachada oposta ao acesso principal da instituição financeira (Figura 02). Após a abertura da porta apresenta-se uma escadaria, com largura de 1,05 metros, forma de U, com patamar, pé esquerdo de 3,65 metros e paredes em alvenaria, as quais não possuem vãos para iluminação e ventilação.

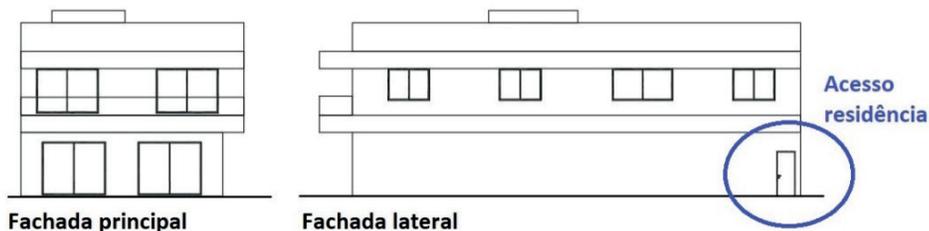


Figura 02: Fachada principal e lateral da Casa 01.

Fonte: dos autores (2021).

Dividindo-se a casa nos eixos norte e sul, percebe-se que os ambientes de serviços estão localizados ao norte, enquanto os ambientes íntimos estão direcionados ao sul. Por causa da ocupação total do lote houve a utilização de áreas de luz, terraço e sacada, porém ainda assim, há pelo menos um espaço sem janelas. As áreas íntimas estão distribuídas ao longo de um corredor que começa na sala de estar e termina no acesso aos dormitórios, consolidando um eixo organizacional que traz horizontalidade a planta baixa da casa (Figura 03).

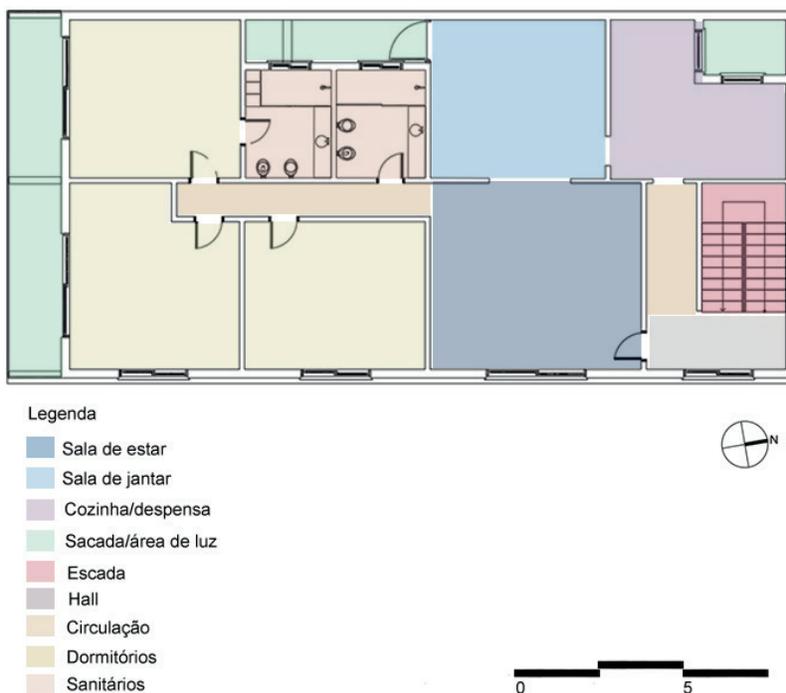


Figura 03: Planta baixa da Casa 01.

Fonte: dos autores (2021).

A Casa 02, no meio de quadra, no ano de 2016, tinha seu primeiro pavimento dividido em três áreas, uma ocupada por uma loja de utensílios domésticos, outra atendendo como garagem dos proprietários do imóvel e a terceira locada à uma papelaria. O segundo pavimento, utilizado como residência unifamiliar, tinha seu acesso por uma porta no canto da edificação. Após a porta havia uma escada com largura de 1,07 metros, forma de L, com patamar, pé esquerdo de 4,08 metros, paredes em alvenaria e ausência de esquadrias para ventilação e iluminação (Figura 04).

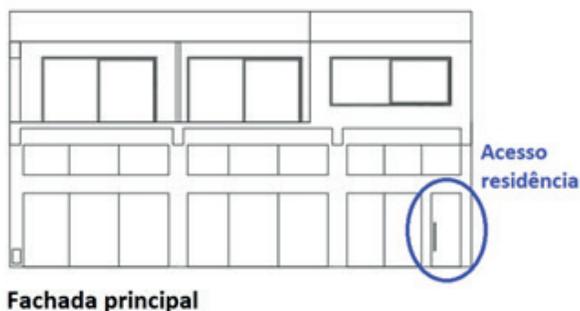


Figura 04: Fachada principal da Casa 02.

Fonte: dos autores (2021).

Dividindo-se a casa nos eixos norte e sul, percebe-se que os ambientes de serviços estão localizados ao sul, enquanto os ambientes íntimos estão direcionados ao norte. Por causa da ocupação total do lote houve a utilização de amplo terraço e sacada. As áreas íntimas estão distribuídas ao longo de um corredor que começa entre as salas de estar e jantar e termina no acesso aos dormitórios, consolidando um eixo organizacional (Figura 05).



Figura 05: Planta baixa da Casa 02.

Fonte: dos autores (2021).

Quando as duas plantas são comparadas percebe-se que o acesso à moradia ocorre próximo aos ambientes de serviço. Nas duas casas houve a criação de um eixo de organização, entretanto na Casa 01 o eixo é longitudinal a maior dimensão do terreno, enquanto na Casa 02 é transversal a maior dimensão do lote. Desse modo a Casa 01 tem característica mais horizontal que a Casa 02. Nas duas residências é possível observar que a planta foi distribuída em duas posições, uma voltada aos ambientes de serviço e outra aos ambientes íntimos. As famílias que habitavam esses espaços, com descendência árabe, apesar de exercerem a atividade comercial, sendo proprietários e administradores de lojas, ao invés de instalar o seu comércio no primeiro pavimento de suas casas alugavam outro prédio para exercerem a atividade.

CONCLUSÕES

As edificações de uso misto, comercial e residencial, localizadas na área do centro do Chuí/RS podem ser identificadas pelas seguintes características: acesso principal discreto; escada enclausurada para circulação vertical; presença de sacada, área de luz ou terraço; sala de estar ao lado da sala de jantar; ampla circulação horizontal que conecta os ambientes sociais aos privativos; primeiro pavimento locado para estabelecimento comercial; densa ocupação do terreno e arquitetura com aspectos pragmáticos.

As duas residências analisadas apesar de possuírem a entrada principal discreta e simples, quando ultrapassado o ambiente de acesso e a escada, as construções tornam-se amplas, possuindo de três a quatro dormitórios, além de áreas como terraços, sacadas e poços de luz que possibilitam abertura de vãos para iluminação natural e circulação de ar. Quando ocorre a transposição do local de acesso principal surgem moradias que não podem ser imaginadas por meio da análise de sua fachada, sendo lugares que passam despercebidos para os indivíduos que passam pelo passeio e via pública. As circulações, vertical e horizontal, são essenciais na divisão e organização dos espaços. Primeiramente a escada que possibilita a divisão dos usos e dos pavimentos, e posteriormente, o corredor que seguindo a sala de estar, jantar, cozinha, distribui ao seu entorno, de maneira bilateral, os dormitórios e os banheiros.

As particularidades desses dois prédios podem estar relacionadas com a posição geográfica da cidade do Chuí, em uma região de fronteira que habitam brasileiros, uruguaios e palestinos. A localização fortalece os pontos de comércio, o trabalho é valorizado e assim torna-se vantajoso construir uma edificação que atenda a esses dois usos. Porém, observa-se que nos dois casos analisados, apesar dos proprietários das casas serem comerciantes, o primeiro pavimento das residências era locado para lojas de outras pessoas. Dessa maneira, seria interessante, para próximas pesquisas, entrevistar os moradores dessas edificações para compreender o porquê desse fato.

Observou-se que os dois palácios menores mencionados possuem algumas semelhanças construtivas quando comparados com as residências do Chuí. Responde a pergunta do trabalho, essas características são identificadas: na divisão entre o uso dos pavimentos, sendo o primeiro comercial e o segundo residencial; na distinção presente nas fachadas entre o pavimento de trabalho e ao piso para moradia, como no Palazzo Caprini; no pequeno acesso principal para a residência, liberando mais espaço para as lojas; na existência de áreas de luz ou terraços, como uma otimização dos pátios centrais; na permanência da setorização entre espaços de serviço e espaços íntimos; no eixo organizacional, identificado pelas circulações horizontais.

Como apontado por Arís (2014), a arquitetura é consolidada por composições e ressignificações que ocorrem ao longo dos anos, estando conectada a questões sociais e históricas. Dessa maneira, acredita-se que as linguagens arquitetônicas da antiguidade, sendo reinterpretadas tornam-se referências para as representações das construções

do tempo presente. Enfatiza-se que os apontamentos acima relacionam edificações estabelecidas em distintos tempos e espaços, devendo-se considerar que as interrelações culturais, sociais e políticas da antiguidade passaram por ressignificações, sendo essa uma hipótese que poderá ser aprofundada em uma próxima pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARÍS, M. C. **Las variaciones de la identidad**: ensayo sobre el tipo en arquitectura. Barcelona: Fundación Arquia, Colección arquia, n. 36. 2014. 176 p.

BRAGA, C. Andrea. **A espacialização de trocas multiculturais em conurbações internacionais da fronteira Brasil-Uruguai**. (Tese de doutorado em Planejamento urbano e regional) PROPUR. Porto Alegre. 2013. 567 p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/85203>. Acesso em: outubro, 2021.

COLLINS, Peter. **Los ideales de la arquitectura moderna**: su evolución 1750-1950. Barcelona: Gustavo Gili S. A., 2ª tirada, 1970. 322 p.

JARDIM, F. Denise. Diásporas, viagens e alteridades: as experiências familiares dos palestinos no extremo-sul do Brasil. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: 2000. n.14, p.39-69. Disponível em: <https://www.scielo.br/hj/ha/a/7PFvckJm5gfPwBz7kcnjxGm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: outubro, 2021.

JARDIM, F. Denise. Palestinos: as redefinições de fronteiras e cidadanias. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: 2003. n.19, p.223-243. Disponível em: <https://www.scielo.br/hj/ha/a/6wLfXdFctWBFdjQw7YxhgHC/?lang=pt>. Acesso em: outubro, 2021.

MAHFUZ, E. **Ensaio sobre a razão compositiva**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Viçosa, AP Cultural, 1995, 90 p.

PEREIRA, C. Cláudio. Prática profissional e o projeto de palácios menores no renascimento italiano. **Arqtexto**. Porto Alegre: 2000. n.1, p.12-21. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_1/1_Calovi.pdf Acesso em: novembro, 2021.

PICCINI, Andrea. **Arquitetura como expressão cultural resultante do encontro entre Oriente Médio e Ocidente**: o caso do Batistério de San Miniato al Monte na transferência de elementos arquitetônicos através do mediterrâneo até Florença. São Paulo: Instituto da Cultura Árabe, 2005, 12 p. Disponível em: https://icarabe.org/sites/default/files/arquitetura_como_expressao_cultural_resultante_do_encontro_entre_orient_e_medio_e_ocidente_andrea_piccini.pdf Acesso em: novembro, 2021.

PIÑEIRO, S. Emilia; CALAZANS, E. Márcia. Diversidade cultural na fronteira Brasil-Uruguai: um estudo sobre migração árabe para os municípios gêmeos Chuí-Chuy. p. 79- 93. *In Estudo em relações internacionais*. v. II. Rio Grande: 2018. Disponível em: <https://ri.furg.br/images/Estudos-em-RI---Volume-II.pdf>. Acesso em: outubro, 2021.

ROCCO, F. Lygia. **A Mesquita de Ibn Tūlūn com representação da herança arquitetônica árabe**. (Dissertação de mestrado em letras orientais) USP. São Paulo. 2008, 200p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8154/tde-23042009-122942/en.php>. Acesso em: novembro, 2021.

SILVA, Elvan. **Arquitetura & Semiologia**: notas sobre a interpretação linguística do fenômeno arquitetônico. Porto Alegre, 1985. 180 p.

ZEVI, B. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 6 ed. 2009, 286 p.

QUALIDADE DO ENSINO ESCOLAR APÓS PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19

Data de submissão: 10/03/2024

Data de aceite: 02/05/2024

Mirella Leandro Oliveira

Mestranda do Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM
Vitória – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/2386392234845160>

Juliana Maria Bello Jastrow

Enfermeira pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM
Vitória – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/8298677193215208>

Ana Carolina Lopes Elbani

Enfermeira pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM
Vitória – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/0535854675015750>

Italla Maria Pinheiro Bezerra

Doutorado em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC, Santo André, SP. Professor Adjunto do Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM
Vitória – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/1397465981683916>

RESUMO: **Introdução:** A educação promove ao educando reconhecer, buscar, criar e hierarquizar os valores aprimorando seu modo de ser e sua personalidade. Nesse ínterim, com o surgimento da pandemia, o processo de ensino e aprendizagem em todo o mundo foi afetado severamente, com a necessidade do fechamento das escolas, viu-se no ensino remoto a alternativa para continuar assegurando o direito à educação. Entretanto, a educação digital revelou lados positivos e negativos, afetando de maneira direta e indireta a educação brasileira. **Objetivo:** Descrever a qualidade do ensino educacional após o período da pandemia da Covid-19. **Método:** Trata-se de um ensaio teórico de cunho reflexivo, baseado na formulação discursiva da temática, consubstanciado pela literatura científica nacional e internacional referente ao tema em estudo. **Desenvolvimento:** A educação é reflexo de uma trajetória histórica, que sofreu modificações ao longo das décadas com base no meio socioeconômico, local e global que estava inserido. Com a eclosão da pandemia da Covid-19, em meio ao isolamento social, a ferramenta utilizada para manter o ensino e interação entre discentes e docentes foi o ensino a distância. Porém, infelizmente teve-se que

enfrentar as dificuldades de inserção perante as diferenças de classes socioculturais, entretanto no reinventar e readaptar emergente pelos professores. Agora, pós pandemia evidencia-se seu reflexo nas lacunas geradas no processo ensino-aprendizagem geradas por inúmeros fatores. **Conclusão:** A educação pós-pandemia é cercada de obstáculos e desigualdades de ensino diante das diferenças de acesso relacionadas a classe social e realidade em que os alunos estão inseridos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Básica. Pandemia COVID-19. Educação a Distância.

QUALITY OF SCHOOL EDUCATION AFTER THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT: Introduction: Education encourages students to recognize, seek, create and prioritize values, improving their way of being and their personality. In the meantime, with the emergence of the pandemic, the teaching and learning process around the world was severely affected, with the need to close schools, remote teaching was seen as an alternative to continue ensuring the right to education. However, digital education revealed positive and negative sides, directly and indirectly affecting Brazilian education. **Objective:** To describe the quality of educational teaching after the Covid-19 pandemic period. **Method:** This is a theoretical essay of a reflective nature, based on the discursive formulation of the theme, substantiated by national and international scientific literature relating to the topic under study. **Development:** Education is a reflection of a historical trajectory, which has undergone changes over the decades based on the socioeconomic, local and global environment in which it was inserted. With the outbreak of the Covid-19 pandemic, amid social isolation, the tool used to maintain teaching and interaction between students and teachers was distance learning. However, unfortunately we had to face the difficulties of insertion in the face of differences in sociocultural classes, obstacles in the reinvention and readaptation emerging by teachers. Now, post-pandemic, its impact is evident in the gaps generated in the teaching-learning process generated by numerous factors. **Conclusion:** Post-pandemic education is surrounded by obstacles and teaching inequalities due to differences in access related to social class and the reality in which students are inserted.

KEYWORDS: Basic education. COVID-19 pandemic. Distance Education.

INTRODUÇÃO

A educação promove ao educando reconhecer, buscar, criar e hierarquizar os valores aprimorando seu modo de ser e sua personalidade. Considerada como um processo de aperfeiçoamento e de humanização, constitui-se fundamental e indispensável. Além disso, o seu papel no desenvolvimento da personalidade própria dos indivíduos é um objetivo do processo de educação (WERNECK, 2019).

Camargo, Camargo e Souza (2019) apontam a importância da motivação no processo de educação, promovendo inata curiosidade e desejo de aprender. De modo que ao passo que os professores estejam motivados, levam a desenvolver maior motivação entre os alunos. Tem-se a motivação como papel crucial na aprendizagem e desempenho no ensino escolar em sala de aula.

Concomitante a isso, os educadores possuem grandes desafios no processo de trabalho devido ao alto consumo do mundo tecnológico (extremamente atrativo) por crianças, adolescentes e jovens, ao passo que atividades escolares nem sempre mostram-se tão atrativas quanto os meios tecnológicos. É indubitável que a motivação tem ligação direta com o êxito escolar, sendo uma chave para a educação, onde sua falta leva à queda na qualidade do ensino e aprendizagem (Camargo; Camargo; Souza, 2019).

De acordo com Ministério da Saúde (2020) a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o SARS-CoV-2, conhecido como coronavírus, para pandemia, termo usado para designar uma doença que afeta todos os continentes do mundo. Diante desse cenário as escolas precisaram ser fechadas. O Brasil foi um dos países em que as escolas permaneceram fechadas por mais tempo, causando grande impacto no desempenho e na aprendizagem dos alunos (SEABRA, 2023).

O surgimento da pandemia afetou severamente o processo de ensino e aprendizagem em todo o mundo. Com a necessidade do fechamento das escolas, viu-se no ensino remoto a alternativa para continuar assegurando o direito à educação. Contudo, o período de fechamento variou muito entre as instituições e países, bem como, no prejuízo da aprendizagem escolar devido às limitações do ensino à distância, visto que a maior parte das escolas públicas não possuíam acesso adequado a essa modalidade. Os danos educacionais foram visualizados com mais precisão a partir da reabertura das escolas, ainda em 2021 (DIAS; RAMOS, 2022).

Diante do exposto, questionou-se: Como ficou a qualidade do ensino escolar pós pandemia da Covid-19? Acredita-se que houveram alterações significativas associadas ao uso das tecnologias remotas. Compreender este processo de transformação e as dificuldades do atual cenário da educação são primordiais para a implementação de ações que visem ampliar a qualidade de aprendizado dos alunos sem afetar negativamente o trabalho dos educadores.

OBJETIVOS

Este capítulo tem como objetivo descrever a qualidade do ensino educacional após o período da pandemia da Covid-19.

MÉTODO

Trata-se de um ensaio teórico de cunho reflexivo, baseado na formulação discursiva da temática, consubstanciado pela literatura científica nacional e internacional referente ao tema em estudo.

Enfatiza-se que as reflexões tecidas resultam das interpretações da literatura e, também, das impressões das autoras. A apresentação das explicações tem um eixo

condutor sobre o tema com foco no ensino escolar e a pandemia da Covid-19. Como não houve interação de pesquisa direta, excluiu-se a necessidade de submeter o estudo a trâmites éticos

DESENVOLVIMENTO

Tem-se a educação como reflexo de uma trajetória histórica, que sofreu modificações ao longo das décadas com base no meio socioeconômico, local e global que estava inserido. Considera-se transitória uma vez que se adapta às necessidades reais dos alunos e professores, no processo de aprendizagem, não sendo diferente no período da pandemia da Covid-19 (Cordeiro, 2020).

Devido a pandemia, com o isolamento social, viu-se necessário a educação a distância, por meio de conteúdo assíncrono, autoinstrucional e autonomia dos horários de estudos aos alunos. O ensino digital, de caráter emergencial, se assemelhou ao Ensino a distância (EAD), baseado nos princípios da educação presencial (Cordeiro, 2020).

Cordeiro (2020) ressalta ainda que muitos docentes precisaram se reinventar e reaprender métodos de ensino e aprendizagem para se adaptarem às novas ferramentas tecnológicas. Medidas estas, em processo árduo, em prol da motivação de alunos e professores de forma a dar continuidade na educação brasileira, mantendo os envolvidos conectados e interagindo.

Neste contexto, Todos pela Educação (2020) discorre que as atividades remotas apresentam limitações de modo que não substituem o ensino presencial. Pesquisas apontam que os alunos aprendem menos, gerando lacunas de aprendizagem. Entretanto, pode-se alcançar resultados positivos com o uso digital, se este for associado ao ensino educacional presencial, mantendo a interação social.

Ainda, considerando as desigualdades no acesso à internet e tecnologias, bem como aos níveis de aprendizado entre os discentes, preocupa-se com a equidade mediante a disparidade de conhecimento e competências já adquiridos até o momento. Alunos de baixo desempenho escolar são mais beneficiados com uso das tecnologias, quando utilizado de modo suplementar ao ensino tradicional. Entretanto, o ensino totalmente remoto revela ser mais positivo aos alunos que já apresentam altos desempenhos, gerando maiores disparidades de ensino-aprendizagem (Todos pela Educação, 2020).

Nascimento (2021) dispõe que mesmo entre as facilidades financeiras das escolas de ensino privadas, todas, privadas e públicas, enfrentam desafios e dificuldades neste processo de inserção de ensino remoto. O mesmo aponta dados de evasão de alunos, bem como, redução de 1,2% no total de matrículas no ano de 2020 quando comparado ao ano anterior.

Santos (2020) afirma que a utilização das ferramentas da internet não evidencia novas práticas educativas. Visto que, lista de exercícios exagerados para os alunos executarem

sozinhos em casa predominam no processo de ensino-aprendizagem, demonstrando que não surgiram novas formas de ensino que despertem a criatividade dos alunos, tampouco a educação reflexiva. Além disso, as tradicionais avaliações demonstram a manutenção de ações obrigatórias das gerações antigas e do método convencional de ensino.

Pensar em uma revolução educacional pós-pandemia requer muito mais que a disposição e dedicação do professor que em meio ao isolamento social recorre frequentemente aos recursos da internet. É crucial ações de políticas públicas em prol da educação e aquelas voltadas à formação de professores. Assim, é necessário ampliar a visão para a realidade do aluno, as condições de vida e o âmbito social que determinam seu aprendizado, direcionado às reais necessidades do aluno com foco no tipo de sociedade que se queira formar (Santos, 2020).

Destarte, o ensino educacional enfrentou desafios que marcaram a educação brasileira e reflete o novo para a sociedade. Diante das mudanças, reaprender e se adaptar faz-se necessário, estabelecendo novas metodologias de ensino compatíveis com o atual mundo tecnológico que promova mais condições para uma educação de qualidade. Entretanto, não se pode ocultar o abismo educacional entre abastados e pobres que abarca maiores entraves para as estratégias educacionais pelos professores (Nascimento, 2021).

CONCLUSÃO

A educação pós-pandemia é cercada de obstáculos e desigualdades de ensino diante das diferenças de acesso relacionadas a classe social e realidade em que os alunos estão inseridos. Ainda, ao analisar os estudos notou-se a adaptação da inserção das tecnologias remotas como mecanismo de ensino um desafio tanto para o professor, quanto para o aluno. Pois, além de se adaptar às novas formas de acessar o conhecimento, rastros do antigo molde educacional permaneceram, como atividades e provas, como principais métodos de avaliação.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Carmen Aparecida Cardoso Maia; CAMARGO, Marcio Antonio Ferreira; DE OLIVEIRA SOUZA, Virginia. A importância da motivação no processo ensino-aprendizagem. **Revista Thema**, v. 16, n. 3, p. 598-606, 2019.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino. 2020.

DIAS, Érika; RAMOS, Mozart Neves. A Educação e os impactos da Covid-19 nas aprendizagens escolares. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 30, p. 859-870, 2022.

EDUCAÇÃO, Todos Pela. Ensino a distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19. **Nota Técnica**, p. 15, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **OMS classifica coronavírus como pandemia**. Brasília: DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/oms-classifica-coronavirus-como-pandemia>.

NASCIMENTO, Otacilio Marcelino do. A Educação na pós pandemia: desafios e legados. **REVISTA FACULDADE FAMEN - REFFEN**. ISSN 2675-0589, v. 2, n. 1, p. 11-20, 2021.

SANTOS, Claitonei Siqueira. Educação escolar no contexto de pandemia. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 1, n. 30, p. 44-47, 2020.

SEABRA, A.G. **Conecta**: O impacto da pandemia de covid-19 na educação: panorama e desafios no cenário brasileiro. Rede Nacional de Ciência para Educação, 2023. Disponível em: <https://cienciaparaeducacao.org/blog/2023/09/29/o-impacto-da-pandemia-de-covid-19-na-educacao-panorama-e-desafios-no-cenario-brasileiro/>.

POLÍTICA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES E A VACINAÇÃO SEGURA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS DE SAÚDE

Data de submissão: 17/04/2024

Data de aceite: 02/05/2024

Danielle Grillo Pacheco Lyra

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Nível de Mestrado Políticas Públicas e Desenvolvimento Local - EMESCAM
Vitória - ES
<https://lattes.cnpq.br/8871730133893724>

Fernando Rocha Oliveira

Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Nível de Mestrado Políticas Públicas e Desenvolvimento Local - EMESCAM
Vitória - ES
<http://lattes.cnpq.br/7680448618450890>

RESUMO: O estudo aborda a evolução histórica da imunização no Brasil desde 1804, destacando a influência das transformações sociais e políticas na implementação da Política Nacional de Imunizações (PNI). Apresenta a importância da equipe de enfermagem na promoção da saúde pública, ressaltando os desafios enfrentados por esses profissionais. Destaca a necessidade de garantir a segurança das vacinas e promover a educação permanente para os profissionais de saúde envolvidos na imunização, visando melhorar a eficácia e qualidade dos

serviços prestados. O objetivo é analisar a trajetória histórica e as transformações sociais, políticas e econômicas que influenciaram a implementação do PNI no Brasil desde sua origem até os dias atuais. Além disso, visa compreender o papel desempenhado pela equipe de enfermagem na promoção da saúde pública por meio da administração de vacinas e discutir a importância das boas práticas em imunizações na garantia da segurança e eficácia dos programas de imunização, bem como a necessidade de educação permanente e capacitação dos profissionais de saúde envolvidos na área de imunização por meio da análise da produção científica disponível nas bases de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVS), google acadêmico, livros, outras mídias informativas e complementada com uma busca manual nas listas de referências dos trabalhos selecionados. As políticas de imunização no Brasil evidenciam os avanços significativos na proteção da saúde coletiva. A implementação de boas práticas em vacinação é crucial para garantir a eficácia e segurança do processo, bem como a educação permanente dos profissionais de saúde para promover a qualidade dos serviços e uma cultura de segurança na área de imunização.

PALAVRAS-CHAVE: Imunização, Política Nacional de Imunizações, Políticas Públicas em Saúde, Educação Continuada, Segurança do Paciente.

NATIONAL IMMUNIZATION POLICY AND SAFE VACCINATION IN PUBLIC HEALTH ORGANIZATIONS

ABSTRACT: The study addresses the historical evolution of immunization in Brazil since 1804, highlighting the influence of social and political transformations on the implementation of the National Immunization Policy (PNI). It presents the importance of the nursing team in promoting public health, highlighting the challenges faced by these professionals. It highlights the need to guarantee the safety of vaccines and promote ongoing education for health professionals involved in immunization, aiming to improve the effectiveness and quality of the services provided. The objective is to analyze the historical trajectory and the social, political and economic transformations that influenced the implementation of the PNI in Brazil from its origins to the present day. Furthermore, it aims to understand the role played by the nursing team in promoting public health through the administration of vaccines and discuss the importance of good immunization practices in ensuring the safety and effectiveness of immunization programs, as well as the need for ongoing education and training of health professionals involved in the area of immunization through the analysis of scientific production available in the databases Scientific Electronic Library Online (Scielo), Virtual Health Library of the Ministry of Health (VHL), Google Scholar, books, other media informative and complemented with a manual search in the reference lists of selected works. Immunization policies in Brazil highlight significant advances in protecting collective health. The implementation of good practices in vaccination is crucial to guarantee the effectiveness and safety of the process, as well as the ongoing education of health professionals to promote the quality of services and a culture of safety in the area of immunization.

KEYWORDS: Immunization, National Immunization Policy, Public Health Policies, Continuing Education, Patient Safety.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da imunização no Brasil, datada de 1804 com a introdução da vacina contra a varíola trazida com os escravos, a história da Política Nacional de Imunizações (PNI) é marcada por uma série de eventos que refletem não apenas os avanços na ciência médica, mas também as transformações sociais, políticas e econômicas do país. No século XIX, as condições precárias de vida nas emergentes áreas urbanas favoreceram a propagação de doenças epidêmicas, impulsionando ações governamentais para controlar surtos, como a imunização compulsória contra a varíola. Contudo, essa imposição enfrentou resistência popular, ilustrada pelo episódio da Revolta da Vacina em 1904, destacando as complexidades políticas e sociais envolvidas na implementação de políticas de saúde pública (Brasil, 2023; Sevckenko, 1993).

Com o avanço da industrialização e as mudanças na estrutura social, o século XX testemunhou uma série de transformações no campo da saúde pública, culminando na

criação do Programa Nacional de Imunizações em 1973. Esse programa, alinhado com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) estabelecidas na Constituição de 1988, buscou promover a universalidade e equidade no acesso à saúde, integrando a imunização como parte essencial dos cuidados básicos oferecidos à população. Ao longo dos anos, a PNI expandiu seu escopo, incorporando diversas vacinas ao calendário nacional e se tornando um modelo reconhecido internacionalmente pela sua eficácia e abrangência (Campos; Nascimento; Maranhão, 2003; Fleury; Ouverney, 2017).

O trabalho na área de imunizações desempenha um papel fundamental na promoção da saúde pública, sendo realizado principalmente pela equipe de enfermagem nas organizações públicas de saúde. A equipe, composta geralmente por enfermeiros e técnicos de enfermagem, que desempenham atividades essenciais na administração de vacinas, monitoramento da situação epidemiológica e educação continuada da equipe. Contudo, os profissionais de enfermagem enfrentam uma série de desafios, incluindo condições precárias de trabalho, baixos salários e discriminação de gênero, o que contribui para a feminização da área da saúde. A falta de concursos públicos e a crescente influência das Organizações Sociais (OSS) no sistema de saúde representam obstáculos adicionais para a valorização e qualificação desses profissionais (Brasil, 2014; Bussinguer *et al.*, 2021; Machado, 2017).

Diante desses desafios, torna-se evidente a necessidade de valorizar e fortalecer a enfermagem, especialmente no contexto da imunização. Nesse sentido, os enfermeiros desempenham um papel crucial como supervisores das equipes de vacinação, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos e enfrentando os desafios decorrentes da alta demanda e da constante evolução da área da saúde (Ternopolski; Baratieri; Lenstck, 2015).

A garantia da segurança e eficácia das vacinas é essencial para o sucesso dos programas de imunização e para a proteção da saúde pública. As Boas Práticas em Imunizações, que abrangem todas as etapas do processo de vacinação, desde o acolhimento até o descarte e registro, desempenham um papel fundamental nesse contexto, assegurando que a vacinação seja realizada de forma segura e eficaz. No entanto, os desafios associados à vacinação segura são diversos e incluem desde erros na administração até questões relacionadas à vigilância de eventos adversos pós-vacinação (Brasil, 2021; SBP, 2021).

A segurança na utilização dos imunobiológicos é uma preocupação global, refletida em iniciativas como o Projeto de Prioridade em Segurança de Vacinas da Organização Mundial de Saúde e a implementação de sistemas de vigilância de eventos adversos pós-vacinação em diversos países, incluindo o Brasil. A prevenção de erros de imunização, que podem ter consequências graves para os pacientes e minar a confiança no sistema de saúde, requer uma abordagem sistêmica e a promoção de uma cultura de segurança que incentive a notificação e a aprendizagem contínua. Assim, a adoção e o aprimoramento

das boas práticas no processo de trabalho para a vacinação segura são fundamentais para garantir a eficácia dos programas de imunização e a proteção da saúde pública (Braga *et al.*, 2017; Brito *et al.*, 2014; Waldman *et al.*, 2011).

Nos serviços de imunização, a preparação e atualização constante dos profissionais são fundamentais para assegurar a eficácia e segurança das práticas de vacinação. A complexidade crescente do calendário de vacinação, aliada à ocorrência de erros que podem comprometer a efetividade dos programas de imunização, evidencia a necessidade premente de educação permanente para as equipes de saúde que atuam nessa área. O investimento em capacitação, tanto para os profissionais recém-ingressados quanto para os mais experientes, é essencial para garantir a qualidade dos serviços de vacinação. No entanto, é imperativo ampliar e aprimorar esses esforços, envolvendo não apenas o Ministério da Saúde, mas também os estados e municípios, para garantir que todas as esferas de gestão do SUS estejam capacitadas para atender às demandas da população. Além disso, é essencial desenvolver programas de formação que incentivem a busca pelo autodesenvolvimento e utilizem metodologias inovadoras alinhadas com as necessidades e desafios enfrentados pelos profissionais de saúde no contexto da imunização (Brito *et al.*, 2014; Domingues *et al.*, 2020; Rodrigues, Paschoalotto e Bruniera, 2012; Ternopolski; Baratieri; Lenstck, 2015).

Este estudo tem como objetivo analisar a trajetória histórica e as transformações sociais, políticas e econômicas que influenciaram a implementação da PNI no Brasil desde sua origem até os dias atuais. Além disso, visa compreender o papel desempenhado pela equipe de enfermagem na promoção da saúde pública por meio da administração de vacinas, destacando os desafios enfrentados por esses profissionais e as medidas necessárias para valorizá-los e fortalecê-los. A revisão também se propõe a discutir a importância das Boas Práticas em Imunizações na garantia da segurança e eficácia dos programas de imunização, bem como a necessidade de educação permanente e capacitação dos profissionais de saúde envolvidos na área de imunização para garantir a qualidade dos serviços prestados e atender às demandas da população de forma eficaz.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão literária narrativa, realizada durante os meses de setembro e novembro de 2023 que visa analisar a trajetória histórica e as transformações sociais, políticas e econômicas que influenciaram a implementação da Política Nacional de Imunizações (PNI) no Brasil, compreender o papel desempenhado pela equipe de enfermagem na promoção da saúde pública por meio da administração de vacinas e discutir a importância das Boas Práticas em Imunizações na garantia da segurança e eficácia dos programas de imunização, bem como a necessidade de educação permanente e capacitação dos profissionais de saúde envolvidos na área de imunização para vacinação segura.

A revisão da literatura narrativa ou tradicional aborda uma temática de forma mais aberta, geralmente sem iniciar com uma pergunta específica bem definida e sem exigir um protocolo rígido para sua realização. A busca por fontes não segue um plano pré-determinado e muitas vezes é menos abrangente. A seleção de artigos é feita de forma arbitrária, o que pode resultar em informações sujeitas a viés de seleção devido à interferência da percepção subjetiva do autor (Cordeiro *et al.*, 2007).

A busca foi realizada nas bases de dados como Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVS), google acadêmico, livros, sites do ministério da saúde para verificação de normativos e legislativos, outras mídias informativas, e complementada com uma busca manual nas listas de referências dos trabalhos selecionados. As palavras-chave utilizadas foram “Imunização”, “Política Nacional de Imunizações”, “Políticas Públicas em Saúde”, “Educação Continuada”, “Segurança do Paciente”.

Considerando as temáticas relacionadas ao estudo, os resultados foram divididos em quatro seções. Na primeira apresenta-se a Breve história da Política Nacional de Imunizações. Na segunda seção o trabalho na área de imunizações. Na terceira, as boas práticas no processo de trabalho para a vacinação segura e, por fim, na quarta seção a educação permanente das equipes de vacinação nas organizações públicas de saúde.

Foram incluídos no estudo artigos originais, de revisão e literatura cinzenta no idioma português. A seleção dos artigos e documentos abrangeu o período de 1986 a 2023. Foram excluídos os artigos que não foram de interesse ao assunto da pesquisa

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Breve história da política nacional de imunizações

No início do século XIX, em 1804, por iniciativa do Barão de Barbacena, foram enviados escravos a Lisboa para serem imunizados com a primeira vacina criada em 1798 pelo médico e naturalista franco-inglês Edward Jenner. Assim, a vacina contra a varíola chegou ao Brasil através dos escravos, que ao retornarem, continuava-se a vacinação de braço a braço. Ainda no mesmo ano ficou estabelecida a imunização compulsória das crianças contra a varíola (Brasil, 2023).

Naquele tempo, a sociedade passava por uma transformação profunda uma vez que a revolução industrial, iniciada em 1837, levou as pessoas a migrarem de suas pequenas comunidades rurais para os centros urbanos em formação, à medida que as indústrias se desenvolviam. Essa migração em massa resultou em condições propícias para o surgimento de surtos de doenças epidêmicas, devido às aglomerações, falta de saneamento básico, má qualidade das moradias e proliferação de doenças transmitidas por água contaminada e falta de higiene. O Brasil enfrentou surtos de doenças infectocontagiosas durante a segunda metade do século XIX (Brasil, 2023).

A industrialização teve efeitos significativos nas condições socioeconômicas da recém-formada nação, gerando contradições em relação às ideias igualitárias. Isso levou ao surgimento de movimentos sociais que buscavam garantir uma condição de cidadania que lhes era negada na prática. Durante o século XIX, esses movimentos sociais, através de protestos, lutas e mobilização política, foram fundamentais para consolidar a cidadania e desenvolver sistemas de proteção social em resposta às precárias condições de sobrevivência enfrentadas pela população. A ampliação da comunidade política possibilitou a luta por ações coletivas e concretas na garantia de direitos para os excluídos (Fleury; Ouverney, 2017).

A constituição de uma sociedade predominantemente urbana e burguesa, no início da fase republicana no Brasil, resultado das mudanças econômicas trazidas pela Revolução Científico-Tecnológica, por volta de 1870, foi acompanhada por movimentos convulsivos e crises traumáticas, que resultaram no sacrifício dos grupos populares. A Revolta da Vacina, insurreição ocorrida em 1904 no Rio de Janeiro, então capital federal, aconteceu num momento decisivo de transformação da sociedade. Seu pretexto foi a campanha de vacinação em massa obrigatória contra a varíola, imposta pelo governo (Sevcenko, 1993).

Nessa perspectiva, a revolta teria sido motivada pelos opositores do regime, que aproveitaram a indignação popular como uma oportunidade para derrubar o governo. Os opositores não se opunham à vacina em si, mas às condições e à obrigatoriedade da lei. A falta de preparação da população e a insensibilidade política e tecnocrática na regulamentação da lei foram fatores determinantes para a revolta e posterior revogação da lei da vacina obrigatória. O episódio da Revolta da Vacina representa um conjunto de elementos significativos relacionados ao complexo fenômeno da vacina e sua utilização na sociedade. Além disso, outros fatores contribuíram para o surgimento da revolta, como a prepotência das autoridades e os conflitos entre diferentes visões de mundo (Pôrto; Ponte, 2003; Sevcenko, 1993).

A maior epidemia de poliomielite registrada até então no país ocorreu no Rio de Janeiro, em 1953. Em 1971, devido aos surtos recorrentes da poliomielite em várias partes do país, o Ministério da Saúde criou o Plano Nacional de Controle da Poliomielite, a primeira tentativa organizada de controlar a doença no Brasil. Um projeto-piloto foi implantado no estado do Espírito Santo, incluindo um estudo para avaliar a resposta à vacina e introduzir campanhas estaduais realizadas em um único dia (Campos; Nascimento; Maranhão, 2003).

Nos anos 1970, houve uma série de mudanças e confrontos no campo da saúde que tiveram um impacto significativo no sistema de saúde brasileiro. Foi um período em que surgiram propostas para racionalizar o sistema de saúde, planejar políticas públicas, buscar a universalização dos cuidados em saúde e estabelecer um novo movimento chamado de movimento sanitário brasileiro. Esse momento foi marcado por três aspectos principais: o fortalecimento das práticas médicas como forma de capitalizar a saúde, a modernização das instituições de saúde com programas de cobertura ampliada, como o Programa Nacional

de imunizações (PNI), e o surgimento de um pensamento crítico que questionava essas abordagens. A concepção, estruturação e desenvolvimento do PNI foram influenciadas pelas forças e projetos que estavam em conflito nesse contexto. Foi uma vitória para uma determinada concepção de saúde pública e uma abordagem específica para lidar com situações sanitárias, seguindo a tradição estabelecida por Oswaldo Cruz. Desde as intervenções implementadas por Oswaldo Cruz no início do século XX, a estratégia de campanhas sempre foi utilizada como um instrumento para controlar doenças em larga escala (Temporão, 2003).

A bem-sucedida Campanha de Erradicação da Varíola (CEV) fortaleceu a ideia daqueles que defendiam a necessidade de investir mais no controle de doenças infecciosas preveníveis por imunização. Entre 1973 e 1980, várias iniciativas foram implementadas, construindo uma base técnica, política e institucional que se tornaria uma ferramenta importante do Estado para controlar efetivamente algumas doenças no país. A conclusão do programa de erradicação da varíola em 1973, certificado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), foi um marco nesse processo. Após o término da campanha, muitos profissionais capacitados se envolveram em outras atividades relacionadas ao controle de doenças evitáveis por imunização. No entanto, havia preocupações sobre a capacidade das estruturas formais do sistema de saúde em manter a vacinação sistemática contra a varíola devido a uma incapacidade crônica da rede de serviços de saúde em controlar essas doenças, que ia além das metodologias de organização e estruturação dos serviços de saúde e envolvia ideias sobre como os serviços de saúde deveriam ser organizados para atender integralmente e inclusivamente a sociedade. A utilização dessas ferramentas, juntamente com as tecnologias médicas e sanitárias, foi fundamental para promover uma consciência sanitária específica, fortalecendo a ideia de democratização no acesso e a visão da vacina como um bem público universal e equitativo. (Temporão, 2003)

Em 1973, o PNI foi implementado, incorporando o controle da poliomielite e introduzindo a estratégia de multivacinação, com destaque para a vacina do sarampo. As campanhas de vacinação em larga escala para erradicar a varíola no período de 1966 a 1973, que vacinou mais de 80 milhões de pessoas, estabeleceu os alicerces sociais e políticos para o desenvolvimento de uma cultura de imunização no país, contrastando com a ocorrência anterior de episódios de intensa resistência popular à vacinação como ocorreu na Revolta da Vacina. A implementação do PNI se deu no âmbito do Programa de Erradicação da Varíola da OMS, década em que a varíola foi declarada erradicada. As vacinas e as campanhas de vacinação contra a febre amarela e BCG também foram importantes nesse processo (Campos; Nascimento; Maranhão, 2003; Hochman, 2011; Possas *et al.*, 2020).

O PNI fazia parte do Plano Decenal de Saúde para as Américas, discutido em 1972, no Chile, e tinha como objetivo reduzir a morbidade e mortalidade por doenças evitáveis por imunização. Em 1974, a estratégia de campanha foi abandonada, priorizando a vacinação

de rotina pela rede básica de saúde. Houve uma mudança na gestão do Ministério da Saúde, com a influência de técnicos de São Paulo que defendiam a atuação dos centros de saúde, ações de rotina e educação sanitária. A mudança de estratégia teve perdas e ganhos: houve uma redução na cobertura vacinal devido à falta de serviços de saúde suficientes, mas houve melhorias na normalização técnica da vacinação, conservação das vacinas e vigilância epidemiológica (Campos; Nascimento; Maranhão, 2003).

Em 1975, foi regulamentado o PNI pela Lei Federal nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, e pelo Decreto nº 78.321, de 12 de agosto de 1976, que instituiu o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SNVE), em que foram estabelecidas atividades de vigilância em nível nacional, incluindo normas técnicas para confirmação clínica e laboratorial dos casos e investigação epidemiológica. O PNI passou a ser responsável por organizar a política nacional de vacinação no Brasil, com o objetivo de controlar, eliminar ou erradicar doenças preveníveis por imunização. As diretrizes e responsabilidades para a execução das ações de vigilância em saúde, incluindo a vacinação, são compartilhadas entre a União, estados, Distrito Federal e municípios, sendo pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) (Brasil, 2014; Campos; Nascimento; Maranhão, 2003).

A Política Nacional de Imunizações do Brasil tornou-se uma referência global em vacinação devido à inclusão de várias vacinas em seu calendário básico, disponíveis de forma universal pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O sucesso dessa política é atribuído, em parte, ao fato de o PNI seguir os princípios fundamentais do SUS, como a universalidade e equidade no atendimento, além do princípio organizativo de descentralização, estabelecidos pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080 de 1990) e da Constituição Federal de 1988 que incluiu a saúde como parte da seguridade social, avançando em relação às formulações legais anteriores, ao garantir um conjunto de direitos sociais. Ela estabeleceu um modelo integrado de ações do governo e da sociedade para assegurar direito à saúde. Esse novo padrão constitucional se caracteriza pela universalidade na cobertura, reconhecimento dos direitos sociais e afirmação do dever do Estado. A construção do SUS trouxe oportunidades antes impensáveis para descentralizar as ações de vacinação para os municípios e integrá-las à Estratégia Saúde da Família, ampliando o acesso, garantindo continuidade e estabilidade no programa de imunização (Brasil, 2013; Fleury; Ouverney, 2017).

Apesar da relevância da imunização, principalmente a infantil, diversos estudos têm mostrado redução nas taxas de cobertura vacinal em todo o mundo. No Brasil, essa queda nas coberturas vacinais começou a ser observada em 2016 e se agravou a partir de 2020 devido a pandemia de covid-19. Os dados durante a pandemia mostraram uma expressiva queda nos índices de cobertura vacinal, homogeneidade e taxas de abandono, voltando a patamares semelhantes ao observado no triênio 1983 a 1985. Esse cenário aumenta o risco de reintrodução de doenças já controladas ou eliminadas no país, como a rubéola e meningite, além da importação de casos de poliomielite. É importante ressaltar que os

últimos casos de poliomielite no Brasil ocorreram em 1989 e o país foi certificado como área livre de circulação do Poliovírus Selvagem em 1994, juntamente com os demais países das Américas (Teixeira; Silva; Braz; 2022).

Atualmente, os programas de imunização começaram a se recuperar das interrupções das ações ocasionadas pela pandemia de covid-19, entretanto há ainda milhões de crianças em risco de doenças fatais devido à queda nas coberturas vacinais nos últimos anos. Para enfrentar esses desafios e lacunas, a OMS, UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância), GAVI (Aliança para Vacinas) e outros parceiros lançaram a Agenda de Imunização 2030 (AI2023), uma nova estratégia global que busca melhorar o acesso e a aceitação da vacinação, gerando impacto por meio de programas de imunizações mais fortes. A vacinação em crianças desempenha um papel crucial no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), juntamente com as questões inacabadas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), pois busca a redução do adoecimento e morte nessa faixa etária. A Agenda Vacinas do ODS 3 tem como meta garantir uma vida saudável e bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades, por meio da cobertura universal de vacinas inovadoras (ONU, 2023; Possas *et al.*, 2020)

Finalmente, é fundamental resgatar os valores da importância da vacinação para a população, que foram a base da construção da história de sucesso do PNI e preservar as conquistas alcançadas até hoje. No entanto, é necessário enfrentar o desafio de equilibrar abordagens coercitivas e abordagens persuasivas, pois a vacinação é um fenômeno complexo, envolvendo crenças, concepções políticas, científicas e culturais diversas. Além de ser um ato biomédico, a vacinação também está relacionada a questões socioculturais, morais e históricas, com representações antagônicas sobre direitos coletivos e individuais, relações entre Estado, sociedade, indivíduos, empresas e países, direito à informação, ética, vida e morte. A utilização das vacinas é influenciada por interesses geopolíticos e macroeconômicos, podendo estar associada a conflitos entre nações e ao bioterrorismo. Portanto, compreender as implicações da vacinação requer atenção a uma ampla gama de fatores, como a vacina em si, o contexto em que é utilizada, as estratégias de vacinação, os grupos populacionais envolvidos e os meios de comunicação adotados. (Domingues, 2020; Pôrto; Ponte, 2003).

O trabalho na área de imunizações

As atividades da sala de vacinação nas organizações públicas de saúde são desenvolvidas pela equipe de enfermagem, sendo geralmente composta por um enfermeiro e um técnico de enfermagem. É recomendada a presença de dois vacinadores por turno de trabalho, mas o tamanho da equipe varia de acordo com o tamanho do serviço de saúde e a população atendida em sua área de responsabilidade (Brasil, 2014).

A equipe de vacinação também desempenha um papel importante na análise da situação epidemiológica do território em que o serviço está localizado. Isso ajuda a estabelecer prioridades, alocar recursos e fornecer orientações programáticas, quando necessário. O enfermeiro tem a responsabilidade de supervisionar e monitorar as atividades realizadas na sala de vacinação, além de promover a educação contínua da equipe (Brasil, 2014).

Os profissionais de enfermagem frequentemente trabalham em condições precárias, com salários baixos e uma intensa divisão social e técnica do trabalho. Além disso, eles enfrentam discriminação e preconceito relacionados à sua raça/cor, gênero, onde há predominância das mulheres, o que leva à feminização da área da saúde e até mesmo peso corporal (Bussinguer *et al.*, 2021; Machado, 2017).

Resultados da pesquisa “Perfil da Enfermagem no Brasil”, considerada a maior pesquisa já realizada na América Latina em relação ao número de profissionais envolvidos, revelam uma realidade preocupante da profissão. Os principais aspectos abordados incluem as condições socioeconômicas dos trabalhadores, a formação profissional, o acesso a informações, o mercado de trabalho e as condições de trabalho desse segmento. Vale ressaltar que a enfermagem representa mais de 50% da força de trabalho na área da saúde (Machado, 2012; Machado, 2017).

O desenvolvimento da profissão de enfermagem ainda perpassa por fragilidades nos vínculos empregatícios. A falta de concursos públicos é um dos fatores que dificultam a entrada no mercado de trabalho para esses profissionais. Isso está relacionado ao modelo econômico e social atual no Brasil, onde a gestão de pessoas no Sistema Único de Saúde (SUS) passou por mudanças significativas em busca de eficiência. A partir da década de 1990, surgiram as Organizações Sociais (OSS) como parte do projeto do governo federal de transferir a gestão pública da saúde para a iniciativa privada. Embora formalmente não se apresentem como interesses privados, essas organizações representam os interesses privados na saúde. Elas assumem a gestão do trabalho no SUS, resultando em falta de proteção social para os profissionais de enfermagem. É importante que compreenda-se os reais interesses por trás dessa transferência e as consequências desse modelo, além de refletir sobre o pensamento neoliberal que influencia as políticas públicas no Brasil. O crescimento das OSS está ligado ao ideal privatista de redução do Estado e transferência de atribuições e recursos para o mercado (Bussinguer *et al.*, 2021).

Os aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos que afetam a formação e a divisão social e técnica do trabalho na enfermagem devem ser discutidos porque é importante entender que não há interesse, nem na esfera pública nem na privada, em transformar a enfermagem em uma categoria única. Para o poder econômico dominante na área da saúde, não é vantajoso substituir os técnicos e/ou auxiliares de enfermagem por enfermeiros, pois isso aumentaria os custos das instituições sem necessariamente melhorar a qualidade do trabalho. Esse fato reflete a divisão social e técnica do trabalho

na enfermagem, onde as tarefas manuais são atribuídas aos auxiliares e/ou técnicos sob supervisão dos enfermeiros. Já os enfermeiros historicamente se colocaram como responsáveis pelas atividades intelectuais, o que pode afastá-los do seu objeto de cuidado, ou seja, o usuário do serviço (Bussinguer *et al.*, 2021).

A valorização e a qualificação do trabalho da enfermagem tem uma longa caminhada a ser percorrida no Brasil. A profissão foi regulamentada com a Lei do Exercício Profissional da Enfermagem nº 7.498/86, mas ainda há muito que avançar (Brasil, 1986).

A partir de todos os desafios do trabalho na área de imunizações, o Brasil, em 2018, aderiu à campanha global *Nursing Now*, que procura fortalecer a educação e o desenvolvimento dos profissionais da área de enfermagem. A enfermagem é responsável por metade da força de trabalho em saúde e os enfermeiros são vistos como os principais coordenadores de equipes de saúde em diferentes níveis de atenção à saúde (Cassiani; Lira Neto, 2018).

O relatório *Triple Impact of Nursing* destacou a importância da enfermagem diante das mudanças demográficas e epidemiológicas globais, recomendando que governos e agências internacionais aumentem o perfil da profissão, tornando-a central nas políticas de saúde. A OMS também enfatizou a necessidade de investir em políticas que valorizem o papel da enfermagem, dada a falta de profissionais, baixos salários, desigualdade de gênero e falta de liderança. Desde 2013, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) tem destacado a importância dos enfermeiros no primeiro nível de atenção à saúde, como profissionais de prática avançada (Cassiani; Lira Neto, 2018).

Nesse contexto, é relevante destacar a presença e atuação do profissional enfermeiro, responsável tanto tecnicamente quanto administrativamente pela vacinação. Como supervisor da equipe técnica das salas de vacinas nas Unidades de Saúde, esse profissional é crucial para aprimorar a qualidade do serviço prestado. Além disso, cabe ressaltar que os profissionais da vacinação enfrentam diversos problemas ao realizar suas atividades, principalmente devido à alta demanda de usuários, deficiência de recursos financeiros e à rápida evolução dos conhecimentos na área da saúde, que inclui novas formas de atendimento e novos imunobiológicos (Ternopolski; Baratieri; Lenstck, 2015).

Boas práticas no processo de trabalho para a vacinação segura

As Boas Práticas em Imunizações existem para garantir a qualidade e a segurança de todo o processo de vacinação e são divididas em etapas: Acolhimento, Triagem, Cadeia de Frio, Preparo, Administração, Descarte, Registro e Orientação. Respeitando todas essas etapas, a vacinação será realizada de forma segura e eficaz (SBP, 2021).

A vacinação segura é um dos maiores desafios das organizações de saúde e engloba toda a política, ações e procedimentos em saúde pública que visam reduzir os riscos de propagação de doenças e maximizar a efetividade das vacinas (Brasil, 2021).

O impacto da introdução da vacinação em programas de saúde é percebido pelo custo-efetividade e seu monitoramento e avaliação se dão desde a produção até a segurança da administração na população, por meio do aumento da cobertura vacinal, equidade de acesso, o que desencadeia o sucesso e a credibilidade dos programas de imunização, já que problemas associados à segurança das vacinas, hesitação vacinal e a falta de vacinação simultânea impactam negativamente nas coberturas vacinais e redução da efetividade (Domingues *et al.*, 2020; Ternopolski; Baratieri; Lenstck, 2015; Waldman *et al.*, 2011).

A expectativa em relação à segurança das vacinas é alta, pois elas são amplamente utilizadas em pessoas saudáveis. No entanto, assim como outros produtos farmacêuticos, as vacinas não estão isentas de riscos, o que torna a segurança delas um requisito fundamental para garantir uma adesão alta aos programas de imunização. Ao contrário de outros medicamentos que possuem várias opções terapêuticas alternativas, as vacinas têm poucas opções disponíveis e embora não haja estimativas precisas de risco, os dados da literatura indicam que as vacinas apresentam vantagens significativas em termos de segurança quando comparadas a outros medicamentos (Waldman *et al.*, 2011).

Por ser altamente relevante para a saúde pública e estar diretamente ligada à manutenção de altos índices de cobertura vacinal, a segurança na utilização dos imunobiológicos tem levado muitos países a desenvolverem e fortalecerem sistemas de vigilância de eventos adversos pós-vacinação. Desde 1998, o Brasil implementou esse Sistema passivo em âmbito nacional, com o objetivo de coletar informações que auxiliem na avaliação contínua da segurança na administração de imunobiológicos, bem como informar a população sobre reações adversas e contraindicações. Embora a vigilância de eventos adversos pós-vacinação seja uma ferramenta relativamente recente e não seja ainda adotada em muitos países, seu propósito, estratégias e adaptação às particularidades dos sistemas de saúde nacionais ainda são pouco conhecidos (Brasil, 2021; Ternopolski; Baratieri; Lenstck, 2015; Waldman *et al.*, 2011).

Devido à importância da segurança dos imunobiológicos para a saúde pública, o Departamento de Vacinas e Produtos Biológicos da OMS iniciou o Projeto de Prioridade em Segurança de Vacinas em 1999. Em 2003, um sistema abrangente foi estabelecido para garantir a segurança das vacinas utilizadas nos programas nacionais de imunização (Waldman *et al.*, 2011).

Em muitos países, a maioria dos eventos adversos pós-vacinação ocorre devido a erros de imunização. Nessa situação, é importante descartar esses erros como primeira etapa da investigação. Um evento adverso resultante de um erro na imunização pode ser um incidente isolado ou um conjunto de eventos (cluster) associados à vacinação. Dentre as causas dos eventos adversos, destacam-se os erros de técnicas na administração dos imunobiológicos, que são evitáveis. Esses erros podem ter impactos negativos, como proteção imunológica inadequada dos vacinados, prejuízos, custos, inconveniências

e redução da confiança no sistema de saúde. Essas falhas na vacinação podem ser: armazenamento e transporte inadequados, preparo incorreto, administração incorreta, indicação incorreta, dentre outras (Ternopolski; Baratieri; Lenstck, 2015; Waldman *et al*, 2011).

Os erros de imunização são problemas sérios de saúde pública, que conforme explicitado podem ser evitados. Uma abordagem sistêmica desses erros pode revelar falhas no processo e permitir a implementação de melhorias para reduzir sua ocorrência. Um erro de imunização é definido como um evento evitável que resulta em uso inadequado de imunobiológicos ou pode causar danos graves ao paciente, até mesmo fatais, enquanto o produto está sob o controle de profissionais de saúde. Esses erros podem estar relacionados a diferentes aspectos, como prática profissional, incluindo prescrição, rotulagem, distribuição, administração, educação, monitoramento, dentre outros (Brasil, 2021; Brito *et al.*, 2014).

Uma boa parte dos profissionais de saúde tem receio de relatar erros ocorridos na assistência devido ao medo de represálias e punições. No entanto, é fundamental desenvolver uma cultura de segurança em que os profissionais se sintam confortáveis para relatar as ocorrências, sabendo que essas notificações serão utilizadas para garantir um sistema de vacinação mais qualificado e seguro. Isso poderá resultar em um aumento no número de notificações e maior transparência nos relatos, permitindo a identificação das possíveis causas das ocorrências e direcionando medidas para melhoria dos processos de trabalho (Braga *et al.*, 2017).

Diante do exposto, para aumentar as boas práticas na vacinação, recomenda-se a adoção de intervenções que sejam capazes de garantir a utilização dos imunobiológicos de acordo com as orientações específicas, como indicações, contraindicações, dosagens e condições de armazenamento descritas na bula. Além disso, faz-se necessária a implementação de protocolos com instruções claras sobre as situações a serem evitadas e as normas a serem seguidas. É fundamental que sejam fornecidos materiais consultivos atualizados aos profissionais de saúde, a garantia de educação continuada sobre novas vacinas incluídas no calendário e campanhas, a promoção de discussões abertas e transparentes sobre erros de imunização e a utilização de estratégias para evitar trocas dos imunobiológicos (Braga *et al.*, 2017).

É importante ainda destacar que as investigações sobre a segurança do paciente devem ser utilizadas para embasar as decisões e intervenções da gestão, visando aprimorar a qualidade do cuidado. As ações implementadas, como a adoção das boas práticas em vacinação, devem gerar resultados significativos na redução dos riscos envolvidos (Brito *et al.*, 2014).

Educação permanente das equipes de vacinação nas organizações públicas de saúde

O contexto dos serviços de imunização requer que os profissionais estejam atentos, tenham discernimento e empatia no atendimento ao público. Além da hesitação vacinal em relação à vacinação, a falta de simultaneidade na administração das vacinas e os erros de imunização podem estar relacionados com a falta de qualificação dos profissionais de saúde que trabalham nas organizações públicas de saúde. O calendário de vacinação do PNI tornou-se mais complexo nos últimos anos, exigindo que os profissionais tenham um amplo conhecimento dos esquemas de vacinação e sua atualização, especialmente para crianças que chegam aos serviços em atraso vacinal (Brito *et al.*, 2014; Domingues *et al.*, 2020).

Um estudo revelou que os procedimentos inadequados na vacinação foram frequentemente realizados por profissionais com mais tempo de formação e capacitação prévia. A falta de atenção ou distração estão frequentemente ligadas com a ocorrência de erros. Segundo o estudo de Rodrigues, Paschoalotto e Bruniera (2012), há um maior número de erros cometidos por profissionais experientes que estão convencidos de que suas decisões e condutas são as mais corretas, mesmo quando estão equivocadas. É comum que os funcionários novos sejam encaminhados para capacitações, enquanto os funcionários mais antigos não recebem a mesma prioridade em programas de atualização de conhecimentos. Além disso, não há um controle ou exigência para que os profissionais com mais tempo de serviço participem de atualizações necessárias para o seu conhecimento e habilidades. Assim sendo, é importante a qualificação contínua dos novos e antigos funcionários (Brito *et al.*, 2014).

Com o propósito de qualificar as equipes de vacinação, o PNI tem investido na oferta de cursos à distância, buscando ampliar a abrangência dessa rede. Em 2021, teve início o Projeto ImunizaSUS, parceria a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), cujo foco é o fortalecimento das ações de imunização nos territórios municipais e enfrentamento às baixas coberturas vacinais. O Projeto foi estruturado em três pilares: Educação, Comunicação e Pesquisa, sendo que na esfera educacional foram ofertadas capacitações certificadas de aperfeiçoamento profissional com carga horária de 180 horas e de extensão com 80 horas. Nestas duas ofertas educacionais foram capacitados aproximadamente 25 mil profissionais de saúde de todo o país (Domingues *et al.*, 2020; CONASEMS, 2023).

No entanto, é essencial expandir ainda mais a formação e qualificação dos profissionais de saúde que atuam nas salas de vacinação, e essa responsabilidade deve ser compartilhada entre Ministério da Saúde, estados e municípios, pois são essas esferas de gestão do SUS que têm o dever de manter sua rede de atenção à saúde preparada para atender à população (Domingues *et al.*, 2020).

Há a necessidade de construção e implementação de programas de formação e qualificação em imunizações quanto às normas e procedimentos oferecidos pelo PNI. Esses programas devem ser motivadores, incentivando os profissionais a buscar o autodesenvolvimento e crescimento. Além disso, é importante enfatizar a importância de uma educação permanente que esteja alinhada com as tendências e avanços na área da saúde. Essa educação precisa ir além do método tradicional, utilizando metodologias diferenciadas que atendam às necessidades dos trabalhadores (Brito *et al.*, 2014; Ternopolski; Baratieri; Lenstck, 2015).

Com base no exposto, destaca-se a relevância da Educação Permanente em Saúde como uma estratégia fundamental para promover a formação, qualificação e aprimoramento dos profissionais de saúde no âmbito do SUS, pois ela busca transformar o modelo de atenção, fortalecendo a promoção da saúde e a prevenção das doenças. Nesse contexto, ressalta-se que é fundamental qualificar a equipe de enfermagem em relação à imunização, uma vez que eles são responsáveis pelo seu manejo e administração. Além disso, é necessário salientar que trabalhar com imunobiológicos requer conhecimento técnico específico para garantir a qualidade dos serviços e o controle de doenças imunopreveníveis (Ternopolski; Baratieri; Lenstck, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Política Nacional de Imunizações no Brasil mostra a importância das vacinas na proteção da coletividade através da saúde pública. Desde a introdução da vacina contra a varíola no século XIX até a implementação do Programa Nacional de Imunizações (PNI) em 1973, houve avanços significativos na promoção da imunização em larga escala. A superação de desafios e a consolidação de estratégias eficazes, como a campanha de erradicação da varíola e eliminação da poliomielite, demonstram o impacto positivo das políticas de imunização na saúde da população. O PNI, regulamentado em 1975, representa um marco na história da saúde pública brasileira, estabelecendo as bases para a vacinação sistemática e a promoção de uma cultura de imunização no país.

O trabalho na área de imunizações demanda a implementação de boas práticas para garantir a eficácia e segurança do processo. Isso inclui o correto armazenamento, conservação e manuseio das vacinas, a administração conforme as diretrizes técnicas e a importância de uma vigilância ativa de eventos adversos pós-vacinais.

Além disso, a educação permanente é essencial para atualização contínua dos profissionais de saúde, promovendo a incorporação de novas evidências científicas, o aprimoramento das habilidades técnicas e a sensibilização dos profissionais sobre a importância da imunização. A qualificação constante contribui para a melhoria da qualidade dos serviços de imunização e para a promoção de uma cultura de segurança e excelência na área.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Polyana Cristina Vilela; SILVA, Ana Elisa Bauer de Camargo; MOCHIZUKI, Ludmila Bastos; LIMA, Juliana Carvalho de; SOUSA, Maiana Regina Gomes de; BEZERRA, Ana Lúcia Queiroz. **Incidência de eventos adversos pós-vacinais em crianças**. Revista de Enfermagem UFPE On Line. Disponível em: DOI: 10.5205/reuol.10712-95194-3-SM.1110sup201716. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1986.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento do Programa Nacional de Imunizações. **Programa Nacional de Imunizações 50 anos**. Brasília, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Programa Nacional de Imunizações (PNI) : 40 anos**. Brasília, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_nacional_imunizacoes_pni40.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação**. Brasília, 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis. **Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação**. 4. ed. atual. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vacinacao-imunizacao-pni/manual_eventos-_adversos_pos_vacinacao_4ed_atualizada.pdf/view. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRITO, Maria de Fátima Paiva; GERIN, Larissa; COUTO, Edimara Caroline Aparecida; CUNHA, Isac Santos; CORSINI, Maria Carolina Mamede Moreira; GONÇALVES, Mariane Coimbra. **Caracterização das notificações de procedimentos inadequados na administração de imunobiológicos em Ribeirão Preto**, São Paulo, 2007-2012. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 23, n. 1, p. 33-44, mar. 2014. Disponível em http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 dez. 2023.

BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo; CONTI, Marcela de Azevedo Bussinguer, COELHO, Maria Carlota de Rezende; FOLETTO, Sarah Cosme. **Precarização do Trabalho da Enfermagem no Brasil: Desafios do Educador na Formação do Enfermeiro**. In: ANDRADE, Janice Gusmão Ferreira de; ANDRADE, Renato Almeida de; CRUZ, Cesar Albenes Mendonça (Org.). Política social, trabalho e saúde. Vitória: Emescam, 2021. cap. 5, p. 110-124.

CAMPOS, André Luiz Vieira de; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MARANHÃO, Eduardo. **A história da poliomielite no Brasil e seu controle por imunização**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 10, p. 573–600, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/9tFSfwSZjFX6NpSvxq9NZws/?lang=pt#>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CASSIANI, Sílvia Helena de Bortoli; LIRA NETO, José Claudio Garcia. **Perspectivas da Enfermagem e a Campanha Nursing Now**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 71, n. 5, p. 2351–2352, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/Sxq6q8WP8Gfq98CkzsXgW6q/?lang=pt#>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CONASEMS. **Pesquisa nacional sobre cobertura vacinal, seus múltiplos determinantes e as ações de imunização nos territórios municipais brasileiros**, v. 1, 2023. Disponível em: <https://conasems-ava-prod.s3.sa-east-1.amazonaws.com/institucional/publicacoes/publicacao-imunizasus-230123-3-1674844436.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto. **Revisão sistemática: uma revisão narrativa**. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, v. 34, n. 6, p. 428–431, nov. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>. Acesso em: 02 abr. 2024.

DOMINGUES, Carla Magda Allan Santos; MARANHÃO, Ana Goretti Kalume; TEIXEIRA, Antonia Maria; FANTINATO, Francieli Fontana Sutille; DOMINGUES, Raissa Allan Santos. **46 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma história repleta de conquistas e desafios a serem superados**. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/XxZCT7tKQjP3V6pCyywtXMx/#>. Acesso em: 12 dez. 2023.

FLEURY, Sonia; OUVERNEY, Assis Mafort. **Política de saúde: uma política social**. In: GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José de Carvalho de; CARVALHO, Antônio Ivo de (Org.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017, p. 25-57.

HOCHMAN, Gilberto. **Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. 2, p. 375–386, fev. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/YWJ7XPqXpmNXNFtBtMbr8Sm/?lang=pt#>. Acesso em: 12 dez. 2023.

MACHADO, Maria Helena (Coord.). **Perfil da enfermagem no Brasil: relatório final: Brasil**. Rio de Janeiro : NERHUS - DAPS - ENSP/Fiocruz, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/relatoriofinal.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

MACHADO, Maria Helena; VIEIRA, Ana Luiza Stiebler; OLIVEIRA, Eliane. **Construindo o perfil da enfermagem**. Enfermagem em Foco, v. 3, n. 3, 2012. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/294>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. 2023**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em: 12 dez. 2023.

POSSAS, Cristina de Albuquerque; HOMMA, Akira; RISI JÚNIOR, João Baptista; HO, Paulo Lee; CAMACHO, Luiz Antonio Bastos; FREIRE, Marcos da Silva; LEAL, Maria da Luz Fernandes. **Vacinas e Vacinações no Brasil: Agenda 2030 na Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável**. In: HOMMA, Akira; POSSAS, Cristina de Albuquerque; NORONHA, José Carvalho de; GADELHA, Paulo (Org.). Vacinas e vacinação no Brasil: horizontes para os próximos 20 anos. Rio de Janeiro: Edições Livres, 2020. cap. 1, p. 17-200. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/45003/Livro%20Vacinas%20no%20Brasil-1.pdf;jsessionid=9420B04F1BD5BA32BD9BA13DCF810EB8?sequence=2>. Acesso em: 12 dez. 2023.

PÔRTO, Ângela; PONTE, Carlos Fidelis. **Vacinas e campanhas: as imagens de uma história a ser contada**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 10, p. 725–742, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/8c34sgQ93tCJfn6QTXyqrmG/?lang=pt#>. Acesso em: 12 dez. 2023.

RODRIGUES, Isabela Cristina; PASCHOALOTTO, Adelaide A.; BRUNIERA, Elenice de L. L. **Procedimentos inadequados em sala de vacina: a realidade da região de São José do Rio Preto**. BEPA - Boletim Epidemiológico Paulista, 9(100), p.16-28, 2012. Disponível: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta/resource/pt/biblio-1060273>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). **Guia Prático de Atualização Boas Práticas em Vacinação: evitando erros**. Departamento Científico de Imunizações (2019-2021), nº 15, 2021. Disponível em: https://sbim.org.br/images/files/notas-tecnicas/23045c-gpa-boaspraticas_em_vacinacao-_evitandoerros.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993.

TEIXEIRA, Antonia Maria Santos; SILVA, Alexandra Freire da; BRAZ, Rui Moreira. **Desafios das coberturas vacinais de rotina em tempos de pandemia: como enfrentar?** In: KFOURI, Renato A.; LEVI, Guido C. Controvérsias em Imunizações 2021. São Paulo: Segmento Farma, 2022. cap. 8, p. 63-92.

TEMPORÃO, José Gomes. **O Programa Nacional de Imunizações (PNI): origens e desenvolvimento**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 10, p. 601–617, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/XqLKLcj6NYjHdywSF6XPRZs/#>. Acesso em: 12 dez. 2023.

TERNOPOLSKI, Chayane Andrade; BARATIERI, Tatiane; LENSTCK, Maicon Henrique. **Eventos Adversos Pós-vacinação: Educação permanente para a equipe de enfermagem**. Revista Espaço para a Saúde. Londrina, v.16, n. 4, p. 109-119, 2015. Disponível em: <https://espacoparasaude.fpp.edu.br/index.php/espacosauade/article/view/388/13>. Acesso em: 12 dez. 2023.

WALDMAN, Eliseu Alves; LUHM, Karin Regina; MONTEIRO, Sandra Aparecida Moreira Gomes; FREITAS, Fabiana Ramos Martin de. **Vigilância de eventos adversos pós-vacinação e segurança de programas de imunização**. Revista de Saúde Pública, v. 45, n. 1, p. 173–184, 2011. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/GdrvZVppt7rcCLDzDDjx3qj/?lang=pt#>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À PESSOA COM TRAUMA ORTOPÉDICO A LUZ DE CALLISTA ROY

Data de submissão: 07/03/2024

Data de aceite: 02/05/2024

Alana Victória Coêlho Nogueira São José

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana- BA
<http://lattes.cnpq.br/9058684321886392>

Emerson Rios de Afonseca

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana - BA
<https://lattes.cnpq.br/8769824989004291>

Maria Fernanda Crespo Vieira dos Anjos

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana - BA
<https://lattes.cnpq.br/4921205273179121>

Thalita de Lima Cabral da Conceição

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana - BA
<https://lattes.cnpq.br/7010652450827414>

Thaís dos Santos Santana Almeida

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana - BA
<https://lattes.cnpq.br/6792302453187267>

Fernanda Araújo Valle Matheus

Docente da Universidade Estadual de Feira de Santana
<https://orcid.org/0000-0001-7501-6187>

Mariana Fonseca dos Santos

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana - BA
<https://lattes.cnpq.br/6304079361360684>

Ivana Silva Rodrigues

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana - BA
<https://lattes.cnpq.br/5430034164451967>

Tássia Palmeira Coelho

Enfermeira da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares- EBSEERH
<https://orcid.org/0000-0002-5263-5986>

Simone Barbosa Santos

Enfermeira da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares- EBSEERH
<https://orcid.org/0009-0008-1137-0177>

Carliana de Melo Oliveira

Enfermeira da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares- EBSEERH
<https://orcid.org/0009-0005-7563-3704>

RESUMO: Introdução: A Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) e a Teoria da Adaptação de Callista Roy são fundamentais para cuidados individualizados e holísticos em traumas ortopédicos. A aplicação da teoria da adaptação na prática clínica possibilita uma abordagem personalizada e compassiva, beneficiando pacientes e profissionais de saúde.

Objetivo: Sistematizar a assistência de enfermagem à pessoa com trauma ortopédico à luz de Callista Roy. **Método:** Este estudo descreve uma intervenção de Enfermagem no pós-operatório tardio de um paciente admitido após um acidente automobilístico. A equipe aplicou o processo de enfermagem, seguindo diretrizes éticas e normas de pesquisa, e utilizando a teoria de Callista Roy. Foram identificados problemas de enfermagem e traçadas intervenções para promover a adaptação do paciente ao ambiente hospitalar. Os dados foram coletados por meio de entrevista, exame físico e revisão de prontuário, utilizando a Taxonomia NANDA.

Resultado: Para dar início a SAE é necessário o histórico de enfermagem para a coleta de dados, objetivando a análise de problemas que o paciente esteja apresentando, analisou-se durante a prestação da assistência ao paciente o desenvolvimento de sentimentos como a solidão e a ansiedade devido ao estado de isolamento de contato, fato este justificado pelas visitas menos frequentes a beira leito realizada pelos profissionais de saúde e o afastamento dos familiares durante a estadia hospitalar em isolamento. Por outro lado, observou-se como vantagens propiciadas pelo distanciamento do paciente dos demais leitos hospitalares uma maior privacidade, segurança, tranquilidade e um ambiente rigorosamente higienizado, sem contar na redução da taxa de infecção hospitalar também viabilizada pelo método de isolamento de contato. **Considerações finais:** A abordagem holística de Roy é incorporada para compreender as respostas adaptativas do indivíduo diante do trauma. O estudo inclui a evolução do estado clínico, diagnóstico sistematizado e a importância da integração teoria-prática.

PALAVRAS-CHAVE: Trauma ortopédico; Callista Roy; SAE; Saúde do Adulto.

SYSTEMATIZATION OF NURSING CARE FOR PEOPLE WITH ORTHOPEDIC TRAUMA IN THE LIGHT OF CALLISTA ROY

ABSTRACT: Introduction: The Systematization of Nursing Care (SAE) and Callista Roy's Adaptation Theory are fundamental for individualized and holistic care in orthopedic trauma. The application of adaptation theory in clinical practice enables a personalized and compassionate approach, benefiting patients and healthcare professionals. **Objective:** Systematize nursing care for people with orthopedic trauma in the light of Callista Roy.

Method: This study describes a Nursing intervention in the late postoperative period of a patient admitted after a car accident. The team applied the nursing process, following ethical guidelines and research standards, and using Callista Roy's theory. Nursing problems were identified and interventions were designed to promote the patient's adaptation to the hospital environment. Data were collected through interviews, physical examination and medical

record review, using the NANDA Taxonomy. **Result:** To start the SAE, the nursing history is necessary for data collection, aiming to analyze problems that the patient is presenting, during the provision of care to the patient, the development of feelings such as loneliness and anxiety was analyzed. due to the state of contact isolation, a fact justified by the less frequent visits to the bedside carried out by health professionals and the absence of family members during the hospital stay in isolation. On the other hand, the advantages provided by distancing the patient from other hospital beds were greater privacy, safety, tranquility and a rigorously sanitized environment, not to mention the reduction in the rate of hospital infection also made possible by the contact isolation method. **Final considerations:** Roy's holistic approach is incorporated to understand the individual's adaptive responses to trauma. The study includes the evolution of the clinical state, systematic diagnosis and the importance of theory-practice integration.

KEYWORDS: Orthopedic trauma; Callista Roy; SAE; Adult Health.

INTRODUÇÃO

A SAE é um método organizado e sistemático utilizado pelos profissionais de enfermagem para fornecer cuidados individualizados e de qualidade aos pacientes. Ela envolve 5 etapas, que são a coleta de dados, o diagnóstico de enfermagem, o planejamento de cuidados, a implementação e a avaliação (ALMEIDA, 2020). A SAE é fundamental para garantir a continuidade e a qualidade dos cuidados prestados aos pacientes, promovendo uma abordagem holística e baseada em evidências.

A Teoria da Adaptação foi desenvolvida por Callista Roy. Esta teoria evidencia a capacidade dos indivíduos de se adaptarem às mudanças em seu ambiente e em seu próprio corpo, mostrando os seres humanos como sistemas biopsicossociais que buscam manter um estado de equilíbrio ou adaptação (PORTAL DA EDUCAÇÃO).

De acordo com Silva e Lima (2017), Roy identifica quatro modos adaptativos: fisiológico, autoconceito (relacionado à autoimagem e autoestima), papel (relacionado às funções sociais) e interdependência (relacionado às relações interpessoais). A teoria da adaptação sugere que os estímulos podem desencadear respostas adaptativas, e a enfermagem tem um papel importante em facilitar essas respostas para promover a adaptação e o bem-estar do paciente.

A teoria da adaptação fornece uma base teórica para entender como os pacientes respondem aos estímulos e buscam se adaptar às mudanças em sua saúde e ambiente. Junto a isso, a SAE fornece um método prático para aplicar essa teoria na prática clínica, permitindo aos enfermeiros avaliar o estado de adaptação do paciente e desenvolver um plano de cuidados individualizado que promova a adaptação e o bem-estar ao longo do tempo (ALMEIDA, 2020). Dessa forma, os enfermeiros podem utilizar os princípios da desta teoria como uma lente para entender as necessidades de adaptação dos pacientes aplicando a SAE como uma ferramenta para fornecer cuidados personalizados e eficazes.

Segundo a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, Traumas ortopédicos referem-se a lesões musculoesqueléticas que afetam os ossos, articulações, ligamentos, músculos, tendões e tecidos moles relacionados ao sistema musculoesquelético.

Os traumas ortopédicos podem incluir uma ampla gama de lesões, como fraturas ósseas (quebra dos ossos), luxações (deslocamento das articulações), entorses (lesões nos ligamentos) e distensões (lesões nos músculos ou tendões). Dependendo da gravidade da lesão, os traumas ortopédicos podem variar de leves a graves e podem exigir diferentes formas de tratamento, desde medidas conservadoras, como imobilização e fisioterapia, até intervenções cirúrgicas (KATZ, 2008). O tratamento dos traumas ortopédicos visa restaurar a função normal do sistema musculoesquelético, aliviar a dor, promover a cicatrização adequada e prevenir complicações a longo prazo, como incapacidade funcional ou degeneração articular.

O uso de fixador externo é uma técnica comum no tratamento de traumas ortopédicos, especialmente em casos de fraturas complexas, lesões graves nos tecidos moles ou lesões abertas. O fixador externo é um dispositivo médico que consiste em pinos ou hastes metálicas fixadas externamente ao osso, conectadas por barras que proporcionam estabilidade e suporte à área lesionada. Eles são aplicados durante um procedimento cirúrgico sob anestesia e permitem uma fixação temporária ou definitiva da área afetada, facilitando a redução da fratura (realinhamento dos ossos) e promovendo a cicatrização adequada. O tempo de recuperação também pode variar dependendo do tipo de lesão e da resposta individual do paciente ao tratamento.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) os acidentes de transporte terrestre constituem-se a oitava causa de morte no mundo, principalmente entre os indivíduos entre 5 a 29 anos. No estudo de Santos et al (2016), os dados coletados apontam que os acidentes de trânsito foram os mecanismos de trauma mais frequentes (60,2%). Os membros inferiores foram os mais afetados, com destaque para o segmento joelho/perna (23,2%), seguidos pelo acometimento de múltiplas regiões (23,2%). O tratamento cirúrgico foi o mais realizado (89,8%) em todos os mecanismos de trauma, com maior predominância entre as vítimas de acidente de moto (45,8%).

Já no estudo realizado por Mendes (2021), onde foram analisados 225 prontuários, a maior causa de trauma se deu devido a colisão entre motocicleta e carro (23,6%). O mais frequente tipo de lesão foram as fraturas fechadas, ocorrendo em 71,6% dos pacientes. Das 296 regiões acometidas, 23,6% ocorreram nas pernas. O principal desfecho após primeiro atendimento foi a internação hospitalar (93,3%).

Visto o crescente número de casos de acidente automobilísticos e de traumas consequentes se faz de suma importância a discussão deste caso, trazendo também como os princípios da teoria da adaptação se aplicam na prática clínica através da análise da resposta física e psicológica do paciente, e como sua adaptação é influenciada por fatores como suporte social, ambiente e intervenções de enfermagem

Beneficiando não apenas ao sujeito estudado, mas também aos profissionais de saúde envolvidos em seu cuidado. Compreender as complexidades do processo que levou este indivíduo a adoecer contribui para uma assistência mais humanizada e compassiva, alinhada às necessidades específicas de pacientes em situações similares. Em suma, este estudo objetiva-se sistematizar a assistência de enfermagem à pessoa com trauma ortopédico à luz de Calista Roy.

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado no mês de dezembro durante o primeiro dia da atividade prática do componente curricular da disciplina Enfermagem na Saúde do Adulto e do Idoso II do curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Feira de Santana, realizado no setor de Clínica Ortopédica do Hospital Geral Clériston Andrade, localizado em Feira de Santana, Bahia, sendo o hospital público geral de alta complexidade, o qual atende à demanda espontânea da capital e do interior do Estado da Bahia.

Trata-se de um estudo de caso qualitativo, descritivo, utilizando-se do processo de Enfermagem em todas as suas fases, voltando-se ao pós-operatório tardio. A pesquisa foi realizada com o paciente J.A.S, adulto, sexo masculino, 34 anos, foi levado para UPA do clériston devido acidente automobilístico. Dia 22/10/2023 foi encaminhado para o HGCA para tomografia computadorizada no crânio e do pé esquerdo, realizado procedimento cirúrgico ortopédico, posteriormente foi realizado um segundo tempo cirúrgico. Encontrase internado na clínica ortopédica e segue aos cuidados da equipe.

O processo de coleta de dados se iniciou com a apresentação do setor à equipe de coleta e a escolha do paciente para sua realização. Ao selecionar o paciente, foi realizada a apresentação da equipe e houve a emissão de um termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo 01), que foi assinado e passadas todas as suas especificações e a explicação do procedimento do estudo de caso. Deste modo, o trabalho foi elaborado em conformidade com a bioética, garantindo a execução dos princípios de beneficência, justiça, autonomia, não maleficência e equidade, respeitando as resoluções 466/12 e 510/16 que dispõem sobre as normas de pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012; BRASIL, 2016).

Com o intuito de cumprir as etapas e proposta da SAE, tendo em vista que a autora Callista Roy propõe 6 etapas, a equipe, composta por cinco discentes, cada um ficou responsável por um paciente da clínica, desses um ficou responsável por realizar a entrevista para conhecer a história clínica, juntamente com o exame físico e evolução e todos os outros integrantes responsáveis em coletar os dados do prontuário, dos registros da admissão até a coleta de dados.

Em seu prontuário estavam inclusos seu histórico de enfermagem com evolução de enfermagem e evolução médica, prescrição médica, laudo médico, registros de controles do paciente, dados de exames laboratoriais e exames de imagem.

Em vista disto, foram levantadas pistas diagnósticas de enfermagem, utilizando a TAXONOMIA NANDA 2018-2020 como embasamento dos diagnósticos de enfermagem, NIC para levantar intervenções e a NOC para explicar as metas a serem alcançadas, assim possibilitando a elaboração dos cuidados voltados ao paciente, traçando um plano assistencial com metas a serem cumpridas, envolvendo o indivíduo no âmbito sócio espiritual, fisiológico, psíquico, comportamental e afetivo.

Mediante o exposto, o estudo utilizou a teoria de Callista Roy, que focaliza a relevância da adaptação do paciente ao âmbito hospitalar para que o mesmo consiga manter a saúde e comodidade. Segundo Callista, a enfermagem é uma atividade que tem por objetivo a adaptação do paciente, que será alcançada por meio de intervenções características. Roy, caracteriza quatro modos adaptativos: físico-fisiológico, identidade de autoconceito, interdependência e desempenho de papel, sendo esses modos afetados por fatores externos ou internos.

O modo de adaptação físico-fisiológico está ligado à maneira como a pessoa responde como um ser vivo aos estímulos do ambiente, sendo o comportamento a manifestação das atividades fisiológicas do organismo. As cinco principais necessidades de integridade fisiológica são oxigenação, nutrição, eliminação, atividade e repouso e proteção; os outros modos são de natureza psicossociais, autoconceito, interdependência e desempenho de papéis. O autoconceito relaciona-se especificamente com os aspectos psicológicos e espirituais do sistema humano. Consiste na existência física envolvendo imagem corporal, autoconsciência, o eu ideal ou expectativas, e existência ética, moral e espiritual. A interdependência está relacionada à adequação afetiva e aos sistemas de suportes, comportamentos concernentes e comportamentos de contribuição desenvolvidos a partir das relações estreitas entre as pessoas. Por fim, o modo de adaptação de desempenho de papel evidencia aspectos sociais relacionados aos papéis primários, secundários ou terciários que a pessoa ocupa na sociedade e o seu desempenho.

RESULTADOS:

Linha do tempo

21/10/2023 - acidente automobilístico - chegada na UPA do clérison

22/10/2023 - chegada no HGCA para realização do TC

23/10/2023 - cirurgia ortopédica

06/10/2023 - segundo tempo cirúrgico

29/11/2023 - diagnóstico de infecção por pseudomonas

04/12/2023 - avaliação do infectologista - antibioticoterapia por 4 semanas

15/12/2023 - retirada do fixador externo

Para dar início a SAE é necessário o histórico de enfermagem para a coleta de dados, objetivando a análise de problemas que o paciente esteja apresentando. Em relação ao histórico de Enfermagem, foram obtidos as seguintes informações nome (J.A.S), sexo masculino, idade 34, foi levado para UPA do clérison por conta de um acidente automobilístico. Encaminhado para o HGCA para tomografia computadorizada no crânio e do pé esquerdo, realizado procedimento cirúrgico ortopédico para introdução do fixador externo, posteriormente foi realizado um segundo tempo cirúrgico e a técnica de figueiredo. Encontra-se internado na clínica ortopédica para realização de antibioterapia devido infecção por pseudomonas. Sem doenças preexistentes (SIC), nega antecedentes familiares e alergia.

06-12-2023 - Exame físico: PA: 110X70 mmHg; Temperatura: 36,1 C; FC: 82 bpm; FR: 24 inc/min; P: 76 bpm; HGT: 118 mg/dL. BEG, consciente, ativo, comunicativo, higiene satisfatória, mucosas oculares coradas, acuidade visual preservada, pupilas isocóricas, acuidade auditiva preservada, tórax simétrico, MVBD sem RAD, pulso simétricos, bulhas normofonéticas em 2 T, MMSS simétricos e força muscular presente, MMSS simétricos, mobilidade diminuída decorrente a lesão no pé esquerdo, presença de fixador externo na região do terço médio da perna até o metatarso e curativo de figueiredo, abdome plano, ruídos hidroaéreos presentes, indolor a palpação, som timpânico à percussão, genitália íntegra (SIC), eliminações presentes, sono e repouso satisfatório, boa aceitação a dieta.

Evolução de enfermagem - 06/12/2023 11:00 Paciente evoluiu no 46º DIH por **trauma ortopédico no MIE**, em enfermaria isolada devido infecção por pseudomonas. Queixa-se de **dor** relacionada ao trauma, **sentimento de solidão e tédio; saudade de casa e insatisfação com o ambiente hospitalar**. Hemodinamicamente estável. Comunicativo, BEG, eupneico, afebril. Em VE. Ao exame físico: MO normocrômicas, tórax simétrico e expansivo, AP: MVBD; ACV: BRNF em 2T; abdome plano, indolor a palpação e ruídos hidroaéreos presente; genitália íntegra (SIC); **mobilidade prejudicada devido trauma em pé E; presença de fixador externo e curativo de figueiredo**; extremidades aquecidas e oxigenadas. Refere eliminações presentes; sono e repouso satisfatório; boa aceitação a dieta. Em uso de AVP no cômico da mão D, hidrolisado e sem sinais flogísticos. Segue aos cuidados de enfermagem.

Diagnóstico médico - Trauma ortopédico decorrente de um acidente automobilístico evidenciado pela TC do pé esquerdo que mostrou uma fratura cominutiva na base do metatarso do segundo ao quarto com desvio dos fragmentos e sinais de hematrose foi feita a introdução do fixador externo e a técnica de figueiredo (TF). A TF é também extremamente eficaz no tratamento de infecções, evitando amputações por causas infecciosas, como osteomielites agudas e crônicas. Outro diagnóstico médico foi uma fratura linear do osso esquerdo que se estendeu até a parte posterior da lâmina crivosa e na parede anterior e posterior do maxilar esquerdo também evidenciada pela TC do crânio. A grande maioria das fraturas lineares do crânio tem significado clínico mínimo ou nenhum.

As medicações em uso durante a internação foi Meropeném, 1g injetável 1000 mg/mL, prescrito 2g, reconstituição com 5 mL de S.F 0,9%; diluída em 100 mL de S.F 0,9%, aprazamento (20H, 04H e 12H); Heparina Sódica, 500UI/0,25 mL, aprazamento (22H e 10H); Clonazepam, 2mg, se agitação/insônia; Dipirona, 2ml injetável 500mg/mL foi prescrito 2000 mg - diluir em 20 mL de S.F 0,9%, se febre/dor; Ondansetrona, 8mg injetável 4g / mL, prescrito 8 mg - diluir em 50-10 mL de cloreto de sódio 0,9% ou glicose 5%, se náusea ou vômito persistente; Tramadol, 2ml injetável 50mg/mL, prescrito 100 mg - diluir em 100 mL de S.F 0,9%, se dor.

Em relação aos exames laboratoriais, o prontuário mostra que houve um infecção por pseudomonas, sem nenhuma especificação porém é provável que seja a aeruginosa pois está relacionada à assistência à saúde e por estar em um momento de recuperação o sistema imunológico desse paciente pode ter sido fragilizado fazendo com que o indivíduo tenha mais facilidade de adquiri-lo. A avaliação da lesão apresentava secreção purulenta sendo uma pista diagnóstica, o paciente nega ter tido febre no período de internação e os valores da temperatura no registro de controle afirma esse relato. O diagnóstico da pseudomonas depende da cultura do microrganismo do local de infecção. Por conta da infecção, o hemograma também pode ter dado algumas pistas para o diagnóstico, como leucocitose, neutrofilia, linfopenia, eosinopenia e presença de desvio à esquerda.

Por certo, almejando alcançar os objetivos propostos por este trabalho e prestar uma assistência de qualidade ao paciente assistido, buscamos elencar os principais diagnósticos de enfermagem e os seus respectivos cuidados implementados durante a assistência, cumprindo assim com a segunda, terceira e quarta fase do processo de enfermagem. É importante ressaltarmos que a escolha e implementação dos cuidados foram embasados pelos modos de adaptação de Roy buscando desta forma atender as necessidades adaptativas do cliente, assim como é apresentado por Roy em sua teoria.

Modos de Adaptação	Pistas Diagnósticas de Enfermagem	Diagnósticos de Enfermagem	Metas Desejadas	Cuidados Implementados	Aprazamento
Físico-Fisiológico	Dificuldade de movimentação no leito.	Mobilidade física prejudicada associada a alteração na integridade de estruturas ósseas evidenciado por dificuldade para virar-se.	Buscar melhorar a mobilidade do paciente.	I. Elevar a cabeceira do leito; II. Utilizar lençóis para o apoio e facilitação da perna lesada.	I. 3x ao dia (07h, 15h e 21h); II. 1x ao dia (07h).
	Curativo de Figueiredo secreto.	Risco de infecção relacionado a alteração na integridade da pele.	Evitar o desenvolvimento de uma infecção em sítio cirúrgico.	I. Realizar o curativo de forma estéril; II. Evitar molhar o curativo na durante o banho; III. Analisar sinais de infecção do sítio cirúrgico; IV. Realizar a limpeza dos pinos de fixação com clorexidina aquosa.	I. 1x ao dia (07h) ou mais vezes se o curativo estiver saturado; II. 1x ao dia (07h); III. 2x ao dia (07h e 21h); IV. 1x ao dia durante o curativo (07h).
	Paciente relata dor ao movimentar-se no leito.	Dor aguda relacionada à fratura em MIE evidenciado por auto-relato e comportamento expressivo.	Diminuir a sensação de dor.	I. Administrar analgésico caso prescrito; II. Realizar escala de dor; III. Investigar com o paciente ações que ajudem a aliviar a dor como uma determinada posição, por exemplo.	I. 1, 2 ou 3x ao dia a depender da prescrição médica; II. 2x ao dia (07h e 21h); III. 1x ao dia (07h).
Identidade de Autoconceito	Insatisfação com ambiente hospitalar e saudade de casa e da sua rotina.	Ansiedade relacionado a estressores evidenciado por preocupações em razão de mudanças em eventos da vida.	Diminuir a ansiedade do paciente.	I. Relatar ao paciente o seu prognóstico e previsão de alta; II. Investigar com o paciente as insatisfações com o serviço prestado e a instituição.	I. A cada 72h de internação; II. 1x ao dia (21h).
Desempenho de Papel	Sentimento de tédio por não ter nada para fazer durante o isolamento.	Envolvimento em atividades de recreação diminuído relacionado a atividade de recreação insuficiente evidenciado por tédio.	Promover a recreação do paciente.	I. Sugerir que a família custei jogos lúdicos (palavras cruzadas e caça palavras); II. Orientar o paciente sobre o uso do celular para a descontração.	I. 1x ao mês; II. 1x ao dia (15h).
Interdependência	Sentimento de solidão devido isolamento de contato.	Risco de solidão relacionado a isolamento físico.	Diminuir o sentimento de solidão do paciente.	I. Aumentar as visitas ao leito do paciente; II. Promover o contato do paciente com os familiares por meio online; III. Promover diálogo com o paciente sobre assuntos diversos.	I. 3x ao dia (07h, 15h Se 21h); II. 3x na semana (Terça, Quinta e Sábado); III. 1x ao dia (15h).

Fonte: Taxonomia da Associação Norte Americana de Diagnósticos de Enfermagem (NANDA-I,2018-2020).

DISCUSSÃO

Com base no estudo de caso do paciente e nos achados encontrados durante o processo de enfermagem podemos identificar como se organiza o processo adaptativo, trazido por Callista Roy, durante a assistência, pois Callista entende que a pessoa assistida é um ser adaptativo é holístico capaz de interagir com estímulos do meio e gerar respostas frente a estes estímulos (Monteiro *et al.*, 2016).

Semelhante aos achados encontrados durante o estudo realizado por Santana, Santos e Paula (2008) analogamente deparamos no decorrer da prestação da assistência ao nosso paciente com desenvolvimento de diversos sentimentos apresentados pelo cliente durante a estadia na instituição hospitalar como o sentimento de e solidão devido a sua condição clínica de isolamento de contato, sentimento este que abrange-se ao modo de adaptação da interdependência argumentado pela teoria de Roy, que trata-se justamente da busca pelo preenchimento das necessidades afetivas. Por certo, o isolamento de contato pode proporcionar um declínio nas taxas de infecções hospitalares relacionadas ao cuidado assistencial, além de possibilitar ao paciente a privacidade, por encontrar-se em um quarto individual, por transmitir um local de segurança, tranquilidade e um ambiente rigorosamente limpo.

Por outro lado, ainda há, aspectos negativos sobre a adoção deste tipo de medida como o desenvolvimento ansiedade, sendo esta um dos diagnósticos de enfermagem relatado no plano de cuidados, além disso, podemos associar o isolamento de contato com o desenvolvimento de sentimentos como a raiva, sensação de confinamento, estigmatização e solidão, fato este muitas vezes associado ao afastamento dos profissionais de saúde do contato com paciente por medo de contrair a infecção, algo que deveria ser evitado por meio da disseminação de informação com embasamento científico entre os profissionais sobre as formas de contaminação e utilização de protocolos que ajudasse a esta categoria a sentir-se mais segura em manter a atendimento ao paciente de forma mais frequentemente evitando que o mesmo desenvolva sintomas como ansiedade e solidão por exemplo (Duarte *et al.*, 2015).

No entanto devemos entender que o isolamento ao qual alguns pacientes são submetidos durante a sua internação também é um fator importante tanto para a manutenção da segurança do próprio indivíduo assistido assim como também das demais pessoas hospitalizadas, atuando desta forma como um meio para aplicação da 5ª meta da segurança do paciente que busca justamente a prevenção de infecções hospitalares relacionadas a assistência, compactuando, portanto, com a portaria n° 529 do Ministério da Saúde que estabelece as metas de segurança do paciente.

Com relação a outro achado importante encontrado durante a avaliação do paciente neste estudo de caso, agora relacionada ao modo adaptativo físico-fisiológico de Roy, destacamos o risco de infecção do sítio cirúrgico, o que de certa forma exigem da

enfermagem um olhar especializado e uma atuação eficaz para evitar a evolução de um diagnóstico potencial de risco para um diagnóstico real de infecção, logo, para a prevenção desta evolução observamos a importância das intervenções de enfermagem, algo que faz parte da vivência dos enfermeiros e que é relatado no modelo de processo de enfermagem apresentado na teoria de Roy. Devido a isto os cuidados implementados buscaram prevenir a infecção e a manutenção da integridade do curativo Figueiredo, curativo este considerado simples, de baixo custo e que ao mesmo tempo proporciona um ambiente úmido ideal para o processo cicatricial, pois a presença de água propicia a quimiotaxia e a migração dos queratinócitos, levando ao fechamento da lesão, além de fornecer uma barreira física de proteção da lesão contra agentes patogênicos (Carrai *et al.*, 2023).

As infecções em sítio cirúrgico pode estar ligada a alguns fatos relacionados a alterações apresentadas pelo paciente como IMC elevado, diabetes mellitus, uso de corticoides, pacientes mais idosos, utilização de anestesia geral entre outros fatores que predisõem estes indivíduos a infecção em traumas ortopédicos, o que acaba causando, desta forma, complicações prejudiciais na qualidade de vida, logo pelo fato do enfermeiro ser parte integrante da equipe de assistência ao paciente é notório a importância do seu papel em intervir nas infecções e na implementação de protocolos, pautados nos principais fatores de risco, para a prevenir o surgimento de tais infecções (Braga *et al.*, 2023 apud Santana *et al.*, 2021).

Em relação ao diagnóstico de dor encontrado no estudo, segundo Braga *et al.*, (2023) é um processo esperado em paciente que passar por cirurgias ortopédicas é que está relacionada a modificações fisiológicas pelas quais o paciente possa estar passando, como o retorno gradativo da deambulação, ou por um risco de tromboembolismo ocasionado pela falta de movimentação, o até mesmo relacionado a mudanças emocionais, pela ausência da família e distúrbios com a própria imagem. No entanto, é importante entendermos que todos estes achados, sejam eles do âmbito fisiológico, psicológico ou social, encontrados no caso clínico em estudo possuem correlação com as necessidades adaptativas sofridas pelo paciente no seu processo de evolução clínica, logo, o conhecimento e aplicabilidade da teoria de Roy mostra-se cada vez mais pertinente na rotina dos profissionais de enfermagem objetivando desta forma uma assistência holística e de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria de Calista Roy, revela-se como uma abordagem holística e centrada no ser humano. Ao incorporar os elementos fundamentais da teoria adaptativa de Roy, fomos capacitados a compreender as respostas adaptativas do indivíduo diante do trauma. Tivemos a oportunidade de acompanhar a evolução do estado clínico do paciente, além de avaliar e construir diagnóstico de enfermagem de forma sistematizada. Com isso conseguimos concluir o objetivo deste estudo, qual era a sistematização da assistência de enfermagem à pessoa com trauma ortopédico à luz de Calista Roy.

Ao integrar teoria e prática, essas recomendações podem contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem sistematizada e eficaz na assistência de enfermagem a pessoas com trauma ortopédico, fundamentada nos princípios da teoria de Calista Roy.

Este estudo se revelou profundamente enriquecedor, proporcionando-nos uma valiosa introdução à técnica de Figueiredo, a qual, até então, não tínhamos familiaridade. A abordagem inovadora dessa técnica ofereceu uma perspectiva única e esclarecedora no cuidado ao paciente com trauma ortopédico. Além disso, fomos desafiados e privilegiados ao ter a oportunidade de cuidar de um paciente em isolamento de contato, uma experiência que ampliou nossa compreensão sobre medidas preventivas e a importância da segurança nos cuidados de enfermagem. A aplicação da abordagem do diagnóstico psíquico foi particularmente valiosa, permitindo-nos uma compreensão mais profunda das necessidades psicológicas do paciente e, assim, possibilitando uma abordagem de cuidado mais holística e centrada no paciente. Essa jornada de aprendizado destacou a importância de se adaptar a novas técnicas e abordagens, reforçando nosso compromisso com a excelência na prática de enfermagem e na melhoria contínua da qualidade do cuidado prestado.

O modelo de Roy destaca a importância da adaptação como um processo fundamental na experiência de saúde. Roy considera fatores biopsicossociais na adaptação, incentivando uma abordagem holística para a assistência de enfermagem. Isso significa que os enfermeiros podem considerar não apenas os aspectos físicos do trauma ortopédico, mas também os aspectos emocionais e sociais, contribuindo para um cuidado mais abrangente.

Além disto, a teoria mostrou-se útil na formulação de diagnósticos de enfermagem, desenvolvimento de planos de cuidados e avaliação de resultados, oferecendo uma base consistente para a tomada de decisões clínicas. Roy destaca a importância de capacitar os indivíduos na adaptação à sua condição de saúde. Isso pode influenciar a prática de enfermagem, incentivando intervenções que promovam a autonomia e o envolvimento ativo do paciente no seu próprio processo de recuperação.

Ao aplicar o modelo de Calista Roy na sistematização da assistência de enfermagem à pessoa com trauma ortopédico, é crucial reconhecer as limitações e considerar as contribuições específicas do modelo, adaptando-o às necessidades práticas e individuais dos pacientes.

Por fim, o modelo de Roy destaca a importância da adaptação como um processo fundamental na experiência de saúde. Ao aplicar esse modelo, a enfermagem pode se concentrar em estratégias que promovam a adaptação positiva à condição ortopédica, melhorando a qualidade de vida dos pacientes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lucas. **SAE: O que é a metodologia de Sistematização da Assistência de Enfermagem?** 2020. Disponível em: <https://nexxto.com/sae-o-que-e-a-metodologia-de-sistematizacao-da-assistencia-de-enfermagem/>. Acesso em: 09 fev. 2024.
- BRAGA, Luciano Gonçalves et al. **Assistência de enfermagem ao paciente em ortopedia: uma revisão por análise de temática.** Research, Society and Development. v. 12, n. 5, p. e17612541698-e17612541698, 2023.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Gabinete do Ministro.** Portaria N° 1863, de 29 de setembro de 2003.
- CARRAI, Larissa Helena Marques et al. **Fechamento cirúrgico tardio (segunda intenção) pela técnica de Figueiredo: estudo de série de casos.** Surgical & Cosmetic Dermatology. v. 15, 2023.
- COELHO, Sônia Margarida Santos; MENDES, Isabel Margarida Dias Monteiro. **Da pesquisa à prática de enfermagem aplicando o modelo de adaptação de Roy.** Escola Anna Nery, v. 15, p. 845-850, 2011.
- Conselho Nacional de Saúde. (2016). **Resolução nº 510/2016.** R> acessos em 20 fev. 2024, de <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.
- Conselho Nacional de Saúde (Brasil). **Resolução nº 466,** de 12 de dezembro de 2012. Brasília, 2012 [citado 2014 Mar 11]. Disponível em:http://www.conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html Acesso em 20 fev. 2024.
- DUARTE, Tássia de Lima et al. **Repercussões psicológicas do isolamento de contato: uma revisão.** Psicologia Hospitalar. v. 13, n. 2, p. 88-113, 2015.
- Enfermagem Ilustrada. **Fixadores Externos: Tipos e Indicações.** Disponível em: <<https://enfermagemilustrada.com/fixadores-externos-tipos-e-indicacoes/>>. Acesso em: 09 fev. 2024.
- Irdarlanasousasilva et al.. **Aplicabilidade da teoria da adaptação de suster calista roy na prática de enfermagem.** Anais III JOIN / Edição Brasil... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/49537>>; . Acesso em: 10/02/2024 às 10:00
- Katz M, Okuma MAA, Santos ALG dos, Guglielmetti CLB, Sakaki MH, Zumiotti AV. **Epidemiologia das lesões traumáticas de alta energia em idosos.** Acta ortop bras [Internet]. 2008;16(5):279–83. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1413-78522008000500005>.
- Mendes, Arthur Bonetti. **Estudo epidemiológico e aspectos do trauma ortopédico em um hospital público de Florianópolis. TCC(graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina.** Centro de Ciências da Saúde. Medicina. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230150>. Acesso em: 16 fev. 2024.
- MONTEIRO, Ana Karine da Costa et al. **Aplicabilidade da teoria de Callista Roy no cuidado de enfermagem ao estomizado.** Revista de Enfermagem e Atenção Saúde. p. 84-92, 2016.
- SANTANA, Cleise Querino Carneiro de; SANTOS, Cleonice Soares dos; PAULA, Janaina Maria dos Santos Francisco de. **Assistência de enfermagem a uma paciente em isolamento de contato por Klebsiella SPP. E com diagnóstico clínico de cetoacidose diabética.** Rev. enferm. UFPE on line, p. 392-398, 2008.
- Santos L de F da S, Fonseca JMA da, Cavalcante BLS, Lima CM. **Estudo epidemiológico do trauma ortopédico em um serviço público de emergência.** Cad saúde colet [Internet]. 2016Oct;24(4):397–403. Available from: <https://doi.org/10.1590/1414-462X201600040128>

SILVA, Idarlana Souza; LIMA, Glauberiana Alves. **Aplicabilidade da teoria da adaptação de sistematizações de enfermagem na prática de enfermagem**. Anais III JOIN. Edição Brasil. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/49537>>. Acesso em: 09/02/2024.

Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT). **Trauma Ortopédico em Idosos**. Disponível em: <https://sbot.org.br/trauma-ortopedico-em-idosos>. Acesso em: 09 fev. 2024.

ANEXOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE SAÚDE
ENFERMAGEM

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título: Sistematização da Assistência de Enfermagem a pessoa com politrauma.

OBJETIVO DO ESTUDO: O objetivo deste projeto é descrever a Sistematização da Assistência de Enfermagem a paciente com politrauma

ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO: Você tem o direito de não participar deste estudo. Estamos coletando informações para Sistematização da Assistência de Enfermagem a paciente com politrauma. Se você não quiser participar do estudo, isto não irá interferir na sua vida profissional/estudantil.

PROCEDIMENTO DO ESTUDO: Se você decidir integrar este estudo, você participará de uma entrevista em grupo e/ou de uma entrevista individual que durará aproximadamente 30 MINUTOS bem como utilizaremos seu trabalho final como parte do objeto de pesquisa.

RISCOS: Você pode achar que determinadas perguntas incomodam a você, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais. Assim você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado.

BENEFÍCIOS: Sua entrevista ajudará a outras pessoas com a mesma patologia, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre o lugar e relevância desses escritos para própria instituição em questão.

CONFIDENCIALIDADE: Como foi dito acima, seu nome não aparecerá nas fitas de áudio, bem como em nenhum formulário a ser preenchido por nós. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu consentimento escrito, os pesquisadores não divulgarão nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado.

DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES: Esta pesquisa está sendo realizada na Universidade Estadual de Feira de Santana, pesquisadora principal, sob a orientação da Profª Fernanda Araújo Valle Matheus. As investigadoras estão disponíveis para responder a qualquer dúvida que você tenha. Caso seja necessário, contacte e-mail fmestrela@uefs.br. Você terá uma via deste consentimento para guardar com você. Você fornecerá nome e email de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contactar em caso de necessidade.

Eu concordo em participar deste estudo.

Assinatura: Josuelton Amorim dos Santos

Data: 07.12.23 Tel: 15-998684829

Endereço: F. Taboara zona Rural

Comitê de Ética em Pesquisa CEP-UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Avenida Pasteur, 296 – Urca – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22290-240
Telefones: 21-25427796 E-mail: cep.unirio09@gmail.com

Assinatura: Josuelton Amorim dos Santos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE SAUDE
ENFERMAGEM

Telefone de contato _____

Assinatura (Pesquisador):

Fernanda Araújo Valle Steus

Nome: UTFS email fmedre@

Data: 07-12-23 uffs.br

EQUIPES DE ACOLHIDA NO CREAS I: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Data de submissão: 07/03/2024

Data de aceite: 02/05/2024

Janaina Guimarães da Silva

Assistente Social
Secretaria Municipal de Assistência Social
- SMAS
André dos Santos Foz do Iguaçu/PR
<http://lattes.cnpq.br/3028831252780801>

Mainara Vicentini

Psicóloga
Secretaria Municipal de Assistência Social
- SMAS
Secretário André dos Santos - Foz do Iguaçu/PR
<http://lattes.cnpq.br/3879970965107119>

RESUMO: O presente resumo busca publicizar o trabalho desenvolvido pelas equipes de acolhida do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) I de Foz do Iguaçu - PR, correspondendo os atendimentos realizados entre Junho de 2021 e 2022, identificando as principais demandas recebidas. Nos resultados serão apresentados dados sobre as principais situações de violação de direitos encaminhadas para o CREAS, o vínculo e grau de parentesco das crianças e/ou adolescentes com o suposto violador e os encaminhamentos realizados pelas

equipes de acolhida, demonstrando a importância da existência dessas equipes para o funcionamento do serviço e atendimento do público alvo.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Assistência Social; Criança; Adolescente

RECEPTION TEAMS AT CREAS I: EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT: This abstract seeks to publicize the work carried out by the reception teams at the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) I in Foz do Iguaçu - PR, corresponding to the services carried out between June 2021 and 2022, identifying the main demands received. The results will present data on the main situations of rights violations sent to CREAS, the bond and degree of kinship of children and/or adolescents with the alleged violator and the referrals made by the reception teams, demonstrating the importance of the existence of these teams for the operation of the service and customer service.

KEYWORDS: Violence; Social assistance; Child; Adolescent

INTRODUÇÃO

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) I é um equipamento público que integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que tem por objetivo executar, coordenar e fortalecer a articulação dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas, assim os serviços geralmente oferecidos no equipamento são: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI) e o Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). No município de Foz do Iguaçu/PR existem dois CREAS, sendo que um executa apenas o PAEFI e o outro oferta os serviços PAEFI, LA e PSC.

Este resumo expandido compreenderá o serviço do PAEFI que é executado no CREAS I, portanto, o público alvo são indivíduos e famílias que em determinado momento vivenciaram situação de risco pessoal ou social por violação de direitos, seja pela ocorrência de violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e/ou exploração), situação de rua, trabalho infantil, práticas de ato infracional, fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar entre outras (2011).

O PAEFI tem por objetivo contribuir com alguns aspectos, sendo o principal deles, o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva, articulando ações em conjunto com os demais serviços socioassistenciais, intersetoriais e com os outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 2014). Assim, o acesso se dá por meio de procura espontânea ou por encaminhamentos do Sistema de Garantia de Direitos (Conselhos Tutelares, Varas Especializadas, Delegacias), Rede Socioassistencial e pela Rede Intersetorial.

Diante do número exacerbado de casos de criança e adolescente encaminhados durante os anos de 2017 a 2021 e frente a falta de recursos humanos suficiente para promover o primeiro atendimento, criou-se uma lista de espera que ano a ano foi crescendo, e como estratégia para promover o atendimento a essas famílias foi-se montando pelo Órgão Gestor uma equipe de Acolhida, composta por duas profissionais de ensino superior, uma Assistente Social e uma Psicóloga, posteriormente, no último trimestre do ano de 2022 contratou-se mais uma equipe de Acolhida, também composta por duas profissionais.

Atualmente, existe um fluxo de atendimento para os casos que aguardam em fila de espera, quando da sua chegada, são direcionados à coordenação do equipamento, a qual fica responsável por aplicar um instrumental nomeado de Estratificação de Risco, a fim de direcionar os casos mais urgentes para receberem o atendimento.

Assim, essa equipe faz o contato inicial com a família/indivíduo, identificando a demanda familiar e se esta se configura como demanda para atendimento pelo serviço, realiza as primeiras intervenções com a família/indivíduo, utilizando uma conduta

acolhedora, buscando compreender a problemática e a origem da suposta situação de risco e/ou violação de direito, sem atitudes ou ações que causem revitimização da pessoa acolhida no serviço. (BRASIL, 2014).

A acolhida tem como objetivo identificar as necessidades apresentadas pelas famílias e indivíduos, avaliar se realmente constitui situação a ser atendida pelo CREAS e identificar demandas imediatas de encaminhamentos, os procedimentos para a acolhida inicial poderão demandar mais de um encontro com a família/indivíduo e contribuirá para o início da construção de vínculo de referência e de confiança, neste sentido, os atendimentos poderão ser pontuais e encerrados na resolução de uma demanda específica ou caracterizar um conjunto de procedimentos para identificar a necessidade de inserção no acompanhamento realizado pelo PAEFI.

OBJETIVOS

Esse resumo tem como objetivo geral apresentar o trabalho desenvolvido pelas equipes de acolhida do CREAS I com as famílias que são encaminhadas para o serviço. Como objetivos específicos buscamos expor e discutir os dados sobre as violações de direitos identificadas durante o período de atendimento e coleta de dados, bem como demonstrar a importância da existência das equipes no CREAS I, para celeridade dos atendimentos e dos encaminhamentos para as famílias.

MATERIAIS E MÉTODOS

Consiste no estudo descritivo que compõe a análise exploratória de dados de caráter documental, quantitativo, de corte transversal, efetuado no período de Junho de 2021 a Dezembro de 2022 no CREAS I no município de Foz do Iguaçu/PR.

Através da identificação, organização e análise das informações contidas nos prontuários das famílias que receberam o primeiro atendimento, foi elaborado um instrumental para o registro de dados capaz de apontar o quantitativo no que tange aos atendimentos das famílias, foi utilizado o Google Formulários, sendo desenvolvido e aprimorado com questões para contabilizar as informações coletadas nos Prontuário PAEFI das famílias atendidas neste equipamento no ano de 2021 e 2022.

O processo de elaboração foi dividido em cinco etapas: 1) Discussão e Análise das informações que a equipes entendia importante para a coleta de dados; 2) Levantamento e quantificação dos dados relativos às famílias, indivíduos e intervenções, em uma tabela pré-definida no Excel para o preenchimento 3) Compilação dos dados disponibilizados no formulário do Google e também das intervenções. 4) Apresentação dos resultados e discussão dos dados coletados; 5) Elaboração e revisão da versão final do documento.

RESULTADOS

Entre o período correspondente dos dados coletados foram atendidos 605 casos que aguardavam em lista de espera, estes, novos e desarquivados dos anos de 2017 e 2022. Assim, 5,5% dos casos atendidos aguardavam desde 2017, 34,2% eram de 2018, 36,2% desde 2019,

15,4% dos casos atendidos foram de 2020, 4% de 2021 e 4,8% de 2022. Tais atendimentos resultaram no encerramento da lista de espera dos anos de 2017, 2018 e 2019, restando para atendimento apenas o segundo semestre de 2020, os anos de 2021, 2022 e os novos casos que irão chegar em 2023.

Buscando atender os casos que aguardavam há bastante tempo, mas também os casos que chegavam diariamente no serviço, passou-se a utilizar uma estratificação de risco e a priorizar os casos que estratificam como grave e muito grave.

Em relação à divisão dos casos por região do município de Foz do Iguaçu/PR, identificamos que 166 casos atendidos entre os anos de 2021 e 2022 eram da região Norte, seguido da região Leste com 147 casos, a região Nordeste aparece em terceiro lugar com 120 casos atendidos e as regiões Sul e Oeste aparecem por último, com 96 e 76 casos atendidos respectivamente.

Sobre a origem dos encaminhamentos para atendimento pelo CREAS I, temos os Conselhos Tutelares I e II como principais demandantes totalizando juntos 469 casos encaminhados entre os anos de 2017 e 2022. Em terceiro lugar aparecem os encaminhamentos realizados através da Ficha de Informação de Agravo de Notificação (SINAN), em sua maioria com origem de atendimentos realizados pelos hospitais, Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Unidades Básicas de Saúde (UBS). Na sequência temos os encaminhamentos realizados pelo Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA), totalizando 46 dos casos.

Os demais encaminhamentos aparecem fragmentados entre os serviços de Proteção Social Básica (PSB), como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) totalizando 21 encaminhamentos, o Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) com 15 casos e o Centro de Referência para Atendimento à Mulher Vítima de Violência (CRAM) com 11 encaminhamentos, ambos serviços de Proteção Social Especial (PSE) de média complexidade do município.

Da política de educação identificamos o total de 09 encaminhamentos e dos demais serviços de saúde recebemos 07 ofícios para atendimento. Existem ainda os encaminhamentos realizados pelos outros órgãos de garantia de direitos, como a Vara de Infância e Juventude (VIJ) e o Ministério Público (MP), com 04 e 02 casos respectivamente. Identificamos ainda encaminhamentos realizados por outros municípios, denúncias através do Disque 100 e demanda espontânea, totalizando 17 casos.

Através do atendimento realizado com as famílias e do contato feito com a rede socioassistencial e intersetorial identificamos quais foram os serviços e equipamentos onde as famílias tiveram atendimento antes de chegar ao CREAS I. Destaca-se que 25,3% dos casos receberam atendimento no Hospital Ministro Costa Cavalcanti (HMCC), sendo este o serviço que apresentou o maior percentual. Na sequência temos os atendimentos ofertados pelos cinco CRAS do município, totalizando 13,9% dos casos e, posteriormente, podemos verificar que 9,6% das famílias receberam algum tipo de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Para 23,2% dos casos não foram localizados atendimentos na rede e para 7,6% não foi possível coletar a informação. É importante considerar que em alguns deles a família foi localizada através dos dados constantes no encaminhamento e após análise da equipe não foi realizado o contato com a rede. Ainda, em alguns casos onde a equipe realizou contato institucional, verificou-se que as famílias realmente não acessaram outros serviços públicos do município ou do sistema de garantia de direitos.

Conforme a Figura 01, do total de famílias atendidas, em 53,6% dos casos a violência ocorreu dentro do núcleo familiar e em 33,8% dos casos as violências aconteceram fora do ambiente familiar, nas mais variadas possibilidades, sejam elas na família extensa, vizinhos e conhecidos, instituições de ensino e saúde, acolhimento institucional, pessoas desconhecidas, entre outros. O dado de 12,6% que correspondem aos casos onde não foi possível coletar a informação trata-se das situações onde a família não foi localizada.

Sobre os tipos de violências identificamos que 48% dos encaminhamentos se referiam a supostas situações de violência sexual, conforme Figura 02, informação que vai de encontro com o alto número de encaminhamentos que constavam com a ficha SINAN e também com o dado de atendimentos realizados pelo HMCC.

Ainda, 15,3% relataram haver alguma situação de violência física, enquanto 12,5% sinalizaram a palavra negligência no encaminhamento. Neste sentido, é pertinente destacar a importância de ampliar o debate com a rede de atendimento à criança e adolescente sobre quais são as situações que são consideradas negligência. Importante frisar ainda que neste campo mais de uma situação de violência pode ser identificada.

Ressaltamos que 3% dos encaminhamentos não citavam qual a violência identificada no momento do encaminhamento. Já 5,4% foram assinalados como “Outros”, pois o conteúdo do encaminhamento não se refere a violências tipificadas. Dentre essas outras formas de violência, houveram situações em que apontaram maus tratos em mais de 50% dos casos, em segundo lugar aponta evasão escolar, posteriormente alienação parental, ameaças, gravidez na adolescência e, por último, tentativa de suicídio.

Sobre o grau de parentesco e/ou relação com a vítima, 22,4% dos ofícios encaminhados a este equipamento citaram uma pessoa conhecida como suposto violador de direito, sendo este o maior número, seguido pelos genitores e genitoras, com 20% cada um. Cabe ressaltar que para responder a esta pergunta pode ser assinalado mais de uma

opção, assim há casos em que ambos os genitores podem ser os agressores. Em seguida vem a figura do padrasto como suposto violador, representando 9% dos casos atendidos.

Após o atendimento realizado pela Equipe de Acolhida, compreendendo ou não a necessidade de acompanhamento pelo PAEFI, quando a equipe identifica demandas já realiza os primeiros encaminhamentos para a rede socioassistencial e intersetorial. Dentre os encaminhamentos realizados pelas equipes de acolhida, se destaca o alto número de solicitações enviadas à secretaria de saúde, ressaltando que todas elas foram direcionadas à Atenção Primária em Saúde solicitando a inclusão de crianças, adolescentes e/ou responsáveis para atendimento psicológico clínico.

Em segundo lugar vem os encaminhamentos aos CRAS, sendo estes direcionados para o fornecimento de benefício eventual de cesta básica, orientações e atendimento para viabilização de benefícios assistenciais e/ou previdenciários, entre outros.

Na sequência os principais encaminhamentos são para o Conselho Tutelar II, acesso à documentação (RG, Certidão de Nascimento, Carteira de Trabalho, etc.) vagas em CMEIs, escolas municipais e estaduais, programas de aprendizagem, defensoria pública, principalmente para regularização de guarda e pensão, e também encaminhamento ao Fozhabita, para cadastro em programas de habitação e também aluguel social.

Posteriormente vem os encaminhamentos para o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), CREAS de outros municípios, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Conselho Tutelar I, Programa Guarda Subsidiada, NUCRIA e CREAS II.

Após o atendimento realizado pelas equipes de acolhida, procedemos com o direcionamento do caso para arquivamento do prontuário ou inclusão nas equipes de acompanhamento do PAEFI. Em relação aos prontuários desligados, 44,3% dos casos atendidos não apresentavam demandas para o PAEFI, uma das hipóteses disso pode ser a demora entre o encaminhamento e o atendimento. O mesmo ocorre com os 13% que relataram estar residindo neste momento em outro município.

O arquivamento aconteceu em 16,1% dos casos onde não foi possível localizar a família na rede de atendimento psicossocial, este número traz preocupação visto que a maior parte da demanda para atendimento compreendem os casos de violência sexual.

Das famílias atendidas, 7,7% declararam que não houve violação de direito quando se deu o encaminhamento para o CREAS I, com esse dado e com o atendimento prestado às famílias, observou-se a existência de encaminhamentos realizados de forma equivocada para este equipamento, por exemplo, denúncias que não correspondem à família citada no ofício, denúncias de abuso sexual que não procederam, entre outras situações.

Importante ressaltar que 7,6% dos casos atendidos apresentaram demandas para o acompanhamento do PAEFI/CREAS I e foram encaminhados para as equipes do território conforme disponibilidade destas.

Destacamos também os 5,3% que apresentaram competências de equipamentos do Sistema Único de Saúde, em sua maioria para atendimento psicológico clínico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A postura acolhedora, de respeito à dignidade e não discriminação deve permear todo o trabalho social desenvolvido no CREAS, desde os momentos iniciais até o desligamento, assim, é importante que a equipe esteja preparada para acolher as famílias considerando a complexidade de cada situação, suas características e demandas.

Dessa forma, considera-se que o presente trabalho é de fundamental importância para a identificação dos fatores condicionantes das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos permeados pelas famílias e indivíduos seja para fins de monitoramento, avaliação e aprimoramento das ações, na oferta de serviços, programas e projetos, importante ressaltar que os dados apresentados neste trabalho são quantitativos e que seria de extrema importância uma avaliação qualitativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília, 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014.

FIGURAS

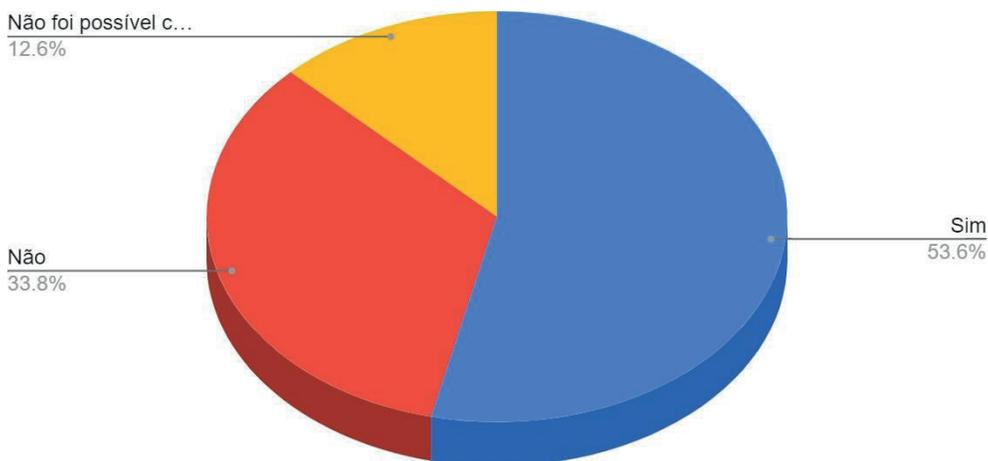


Figura 01. Violência intrafamiliar.

Fonte: Acervo das autoras, 2022.

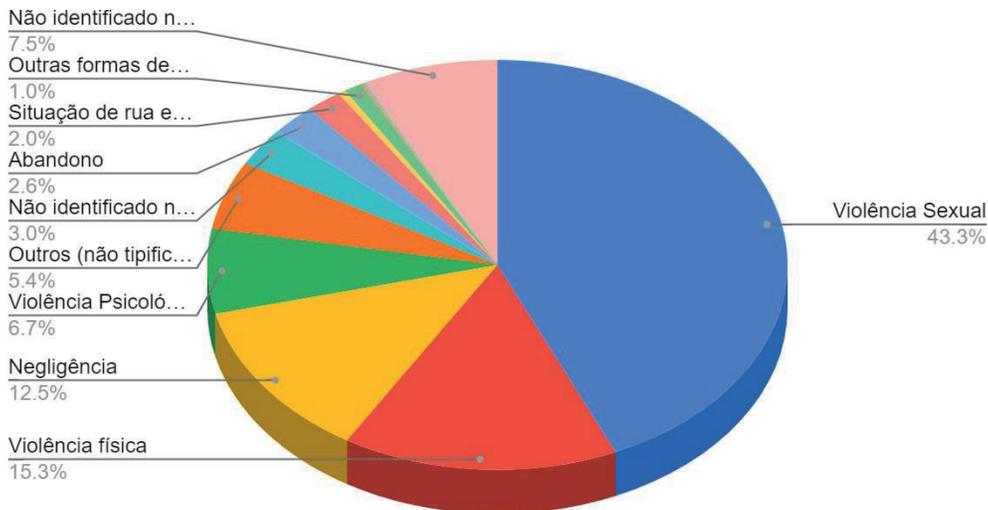


Figura 02. Tipos de violência.
 Fonte: Acervo das autoras, 2022.

ESTUDO CLÍNICO, FISIOPATOLÓGICO E A FISIOTERAPIA NA SÍNDROME DE SALLA: REVISÃO DE LITERATURA

Data de aceite: 02/05/2024

Edson Trimoulet

Graduando em Fisioterapia, 10º período,
pelo Centro Universitário Presidente
Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN

Jaqueline Fazzion

Graduanda em Fisioterapia, 10º período,
pelo Centro Universitário Presidente
Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN

Raquel Auxiliadora Borges

Docente do Curso de Fisioterapia do
Centro Universitário Presidente Tancredo
de Almeida Neves - UNIPTAN

Dayse Rodrigues de Souza Andrade

Docente do Curso de Fisioterapia do
Centro Universitário Presidente Tancredo
de Almeida Neves - UNIPTAN

Laila Cristina Moreira Damázio

Docente do Curso de Fisioterapia do
Centro Universitário Presidente Tancredo
de Almeida Neves - UNIPTAN

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo investigar a histórica clínica e fisiopatológica da Síndrome de Salla, além de destacar a importância da atuação fisioterapêutica no tratamento da mesma, como forma de possibilitar a melhora

do quadro motor e desequilíbrio dos pacientes. Para composição da revisão de literatura, foi utilizada a metodologia de PICO, tendo como referência bases de dados acadêmicas relevantes para a área da fisioterapia, medicina e genética, como PubMed, PEDro, Web of Science, Biblioteca virtual de saúde (BVS), entre outras. A pesquisa bibliográfica foi pautada em estudos dos últimos 5 anos, considerando como descritores de saúde as palavras —Síndrome de Sallall, —Estudo Clínicoll, —Fisiopatologiall. Além disso, a mesma teve como intuito apresentar o referencial teórico que guiou o corpo do trabalho, o qual é voltado para estudos direcionados à fisiopatologia da doença. Assim, procurou-se enfatizar que é crucial que o tratamento seja adaptado e acompanhado de perto por profissionais de saúde especializados, buscando não apenas contribuir para a compreensão mais aprofundada da Síndrome de Salla e suas implicações, mas também oferecer diretrizes práticas para um estudo clínico desses casos. Dessa forma, a pesquisa ressalta a importância da intervenção precoce e contínua, adaptada às necessidades individuais de cada paciente, para otimizar os resultados a longo prazo, elucidando que essas descobertas

contribuem para um maior entendimento da Síndrome de Salla e fornecem diretrizes valiosas para profissionais de saúde que trabalham com essa população.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome de Salla. Fisiopatologia. Estudo Clínico.

CLINICAL, PHYSIOPATHOLOGICAL STUDY AND PHYSIOTHERAPY IN SALLA SYNDROME: LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: The present article aims to investigate the clinical and pathophysiological history of Salla Syndrome. To compose the literature review, the PICO methodology was used, using as reference academic databases relevant to the area of physiotherapy, medicine and genetics, such as PubMed, PEDro, Web of Science, Virtual Health Library (VHL), among others. The bibliographical research was based on studies from the last 5 years, considering the words — Salla Syndromell, —Clinical Studyll, —Physiopathologyll as health descriptors. Furthermore, it aimed to present the theoretical framework that guided the body of work, which is aimed at studies aimed at the pathophysiology of the disease. Therefore, we sought to emphasize that it is crucial that the treatment is adapted and closely monitored by specialized health professionals, seeking not only to contribute to a deeper understanding of Salla Syndrome and its implications, but also to offer practical guidelines for a clinical study. of these cases. In this way, the research highlights how expected results and through its considerations, the importance of early and continuous intervention, adapted to the individual needs of each patient, to optimize long-term results, elucidating that these discoveries contribute to a greater understanding of the Salla syndrome and provide valuable guidelines for healthcare professionals working with this population.

KEYWORDS: Salla syndrome. Pathophysiology. Clinical Study.

INTRODUÇÃO

A Síndrome de Salla é uma doença rara do metabolismo que afeta principalmente o sistema nervoso central, resultando em uma série de comprometimentos no desenvolvimento motor, cognitivo e de linguagem. Entre as características clínicas da síndrome, destaca-se a disfunção da marcha, que pode levar a dificuldades de locomoção e limitações na vida diária dos indivíduos afetados¹.

Nesse contexto, a compreensão sobre um estudo clínico e fisiopatológico da Síndrome de Salla pode possibilitar melhorias na prática clínica, ou seja, na forma como médicos e profissionais de saúde abordam o diagnóstico, tratamento e cuidado de pacientes com Síndrome de Salla. As informações reunidas na revisão podem ser usadas para aprimorar protocolos de atendimento e diretrizes clínica².

No entanto, apesar da importância em tratar estudos sobre a Síndrome de Salla, e seus efeitos em pacientes que apresentam a doença, ainda há uma lacuna na literatura científica em relação a estudos específicos sobre esse tema. Portanto, é fundamental a realização de pesquisas que investiguem os mecanismos fisiopatológicos da doença, a fim de embasar a prática clínica e proporcionar melhores resultados terapêuticos³.

O estudo busca responder a seguinte problematização: — Qual é o estado atual do conhecimento sobre a Síndrome de Salla em termos de características Clínicas e Mecanismos Fisiopatológicos? Diante desta, criou-se a hipótese de que: As compreensões acerca dos fatores fisiopatológicos e clínicos podem contribuir para melhorar o diagnóstico e o tratamento da doença.

Assim, o presente estudo permitirá demonstrar uma análise de literatura científica sobre a Síndrome de Salla, abordando tanto as características clínicas quanto os mecanismos fisiopatológicos, o que pode revelar lacunas no conhecimento e nas áreas, as quais pesquisas futuras podem fazer a diferença na compreensão e no tratamento dessa condição rara.

A partir disso, a pesquisa se dividirá em momentos nos quais, conceitua e explica o que é a doença de Salla e quais os seus desdobramentos, além de descrever como a análise dos mecanismos fisiopatológicos subjacentes à Síndrome de Salla pode levar a *insights* sobre como a condição se desenvolve, apresentando também contribuições pertinentes da fisioterapia no tratamento da doença, ainda que existam poucos estudos a respeito e explicitando que essa compreensão pode, por sua vez, ajudar na identificação de potenciais alvos terapêuticos para o tratamento.

Dessa forma, o presente estudo traz como objetivo investigar a histórica clínica e fisiopatológica da Síndrome de Salla, além de destacar a importância da atuação fisioterapêutica no tratamento da mesma, como forma de possibilitar a melhora do quadro motor e desequilíbrio dos pacientes. E, também, identificar possíveis lacunas no conhecimento, sendo que um estudo de revisão de literatura pode destacar áreas, nas quais há falta de informações ou pesquisas insuficientes, o que consequentemente pode apontar o caminho para futuras investigações e estudos clínicos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A doença de Salla, também conhecida como sialilolipofuscinose (SAL), é uma doença neurológica rara de herança autossômica recessiva que afeta o metabolismo dos esfingolipídios. A doença é mais comum em pessoas de ascendência finlandesa, onde a prevalência é estimada em cerca de 1 em 10.000 pessoas. Entretanto, por se tratar de uma condição rara, não há muita literatura científica disponível sobre a doença de Salla.

A doença de Salla é uma condição neurológica rara que apresenta desafios diagnósticos e terapêuticos. É importante que os clínicos considerem a doença em pacientes com sintomas neurológicos incomuns, especialmente em populações finlandesas e outros grupos de risco⁴

É inferido que, essa doença é causada por mutações no gene SLC17A5, que codifica uma proteína chamada sialina, que é responsável pelo transporte de ácido sialilolipídico nas células do corpo. Em indivíduos com a doença de Salla, a sialina é defeituosa ou ausente, o que leva ao acúmulo de ácido sialilolipídico nas células do cérebro e outras partes do corpo⁵.

Os sintomas da doença de Salla geralmente se manifestam nos primeiros anos de vida e podem incluir atraso no desenvolvimento, hipotonia (baixo tônus muscular), convulsões, movimentos oculares anormais, ataxia (falta de coordenação muscular), distonia (contração muscular involuntária), deficiência visual e auditiva, e comprometimento cognitivo⁶.

De acordo com Saraiva, a doença é prevalente em populações finlandesas e pode apresentar como sintomas comuns o atraso no desenvolvimento, hipotonia, convulsões e distonia⁷.

O diagnóstico da doença de Salla é baseado em uma combinação de sintomas clínicos, exames de imagem cerebral e testes genéticos para confirmar a presença de mutações no gene SLC17A5. O tratamento é principalmente sintomático e de suporte, e pode incluir terapia ocupacional, fisioterapia, terapia da fala e medicamentos para controlar convulsões e distonia. Infelizmente, não há cura para a doença de Salla e a progressão da doença é geralmente lenta, mas inexorável⁵.

Segundo Oussalah⁸, o diagnóstico precoce da doença é importante para permitir a reabilitação melhor qualidade de vida dos pacientes. A expectativa de vida é variável, com alguns indivíduos vivendo até a idade adulta, enquanto outros podem morrer na infância. Pesquisas estão em andamento para desenvolver terapias mais eficazes para a doença de Salla, incluindo terapias de reposição enzimática e terapias genéticas, mas atualmente não há tratamento curativo para a doença⁵.

A fisioterapia é uma intervenção importante no cuidado de pacientes com doença de Salla, uma vez que a condição pode apresentar uma ampla variedade de sintomas neurológicos, incluindo hipotonia (baixo tônus muscular), ataxia (falta de coordenação muscular), distonia (contração muscular involuntária) e atraso no desenvolvimento motora¹⁵.

A fisioterapia tem um papel importante no tratamento dos pacientes com doença de Salla, uma vez que pode ajudar a melhorar o tônus muscular, a coordenação e a prevenir complicações decorrentes da imobilidade prolongada. Os fisioterapeutas devem trabalhar em conjunto com outros profissionais de saúde para fornecer um tratamento multidisciplinar eficaz para os pacientes⁵.

Nesse cenário, a intervenção fisioterapêutica tem como objetivo melhorar a mobilidade, função e qualidade de vida dos pacientes com doença de Salla. Os exercícios podem ajudar a melhorar o tônus muscular e a coordenação, prevenir contraturas musculares e melhorar a postura. Além de poder ajudar a melhorar a função respiratória, que pode ser comprometida em pacientes com doença de Salla¹¹.

A intervenção fisioterapêutica é essencial no cuidado de pacientes com doença de Salla, uma vez que pode ajudar a melhorar a mobilidade, a função e a qualidade de vida dos pacientes. Além disso, os fisioterapeutas podem prescrever equipamentos de mobilidade para ajudar os pacientes a se moverem com segurança e independência¹².

A fisioterapia também pode ser usada para prevenir complicações decorrentes da imobilidade prolongada, como a formação de úlceras de pressão e trombose venosa profunda. Os fisioterapeutas podem prescrever equipamentos de mobilidade, como cadeiras de rodas e andadores, para ajudar os pacientes a se moverem com segurança e independência¹².

Ademais, a intervenção fisioterapêutica pode contribuir para melhorar a saúde mental e emocional dos pacientes, uma vez que pode ser um momento de interação social e atividade física, além de ajudar a melhorar a autoestima e a autoconfiança dos pacientes¹³.

Os pacientes com doença de Salla podem apresentar hipotonia, ataxia e distonia, o que pode comprometer a mobilidade e a independência. A fisioterapia pode ajudar a melhorar esses sintomas e a prevenir complicações decorrentes da imobilidade prolongada. Os fisioterapeutas devem fornecer um tratamento individualizado e adaptado às necessidades específicas de cada paciente⁵.

Dessa forma, a fisioterapia é uma intervenção importante, uma vez que pode melhorar a mobilidade, a função, a qualidade de vida e prevenir complicações decorrentes da imobilidade prolongada. O papel dos fisioterapeutas é essencial no cuidado multidisciplinar de pacientes com doença de Salla⁸.

Em pacientes com doença de Salla, pode ocorrer encurtamento dos tendões e ligamentos, o que pode levar a uma diminuição da mobilidade e da independência. Nesses casos, a cirurgia pode ser considerada uma opção para alongar os tendões e ligamentos, melhorando a mobilidade e a qualidade de vida dos pacientes⁵.

Segundo Bianco¹⁴ a cirurgia de alongamento dos tendões e ligamentos pode melhorar a mobilidade em pacientes com doença de Salla, mas os benefícios e riscos devem ser cuidadosamente avaliados. O acompanhamento pós-cirúrgico, incluindo fisioterapia, é fundamental para garantir uma recuperação adequada e prevenir complicações.

No entanto, é importante destacar que a cirurgia não é a primeira opção de tratamento para encurtamento dos tendões e ligamentos em pacientes com doença de Salla. Antes dela, outras opções de tratamento, como a fisioterapia e o uso de órteses, devem ser considerados¹⁵.

No pós-operatório, é essencial um acompanhamento cuidadoso e multidisciplinar dos pacientes. A fisioterapia desempenha um papel importante no processo de recuperação pós-cirúrgica, ajudando a restaurar a mobilidade e a função muscular dos pacientes. Os exercícios fisioterapêuticos também podem ajudar a prevenir a formação de contraturas musculares e a manter a flexibilidade dos tendões e ligamentos alongados. Assim, como traz a colocação de Sarkar¹⁵ *et al.*, o acompanhamento pós-operatório é essencial para prevenção das complicações.

Além disso, o acompanhamento médico e nutricional é importante para garantir que os pacientes recebam os cuidados necessários durante o processo de recuperação.

É importante destacar que cada caso é único e deve ser avaliado individualmente por uma equipe multidisciplinar, composta por médicos, fisioterapeutas, nutricionistas e outros profissionais de saúde, para determinar a melhor opção de tratamento e acompanhamento pós-cirúrgico para cada paciente com doença de Salla com encurtamento dos tendões e ligamentos¹⁵.

A fisioterapia é um componente essencial do tratamento no pós-operatório de pacientes com doença de Salla, os quais passaram por cirurgia de alongamento dos tendões e ligamentos. Essa intervenção fisioterapêutica, pode ajudar a restaurar a mobilidade e a força muscular, além de prevenir a formação de contraturas musculares e melhorar a qualidade de vida dos pacientes¹⁵.

Um dos principais objetivos da fisioterapia no pós-cirúrgico é o treinamento da marcha. A marcha é uma atividade fundamental para a independência e a mobilidade dos pacientes, e é importante que os pacientes aprendam a andar novamente após a cirurgia. O treino da marcha envolve uma série de exercícios que visam melhorar a força muscular, a flexibilidade, a coordenação e o equilíbrio dos pacientes¹⁵.

Durante o treinamento da marcha, o fisioterapeuta pode utilizar uma variedade de técnicas e equipamentos, como andadores, muletas ou órteses, para ajudar os pacientes a andar novamente. É importante que os pacientes se sintam confortáveis e confiantes durante o treinamento da marcha, e que o fisioterapeuta trabalhe em estreita colaboração com eles para desenvolver um plano de tratamento personalizado²⁵.

Além do treinamento da marcha, a fisioterapia no pós-cirúrgico pode incluir exercícios para melhorar a flexibilidade, a força muscular e a coordenação dos pacientes. A fisioterapia também pode ajudar a prevenir a formação de contraturas musculares e a melhorar a circulação sanguínea nos membros afetados¹².

Em um contexto geral, a fisioterapia desempenha um papel fundamental no pós-cirúrgico de pacientes com doença de Salla que passaram por cirurgia de alongamento dos tendões e ligamentos. O treinamento da marcha é uma parte importante da fisioterapia, pois ajuda a restaurar a mobilidade e a independência dos pacientes e, como traz a colocação Aoyagi²¹ *et al*, o treino da marcha precoce deve ser realizado de forma progressiva e individualizada.

Sendo assim, é necessário que os pacientes recebam um acompanhamento cuidadoso e multidisciplinar durante o processo de recuperação, para garantir uma recuperação adequada e prevenir complicações. Nesse contexto, Pacheco²² *et al* esclarece sobre a importância do tratamento multidisciplinar.

É imprescindível então elucidar que, a doença de Salla é uma patologia rara e complexa que afeta a função neuromuscular, podendo causar diversas limitações e comprometer a qualidade de vida dos pacientes. Nesse sentido, a fisioterapia tem um papel fundamental no tratamento da doença de Salla, tanto no manejo dos sintomas como na reabilitação pós-cirúrgica²³.

No tratamento da doença de Salla, a fisioterapia é capaz de proporcionar um melhor controle dos sintomas, melhorar a capacidade funcional e contribuir para a independência dos pacientes. Além disso, o treino da marcha é uma parte importante da reabilitação e pode ser uma ferramenta eficaz para melhorar a mobilidade e a qualidade de vida dos pacientes. No pós-cirúrgico, a fisioterapia é essencial para uma recuperação adequada e para minimizar possíveis complicações²³.

O treino da marcha é uma das principais intervenções fisioterapêuticas utilizadas, e deve ser realizado de forma individualizada e progressiva para obter os melhores resultados possíveis. Além de ser uma parte crucial desse processo, pois visa restaurar a capacidade funcional dos pacientes e melhorar a qualidade de vida. Assim, pode-se concluir que a fisioterapia desempenha um papel importante no tratamento da doença de Salla, seja na abordagem dos sintomas ou na reabilitação pós-cirúrgica²³.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo é do tipo revisão da literatura, a qual tem como intuito apresentar um estudo clínico e fisiopatológico da Síndrome de Salla. Diante do exposto, foi realizada revisão da literatura utilizando a metodologia de PICO, nas bases de dados, como, PubMed, PEDro, Web of Science, Biblioteca virtual de saúde (BVS), Plataforma Scielo, Google Acadêmico, blogs acadêmicos e de saúde, entre outras. Foi desenvolvida uma estratégia de busca detalhada, incluindo palavras-chave de descritores de saúde, relacionadas ao tema, como: “Síndrome de Salla”; “Fisiopatologia” e —Estudo Clínico”.

A avaliação da relevância de cada estudo teve como base o título e o resumo, verificando os que atendiam aos critérios de inclusão para uma análise mais aprofundada, assim como a qualidade metodológica dos estudos selecionados, a partir da verificação de elementos como os métodos estatísticos utilizados e os respectivos potenciais de viés. E, também, os autores(es), ano de publicação, tipo de estudo, entre outros, dando destaque para as descobertas relevantes em relação a importância de se compreender mais sobre as características, abordagens de tratamento e a fisiopatologia da Síndrome de Salla.

A partir disso, foram selecionados estudos e uma triagem inicial deles, com base nos critérios de inclusão e exclusão predefinidos com base em: tipo de estudo, período de publicação pautado nos últimos 7 anos e estudos na língua inglesa e portuguesa.

Estratégia PICO	Abreviação	Descrição
População	P	Pacientes com Doença de Salla.
Intervenção	I	Estudo Clínico e análise dos mecanismos fisiopatológicos da Síndrome de Salla.
Comparação	C	Revisão de literatura sobre a fisiopatologia da Doença e, a lacuna ainda existente de estudos sobre a Síndrome.
Outcome (desfecho)	O	Contribuir para a compreensão mais aprofundada da Síndrome de Salla e suas implicações, mas também oferecer diretrizes práticas para um estudo clínico desses casos.

Quadro 1. Estratégia PICO

Fonte: Os autores

RESULTADOS

Após a consulta às bases científicas e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados dez estudos para uma apreciação mais concreta. Assim, foram utilizadas para esse recorte as pesquisas entre os anos de 2016 e 2023, com exceção de um estudo da língua inglesa, realizado no ano 2000.

Os trabalhos escolhidos conseguem responder às questões referentes à temática do presente estudo, como ao tratar de atribuições sobre as intervenções fisioterapêuticas e psicológicas em quadros de complexidade, assim como a atuação da fisioterapia em doenças raras e na melhora da qualidade de vida dos pacientes e, as demais abordagens que contribuem para o estudo clínico e fisiopatológico da doença. Além de apresentar informações como a importância do catabolismo do ácido siálico no funcionamento muscular e avanços recentes no entendimento e tratamento da Síndrome de Salla.

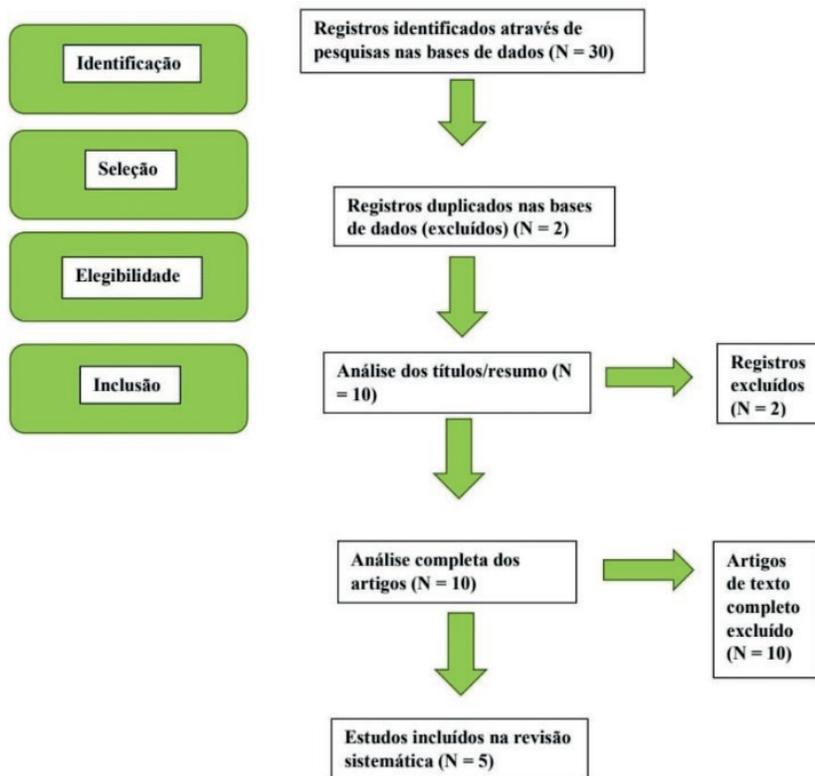


Figura 1. Fluxograma da pesquisa

Fonte: Os autores

N	Nome do Estudo	Autor/Data	Tipo	Local de Publicação
1	Salla disease: clinical, genetic, and lipid studies of 49 patients from French Metabolic Centers	Oussalah, A., et al. (2016) ⁸	Artigo Original	Molecular Genetics and Metabolism
2	Doença de Salla (ISSD, sobrecarga em ácido sialido livre)	APL (2023) ⁶	Matéria de Blog	Associação Portuguesa de Doença de Lissoma (APL)
3	Sialyl Oligosaccharide metabolism in cultured oligodendrocytes obtained from normal and Salla disease human brain	Bianco, F., et al. (2000) ¹⁴	Artigo Original	Journal of neurochemistry
4	Doença de Salla	Equipe tellmegen™ (2023) ⁵	Matéria de blog	tellmegen™
5	Psychiatric symptoms in Salla disease	Aulanko, et al. (2022) ⁹	Artigo Original	European Child & Adolescent Psychiatry

Quadro 2. Pesquisas selecionadas

Fonte: Os autores

Nome do Estudo	Resumo	Metodologia e Resultados
1 Salla disease: clinical, genetic, and lipid studies of 49 patients from French Metabolic Centers ⁸	Trata-se de uma pesquisa/estudo médico que investiga a Doença de Salla, abordando aspectos clínicos, genéticos e lipídicos da doença.	Metodologia de pesquisa quantitativa, com aprovação do Comitê de Ética, ao realizar um estudo que envolveu a participação de 49 pessoas. Como resultado, foi examinado os aspectos clínicos, genéticos e lipídicos, em uma amostra específica de pacientes, obtendo respostas diferentes aos que apresentam a doença.
2 Doença de Salla (ISSD, sobrecarga em ácido sialido livre) ⁶	Trata-se explicar que a Doença de Salla é uma doença genética neurodegenerativa que resulta da acumulação de ácido siálico livre na membrana dos lisossomas.	Metodologia de pesquisa bibliográfica, artigo de blog que usou como referência outros estudos. Como resultado, a matéria traz que não há tratamento específico disponível para a doença, pelo que é foco nos sintomas apresentados.
3 Sialyl Oligosaccharide metabolism in cultured oligodendrocytes obtained from normal and Salla disease human brain ¹⁴	Trata-se de uma investigação do metabolismo de oligossacarídeos de sialila em oligodendrócitos cultivados a partir de cérebros humanos que apresentam a doença de Salla e, os que não apresentam.	Metodologia de pesquisa qualitativa, com investigação de estudo de caso. Como resultado, o estudo apresenta que o metabolismo de oligossacarídeos de sialila pode diferir entre células de oligodendrócitos de indivíduos saudáveis e aqueles com a doença de Salla.
4 Doença de Salla ⁵	Trata-se a doença de Salla como pertencente ao grupo de erros inatos do metabolismo, caracterizado por uma acumulação anormal de ácido siálico ou sialina que leva a danos neuronais e multissistêmicos.	Metodologia de pesquisa bibliográfica, artigo de blog que usou como referência outros estudos. Como resultado, ficou subentendido que, não há tratamento que possa curar os doentes de Salla. Os tratamentos destinam-se a aliviar os sintomas e requerem um acompanhamento atento por parte de pediatras e especialistas que desenvolvem um plano educacional individualizado.
5 Psychiatric symptoms in Salla disease ⁹	Trata-se da revisão da presença de sintomas psiquiátricos em pacientes com diagnóstico de MS. Pois, embora o espectro neurológico do fenótipo clínico da Síndrome de Salla seja bem definido, os sintomas psicóticos permanecem não relatados.	Conduzido como um estudo retrospectivo baseado em registro. Identificaram 24 pessoas com diagnóstico de doença de Salla no registro do Departamento de Genética Clínica do Hospital Universitário de Oulu (de 1982 a 2015). Como resultado, obtiveram que, alucinação e insônia foram os principais sintomas psiquiátricos de ambos os pacientes relatados. Ambos responderam à medicação antipsicótica e necessitaram de medicação de longo prazo. A descontinuação da medicação antipsicótica resultou em recaída da psicose.

Quadro 3. Resumo das pesquisas selecionadas

Fonte: Os autores

DISCUSSÕES

As pesquisas analisadas para revisão de literatura no idioma: inglês, abordam diferentes aspectos relacionados à Síndrome de Salla, sendo que, no estudo de Oussalah⁸ traz em seu artigo, uma investigação sobre a Doença de Salla, abordando aspectos clínicos, genéticos e lipídicos da doença, em um estudo médico quantitativo realizado com 49 pacientes onde foram observados resultados diferentes nos exames genéticos e clínicos destes pacientes.

A Associação Portuguesa de Doenças do Lissoma⁶, menciona na sua matéria que a Doença de Salla é considerada uma doença metabólica rara de depósito lisossômico e, não traz uma relação explícita com a fisioterapia.

Bianco¹⁴, em seu artigo retrata uma investigação do metabolismo de oligossacarídeos de sialila em oligodendrócitos cultivados a partir de cérebros humanos que apresentam a doença de Salla e, os que não apresentam.

Ainda nesse cenário, *TellmeGen™*, em uma contribuição sobre a temática fornece informações sobre diagnóstico, sintomas e tratamento, embora a relação específica com a fisioterapia não seja mencionada. Em um contexto geral, tais estudos mencionados tratam de tópicos relacionados à fisioterapia em diferentes contextos e à Doença de Salla como uma doença rara⁵.

O quinto e último artigo selecionado, de Aulanko⁹ et al, dentre os estudos selecionados para compor essa sessão, trata-se de uma revisão acerca da presença de sintomas psiquiátricos em pacientes com MS, ou seja, o fenótipo clínico da Síndrome de Salla. A partir disso, 24 pessoas aceitaram participar do estudo e, foram diagnosticadas com a doença, e demonstraram que a pausa no tratamento/na medicação, implicou em uma piora dos sintomas psiquiátricos.

Outros estudos científicos não mencionam diretamente a Síndrome de Salla, mas tratam de estudos sobre alterações neurológicas, doenças metabólicas e condições genéticas raras. Estes trabalhos contêm informações relevantes sobre o campo da neurologia e genética médica, que podem ser aplicadas ao estudo de condições como a Síndrome de Salla.

Assim, essas pesquisas compõem um conjunto diversificado de estudos relacionados a condições raras e distúrbios neurológicos, além de abordarem diferentes aspectos dessas condições e contribuir para o conhecimento sobre diagnóstico, tratamento e progressão das mesmas.

Dessa forma, como resultado dos estudos selecionados é possível inferir que, a intervenção fisioterapêutica, assim como o acompanhamento da doença por múltiplos profissionais, além do acompanhamento psicológico e psiquiátrico, desempenha um papel significativo na melhora de pacientes com Síndrome de Salla e, a maior compreensão sobre as possibilidades de tratamento da doença, se dá pelos estudos clínicos e fisiopatológicos da doença.

Os resultados indicam que abordagens personalizadas de fisioterapia, terapias de reabilitação e estratégias de suporte, têm o potencial de aprimorar a mobilidade e a qualidade de vida desses pacientes.

Além disso, a pesquisa ressalta a importância da intervenção precoce e contínua, adaptada às necessidades individuais de cada paciente, para otimizar os resultados a longo prazo. Essas descobertas contribuem para um maior entendimento da Síndrome de Salla e fornecem diretrizes valiosas para profissionais de saúde que trabalham com essa população.

É importante enfatizar que existe uma escassez enorme de estudos sobre esta síndrome tanto na área médica quanto na fisioterapia o que torna relevante o presente estudo considerando que existem pacientes com esta doença necessitando de intervenções fisioterapêuticas eficazes. Assim, faz necessário a realização de mais estudos científicos nesta doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo e da análise da revisão de literatura, foi possível concluir que, compreender sobre a história clínica e fisiopatológica da Síndrome de Salla é de suma importância para o entendimento acerca da doença e, a orientação no seu tratamento. Ainda nesse cenário, a fisioterapia se mostra fundamental na melhora do quadro motor e desequilíbrio dos pacientes.

É imprescindível ressaltar que, existe uma escassez muito grande de estudos sobre esta síndrome, principalmente com relação a atuação da fisioterapia nesse quadro, o que torna importante a divulgação do quadro clínico e fisiopatológico da mesma, já

que a partir deste estudo, foi possível destacar a fisioterapia enquanto peça chave na recuperação de pacientes com o diagnóstico da Síndrome de Salla. Neste contexto, tratar de um estudo clínico e de mecanismos fisiopatológicos da doença é de grande relevância e, ao concluir este projeto de pesquisa, se pode afirmar que as intervenções de tratamento multidisciplinar, desempenham um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida e na funcionalidade de pacientes com Síndrome de Salla.

Ao desenvolver abordagens terapêuticas personalizadas, focadas nas necessidades individuais de cada paciente, os fisioterapeutas e demais profissionais das áreas clínicas, podem contribuir para a promoção da mobilidade, independência e bem estar desses indivíduos. No entanto, é importante ressaltar que a eficácia do tratamento fisioterapêutico da Síndrome de Salla, assim como os demais acompanhamentos multidisciplinares podem variar de acordo com a gravidade dos sintomas e a resposta individual de cada paciente.

Assim, um estudo como este, que trata de um estudo clínico e fisiopatológico da síndrome de Salla pode contribuir para a divulgação e o avanço do conhecimento sobre essa doença rara, além de fornecer informações valiosas para os profissionais de saúde que trabalham com esse público específico.

Portanto, é crucial que o tratamento seja adaptado e acompanhado de perto por profissionais de saúde especializados. Assim, este projeto de pesquisa busca não apenas contribuir para a compreensão mais aprofundada da Síndrome de Salla e suas implicações na marcha, mas também oferecer diretrizes práticas para a intervenção fisioterapêutica nesses casos. Dessa forma, espera-se que, os resultados deste estudo possam beneficiar diretamente os pacientes afetados por essa síndrome e suas famílias, melhorando sua qualidade de vida e promovendo uma maior inclusão na sociedade.

REFERÊNCIAS

1. Judge James. Os Distúrbios da marcha no idoso. In: Manual MSD. 2021. Manual MSD Versão para Profissionais de Saúde. [S.l.]. [Acesso em: 24 set. 2023]. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt-br/profissional/geriatria/dist%C3%BArbios-da-marcha-no-idoso/dist%C3%BArbios-da-marcha-no-idoso#:~:text=Pode%20ocorrer%20dificuldade%20em%20iniciarpermitir%20que%20o%20outro%20avance.>
2. Almeida, Tatiane Ribeiro; Morais, Karla C. Silva de; Tavares, Felix Meira; Ferreira, Juliana Barros; Freitas, Erlania do Carmo; Silva, Carla Pequena da. Fisioterapia Motora no Desenvolvimento Neuropsicomotor Infantil. *Id on Line Rev. Mult. Psic.* V.13, N. 48 p. 684-692. Dez, 2019. [Acesso em: 26 set. 2023]. Disponível em <http://idonline.emnuvens.com.br/id.>
3. Nader, Camila B. Magalhães. Doenças Raras: Políticas Públicas Nacionais e Internacionais. In: Brasil Escola. 2015. [Acesso em: 26 set. 2023]. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/saude/doencas-raras-politicas-publicas-nacionais-e-internacionais.htm>.
4. Eriksson, K., Nyström, A.-C., Ahlstrén, E.-M., & Pulkkinen, K. (2015). Children with progressive myelopathy: the parents' perspective on a rare disease. *Child: Care, Health and Development*, 41(4), 622-629. [Acesso em: 10 jul. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/cch.12212>.
5. Equipe Médica tellMeGen™. Doença de Salla. 2023. In: tellMeGen™. [Acesso em: 21 abr. 2023] Disponível em: <https://www.tellmegen.com/pt/resultados/doencas-hereditarias/doenca-salla>.
6. Associação Portuguesa de Doenças do Lissoma. Doença de Salla (ISSD, sobrecarga em ácido sialido livre). 2023. In: APL. Associação Portuguesa de Doenças do Lissoma. [S.l.]. [Acesso em: 21 abr. 2023]. Disponível em: <https://aplisosoma.org/doencas/doenca-do-armazenamento-de-acido-sialico-livre/doenca-de-salla/>.
7. Saraiva, Letícia Gomes; Gomes, Jemima Torres; Barbieri, Danielle G. Fernandes Vieira. Revisão Integrativa Sobre Hipercifose: análise dos tratamentos fisioterápicos. · *Revista Pesquisa em Fisioterapia*. 2014 Abr; 4(1):55-61. [Acesso em: 20 ago. 2023] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/286435283_REVISAO_INTEGRATIVA_SOBRE_HIPERCIFOSE_ANALISE_DOS_TRATAMENTOS_FISIOTERICOS.
8. Oussalah, A.; Laugel, V.; Racine, J.; Hubert, L.; Hemming, F.; Receveur, A.; Guffon, N. Salla disease: clinical, genetic, and lipid studies of 49 patients from French Metabolic Centers. *Molecular Genetics and Metabolism*, 119(3), 283-291, 2016. [Acesso em: 10 jul. 2023] Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ymgme.2016.08.007>.
9. Aulanko, Ida; Rahikkala, Elisa; Moilanen, Jukka. Psychiatric symptoms in Salla disease. *European Child & Adolescent Psychiatry*, v. 32. Ed. 11. 2023. [Acesso em: 16 set. 2023]. Disponível em: <https://link.springer.com/journal/787>.

10. Oliveira, Laura A. Santos de. Abordagem fisioterapêutica da ataxia espinocerebelar: uma revisão sistemática. *Revisão Sistemática Fisioter. Pesqui.* 20 (3). Set 2013. [Acesso em: 26 set. 2023]. Disponível em: doi: <https://doi.org/10.1590/S1809-29502013000300015>.
11. Omron Healthcare. Fisioterapia Respiratória: Como a técnica pode ajudar na prevenção de doenças. In: Omron. 2020. [Acesso em: 26 set. 2023]. Disponível em: <https://conteudo.omronbrasil.com/fisioterapia-respiratoria/>.
12. Joshi, C.; Lee, P.; Muenzer, J. Natural history and clinical management of mucopolysaccharidosis type II (Hunter syndrome). *Journal of Pediatric Genetics*, 9(1), 001-011, 2020. [Acesso em: 12 jul. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1055/s-0039-1694064>.
13. Moraleida, Fabianna R. de Jesus, Nunes, Ana C. Lima. Cuidado em Saúde Mental: Perspectiva de Atuação da Fisioterapêutica. *Classificação Internacional de Funcionalidade e os Avanços da Fisioterapia Generalista*, v. 2 n. 1. 2013. [Acesso em: 20 set. 2023] Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFC-3_8b01f47a718e36af7e5b2100aafd0a9e/Details.
14. Bianco, F.; Liprandi, A.; Feltri, M. L.; Chagas, C.; Migliavacca, B.; Rossi, A.; Tettamanti, G. Sialyl Oligosaccharide metabolism in cultured oligodendrocytes obtained from normal and Salla disease human brain. *Journal of neurochemistry*, 75(3), 1160-1168, 2000. [Acesso em: 12 jul. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1046/j.1471-4159.2000.0751160.x>.
15. Redação Secad. Como utilizar a fisioterapia para o tratamento do encurtamento muscular. 2020. In: Blog Artmed. [Acesso em: 28 set. 2023]. Disponível em: <https://blog.artmed.com.br/fisioterapia/tratamento-do-encurtamento-muscular>.
16. Sarkar, S., Maetzel, D., Korolchuk, V. I., & Jaenisch, R. Generation of human induced pluripotent stem cells using RNA-based Sendai virus system and pluripotency validation of the resulting cell population. *Current Protocols in Stem Cell Biology*, 27(1), 4A.6.1-4A.6.23, 2013. [Acesso em: 15 jul. 2023] Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9780470151808.sc04a06s27>.
17. Fernandes, Paulo M Pêgo; Faria, Gabriela Favaro. A importância do cuidado multiprofissional. *Diagn Tratamento*. 2021;26(1):1-3. 1. [Acesso em: 20 set. 2023] Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/06/1247968/rdt_v26n1_1-3.pdf.
18. Marini, C.; Porcelli, S.; Carbone, F.; Morandi, L.; Abate, G.; Quartino, S.; Di Resta, C., 2019. Expanding the clinical and genetic spectra of NKX6-2-related disorder. *American Journal of Medical Genetics Part A*, 179(6), 1037-1042. [Acesso em: 16 set. 2023] Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ajmg.a.61152>.
19. Dahan-Oliel, N., Forget, S., & Tétréault, S. (2014). Rehabilitation services for children with leukodystrophies: an international survey. *Orphanet Journal of Rare Diseases*, 9(1), 1-8. [Acesso em: 12 jul. 2023] Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1750-1172-9-59>.
20. Camargo, Aline C. dos Santos, Loureiro, Mirian Aparecida. *Intervenções Fisioterapêuticas para melhora da Marcha Hemiparética: Revisão Bibliográfica*. Universidade São Francisco: Bragança Paulista, 2016. [Acesso em: 20 set. 2023] Disponível em: <https://lyceumonline.usf.edu.br/salavirtual/documentos/2727.pdf>.
21. Aoyagi, K., Rossignol, E., Hamadani, Y., Lewis, R. A., & Koch, R. J. Leukoencephalopathy with cerebral calcifications and cysts: Case report of a Korean patient with an LRRK1 mutation. *American Journal of Medical Genetics Part A*, 170(9), 2424-2428, 2016. [Acesso em: 12 jul. 2023] Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ajmg.a.37781>.

22. Oliveira, Caroline M. Ribeiro; Pedro, Fabiana M. de Araújo; Brito, Andrea Gomes da Rocha; Perdigão, Kauane F. Arruda; Cassimiro, Rayza Oliveira; Ferreira, Ana Quitéria Fernandes; et al. Atenção Integral ao paciente crítico: condutas, práticas e reflexões. *Rev. Cient. Mult. Núcleo do Conhecimento*. Ano 08, Ed. 06, Vol. 05, pp. 58-66. 2023. ISSN: 2448-0959. [Acesso em: 28 set. 2023]. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/atencao-integral>.

23. Pinheiro, Jéssica A. da Costa; Gomes, Pamella S. Marques; Oliveira, Glenda P. de; Duarte, Adson Durantt. Programa de Reabilitação Acelerada no Pós-Operatório de Tendão de Aquiles: Revisão de Literatura. *Amazon live journal*. v. 3, n.4, p. 1-11, 2021 ISSN: 2675-343X. [Acesso em: 20 set. 2023]. Disponível em: <https://amazonlivejournal.com/wp-content/uploads/2021/10/PROGRAMA-DE-REABILITACAO-ACELERADA-NO-POS-OPERATORIO-DE-TENDAO-DE-AQUILES-REVISAO-DE-LITERATURA.docx.pdf>.

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS: Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
orcid.org/0000-0002-5472-8879.

A

Arquitetura 173, 174, 179, 181, 184, 193, 194, 195, 196, 201, 202

B

Bem-estar 30, 45, 54, 96, 98, 161, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 189, 190, 191, 217, 229

C

Ciências sociais aplicadas 93

Controle social 1, 3, 16, 17, 19, 21, 26

Covid-19 145, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 216, 217

CREAS 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248

D

Direito 1, 7, 10, 11, 15, 16, 19, 21, 25, 27, 58, 60, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 98, 99, 112, 128, 173, 174, 203, 205, 216, 217, 244, 246, 247, 265

E

Educação física 120, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141

Educação não violenta 93, 94, 98

Enfermagem 63, 209, 211, 212, 217, 218, 219, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240

Ensino escolar 106, 203, 204, 205, 206

Entidades umbandistas 154, 158, 161

Erosão fluvial 163, 164, 165, 166, 170, 171

Escola 100, 101, 102, 105, 106, 107, 109, 111, 120, 133, 134, 135, 136, 140, 141, 179, 187, 203, 239, 262, 265

Espaço territorial 173, 175, 177

Esporte 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141

Estudos de gênero 65, 67

Etiquetamento social 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27

F

Fake news 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111

Feminino 45, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 61, 71, 124, 182

Futebol americano 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141

G

Geografia 163, 171, 172, 173, 174

K

Koixomuneti 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152

L

Lei de responsabilidade fiscal 1, 4, 14, 19

P

Pensamento jurídico 73, 82, 92

Plantas ornamentais 154, 155, 156, 157, 160, 161

Política 8, 12, 13, 16, 17, 28, 34, 46, 55, 57, 60, 62, 64, 71, 72, 73, 79, 82, 85, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 127, 129, 130, 139, 148, 174, 178, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 219, 223, 224, 225, 245

Política nacional de imunizações 213

Q

Questão racial 20, 24

Questões sociais 20, 22, 85, 193, 201

R

Racionalidade 28, 29, 30, 31, 32, 35, 37, 44, 45, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 62, 75, 81, 140, 176

S

Síndrome de Salla 250, 251, 252, 256, 257, 259, 260, 261, 262

Sociedade 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 49, 50, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 97, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 137, 138, 139, 143, 149, 151, 162, 171, 173, 174, 180, 193, 194, 207, 213, 214, 215, 216, 217, 226, 230, 232, 240, 262

T

Trauma ortopédico 227, 228, 231, 233, 237, 238, 239, 240

V

Vacina 210, 213, 214, 215, 217, 223, 225, 226

Violência de gênero 65, 66, 67, 68, 69, 71

X

Xamanismo 142, 143, 148, 149, 151, 152

As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉️ contato@atenaeditora.com.br

📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco

🌐 www.arenaeditora.com.br

✉️ contato@arenaeditora.com.br

📷 @arenaeditora

📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

